

# Brasil Rural Contemporâneo

Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão





Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora *Maria Helena de Moura Arias*

Conselho Editorial

- Abdallah Achour Junior*
- Edison Archela*
- Efraim Rodrigues*
- José Fernando Mangili Júnior*
- Marcia Regina Gabardo Camara*
- Marcos Hirata Soares*
- Maria Helena de Moura Arias (Presidente)*
- Otávio Goes de Andrade*
- Renata Grossi*
- Rosane Fonseca de Freitas Martins*

Oswaldo Calzavara  
Rodne de Oliveira Lima  
(orgs.)

# Brasil Rural Contemporâneo

Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão



Londrina  
2013

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca  
Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

B823 Brasil rural contemporâneo : estratégias para um desenvolvimento rural de  
inclusão [livro eletrônico] / Oswaldo Calzavara, Rodne de Oliveira Lima  
(organizadores). – Londrina : Eduel, 2013.

1 Livro digital : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em :

<http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/brasil-rural.gif>

ISBN 978-85-7216-692-8

1. Sociologia rural. 2. Desenvolvimento rural – Aspectos sociais.

I. Calzavara, Oswaldo. II. Lima, Rodne de Oliveira.

CDU 316.334.55

---

Direitos reservados à

Editora da Universidade Estadual de Londrina

*Campus Universitário*

Caixa Postal 6001

Fone/Fax: (43) 3371-4674

86051-990 Londrina – PR

E-mail: [eduel@uel.br](mailto:eduel@uel.br)

[www.uel.br/editora](http://www.uel.br/editora)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2013

## Sumário

Dinâmica e Conflitos da Modernização Agrícola <i>Rodne de Oliveira Lima</i>	1
Terra Circunscrita <i>José Eduardo Rodrigues Veiga, Roberto de Assumpção</i>	23
Pluriatividade e Desenvolvimento Rural <i>Marcelino de Souza, Mauro Eduardo Del Grossi</i>	73
Planejamento Rural <i>Oswaldo Calzavara</i>	109
Redes de Referências como Instrumento para o Desenvolvimento Rural <i>João José Passini, Gil Maria Miranda, Márcio Miranda</i>	135
Agroindústria Associativa como Estratégia para um Desenvolvimento Rural de Inclusão <i>Oswaldo Calzavara</i>	163
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Brasil <i>Luiz Antonio Cabello Norder</i>	187

Evolução e Fases do Proálcool: 1975-2000	223
<i>Pery Francisco Assis Shikida</i>	
Sócio-Ambientalismo e Novos Atores na Agricultura	251
<i>Alfio Brandenburg</i>	
Dinâmica Regional e Desenvolvimento Rural Sustentável	277
<i>Oswaldo Calçavara, Maria de Fátima Guimarães, Ricardo Ralisch</i>	

## Apresentação

“... a prática de pensar a prática é  
a melhor maneira de pensar certo”

Paulo Freire

A mídia tem destacado o desempenho da agropecuária brasileira em constantes reportagens, transmitindo a imagem de modernidade, apresentando resultados de produtividade comparável aos países mais ricos do mundo e realçando a importância da tecnologia de ponta. É o “Brasil rural que já está dando certo”. Mas existe também um Brasil rural diferente, e que de forma diferenciada é pensado neste trabalho. A complexidade e a diversidade do tema, bem como as tendências e novas perspectivas que se delineiam, são aqui abordadas por diferentes autores, com seus estilos próprios, expressando suas idéias, preocupações e sugestões.

Mesmo com todas as transformações que estão ocorrendo no Brasil, a questão do desenvolvimento rural continua com sua importância nas análises empreendidas. Se por um lado o agronegócio brasileiro continua sendo o grande destaque na economia, com expressiva participação nas exportações do país, por outro lado continuam ainda os problemas de degradação ambiental, os conflitos pela posse da terra e a pobreza rural, uma triste realidade em um país de contrastes. A inclusão social de segmentos majoritários da população rural, pela melhoria da renda e da qualidade de vida, bem como o uso sustentável dos recursos naturais na produção agrícola, são questões fundamentais em uma abordagem de desenvolvimento rural. Desse modo, a questão da agricultura brasileira interessa a toda sociedade.

A discussão de estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão reveste-se ainda de importância em função de características conjunturais próprias: depois de um período de governos com orientação neoliberal, surge a oportunidade de mudanças, de maior ou menor intensidade, mas possíveis e imprescindíveis.

Em *Brasil Rural Contemporâneo – estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão* – os trabalhos foram selecionados tendo em vista sua contribuição original na discussão da temática, bem como em função de seu “caráter extensionista”. Nesse contexto, apresentam-se subsídios para reflexão, não só ao público acadêmico, técnicos de campo e estudiosos da área, mas também para aquelas pessoas que pretendem modificar situações, com sua presença militante em diversos segmentos da sociedade brasileira.



Como fundamentação teórica básica, o trabalho inicia-se discutindo a questão da modernização agrícola, a partir de uma crítica ao desenvolvimento do capitalismo. A dinâmica dessa modernização fundamenta-se no aumento da produtividade social do trabalho agrícola, quer através de novas tecnologias, quer pelas novas formas de organização e controle do trabalho rural.

Na perspectiva da inclusão social, em seguida apresenta-se um modelo de curso básico para treinamento de agricultores, em que se discute a importância da reforma agrária para o desenvolvimento do mercado interno, seu reflexo no desenvolvimento industrial e a importância da integração dos assentados e pequenos agricultores ao complexo agroindustrial brasileiro. A inclusão de segmentos populacionais rurais também pode ser incrementada, através de uma política de incentivo à pluriatividade no meio rural, uma estratégia pela qual muitos agricultores de baixa renda buscam maximizar seus indicadores de bem estar.

Considerando a unidade produtiva do setor rural como um sistema, o planejamento é um instrumento que proporciona maior eficácia gerencial, ou seja, maior renda e bem estar ao agricultor. Essa eficácia é obtida pelas constantes readequações do sistema produtivo rural, através de uma metodologia que possibilita o diagnóstico, a avaliação de novas alternativas de produção e os ajustamentos necessários. Outra metodologia para intervenção em sistemas de produção rural são as “Redes”, por meio da pesquisa na unidade produtiva, com o acompanhamento do agricultor. Uma inovação na extensão rural para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Abordando ainda a questão da agricultura familiar, apresenta-se uma análise de experiências de agroindústrias associativas de agricultores, enriquecendo a discussão do desenvolvimento rural sob a ótica da agregação de valor, através da industrialização do produto agrícola.

O papel das Políticas Públicas para um desenvolvimento rural de inclusão é aqui abordado sob dois aspectos. O primeiro trata da fome e da segurança alimentar, que é uma discussão antiga e atual ao mesmo tempo, com diferentes enfoques sobre a questão. O segundo trata dos reflexos de projetos estratégicos de desenvolvimento do Brasil, com o exemplo do PROÁLCOOL, atuando em diferentes setores, como segurança energética, geração de empregos e meio ambiente.

Finalizando, o trabalho apresenta uma reflexão sobre a sustentabilidade na agricultura, analisando a experiência de agricultores no desenvolvimento da agricultura orgânica. Além de discutir o planejamento para o desenvolvimento rural sustentável de uma região, a partir da identificação e potencialização de indícios de sustentabilidade locais e considerando o conhecimento específico da dinâmica regional.

# Dinâmica e Conflitos da Modernização Agrícola

Rodne de Oliveira Lima<sup>1</sup>

## Introdução

Entre as mais fecundas preocupações teóricas da sociologia rural, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocupa, sem dúvida, um lugar central. Tanto como teoria de base para o empreendimento de estudos empíricos, quanto como tema autônomo de análise, inspirou o trabalho de autores dos mais diferentes matizes e proporcionou o surgimento de obras que o tempo tornou clássicas. Entretanto, poucos são os trabalhos que buscam fazer um balanço crítico do tema, comparando as premissas e conclusões das diversas escolas que com eles se

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo. E-mail: rizotti@sercomtel.com.br

ocuparam. Apresenta-se neste trabalho uma contribuição inicial a esse balanço crítico. Com o objetivo de apresentá-lo de modo didático, inicialmente, analisa-se a interpretação daqueles autores que adotaram uma abordagem dualista do tema, geralmente baseada em teorias sociais, desenvolvimentistas. Na segunda unidade, sintetiza-se um marco teórico a partir do qual tenciona-se estruturar uma interpretação do desenvolvimento capitalista no campo. Na terceira unidade, apresentam-se os principais aspectos diretamente relacionados ao processo de modernização capitalista da agricultura. Por fim, na última seção, registra-se uma síntese teórica acerca da dinâmica da modernização agrícola.

### **Interpretações dualistas da modernização agrícola**

Neste trabalho, denominam-se teorias dualistas aquelas interpretações que, tomando como núcleo teórico os princípios funcionalistas e difusionistas da sociologia do desenvolvimento, tipificam os processos transformativos da base econômica e social da agricultura como mudanças evolutivas cuja realização decorre de uma necessidade funcional da ordem social capitalista. De modo geral, tais interpretações concluem que a modernização agrícola concorre, do ponto de vista da ordem econômica, para a articulação sistêmica das funções estratégicas da agricultura nas economias nacionais e, do ponto de vista da ordem social, para a urbanização do campo, adaptando as instituições rurais da sociedade à lógica produtiva urbano-industrial.

Ao analisar-se as contribuições que mais decisivamente influenciaram o modo de pensar dos teóricos dualistas, podemos destacar as seguintes obras e autores:

- a) Rostow (1971) que, tomando como sinônimos os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento social, elaborou uma teoria de incremento progressivo das condições de modernização, segundo a qual todas as nações deveriam experimentar um percurso único composto por sucessivas etapas, com progressiva aceleração do crescimento econômico e das mudanças sociais;
- b) Perroux (1974) que, através do conceito de onda inovadora ressaltava o papel desempenhado pela emergência de novos sujeitos sociais, portadores de formas modernas de sociabilidade, que atuariam como propagadores de novos valores culturais na sociedade, estimulando a adoção de práticas produtivas inovadoras e de novos padrões de comportamento social;
- c) Lerner (1975) que, pela noção de personalidade empática, propunha estabelecer como origem dos processos de mudança social o princípio do consenso vigente nas sociedades ocidentais, ou seja, uma variante da visão difusionista do desenvolvimento;
- d) Heintz (1974) que propunha uma interpretação diacrônica do processo de desenvolvimento, segundo a qual a mudança social não atinge simultaneamente todas as esferas da vida coletiva, podendo ocorrer de maneira apenas parcial, já que sua generalização dependeria de múltiplas causas de caráter social e cultural, presentes sob diferentes combinações em cada sociedade particular;

- e) Hagen (1974) que, através do conceito de sociedade tradicional, pretendia tipificar a ordem social na qual todo progresso seria desestimulado pela inexistência ou ineficácia de mecanismos de atribuição de prestígio ou poder aos espíritos empreendedores, tornando toda mudança resultado de fatores externos à ordem social vigente, em geral decorrentes da ação de indivíduos desviantes que, desajustados em relação às instituições sociais, seriam os únicos motivados a transformá-las; e, finalmente,
- f) Hoselitz (1974) que, caracterizando a sociedade tradicional como aquela na qual persistiria a ineficiência técnica, a simplicidade tecnológica e a resistência à inovação, opôs a ação tradicionalista à ação racional – a primeira definida por reforçar os laços atributivos de sociabilidade e retardar as mudanças sociais em curso, a última definida pela permanente adaptação dos meios empregados aos fins pretendidos, para a maximização dos resultados alcançados.

De modo geral, as teorias dualistas que se basearam nessas contribuições viam como sinônimos os conceitos de sociedade agrária e sociedade subdesenvolvida. Segundo a visão dualista, essas sociedades seriam caracterizadas por um permanente atraso cultural, cujo principal resultado é a anulação dos frutos do progresso, daí decorrendo que em seu interior a incorporação de novas práticas econômicas e do progresso técnico na produção não resulte em qualquer forma de nivelamento material ou simbólico, mas, ao contrário, em aprofundamento das desigualdades sociais.

Sem dúvida, o limite da eficácia para as teorias dualistas do desenvolvimento tem sido correntemente o problema das desigualdades sociais e dos conflitos dela decorrentes. Como cultivam uma visão homogeneizadora e generalista do desenvolvimento do capitalismo, esses autores naturalizam em suas teorias a noção de progresso social, renunciando a toda interpretação histórica que a contradiga. Por isso, dão tamanha ênfase ao que denominam estímulos endógenos ao desenvolvimento, identificando a noção de desenvolvimento social com a idéia de incorporação do tradicional pelo moderno. Sob esse ponto de vista, o progresso social constitui um processo linear e invariante, cujo curso independe dos sujeitos sociais nele envolvidos. Daí que também não interpretem as desigualdades nele geradas como um fenômeno socialmente produzido, limitando-se em suas análises a descrever a diversidade dos tipos de desenvolvimento, sem discorrer sobre as relações recíprocas que se estabelecem entre eles. Na formulação de Machado (1975), os teóricos dualistas atribuem às características psicossociais de uma comunidade, o papel de causas necessárias e suficientes para seu desenvolvimento, ignorando por completo a historicidade das mudanças sociais. Por isso, prendem-se ao estudo do contraste entre diferentes estágios de desenvolvimento, nada dizendo sobre as causas históricas que condicionam a passagem de um estágio a outro.

## **Fundamentos teóricos para uma abordagem crítica do desenvolvimento capitalista**

A insuficiência das teorias dualistas para a interpretação do processo de modernização da agricultura capitalista remete-nos à procura de outros fundamentos teóricos que, interpretando sob novas bases o desenvolvimento do modo de produção capitalista, possibilitem a construção de uma teoria crítica da modernização agrícola.

Nesta seção, serão sintetizadas duas das contribuições que servirão de fundamento à edificação que empreenderemos de uma nova teoria da modernização agrícola: os estudos de desenvolvimento da CEPAL e o paradigma teórico marxista.

O ponto de partida dos teóricos da CEPAL eram as teses de David Ricardo sobre o comércio internacional. De acordo com este autor, a especialização de cada país naquilo que pudesse produzir de melhor e com maior eficiência acarretaria, no longo prazo, um aumento de riqueza e bem-estar para todos. Esta lei das vantagens comparativas baseava-se, evidentemente, na suposição de que existiria, como regra da dinâmica econômica capitalista, uma ampla mobilidade dos fatores de produção (RICARDO, 1985).

Contudo, diferentemente do que previra Ricardo no século XIX, o terceiro quartel do século XX apresentava aos olhos dos autores cepalinos, uma realidade completamente diversa. Com efeito, a concentração de riquezas atingira níveis extraordinários, causando a coexistência de sociedades de consumo massivo e de povos que ainda sofriam os flagelos da pobreza e da fome.



Perguntando-se por que as leis da concorrência comercial entre as nações não resultavam em uma situação de equilíbrio econômico, mas ao contrário, em crescentes desigualdades entre elas, Raul Prebisch (cf. CARDOSO, 1993) chegou a três conclusões básicas:

- a) porque, na dinâmica capitalista contemporânea, os países centrais apropriavam-se de forma monopolista dos frutos do progresso técnico;
- b) porque, por meio da determinação política da taxa de juros e do nível de salários praticados em suas economias, os países centrais impediam a transferência de ganhos de produtividade social do trabalho às economias periféricas;
- c) porque, por meio de políticas fiscais protecionistas e políticas comerciais predatórias, os países centrais provocavam o declínio relativo dos preços dos produtos primários no mercado internacional, causando deterioração dos termos de troca e redução da capacidade de acumulação dos países periféricos.

No entanto, não se esgotava, nesse diagnóstico, o problema de análise proposto pela CEPAL. Dado que não se podia imaginar verossímil, a hipótese de uma atitude absolutamente passiva dos países pobres em relação ao funcionamento do comércio internacional, a questão que restava era a de saber como estavam enfeixadas as relações estruturais e globais entre centro e periferia. A esse respeito, Aníbal Pinto concluiu que tais relações mantinham-se apoiadas na articulação entre interesses de classes internas e externas aos países periféricos, que se perpetuavam em suas posições de mando e beneficiavam-se dos frutos

materiais da dinâmica econômica vigente (cf. CARDOSO, 1993). Isso convertia o problema do desenvolvimento dos países periféricos, de questão econômica em questão política: para o autor, o desenvolvimento gerado no interior do capitalismo monopolista poderia ser denominado de heterogêneo, significando o termo uma espécie de modernização que não gera homogeneidade na distribuição dos frutos do progresso, mas sua concentração desigual, por força das relações de poder e exploração assimétricas, que caracterizam a sociedade de classes.

A partir desse ponto, a crítica teórica dos autores cepalinos não estava dirigida apenas ao pensamento econômico liberal. Analisando em termos empíricos os padrões de desenvolvimento dos países capitalistas, esses teóricos identificaram pontos insatisfatórios também na interpretação marxista, em especial no que concernia à eficácia da lei tendencial decrescente da taxa de lucro, já que o sistema mostrava-se cada vez mais fortemente regulado, mantendo-se os níveis de acumulação vigentes, a despeito da concentração de capitais nos diferentes setores produtivos.

Não obstante, a pertinência da crítica teórica cepalina à obra de Marx, nessa formulação opta-se por tomá-la como paradigma teórico, a partir do qual estrutura-se essa análise. Isso não significa, porém, que esta seja utilizada como um conjunto de leis sociais, a serem transpostas para a realidade contemporânea, ao contrário, é tomada como *gérmes*, apropriando-se de suas categorias teórico-metodológicas e de seu método de análise do desenvolvimento capitalista. Isso requer que interpretemos a atuação das classes sociais rurais como agentes sociais da modernização agrícola e as intervenções

desempenhadas pelo Estado na realização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Sob esse ponto de vista, o problema cepalino do desenvolvimento capitalista heterogêneo assume um viés particular na análise do desenvolvimento agrícola. De fato, ao analisar-se as determinantes políticas do desenvolvimento rural a principal conclusão a ser tomada é que seu caráter heterogêneo não decorre de qualquer insuficiência estrutural do progresso capitalista no campo, mas das contradições a ele inerentes. Assim, a forma final do desenvolvimento experimentado em cada país ou região agrícola varia de acordo com o grau de hegemonia política e econômica das classes sociais que o formulam e da eficácia e tipo de ação arbitral desempenhada pelo Estado.

Do ponto de vista econômico, situa-se a análise da modernização agrícola como aspecto particular do desenvolvimento capitalista no campo. Por isso, enfatiza-se o processo de acumulação de capital na agricultura, explicitando sua base de sustentação, a saber, o permanente e cumulativo aumento da produtividade social do trabalho agrícola. Por sua vez, essa especificidade torna a estrutura do mercado de trabalho rural variável-chave no processo de produção capitalista agrícola, dotando de importância estratégica para o empreendedor capitalista os sistemas de recrutamento, condicionamento e controle da força de trabalho rural.

## Aspectos da modernização capitalista da agricultura

Antes de se apresentar a síntese final acerca da teoria da modernização agrícola que os fundamentos acima apresentados nos permitiram construir, serão abordados quatro aspectos particulares dos processos históricos de modernização da agricultura capitalista. São eles: os efeitos do progresso técnico na produção agrícola capitalista; as relações da modernização capitalista da agricultura com os movimentos demográficos no meio rural; as condições gerais de realização do trabalho agrícola no capitalismo contemporâneo; e, por último, as relações de trabalho no campo.

### *Efeitos do progresso técnico na agricultura capitalista*

Em oposição a toda ordem social anterior, no capitalismo, o progresso técnico desempenha um papel completamente novo. Como no capitalismo a produtividade do trabalho encontra-se atrelada a uma unidade de medida abstrata – o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria – a subsunção do trabalho ao capital torna-se fator decisivo para a realização do ciclo de acumulação capitalista. Inicialmente, tal subsunção transcorre de modo estritamente formal, pela supervisão e controle que o capitalista pode estabelecer sobre o desempenho de seus assalariados por meio das funções de administração. No entanto, com a introdução da maquinaria na produção, o capitalista logrou tornar a subsunção do trabalho ao capital um aspecto real do processo produtivo,

desvinculando por completo o ritmo de produção das habilidades e da intensidade de ação do trabalhador e atando-o à potência de funcionamento das máquinas (MARX, s.d.).

A demonstração dessa função econômica do progresso técnico na produção capitalista já é evidência suficiente de sua vinculação teleológica com o desenvolvimento da produção capitalista. De fato, se por um lado pode-se identificar uma determinação genérica, segundo a qual o desenvolvimento da técnica encontra seu limite adstrito à ordem natural dos objetos, por outro somente identificam-se as forças motrizes que o impulsionam analisando-o enquanto produto histórico das sociedades humanas. Sob esse prisma, constata-se:

- a) em primeiro lugar, que ao surgimento de novos instrumentos de trabalho corresponde sempre a criação de novos trabalhadores sociais, que em conjunto formam uma individualidade técnica própria de certo estágio do desenvolvimento produtivo;
- b) em segundo lugar, que a inovação técnica na produção capitalista é promovida e implementada por uma racionalidade instrumental, segundo a qual o objetivo dessa operação é a maximização dos lucros do capital;
- c) por fim, que a introdução de uma inovação técnica na produção capitalista encontra-se invariavelmente condicionada à sua aplicabilidade econômica, sendo requisito que o seu aproveitamento gere um aumento de produtividade do trabalho capaz de produzir valor maior que aquele incorporado em sua criação e implementação.

No caso particular do ramo agrícola, a introdução de novos progressos técnicos encontra-se indissociavelmente vinculada à

base natural da produção. Isso significa que, diversamente do que transcorre na indústria, na agricultura o ritmo de produção não pode ser completamente determinado pelo capital, uma vez que sua realização depende da ocorrência de ciclos naturais, mesmo naquelas culturas em que predomina a mecanização e o uso de componentes químicos nas operações de cultivo. Sendo limitada sua intervenção sobre a base produtiva natural, o capitalista agrário possui, como único modo de interferência direta na produtividade do trabalho agrícola, o controle da força de trabalho – disso resultando que a escolha estratégica pela introdução de novas técnicas, sejam elas poupadoras de terra, sejam elas poupadoras de trabalho, sempre será dada, tendo como objetivo imediato aumentar o grau de controle do capitalista sobre o trabalho rural, tanto no que concerne à complexidade de suas tarefas quanto no que tange à intensidade da atividade do trabalhador.

#### *Influência dos movimentos demográficos no campo*

Para os economistas clássicos, o tamanho da população economicamente ativa de uma nação encontrava-se diretamente relacionado à dimensão de sua população total. Do mesmo modo, pensavam também que os movimentos demográficos dos povos constituíam causa primária e unilateral da produção da força de trabalho. Por isso, tomavam como realização de uma lei natural do desenvolvimento os processo históricos de esvaziamento demográfico no campo (MALTHUS, 1982; RICARDO, 1985).

Ainda de acordo com esses pensadores, a demanda por alimentos variava na mesma razão do crescimento populacional

e a introdução de novos métodos de cultivo ocorria como resposta à incorporação de terras de diferente fertilidade natural. Dessa forma conclui-se, também, que a modernização agrícola resulta da rarefação natural das terras, como resultado direto do aumento da pressão demográfica sobre o solo.

Criticando essa abordagem clássica, Boserup (1987) demonstra como essa identificação anteriormente estabelecida entre modernização agrícola e esvaziamento demográfico no campo carece de significado concreto: a escolha de um sistema de cultivo depende, entre outros fatores, tais como disponibilidade de capital e de terra, da existência de um contingente populacional adequado à transição de um sistema de cultivo a outro. Assim, a população abundante no campo, ao contrário do que pensavam os clássicos, não constitui fator de inibição ao desenvolvimento agrícola, mas, ao contrário, elemento estratégico para os saltos evolutivos nos sistemas de cultivo, especialmente quando estes se dão pela incorporação de técnicas poupadoras de terra, mas que em contrapartida diminuem a produtividade do trabalho (tais como a adoção de métodos de preparo do solo em lugar das práticas de queimada e o cultivo de forrageiras na instalação da pecuária intensiva).

A abordagem de Boserup parece bastante correta ao ressaltar a presença de uma racionalidade econômica dos produtores na adoção dos diferentes sistemas de cultivo. Entretanto, parece-nos insuficiente para explicar porque, em situação de concorrência direta, mantém-se a existência de diferentes sistemas de cultivo sob idênticas condições gerais de produção, a despeito do diferencial de produtividade alcançado pelos sistemas de cultivo mais intensivos.

Para o marxismo, a população é a determinação mais genérica do capital e pressuposto de sua reprodução. Desse modo, as leis demográficas de uma sociedade estão vinculadas à suas formas de produção dominantes e só se deve pensar os fenômenos demográficos como eventos históricos socialmente produzidos. Isso quer dizer que, ao contrário do pressuposto na teoria clássica, a reprodução da força de trabalho é que desempenha o papel de determinante dos fenômenos demográficos. Estes últimos, a não ser nos estreitos limites de uma situação de completa rarefação populacional, nada condicionam no processo de produção imediata da força de trabalho, cujo limite – em função do aumento da produtividade social do trabalho que caracteriza o desenvolvimento capitalista – é completamente elástico em relação ao estoque da população. Conforme destacou Oliveira (1980), a análise dos movimentos demográficos e de seu papel no desenvolvimento da agricultura capitalista requer que se considere concretamente o problema da posse fundiária, ao invés da simples pressão demográfica sobre a terra.

*O trabalho rural no contexto da modernização agrícola*

No capitalismo contemporâneo a nova estrutura produtiva emergente encontra-se tecnicamente baseada sobre um sistema de ampla diferenciação das características de qualificação da força de trabalho ocupada. Já não vigora o funcionamento de um mercado de trabalho em geral, mas a existência de mercados de trabalho parciais, entre os quais a mobilidade da força de trabalho



tem sido interdita, em virtude das diferentes qualificações demandadas pelos novos postos de trabalho.

O efeito imediato dessa nova realidade sobre a força de trabalho rural é a diminuição das possibilidades de migração sazonal para o mercado de trabalho urbano-industrial. Paralelamente, mesmo no interior da produção agrícola, a estrutura ocupacional da força de trabalho tem se tornado cada vez mais bimodal coexistindo, de um lado, um núcleo pequeno e central de trabalhadores de qualificação cada vez mais especializada e outro, grande e periférico, de trabalhadores com qualificação indesejável no mercado de trabalho, que se encontram em condições desfavoráveis de emprego, carreira, mobilidade e renda e cujas eventuais oportunidades de ocupação serão realizadas em postos de trabalho temporários, parciais ou de vínculo precário.

Como será demonstrado a seguir, essas condições exercem agudos efeitos sobre as relações de trabalho no campo, tornando ainda mais assimétricas as relações de dominação política e de subordinação econômica entre as classes sociais que se defrontam.

### *Relações de trabalho no campo*

Quando analisaram-se as relações de trabalho no campo, os altos índices de informalidade que lá foram encontrados sugerem ser de grande importância os mecanismos de arregimentação não-capitalista e de regência normativa da força de trabalho rural. Essa aparência inicial conduz correntemente, muitos dos estudiosos, a conclusões teóricas insustentáveis, que

em suas interpretações sobre a dinâmica econômica da agricultura supõem o desempenho de um papel central por parte dos setores autônomo e doméstico no campo.

Todavia, a disseminação do novo padrão produtivo no ramo urbano-industrial evidenciou que a adoção de relações informais de trabalho pode ser proveitosamente adotada pelo capital, a fim de suprimir os direitos sociais dos trabalhadores e tornar mais flexível o dispêndio com capital variável nos sucessivos ciclos de produção. Pensa-se, de acordo com essa constatação, que a disseminação de relações informais de trabalho no campo nas regiões agrícolas de monoculturas extensivas capitalistas constituiu uma antecipação histórica do padrão de flexibilização dos contratos de trabalho que a reestruturação produtiva impôs de modo generalizado na indústria nesta última década.

### **A dinâmica da modernização agrícola**

As considerações que se apresenta na seção três desse trabalho prenderam-se a aspectos particulares do processo de modernização da agricultura capitalista. Nesta última seção, deseja-se sintetizar o significado sociológico desse fenômeno.

A afirmação central do trabalho é que as transformações que caracterizam o processo de modernização da agricultura capitalista resultam dos conflitos protagonizados pelas classes sociais rurais, que se defrontam com diferentes estratégias de ocupação e uso da terra. Desse modo, a modernização agrícola

pode ser convenientemente caracterizada como o resultado da implementação simultânea de diferentes projetos de classe na agricultura, mediante processos de negociação política no qual os sujeitos sociais em ação buscam alcançar algum grau de hegemonia.

Nesse processo, a especificidade da base técnica da agricultura determina que as estratégias empregadas situem-se em um patamar diferente dos processos de desenvolvimento industrial. Com efeito, o sentido da modernização agrícola não se demonstra realmente na conexão da agricultura à indústria – a constituição dos complexos agroindustriais (KAGEYAMA, 1990) – mas na constituição de um processo particular de desenvolvimento técnico, que funciona como suporte aos movimentos de apropriação parcial do trabalho agrícola e de seus produtos pelo capital, por meio da introdução de inovações mecânicas, químicas e genéticas na produção agrícola (GOODMAN, SORJ & WILKINSON, 1990).

As políticas agrícolas estatais modificam-se completamente nos contextos de modernização agrícola. Tradicionalmente, as tarefas estatais no setor agrícola encontravam-se vinculadas à neutralização das flutuações de oferta de alimentos e à realização de reformas agrárias de transição, naqueles países onde a ação dos proprietários rurais se mostrasse um obstáculo à redefinição da estrutura fundiária. Desde a generalização da revolução verde – não obstante essas ações tradicionais sejam ainda necessárias em muitos casos concretos – as políticas estatais para o setor concentram-se mais decisivamente na organização e suporte da pesquisa agropecuária, através do provisionamento de recursos

operacionais e financeiros, do desenvolvimento de produtos e da montagem de sistemas de difusão que envolvem a assistência técnica e o crédito dirigido ao setor. Como a pesquisa agropecuária produzida encontra-se majoritariamente organizada segundo cadeias de produtos, a adoção de seus resultados reforça o predomínio das culturas e sistemas de produção mais propícios à valorização capitalista, possibilitando inclusive que o capital instaure ramos subsidiários de acumulação que independem da base produtiva natural (tais como a produção de fertilizantes químicos e a produção especializada de sementes). Essa possibilidade é decisiva para a reprodução do capital, porque proporciona a hegemonia de certos parques produtivos sobre outros, em relação às limitações naturais previamente existentes.

Ao analisar-se o padrão tecnológico dos processos de modernização agrícola constatou-se que as respostas técnicas encontradas não foram as únicas possíveis, nem as únicas economicamente viáveis. Pelo contrário, a seleção das soluções técnicas adotadas seguiu um padrão bastante preciso, atrelada que estava à necessidade de constituição de uma nova ordem de trabalho no campo, no qual o capitalista agrário lograsse estabelecer um controle maior e mais aperfeiçoado sobre os tempos e o ritmo de produção. Fazia-se necessário, portanto, introduzir ao lado das inovações técnicas novas relações de trabalho no campo que, como vimos, possuíam como caráter comum a flexibilidade de direitos (em especial da forma de remuneração) e a precariedade dos vínculos de trabalho.

Dado o caráter predominantemente heterogêneo dos processos de modernização agrícola, os efeitos dessas

transformações sobre o mercado de trabalho rural foram francamente desfavoráveis para o lado da oferta. De fato, persistiu uma tendência de crescente sazonalidade do ciclo agrícola e de permanente declínio dos níveis de emprego no campo, em especial naqueles países onde a estrutura fundiária impediu o acesso equitativo à terra, permitindo a subsistência do latifúndio extensivo sem dele exigir uma radical transformação em sua base produtiva. Paralelamente, as transformações técnicas incorporadas às novas cadeias de produtos agrícolas estão a exigir trabalhadores rurais com novas qualificações e polyvalentes, a fim de realizarem tarefas de diferentes complexidades e em sucessivas etapas do ciclo de produção agrícola.

Enfim, a afirmação essencial que se descortina de essa análise aponta para uma conclusão central que é a síntese da dinâmica dos processos de modernização da agricultura capitalista: o desenvolvimento das formas de produção capitalistas na agricultura encontra-se sempre orientado para a finalidade de aumentar a produtividade social do trabalho agrícola, seja através do emprego de novas tecnologias de cultivo e de novos processos produtivos, seja através da adoção de novas formas de organização e controle do trabalho rural. Ou, como parece ser a maioria dos exemplos empíricos que pode-se encontrar, pela combinação simultânea dessas duas formas de inovação.

## Bibliografia

BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARDOSO, F. H. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HAGEN, E. E. *O processo de mudança*. In: DURAND, J.C.G. (org.) *Sociologia do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 22-35.

HEINTZ, P. *Tipos de sistemas de hipóteses e a sociologia do desenvolvimento econômico e social*. In: DURAND, J.C.G. (org.) *Sociologia do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 101-114.

HOSELITZ, B. F. *Os principais conceitos de análise das repercussões sociais da evolução da técnica*. In: DURAND, J.C.G. (org.) *Sociologia do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 36-59.

KAGEYAMA, Â. A. *Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo*. In: MARTINE, G. ; GARCIA, R.C. (orgs.). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 99-123.

LERNER, D. *A personalidade empática e a modernização*. In: DURAND, J.C.G.; MACHADO, L.P. *Sociologia do Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 81-108

MACHADO, L. P. *Alcance e Limites das teorias da modernização*. In: DURAND, J.C.G.; MACHADO, L.P. *Sociologia do Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 183-206.

MALTHUS, T. R. *Sobre a renda diferencial (1820)*. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.) *Malthus : economia (coleção Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Ática, 1982. p. 116-123.

MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital : Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, s.d. 169p.

OLIVEIRA, F. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PERROUX, F. *O desenvolvimento*. In: DURAND, J.C.G. (org.) *Sociologia do Desenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 13-21.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.





## TERRA CIRCUNSCRITA

José Eduardo Rodrigues Veiga<sup>1</sup>

Roberto de Assumpção<sup>2</sup>

### Introdução

A luta pela terra no Brasil vai muito além da fase que corresponde à conquista das áreas para assentamentos de Reforma Agrária. Até então excluídos da participação da renda nacional, os assentados querem agora o acesso a todas as oportunidades que traduzam a plena cidadania, entre elas, o conhecimento, os programas de crédito, as técnicas.

Fruto da consciência de que é preciso avançar nas formas de organização da produção, foi criada em 15 de maio de 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, a Concrab, que representa a implantação do Sistema Cooperativista

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> *Idem*

dos Assentados (SCA). Conforme material publicado, para apoiar o trabalho de base, a Confederação já elaborou várias cartilhas

que orientam, desde a questão contábil e previdenciária e trabalhista das cooperativas, até a política de desenvolvimento da cooperação agrícola. Além dos cursos nacionais, muitas são as atividades de capacitação técnica nos assentamentos. Destacam-se os freqüentes Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC) e os cursos de Formação Integrada na Produção (REVISTA DA CONCRAB, 1996).

Este texto – produzido no ano de 1997 – representa o interesse crescente da Concrab pela evolução do pensamento dos assentados e atendeu a uma demanda específica cujo propósito era aprimorar o conhecimento teórico nos contextos históricos. O texto compõe-se de:

- Item 1: que apresenta a importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento econômico e social de vários países;
- Item 2: que defende, entre outras coisas, a idéia da Reforma Agrária como instrumento fundamental para a criação e fortalecimento do mercado interno; enfim, o atual contexto da agricultura brasileira;
- Item 3: que introduz a discussão do negócio agrícola como forma factível de consolidação dos assentamentos.

## **O sentido da terra**

Uma análise superficial da história das nações deixa bem claro que concentração de terra é sinônimo de atraso econômico e discrepância social. É impossível o desenvolvimento de um

país nucleado pela terra circunscrita a poderes que reproduzem as velhas oligarquias rurais.

O Brasil de hoje ainda reflete os danos causados pelo fechamento da fronteira agrícola através da “Lei de Terras” de 1850, cuja intenção era bloquear o acesso às terras devolutas pelos futuros ex-escravos e, principalmente, pelos imigrantes europeus que iriam substituir o trabalho escravo nas lavouras de café. Desde então as terras devolutas, em abundância, passaram a ter um valor convenientemente elevado para que sua apropriação fosse privilégio das elites escravocratas.

Configurou-se com essa lei uma espécie de seleção de direitos exclusivos, arbitrada pela moeda e pelo jogo do poder político – não pelo trabalho, distorção que prevalece até os dias atuais.

Com o tempo, a terra passaria a ser uma forma de aplicação financeira, uma reserva de valor muitas vezes mais garantida que a própria moeda. A terra, portanto, transformou-se em espaço de reprodução da riqueza, mesmo quando nela não se produz nada.

O paradoxo da valorização das terras improdutivas é tão mais verdadeiro quanto menor for a sua disponibilidade. A conveniência da concentração – ou restrição ao acesso – explica em grande parte a sobrevida desse tipo de especulação.

Nesse sentido, o direito à propriedade da terra está muito distante dos princípios que a sociedade deveria impor como defesa dos seus próprios direitos. Afinal, nada mais natural que a sociedade como um todo exigisse a contrapartida das atividades sobre espaços que, se não lhe pertencem como propriedade, compõem parte do seu território geográfico e constitucional.

Entretanto, a própria sociedade pouco percebe que a corrosão na sua base social começa no campo e tem, nos êxodos rurais desequilibrados, a raiz dos principais problemas urbanos – maior desemprego, rebaixamento dos salários, crises habitacionais, saúde e educação em estado de degradação progressiva, etc.

Uma forma de melhor compreender como o Brasil poderia – e ainda poderá – encaminhar-se para a construção de um outro “modelo”, o qual partisse do princípio de que a questão fundiária deveria ter função orgânica em uma matriz de governo, está na comparação com outros países.

Enquanto o Brasil fechava as oportunidades aos imigrantes, os Estados Unidos promulgavam em 1862 o “Homestead Act”, que visava abrir de forma legal o oeste para quem vinha da Europa. Como resultado, o setor agrícola, formado por unidades familiares, acabou tendo participação decisiva no desenvolvimento econômico americano.

A abertura da fronteira agrícola e conseqüente corrida pela posse da terra, provocaram brusca elevação dos salários do setor urbano-industrial – e, é óbvio, maior pressão dos custos da mão-de-obra. No entanto, em vez de qualquer tentativa de reversão no processo, tal fato praticamente impôs uma concentração de esforços no sentido de resolver o problema pela pesquisa. Deu-se, então, o primeiro grande salto tecnológico da história americana, que se projetou sobre toda a sua estrutura industrial.

O que esteve em jogo neste importante momento histórico foi a busca de solução de uma pane no sistema econômico, contanto que preservada a democratização das oportunidades.

Na essência, a solução deveria basear-se em estudos, nunca na ingerência dos interesses de forças políticas.

No setor agrícola o deslocamento de pessoas aconteceu única e exclusivamente em função da extraordinária oferta de terras, ou seja, eram impulsionados pelo sonho da propriedade, ainda que fossem obscuros os sacrifícios de todas as ordens que os ‘sonhadores’ teriam de enfrentar. Inserir-se nesse grande processo apenas para vender a força de trabalho era um assunto fora de questão. Isso traduziu-se em escassez relativa de mão-de-obra, o que forçou os proprietários a aumentarem sua capacidade de trabalho através da busca por inovações tecnológicas – princípio da mecanização.

No que se refere ao êxodo rural – referência importante de êxito de um processo de desenvolvimento – nos EUA este não se caracterizou pela expulsão por conta da falta de oportunidade de emprego, falta de terra ou mesmo proletarianização, mas pelos fatores de atração bem específicos das cidades, o que muda os resultados inerentes ao procedimento – em primeiro lugar, no que diz respeito à quantidade (ROMEIRO, 1994).

No Japão, a solução da questão fundiária vem à baila com a Restauração Meiji, curiosamente também em 1862. Quem estava assumindo o poder tinha consciência de que a expansão acelerada do ocidente significava a elevação abrupta de um patamar tecnológico, e a sobrevivência do Japão como país competitivo nos âmbitos internacional e interno exigia rapidez na absorção dos conhecimentos ocidentais. Ou o governo Japonês decidia pela importação de máquinas e equipamentos, e politicamente isso significava uma espécie de submissão colonial, ou criava instituições

de pesquisa com a devida competência para absorver os conhecimentos científicos necessários (ROMEIRO, 1994).

Entra então em cena a questão agrária, feito um fio condutor de todo o pensamento que iria nortear o governo.

Grande parte da população economicamente ativa pertencia ao setor agrícola e, portanto, tinha maior consistência o fato de que o processo de modernização e desenvolvimento concentrasse no campo suas ações fundamentais.

A agricultura japonesa baseava-se desde então nas pequenas unidades de produção e foi necessário muito cuidado para que a introdução de máquinas e equipamentos não atingissem uma magnitude que pudesse provocar a expulsão em massa dos camponeses para um setor urbano-industrial sem a infra-estrutura adequada para resolver este conflito e acomodar as famílias. O modelo de modernização abrupta foi rejeitado e a solução foi adotá-la a partir de estudos que respeitassem as especificidades da estrutura produtiva do país.

Isso quer dizer que a questão social foi priorizada como parte de um projeto de desenvolvimento econômico cujo traço mais marcante foi a garantia do nível de emprego no campo e, conseqüentemente, nas cidades.

Entretanto, o setor urbano-industrial começou a demandar crescentemente matérias primas agrícolas e alimentos para atender sua rápida expansão, o que requeria um aumento da produtividade do trabalho no campo. Foi quando o governo japonês, em vez de concentrar o plano de importações no item máquinas e equipamentos, que teria repercussões sociais gravíssimas, optou pela importação de idéias. Assim, da Alemanha

vieram os projetos de instalação das estações experimentais agrícolas, sem dúvida alguma, a base fundamental para o avanço da pesquisa naquele país.

Foi possível então fazer grandes investimentos na área de melhoramento vegetal – programa de difusão de sementes melhoradas de arroz aproveitando-se do processo de unificação nacional – bem como nos programas relativos à adoção racional de fertilizantes e à introdução de novos equipamentos mecânicos em conjunto com implementos agrícolas tradicionais melhorados aos poucos.

As tomadas de decisão na era Meiji caracterizam o Japão daquela época como um país profundamente voltado para a resolução das questões internas – mercado e organização social.

A consciência de que a tecnificação significaria desemprego em algum ponto do processo produtivo desviou a prioridade para a denominada mecanização de apoio, que, em suma, foi a introdução de pequenos motores a óleo e elétricos que substituiriam trabalho humano na cultura do arroz somente nas operações de debulho, moagem, irrigação e drenagem – em termos numéricos, tais substituições eram bem menos traumáticas em relação às etapas mais significativas do ciclo de produção.

Nas operações agrícolas propriamente ditas, em que o emprego era massivo, a mecanização foi dirigida no sentido de agilizá-las, de forma a intensificar a utilização da terra. Dessa maneira, a maior rapidez viabilizou a introdução de uma segunda cultura na entressafra do arroz.

Vale observar que até mesmo a seqüência das etapas de mecanização do arroz – irrigação, debulha, beneficiamento,

proteção fitossanitária, aração, gradeação, transplante de muda e colheita – foi estudada de maneira a causar o menor dano social possível. A ênfase na modernização agrícola foi para os trabalhos de irrigação e drenagem, realizados coletivamente pelas comunidades locais com todo o apoio do Estado.

Em resumo, a adoção de máquinas e equipamentos na agricultura japonesa da era Meiji foi sempre orientada para alocar toda a mão-de-obra disponível no setor e se chegou a poupar trabalho humano – como, às vezes, torna-se inevitável neste processo – o fez de uma forma que o resultado final se caracterizasse “por uma queda na quantidade de trabalho por hectare nas culturas individuais, mas um aumento de emprego agrícola global” (ROMEIRO, 1994).

Taiwan é outro exemplo extraordinário de projeto de reconstrução de um país tendo como pedra fundamental a Reforma Agrária – grande parte da população economicamente ativa também se concentrava no campo (ROMEIRO, 1994).

Durante a ocupação japonesa, que durou sessenta anos, os agricultores submeteram-se às elites rurais, que entre outras coisas impunham contratos de parceria que duravam um curtíssimo espaço de tempo (muitas vezes apenas uma safra) e que estabeleciam o pagamento prévio de 50% da renda do cultivo estimado. A liberdade deste país foi alcançada em 1949 e logo de início o líder Chiang Kaishek manifestou-se pela quebra radical do poder desta oligarquia rural – condição para que o país emergisse das cinzas e buscasse o norte do desenvolvimento desejado.

Bastaram quatro anos para que Taiwan concluísse a Reforma Agrária e vinte e um anos no total para que seus



agricultores se transformassem não só em consumidores importantes, como também em cidadãos com forte capacidade de poupança.

O governo de Taiwan começou o processo de Reforma Agrária pela redução da taxa de meação e maior segurança dos contratos; posteriormente, as terras públicas consideradas aptas para o cultivo foram parceladas e vendidas; finalmente, foi a vez de os latifúndios serem parcelados e os seus proprietários indenizados com o dinheiro da venda das terras públicas. Ou seja, o valor atribuído às grandes propriedades correspondeu exatamente à capacidade que os agricultores tiveram de pagar as terras públicas.

A distribuição de terras em Taiwan acabou por estabelecer uma estrutura produtiva com predominância de pequenas unidades de produção e a modernização agrícola respeitou esta característica essencial. Como um dos reflexos da nova estrutura,

a produção de alimentos passou a crescer acima do crescimento demográfico, elevando o padrão alimentar da população. Durante 30 anos, de 1952 a 1982, para um crescimento demográfico de 2,5% ao ano, a produção de alimentos cresceu em média, 3,6%. A ingestão diária de calorias subiu, no período, de 2.078 para 2.750 calorias, e a de proteínas saltou de 49 para 77 gramas (ROMEIRO, 1994).

Conclui-se que é incontestável a pressão que a desigual distribuição de terras exerce sobre os indicadores sociais e econômicos. Nesse sentido, cita-se como fecho deste item e de forma bem resumida, o caso de Cuba pré e pós-revolucionária.

Durante a ditadura de Fulgêncio Batista, Cuba apresentava índices de renda *per capita*, alfabetização, urbanização e bem-estar

que figuravam entre os mais elevados da América Latina. Pura fantasia, porque na verdade esses índices eram construídos a partir dos dados da cidade de Havana – então um play-ground dos EUA – onde proliferavam hotéis de luxo, cabarés, casas de veraneio e bordéis. A classe média que se dedicava ao serviço e prazer dos turistas, crescia incessantemente. Portanto, os índices só podiam mesmo ocultar a desigualdade descomunal entre a capital e o resto do país, particularmente entre a cidade e o campo.

A distribuição da renda em virtude da monocultura do açúcar e do conseqüente desemprego em massa durante nove meses do ano era das mais injustas do continente. No final da década de 50, a porção da renda nacional correspondente aos 20% mais pobres da população representava apenas 2,1% do total [...]. Quase todos os indicadores sociais e econômicos registravam discrepâncias entre a cidade e o campo e, sobretudo, entre Havana e o resto da nação. Com 26% da população do país, a capital acumulava, em 1958, 64% da renda nacional. Assim, às vésperas da conspiração de Castro tramada na Cidade do México, Cuba possuía uma classe média relativamente ampla (em torno de um terço da população), o que era razoavelmente próspero para os padrões latino-americanos. Mas era também um país por demais desigual, profundamente dividido em termos de raça, geografia e classe (CASTAÑEDA, 1997).

Um diagnóstico do Banco Mundial, que visitou a ilha em 1950, desde aquela época reforçaria a premência por mudanças enérgicas na estrutura fundiária (embora, por razões óbvias, não tenha sido explícito em relação ao tema). De qualquer maneira, entre outros objetivos a serem alcançados, acrescentavam no informe oficial da missão a necessidade de tornar Cuba menos

dependente do açúcar, avançando na produção para consumo interno de alimentos, matérias-primas e bens de consumo então importados. Uma rápida verificação na estrutura de posse das terras cubanas faz concluir que o alcance desses objetivos só se viabilizariam com mudanças radicais.

O problema econômico é real. A economia cubana dificilmente progredirá somente à base do açúcar. Em 1925, a safra superara 5 milhões de toneladas; em 1955, fora ligeiramente superior a 4 milhões. Porém, a população aumentou 70% e suas exigências se multiplicaram em escala muito maior. Daí serem a diversificação e a industrialização, as palavras da moda, não só entre os revolucionários e marxistas, mas também no seio da comunidade tecnocrática e empresarial. Contudo, se as exportações representavam quase 40% da renda nacional, e 80% delas correspondiam ao açúcar, não haveria oportunidade para diversificar, industrializar ou mesmo obter crescimento sem afetar a estrutura agrícola do país. A cana permitia lucros elevados a curto prazo, com um mercado seguro e preços atraentes; enquanto o capital estrangeiro e cubano se concentrasse nela, e enquanto esse setor empresarial dominasse a política e a economia da ilha, não haveria futuro. Quebrar o poder da oligarquia, desconcentrar a economia e elevar a renda dos camponeses pobres, eis o teor verdadeiro da agenda do Che. Para tanto, era fundamental expropriar os latifúndios, coletivizar a propriedade da terra e diversificar os cultivos e as exportações. O Che é claro: Quando propusemos uma Reforma Agrária e promulgamos leis revolucionárias para alcançar rapidamente essa meta, consideramos em especial a redistribuição da terra, a criação de um grande mercado interno e de uma economia diversificada. Por enquanto, o propósito da Reforma Agrária é promover a produção do açúcar e melhorar as técnicas de produção. Em segundo lugar, devemos permitir ao cultivador que tem sua própria gleba a abertura de terras virgens e o cultivo de toda

terra cultivável. Em terceiro lugar, devemos aumentar a produção e reduzir as importações de grãos básicos [...] devemos perseguir a industrialização nacional [...] que requer a adoção de medidas de proteção às novas indústrias e um mercado de consumidores para os novos produtos. Se não abirmos as portas do mercado para os *guajiros* sem poder de compra, não haverá como expandir o mercado interno” (CASTAÑEDA, 1997).

Enfim, promulgada em 17 de maio de 1959 (a segunda lei data de 1964 e significa um aprimoramento do debate sobre distribuição da terra), a Reforma Agrária inicialmente revestiu-se de um tom mais moderado do que as acaloradas discussões pressupunham, embora mesmo assim seus efeitos tenham sido da maior importância. Em suma, a lei determinou o pagamento relativamente acelerado das indenizações, estabeleceu a necessidade da implantação de cooperativas e criou o INRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária), que desde então passaria também a responder pela saúde, habitação e educação no campo.

## **O mercado interno**

A discussão apresentada teve o intuito de provar a importância da Reforma Agrária como instrumento de transformação econômica e social.

A questão a se responder é se este instrumento perdeu ou não a sua validade de uso, ou se ele não interessa mais ao capitalismo como necessidade intrínseca ao seu próprio desenvolvimento.

Há uma polarização de opiniões, mas o que salta aos olhos da verdade no meio da polêmica é que o nosso desenvolvimento sempre se deu sob profunda concentração patrimonial e que, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos, não permitiu que se construísse uma matriz social apta à modernização.

A proletarização e a conseqüente degradação progressiva do homem expulso das suas terras, ou das atividades agrícolas, estão no fulcro desse problema.

A concentração patrimonial no Brasil traduz-se, desde sua origem, em concentração dos benefícios do progresso técnico. Se houvesse distribuição, ocorreria a difusão dos frutos deste progresso, resultando em grandes investimentos na população. Aliás, esta é uma das condições fundamentais para criação e fortalecimento de um mercado interno – e não por acaso, base do desenvolvimento inicial dos Estados Unidos.

Em entrevista ao *Jornal dos Economistas* (agosto de 1997), Celso Furtado não só questiona a “velha divisão patrimonial” que atrasou o Brasil, como defende nossa saída pelo crescimento do mercado interno, sendo esta, nos seus dizeres, “a forma de se pensar na população”. Seria de fato a Reforma Agrária o instrumento da grande transformação que viabilizaria este processo, colocando milhões de pessoas em propriedades em condições de produzir.

A Reforma Agrária mexe com a matriz de ocupação e, portanto, configura uma massa de salários em condições de assegurar o mercado. Concomitantemente, sendo altamente elástica a demanda por alimentos, a disponibilização de terras para o trabalho e as políticas para garantirem tal trabalho estariam contribuindo para o crescimento desse mercado.

Os reflexos desta profunda transformação dariam-se sobre a economia como um todo, tal como explica Furtado a respeito de um processo de construção nacional, quando ressalta que nosso desenvolvimento tem que privilegiar as necessidades do país e que é o desenvolvimento do mercado interno que pode

sustentar o país no longo prazo. Mesmo hoje, não obstante todas as dificuldades, o mercado interno movimenta 90% da nossa economia. O que estou dizendo nada tem a ver com isolamento. Durante o período em que o Brasil teve políticas bem definidas para prestigiar seu mercado, potencialmente muito grande, as grandes empresas do mundo quiseram vir para cá. Hoje, com a economia nacional sendo desconstruída, o esforço para trazê-las passa por outros caminhos, muito perversos. Oferecemos favores incríveis, absurdos, para criar indústrias de automóveis para exportação. Os Estados estão dando um dinheirão para instalar essas empresas, mas não têm dinheiro para criar emprego e investir em gente. Essas políticas me deixam perplexo. Há algo errado em um país que subsidia a instalação de tantas montadoras de automóveis (FURTADO, 1997).

Discutir crescimento e fortalecimento do mercado interno, seja como defesa de uma tese para o desenvolvimento, ou até mesmo, como forma de defender a distribuição de terras no Brasil, significa penetrar nos paradoxos, os quais, como define Gonçalves (1997), constituem a marca do período recente.

Um deles está na coexistência de supersafras e fome, ou seja, mesmo com a valorização de parte importante dos produtos da agricultura no mercado internacional, a exigüidade do mercado interno não o permite absorver a oferta realizada por insuficiência de renda de um contingente da população, mantida à margem dos benefícios do desenvolvimento no campo e na cidade.

O que pode ser depreendido da citação acima é que nossa agricultura é moderna, até agora tem absorvido as transformações impostas pelos padrões internacionais, e produzido sem grandes problemas de setenta a oitenta milhões de toneladas de grãos/ano.

A questão configura-se em como constituir uma sociedade cujo perfil garanta o acesso da grande massa aos benefícios do desenvolvimento alcançado. Em certa medida, isso significa também criar condições para permitir as taxas sustentáveis de crescimento da oferta, ou seja, criar demanda para valorar cada vez mais produtos, o que em última instância representa um retorno à antiga discussão sobre a necessidade de ampliação do mercado interno (GONÇALVES,1997).

O fato é que a modernização da agricultura brasileira deu-se com ênfase apenas na questão agrícola, consolidando uma produção agropecuária em larga escala calcada no uso de insumos e máquinas – a qual foi aprofundada no período recente pela industrialização com processamento/beneficiamento de matérias primas (KAGEYAMA et al, 1990). Adotou-se o “modelo americano”, elaborado no final do século passado e início deste, com priorização do mercado internacional. Este modelo, em suma, caracteriza-se pela configuração de uma economia com o financeiro e o produtivo extremamente integrados, além da íntima relação entre agropecuária e indústria.

Se nos Estados Unidos haviam sido dadas as pré-condições estruturais para desenvolver esta configuração de economia e sociedade (a partir de condições distributivas igualitárias, fundamentadas pelas instâncias jurídicas e políticas), no Brasil, ao contrário, só poderia mesmo ter ocorrido o agravamento das questões relativas às disparidades regionais – sociais e de renda.

A industrialização da agricultura brasileira obedece rigorosamente os preceitos do “modelo americano” com vistas à internalização de uma tendência mundial hegemônica. O padrão produtivo que se estabeleceu, em função de intenso processamento das matérias primas agrícolas, resulta flagrantemente na produção de alimentos duráveis – vida útil e tipo de mercadoria – estabelecendo até mesmo um regime alimentar onde a proteína animal é o elemento central (FRIEDMAN, 1991, *apud* GONÇALVES, 1997). Sem dúvida, como afirma Gonçalves (1997), “a expansão da produção agrícola está associada a definições emanadas desse *modelo americano* hegemônico”.

O destino dos produtos agrícolas na atual fase da agricultura brasileira, quando a ótica central é o mercado externo, é definido pelo desprestígio aos produtos tradicionais, como feijão e mandioca, ocasionando sua perda em termos de importância econômica e, portanto, de espaço. Ao mesmo tempo, a soja foi alçada ao topo da prioridade da produção vegetal; a laranja é o produto que melhor define a obsessão pelo mercado mundial (produção de sucos cítricos); produtos como frutas e olerícolas, aves e ovos, leite e laticínios, papel e celulose, arroz irrigado etc, elevam sua capacidade produtiva em função da incorporação de modernas tecnologias.

Estruturada em cadeias produtivas para melhor atender a preponderância do mercado internacional, nossa agricultura, cuja engenharia resulta em grandes empresas representadas por conglomerados cooperativos e/ou agroindústrias, experimenta hoje o amargo fruto de uma das suas maiores contradições. Acontece que o Brasil da agricultura moderna e competitiva,



que defende sua posição entre os países que fazem parte do seleto grupo dos *New Agricultural Countries* (que pode ser traduzido como *Países de uma Nova Agricultura*) e que, até então, enfrentou de forma ‘ativa’ o desafio da compulsória continuidade das grandes transformações, vê agora ameaçado este privilegiado *status* e constata que este não pode ser assegurado pura e simplesmente com os processos intermitentes de modernização. Há que se ampliar o tamanho e o perfil da demanda, o que requer compatibilização das transformações produtivas com mecanismos redistributivos da renda, propiciando por um lado o alargamento do mercado interno e, por outro, da própria sofisticação do consumo. Como fazer tudo isso sem executar reformas estruturais, isto é, sem incluir nas discussões o perfil que aprofunda as disparidades do desenvolvimento realizado?

O nó dessa questão só se desata (ou se reforça) na compreensão do paradoxo contido no sucesso (muito relativo) da produção agrícola brasileira.

As supersafras e os altíssimos níveis de modernização não representam a tão buscada solução dos problemas agrícolas, pois a realidade econômica e social do país não tem como servir de respaldo. Isso porque

se a oferta está equacionada, esse equacionamento tem como parâmetro uma demanda irreal. Enquanto demanda dada nos modelos de oferta agrícola, essa demanda mensura apenas o nível de exigências face a um nível de renda também dado. Se é o nível de renda que determina o acesso ao ‘mercado’, o fato de uma parcela ponderável da população não participar plenamente do ‘mercado’ faz a demanda potencial ser incomensuravelmente maior que a demanda manifesta.

Um processo de elevação da renda média e melhoria do perfil distributivo, se prolongado e generalizado, desvelaria a fragilidade da estrutura de oferta agrícola para fazer frente às necessidades globais da população e mostraria a parcialidade da ‘solução’. A problemática da demanda está associada a elementos estruturais e não conjunturais, é o elo que liga a questão agrícola à questão agrária ou, em outras palavras, é a face agrária da questão agrícola e, assim, só pode ser estudada e entendida no seu conteúdo estrutural (GONÇALVES, 1997).

Isto é, não haverá alavancagem na demanda por produtos agrícolas enquanto não for alterado o perfil estrutural da sociedade – o qual tem raízes profundas e de constituição historicamente determinada pela questão agrária.

Portanto, qualquer oposição à Reforma Agrária caracteriza-se em uma irracionalidade do ponto de vista econômico. Se na lógica dos produtores da agricultura brasileira, dita capitalista, ainda prevalecem os pressupostos da modernização extensiva como solução do problema, isso conduz a questionar o próprio caráter de ‘modernidade’ desse segmento.

Do lado da pesquisa, as diferentes posições relativas à questão agrária têm vindo cada vez mais à baila para tentar obter respostas que, efetivamente, no meio de confrontos e acirramentos naturais nesse tipo de polêmica, conduzam a uma homogeneidade das idéias.

Os aportes teóricos são vários, muitos com base em autores clássicos, como Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Celso Furtado. Autores contemporâneos, entre os quais José Graziano da Silva, Claus Magno Germer, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, Geraldo Müller etc, têm

contribuído para que as principais explicações da realidade da agricultura brasileira conduzam-se à luz da questão agrária.

De pronto, pode-se afirmar que não existe um consenso quanto às postulações teóricas sobre nossa realidade agrícola (leia-se também agrária). Em suma, atualmente há os que acreditam que a oferta agrícola por si só tornou irrelevante o problema fundiário e, em conseqüência, a concentração da terra. Outros argumentam que o desenvolvimento da agricultura das nações capitalistas hegemônicas baseou-se na agricultura familiar advinda de uma distribuição de terras, e a estrutura da sociedade que dela decorreu propiciou o crescimento sustentado das suas economias. Há também os que vêem a concentração fundiária como um processo que aprofunda o antagonismo das classes próprias do capitalismo – na oposição burguesia X proletariado – e desenvolvem seu raciocínio para mostrar que o desenrolar dessa luta de classes irá produzir irremediavelmente os contornos do futuro da nossa agricultura.

A verdade que deveria pairar sobre todas as posições, defendida inclusive pelo sociólogo francês Alain Torraine, especialista em assuntos da América Latina, é que a luta pela terra configura-se antes de tudo em um movimento jurídico, ou seja, objetivando de forma concreta a restauração dos direitos. Na seqüência deste movimento será possível promover nos assentamentos a lógica e o sentido econômico das suas atividades.

A plenitude de um processo de desenvolvimento só poderá se dar quando nele incluir, como ponto de partida, o maior número de pessoas, contemplando sua grande diversidade e seus anseios. Em segundo lugar, deve-se assegurar que o

desenvolvimento seja de fato sustentável e, como isso significa acima de qualquer premissa a priorização do emprego e da renda, supõe-se que um dos seus resultados corresponda ao fortalecimento do mercado interno.

São esses alguns pensamentos que jamais prevalecem, restringidos pelo ‘faro’ político das chamadas interpretações economicistas.

Nesse sentido, o que interessa reter dos estudos por nós contemplados são alguns importantes pontos em comum, os quais, mesmo no bojo das divergências teóricas, construam uma identidade de pensamento quanto à problemática agrária.

Dentre as diversas posições, José Eli da Veiga elabora a sua discussão sobre Reforma Agrária partindo do pressuposto da modernização como base de sucesso e, assim como Abramovay (1994), destaca a importância do Estado na determinação da renda, nas políticas de estrutura e nas políticas sociais. Veiga (1994) pergunta

“Será correto afirmar que a distribuição da riqueza não é condição necessária para a retomada do crescimento econômico? Se a resposta for positiva, isto é, se o país puder avançar no seu desenvolvimento sem que haja distribuição, a Reforma Agrária não tem mesmo sentido econômico. No entanto, se a tese inversa for aceita e a redistribuição for vista como uma exigência do processo, então será forçoso admitir o papel crucial desse tipo de programa, pois são poucas as políticas públicas com impactos comparáveis na distribuição da riqueza”.

Concomitantemente, Veiga (1994) concorda com o fato de que a agricultura pode representar impactos redistributivos

além das suas fronteiras, isto é, entre a população urbana (os reflexos sobre a economia como um todo, a que nos referimos), e o exame desses impactos através da produção científica mais recente converge, segundo ele, para o mesmo ponto: “desconcentração de riqueza é o alicerce do desenvolvimento sustentado”.

Veiga defende, sobretudo, a agricultura familiar, fortalecida por um conjunto de políticas públicas como estratégia para dar sentido econômico à Reforma Agrária. Enfim, o que importa destacar da sua posição para este artigo em específico, é que o referido autor concorda com o fato de que a distribuição de terras, em conjunto com políticas viabilizadoras e a consubstanciação da importância econômica do padrão intensivo podem engendrar “substanciais mudanças nos padrões de consumo e nos modo de vida, tornando o poder aquisitivo do salário o componente central da demanda”(VEIGA,1994).

Diferenças à parte, mas concordando com a reivindicação por um desenvolvimento que priorize emprego e renda, Geraldo Müller, que insere sua análise sobre a questão agrária no que denomina de complexo agroindustrial brasileiro, considera, essencialmente, que a produção agropecuária e as indústrias estabelecem uma dupla dependência que implica na mudança do padrão agrário. Atualmente, tal produção “não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias...” (MÜLLER, 1989).

Müller sugere que a nova estrutura produtiva e distributiva é o mesmo que dizer que “não dá mais para produzir, a não ser sob a forma moderna”. Desse modo, ressalta, “a não integração da esmagadora maioria dos estabelecimentos do país à produção

moderna está ligada ao estilo de incorporação posto em prática” (MÜLLER, 1989). Disso resulta a exclusão de grande parcela dos pequenos produtores. Tal situação é resultado da concentração creditícia, concentração de meios modernos de produção e comercialização e concentração fundiária, mas, segundo nossa concepção – mesmo que ela contrarie o pessimismo teórico do autor acima citado e usando um pouco de suas próprias premissas – é passível de redirecionamento com o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, o que depende de uma organização social e política que projete sua força real publicamente.

Não é preciso dizer que essa organização existe e segundo Celso Furtado “o MST é a única força social nova que mantém grande capacidade de mobilização”, e que efetivamente empreende sua dinâmica em função de objetivos bem claros, definidos e organizados técnica e democraticamente, pressionando por coisas muito importantes, entre as quais pelo “investimento em pequenas propriedades, que é condição para formar uma sociedade civil mais estruturada” (FURTADO, 1997).

Há que se concordar com a mudança de padrão nas relações entre agricultura e indústria; há que se concordar também que o caráter de modernidade imprimido pelo novo padrão estabelece um maior grau de exclusão de produtores já estabelecidos. Porém, quando se baseia a defesa da Reforma Agrária na criação e no fortalecimento do mercado interno, está implícito o caráter de modernidade que se pretende para as pequenas (novas ou velhas) unidades de produção agrícolas. É imprescindível pensar os assentamentos de forma a inseri-los na

estratégia do negócio agrícola. Mais do que imprescindível, é factível pensar-se assim. Afinal de contas, a relação de dependência entre a agropecuária e indústria não é unívoca, isto é, não segue numa única direção. Não fosse dessa forma e, a própria capacidade produtiva da indústria nacional de tratores, por exemplo, não teria sido reduzida à metade na última década. Faltou mercado para a demanda de reposição, apesar da propalada modernidade.

Nesse sentido, cabe informar que os dados de produção e venda de tratores a partir de 1970 revelam uma situação que chega a ser dramática para o setor, pois sinaliza um problema estrutural de demanda, característico do esgotamento dos padrões agrícola e agrário.

Na metade dos anos 1970 as indústrias vendiam 78,3 mil tratores a cada ano; em 1980 atingiram a marca de 81,8 mil, e em 1985 já davam mostras de um certo esfriamento da demanda, com 82,5 mil tratores fornecidos (RAMALHO et al, 1988, *apud* GONÇALVES, 1997). Daí em diante, a produção nacional despencou. Segundo os números da ANFAVEA, em 1986 foram produzidos 50.734 tratores, dos quais 45.297 corresponderam às vendas internas e 5.437 às exportações. Em 1996 a produção caiu drasticamente para 20.818 tratores, com vendas internas de 15.545 e 5.273 exportados. Portanto, não fossem as exportações (pequena diferença assinalada entre os dois períodos) e a ociosidade teria sido mais elevada (GONÇALVES, 1997).

Estudos mostram que nos anos 1970 e metade dos anos 1980 a capacidade instalada industrial brasileira (que chegou aos mencionados 82,5 mil tratores no ano de 1985) sofreu a influência

positiva da implementação do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento) e seu ciclo de ampliação esgotou-se porque exigia uma significativa incorporação de novas terras à área agrícola, bem como um ‘salto’ do índice de mecanização já implantado – possibilidade esta com a qual não se podia contar na mesma intensidade, pois havia deixado de existir o crédito rural subsidiado, para alavancar a demanda, ou os financiamentos das inversões industriais com condições favorecidas, para incrementar a oferta (GONÇALVES, 1997). Também é fato relevante que a extensão das áreas improdutivas colaborou para a reversão das expectativas.

Enquanto isso, a capacidade produtiva da indústria norte-americana de tratores evidencia, fundamentalmente, os reflexos da sua política de distribuição de terras e consubstanciação do mercado interno: produção estabilizada desde 1957, quando sua frota total atingiu a incrível marca de 4,6 milhões de tratores – mesmo número de 1983 e que apresenta poucas diferenças em relação aos últimos anos – com demanda anual de 161 mil para reposição (NOJIMOTO, 1987, *apud* GONÇALVES, 1997).

As condições da nossa agropecuária – vale repetir à exaustão – determinaram os restritos limites à expansão da demanda de tratores. Como afirma Gonçalves (1997),

a estabilização da área agrícola brasileira no patamar dos 50 milhões de hectares, tem mantido a frota em torno de 500 mil tratores, o que, aplicando-se o índice de reposição verificado na agropecuária americana, conforma uma demanda anual da ordem de 17,5 mil unidades, muito abaixo da capacidade instalada da indústria nacional de 82,5 mil tratores. Isto não garante a consolidação da indústria nacional.



Ou seja, o Brasil não conta com a demanda de reposição – em torno de 66,5 mil máquinas/ano – e cuja base de sustentação deveria ser o mercado interno.

Esses resultados representam um impasse à própria lógica da concentração e centralização acentuadas do capital. É como se estivesse sinalizando que a saída é a maior flexibilidade da economia e um maior acesso de segmentos, até então não priorizados, à tecnologia moderna.

Por que não acreditar que desse impasse desponte, como sugeriu Furtado (1997), um desenvolvimento que realmente privilegie as necessidades do país e contribua para um processo de construção nacional?

Em outras palavras, embora a tendência que se apresenta seja do acirramento da concentração e centralização dos capitais, ainda é possível pensar-se na integração dos pequenos produtores aos complexos agroindustriais, com a inclusão dos assentamentos no contexto de uma modernidade que se impõe como principal caminho a ser trilhado e que, na concepção deste trabalho, corresponde ao negócio agrícola.

Enfim, as circunstâncias históricas forjaram um contexto econômico e social com concentração de terra e de renda e injusta distribuição de oportunidades.

A luta pela terra e sua posterior utilização sob uma base técnica de produção compatível com o atual estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro (que se manifesta no mercado) podem ser o ponto de partida de superação do nível de disparidades a que chegamos. Impõe-se neste processo a depuração das organizações sociais – além do plano político reivindicativo, a incorporação de técnicas agronômicas e de

mercado, ou seja, os olhos voltados para a pesquisa – e a presença de um Estado realmente viabilizador (que só acontecerá com a pressão precisa das organizações sociais).

Afinal, “se o homem é produto das circunstâncias, então é preciso criar as circunstâncias humanamente” (MARX & ENGELS, em *A Sagrada Família*).

### **Considerações teóricas para a compreensão do negócio agrícola**

Este item caracteriza o atual estágio da agricultura brasileira e apresenta o universo das múltiplas relações econômicas onde devem inserir-se os assentamentos. As postulações teóricas contempladas visaram acrescentar aos treinamentos do pessoal da Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – a percepção de que o negócio agrícola, antes de ser apenas uma proposta de viabilidade econômica, é uma constatação de um empreendimento possível, necessário e, até mesmo, impositivo do ponto de vista da sustentação de um grande projeto de consolidação das unidades produtivas advindas da Reforma Agrária.

Os treinamentos mencionados tanto podem fazer parte dos cursos nacionais – quando as atividades de capacitação técnica têm seu desenrolar nos vários assentamentos distribuídos pelo território nacional – quanto dos promovidos pelo Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária –, centro este de formação e capacitação técnica da Concrab que visa

promover o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo, especialmente dos pequenos agricultores e dos assentados em projetos de Reforma Agrária. Promove capacitação técnica nas diversas áreas, estímulo à cooperação e às formas associativas de organização da produção, além do incentivo à agroecologia, à pesquisa e aos estudos (Revista da Concrab, 1996).

Considerando-se que a Concrab visa mostrar à sociedade uma resposta econômica e social – de vulto – da Reforma Agrária, torna-se fundamental responder aos desafios inerentes ao sistema capitalista como forma de assegurar a conquista plena da terra, a qual também inclui o progresso nas formas de organização da sua produção. Isso requer a ampliação e o avanço nas diversas formas de cooperação agrícola, a garantia da alta produtividade do trabalho e da produção nas cooperativas para o maior número possível de assentados, a capacitação dos assentados e dos dirigentes nos aspectos técnicos, políticos e organizativos, e a expansão das experiências na área da agroindustrialização da produção (Revista da Concrab, 1996).

Portanto, reproduz-se neste texto exatamente o material elaborado para atender à solicitação que surgiu durante os treinamentos. Repete-se o formato original, em que é notório o caráter didático da discussão, para que haja transparência até mesmo no conteúdo que foi apresentado para a capacitação dos assentados, o que poderá suscitar objeções e/ou aprimoramentos.

Assim, conforme o texto original, desde o início dos anos 1990 os agricultores brasileiros vêm enfrentando dificuldades econômico-financeiras crescentes, seja pelo término dos subsídios à agricultura, seja pelo aumento da concorrência devido à abertura

dos mercados, ou mesmo porque a rentabilidade dos grãos decresceu substancialmente na década. Portanto, torna-se fundamental às pessoas ligadas à realidade agrícola – principalmente aquelas com (re) inserção nesta atividade através dos assentamentos rurais – o conhecimento de novas formas de atuação no mercado, visando obter êxito através da construção de oportunidades para o negócio agrícola.

Isso significa uma outra postura do agricultor, que será reforçada à medida que se apreende o conjunto de informações teóricas e empíricas dos processos produtivos bem sucedidos.

O que se propõe é uma mudança significativa no paradigma que predomina entre os que atuam na agricultura, cujo exercício das funções tem se caracterizado preponderantemente na implementação de novas tecnologias voltadas ao aumento da produtividade física da terra e do trabalho, com utilização maciça dos insumos modernos da denominada ‘Revolução Verde’.

Para que ocorra essa grande mudança é preciso orientar o trabalho priorizando antes o aumento da renda do agricultor, através da incorporação à atividade técnica de uma dimensão econômica, calcada nos princípios de gerenciamento moderno. Isso requer que os agricultores assentados passem a entender, manipular e processar a informação como um insumo fundamental da sua atividade.

Tal conhecimento significa um modo diferente de ‘olhar’ e relacionar-se com o universo agrícola – produção e comercialização; é de fato um novo paradigma, que por sua vez deverá, neste texto, ser compreendido através de metodologia de fácil assimilação, em que um dos conceitos

fundamentais a ser assimilado é a transformação dos dados em informação gerencial.

A cadeia de produção agrícola se constitui atualmente no modelo mais moderno para o entendimento do ambiente onde se realiza o negócio agrícola. O fluxograma sintético desta cadeia (figura na página seguinte) mostra como os processos produtivos tornaram-se crescentemente complexos devido à participação de agentes com múltiplos interesses, sobressaindo-se os consumidores na definição do que produzir. Essa complexidade, em que nos dias de hoje se inserem às cooperativas, permite uma visão geral do processo de produção/consumo, que a seguir será comentada mais detalhadamente.

## Fluxograma Sintético da Cadeia de Produção Vegetal

	Externos (Oligopólio)	Internos (Competitivo)			L O G Í S T I C A
<b>Suprimentos</b>	Químicos	Mecânicos	Energia	Mão de obra	
	Calcário	Máquinas	Combustível	Lenha	
	Adubo	Implementos	Lubrificante	Esterco	
	Sementes	Ferramentas	Eletricidade	Animal de tração	
	Agrotóxicos		Equipamentos	Tração animal	
<b>Produção Agrícola</b>	Custo Receita Calendário Agrícola Ocupação de mão de obra (horas de trabalho) Autoconsumo				T R I B U T A Ç Ã O
<b>Processamento Agroindustrial</b>	Custo Receita Calendário do nível de processamento Ocupação de mão-de-obra (horas de trabalho) Autoconsumo Capacidade de processamento Idade do equipamento Assistência técnica Publicidade				
<b>Distribuição</b>	Tipos de Equipamentos		Tipo de Venda		
	Atacado	Varejo	Venda Direta		
	Atacadista	Supermercados	Representantes		
	Entrepasto	Quitanda			
	Intermediário	Empórios	Mercearias		
<b>Consumo</b>	Percepção do Produto pelo Consumidor e Gerente de Compras (Caracterização dos produtos concorrentes, tipo de embalagem, peso, preço, prazo de pagamento, volume de compra)				C R É D I T O

## Suprimentos

A etapa de listagem dos suprimentos necessários (também chamados de insumos básicos externos e internos) inicia qualquer processo produtivo, não sendo exceção a agricultura. Normalmente, consideram-se os segmentos à montante da produção agrícola no fluxograma (antes da porteira) como aqueles que compõem os suprimentos. Destaca-se que esse segmento é constituído de todos os produtos e serviços utilizados e consumidos no processo produtivo.

Os suprimentos podem ser classificados segundo o tipo de mercado em que são encontrados os produtos e serviços. Na teoria econômica classificam-se tais mercados em oligopolizados e competitivos.

Mercados oligopolizados caracterizam-se pela presença de empresas de grande porte (nacionais ou não) regionalmente integradas, que no contexto agrícola fornecem produtos de natureza química, mecânica e energética. Os de natureza química são: calcário, adubos e agrotóxicos; de natureza mecânica: máquinas, implementos e ferramentas; de natureza energética: combustível, lubrificante e eletricidade.

A principal característica dos mercados oligopolizados são os preços administrados. Devido ao grande poder de mercado, essas empresas conseguem impor os preços. Tal estratégia lhes garante um lucro extraordinário, o chamado lucro de oligopólio. A participação desses mercados no custo dos produtos de origem vegetal, como algodão, arroz, feijão, milho e soja é expressiva, principalmente quando a tecnologia de produção utilizada é moderna.

Em linhas gerais, o que se observa acerca do desenvolvimento econômico brasileiro, desencadeado pelo Estado, é que a abertura

da economia possibilitou a entrada de empresas estrangeiras e, particularmente, de um segmento voltado à produção de insumos modernos para a agricultura, o que através da política de crédito acarretou uma modernização do processo produtivo agrícola, com maior intensidade na década de 1970.

Em relação às empresas que se instalam no Brasil é relevante salientar a sua característica oligopolista, isto é,

[...] a experiência peculiar dos países da América Latina é antes a daquelas indústrias que apresentam uma estrutura oligopolista desde a sua implantação [...] porque, ao contrário da experiência passada das economias avançadas, as condições tecnológicas para a emergência de estruturas oligopolistas estão dadas desde o início (GUIMARÃES, 1981).

Nesse sentido, observa-se que o capital que se instala no Brasil possui características oligopolistas com alto poder de subordinação de outros setores que participam dos mercados de maior intensidade de concorrência, com formação de preços mais próxima da concorrência perfeita – o que trouxe conseqüências fundamentais do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura. Diante desse processo de industrialização, a atividade agrícola transforma-se em uma parte integrante do capital monopolista, ou ainda, em seu apêndice, através da estratégia da ‘modernização conservadora’, a qual propiciou aumento na oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno, além dos produtos de exportação. Dessa forma, conectou o setor agrícola à indústria através da demanda de insumos e máquinas, ampliando também nesse momento o mercado interno de produtos industriais, não só pelo aumento



do consumo de bens finais, como pelo consumo de bens intermediários, facilitados pela desestruturação de parte da economia de subsistência.

Para melhor visualização do processo descrito foi anexada à página seguinte uma tabela que indica o tipo de mercado em que atua a indústria fornecedora dos insumos dito modernos.

**Tabela 1.** Brasil – Indústria para a agricultura e indústria da agricultura: indicadores técnico-econômicos e tipos de mercado do complexo agroindustrial brasileiro.

SETORES	TIPOS DE MERCADO
Tratores	Oligopólio concentrado
Inseticidas Produtos farmacêuticos e veterinários Máquinas agrícolas Adubos	Oligopólio diferenciado
Rações	Oligopólio competitivo
Leite e Laticínios Cigarros	Oligopólio
Abate Beneficiamento de fibras vegetais Trigo Refinação de óleos vegetais Produção de óleo em bruto Bebidas	Oligopólio competitivo
Madeira Couros e Peles	Concorrencial

Fontes: Indicadores: IBGE, Censo Industrial, 1960 e 1970 e Pesquisa Industrial, 1974. Tipos de Mercado: POSSAS, Mário Luiz – Estrutura industrial brasileira, base produtiva e liderança dos mercados, 1977; TAVARES, Maria da Conceição (coord.): Müller, Geraldo – Estrutura industrial e empresas líderes, s/d.

Elaboração: MÜLLER, Geraldo – Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, 1980.

Em síntese, a tabela permite observar que

face à massa de necessidade de corte industrial que perpassa todos os setores do complexo agroindustrial brasileiro, pode-se asseverar que a industrialização dos mesmos é a tendência predominante e, tudo leva a crer, irreversível. Trata-se [...] de industrialização no sentido moderno, ou seja, que implica na difusão do atual progresso técnico, elevação das concentrações de capital junto com o avanço de formas oligopólicas de estruturação de mercados, acentuando a distinção entre grandes e pequenos capitais. Essa tendência evidencia que as características dessa industrialização é que regularão a expansão ou bloqueio dos setores industriais e agrícolas (MÜLLER, 1984).

O estágio alcançado pela agricultura brasileira estabelece estreita interação entre a indústria fornecedora dos insumos modernos e a agricultura. Esse segmento industrial se caracteriza pelo capital monopolista, do qual deriva um poder de mercado que protege a sua margem de lucro através de uma política de *'mark-up'*, a qual nada mais é do que o repasse ao consumidor final das elevações no custo de produção. Entretanto, os produtores agrícolas geralmente encontram dificuldades na comercialização pelo fato de serem geograficamente atomizados e não contarem com uma organização que garanta um maior poder de barganha, o que os impossibilita de repassar aos mercados a elevação dos seus custos. Dessa forma, a indústria consegue manter a taxa de lucro mais elevada e, em conseqüência, uma maior apropriação de renda; em função dessas características, tanto indústria quanto agricultura, por constituírem setores em uma economia de mercado, apresentam uma relação de troca

desigual, que favorece a indústria porquanto é oligopolista, enquanto a agricultura é tão somente competitiva.

Convém salientar que os suprimentos obtidos em âmbito interno do processo produtivo constituem-se no mercado competitivo. Ao contrário dos produtos do mercado oligopolizado, os competitivos não possuem a prerrogativa da imposição dos preços.

### **Produção agrícola**

Esta fase corresponde ao processo de produção vegetal, animal ou extrativa e a sua discussão implica primeiramente em ressaltar que a subordinação da agricultura às leis da natureza constitui limitação, por parte do capital, para a plena apropriação desse segmento do fluxograma, quando comparado ao setor de indústria e de serviços.

Dentro do novo quadro, decorrente do processo de modernização da agricultura, observa-se um sobrepujamento dos setores industrial e financeiro em relação ao agrícola, fato este que em parte decorre das características da política de desenvolvimento econômico. Primeiramente, cabe lembrar que a estratégia de modernizar a agricultura em bases empresariais – posta em prática através do acesso ao crédito rural subsidiado para a compra de máquinas e insumos modernos – levou-a a uma maior dependência dos outros setores da economia.

A sua subordinação aos interesses do capital, a partir do prisma do produtor capitalista, requer a reconstituição do

processo por meio do qual este se modernizou. Para melhor compreensão, de início estabelecemos que as condições de existência da produção capitalista estão expressas no conceito de preço de produção (ou melhor, preço de produção + renda da terra). Tratando-se de um sistema de produção de mercadorias comandado pelo processo de valorização do capital (criação de mais-valia através do trabalho assalariado e sua realização como lucro através do mecanismo de preços), o qual envolve uma restrição imposta pela propriedade fundiária, estas condições de existência podem ser expressas na seguinte fórmula:

$$P_a C_a + W_a + r_a K_a + R T_a$$

onde  $P_a$ , preço do produto agrícola, além de permitir a reposição dos custos de produção  $C_a$  e dos salários  $W_a$ , gera um lucro sobre o capital total investido na produção  $r_a k_a$ , e uma renda da terra  $R T_a$ .

Em outras palavras, em um ciclo produtivo o capital adiantado deve ser valorizado a uma taxa média de lucro  $r$ , como ocorre na indústria, mas diferentemente desta a existência da propriedade fundiária exige que uma parte da mais-valia social gerada pelo capital seja captada na forma de renda da terra (renda absoluta e diferencial) por meio do mecanismo de preço. Tanto a renda diferencial como a absoluta, baseiam-se no fato de que a terra é naturalmente escassa e não reproduzível e, portanto, pode ser objeto monopolizável pela propriedade privada. Assim, o preço agrícola contém um elemento de monopólio correspondente à renda fundiária.

Se o preço de mercado fosse igual ao custo de produção, não existiria motivação alguma para o capitalista investir na propriedade, pois no final do período teria uma soma igual à do início.

Supondo-se que o capitalista desenvolvesse sua atividade em um mercado competitivo e obtivesse um lucro elevado, seria de esperar que outros capitais circulando livremente na economia procurassem ser investidos nessa atividade mais lucrativa, o que diminuiria o lucro com o tempo, pois os capitais que afluíssem para tal atividade iriam aumentar a produção e, conseqüentemente, a oferta, o que provocaria uma queda no preço de mercado. Dessa forma, o mecanismo de regulação do mercado tenderia a manter o lucro em uma média.

Convém salientar neste ponto da discussão que de maneira geral a apropriação da renda se diferencia entre os vários setores e, em síntese pode ser chamada de ‘lucro’ quando oriunda do capital produtivo e de ‘juro’ no capital financeiro. Na agricultura existe uma outra parcela da renda – denominada de ‘renda da terra’ – decorrente da posse privada, e que dá direito aos proprietários de exigir um pagamento para liberar suas terras ao cultivo. A simples posse não garante a um proprietário qualquer ganho monetário, mas reserva-lhe o direito de exploração da(s) sua(s) parcela(s) de terra; ao concretizá-la, o proprietário passará então a receber a designada Renda Absoluta, que se traduz no valor que lhe será pago por terceiros pelo uso dessa terra.

Além da Renda Absoluta, existe outra renda da terra definida como Renda Diferencial; a Renda Diferencial I é decorrente de características naturais relacionadas à localização e à fertilidade do solo, que acrescentam vantagens ao produtor;

por exemplo, um mesmo produto proveniente do Estado do Mato Grosso – quando comparado ao Estado de São Paulo – acrescenta ao seu custo total um custo maior de transporte devido à distância ao CEAGESP, permitindo ao produtor paulista uma renda diferencial; o mesmo ocorre com as diferenças promovidas pela fertilidade natural dos solos. Existe também a Renda Diferencial II, a qual define-se quando o uso de capital na forma de sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos, etc., efetivamente pode elevar a renda obtida.

Com a modernização, aumenta-se cada vez mais o uso de produtos industriais na agricultura com a finalidade de promover a renda diferencial II e, dessa maneira, o capital acaba subordinando a agricultura pelo aumento de sua composição orgânica (máquinas *versus* trabalho vivo).

Em um primeiro momento esta modernização é induzida, porque sendo a terra um bem escasso e não reproduzível, a inversão de capital aparece feita uma alternativa de se criar “novas terras” através do aumento da produtividade.

No caso brasileiro pode-se afirmar que o estímulo à modernização é exógeno, isto é, a alavancagem de parte do setor industrial monopolista, produtor de máquinas e insumos para a agricultura, deu-se em função da opção do governo em avançar o citado processo de modernização através de instrumentos de política oferecidos ao setor agrícola.

O progresso técnico alcançado, ao mesmo tempo em que significa para o capital uma faceta do seu próprio desenvolvimento, colabora na subordinação da terra e, por conseguinte, na subordinação da natureza. Dizendo de outra

forma, o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura torna a barreira representada pela propriedade fundiária sem importância. O progresso técnico aparece sem dúvida como fator imprescindível ao novo tipo de agricultura que interessa ao capital e, de tal maneira, que ao ser adotado para explorar intensivamente as unidades de área o faz como se ‘fabricasse’ mais terras, eliminando quaisquer problemas relativos à sua disponibilidade física.

Aparentemente, essa é a mesma lógica que prevalece no setor industrial, em que o progresso técnico, por meio do aumento da produtividade, garante a extração de mais-valia com a subordinação contínua do trabalho ao capital, permitindo com esse mecanismo a concentração que tende sempre ao monopólio. Entretanto, é fundamental diferenciar a agricultura e a indústria no que se refere ao avanço tecnológico, pois a indústria, dadas as suas condições de produção e seu desenvolvimento tecnológico, subordina o processo produtivo às necessidades de acumulação, possibilitando crescentes economias de escala que redundam em uma centralização do capital – que acaba constituindo barreiras a entradas no setor, criando, dessa forma, o oligopólio. A existência de barreiras em uma atividade específica que impedem a entrada daqueles capitais que circulam livremente na economia à procura de melhores investimentos garante a essa atividade um lucro extraordinário, o denominado lucro de monopólio.

No entanto, a agricultura está também subordinada a leis biológicas, as quais constituem barreiras que até mesmo dificultam sua submissão indiscriminada e sem limites aos interesses do capital.

Em relação a esse aspecto, cabe ressaltar o caráter regional do uso das inovações tecnológicas na área de melhoramento genético, ou seja, uma semente desenvolvida para um determinado clima não pode ser utilizada em outro, com o pressuposto de obter rendimentos idênticos. O progresso técnico que atua sobre a produtividade na agricultura leva em consideração as especificidades climáticas, tipos de solo, etc., o que impossibilita, como acontece no setor industrial, qualquer generalização das inovações tecnológicas.

Nesse sentido, o progresso técnico na área da mecanização agrícola diminui o tempo de trabalho durante o ciclo produtivo de determinada cultura, mas não altera o tempo de produção. Isto é, se gasta um tempo menor para realizar a operação de plantio, mas o período compreendido entre o plantio e a colheita continua inalterado, conseqüentemente esse progresso técnico específico não estará contribuindo para um aspecto importante do ponto de vista capitalista, que é aumentar a rotação do capital. Ainda assim, garante um aumento significativo da produtividade do trabalho, o que permite a liberação da mão-de-obra do campo.

Dadas as características diferenciadas do progresso técnico na indústria e na agricultura pode-se avaliar a estruturação dos mercados de atuação dos dois setores de maneiras bem distintas, a agricultura apresentando-se como tomadora de preços e atuando em um mercado competitivo e a indústria administrando os preços em função do seu caráter oligopolista.

Para superar essa ‘armadilha’, a agricultura capitalista adota como estratégia o avanço do progresso técnico através do aumento da renda diferencial II.



## Processamento agroindustrial

Os processos de transformação industrial são estruturados em torno da possibilidade de ampliar o valor agregado dos produtos oriundos da produção agropecuária.

A intensidade de transformação das matérias-primas agrícolas distingüe uma agroindústria de uma indústria alimentar. Normalmente, os suprimentos da indústria alimentar são produtos da agroindústria. Existem casos em que a agroindústria também cumpre o papel de indústria alimentar, por exemplo, uma beneficiadora de arroz.

A implementação de estratégia exitosa de processamento agroindustrial depende da existência de requisitos inseridos nos campos da ciência econômica, da administração e do planejamento. O patamar tecnológico estabelecido para efetuar a transformação da produção é também decisivo.

Face as profundas mudanças nos mercados alimentares, governado pelos padrões da dieta das populações, mudanças qualitativas e quantitativas são observadas na modalidade de gerência dos empresários agro-industriais. Prefere-se, atualmente, efetuar a transformação a partir do estabelecimento de contratos, programando-se, a seguir, toda a produção (produção por encomenda). O aparecimento das marcas próprias entre os conglomerados da distribuição é um facilitador da adoção dessa estratégia.

Os custos de processamento e a rotina de contabilidade também são elementos decisivos na construção da competitividade. Contudo, são enormes as necessidades de

capacitação nos campos comercial, tributário/fiscal e de gerência dos recursos humanos. Profissionais com tais competências, além de raros, só permanecem no empreendimento recebendo vultosas somas.

### *Indústrias de alimentos no Brasil*

Dados compilados pelo BNDES assinalam que o complexo agroindustrial brasileiro gerou em 1994 uma riqueza equivalente a US\$ 138 bilhões, cerca de 40% de todo o PIB. A produção agropecuária correspondeu a apenas 33% desse montante, cabendo 8% à indústria de insumos e 55% aos setores à jusante da agricultura, isto é, a indústria processadora e os segmentos de distribuição. É importante ressaltar que em 1970, quando tem início o moderno processo de industrialização da agricultura no Brasil, o peso da produção primária era de 38% e a indústria à jusante correspondia à metade. Ou seja, nesses anos todos o avanço do Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro esteve comandado pelos segmentos industriais; atualmente, pode-se afirmar com segurança que a dinâmica do CAI é comandada pela indústria, particularmente a indústria processadora de insumos agrícolas, destacando-se como o mais importante o setor de alimentos (CEBRAP, 1997).

Quanto às exportações, o peso do CAI também é de 40% – em função de uma produção de grãos da ordem de 82 milhões de toneladas na safra 1994/1995, a qual corresponde a 5% da produção mundial. Como o Brasil detém aproximadamente 20% da área cultivável do mundo, em condições favoráveis de solo e

clima (sendo que 1/3 das terras aptas à produção ainda estão em desuso), é fácil concluir que são imensas as possibilidades de até mesmo expandir sua posição no mercado mundial de produtos de origem agrícola (CEBRAP, 1997).

A inserção brasileira no mercado mundial de produtos alimentares, que já situa o país em posição de grande importância, pode ser ampliada devido à enorme disponibilidade de fatores naturais que estão na base da cadeia agroalimentar. O Brasil é o primeiro produtor e exportador mundial de suco de laranja e de açúcar e, exceção feita à carne suína, encontra-se entre os três maiores produtores e exportadores do complexo de carnes. O setor de alimentos fatura anualmente cerca de 10% do PIB, e conta com 38 mil fábricas que empregam 16% do total de 4,73 milhões do setor formal da economia. Esse setor tem um grau de concentração relativamente baixo e mais da metade é composta por pequenas e médias empresas, em segmentos como farinhas, carnes não processadas e derivados de soja. Incluem-se, também, grandes empresas verticalizadas e mecanizadas nos segmentos de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, do frango resfriado e do suco de laranja (CEBRAP, 1997).

O faturamento do setor, que era de US\$ 28,2 bilhões em 1985, alcançou a marca dos US\$ 53 bilhões em 1995. O segmento que mais cresceu no período mencionado foi o dos laticínios, quase 2,5 vezes (com 19% de faturamento em 1995). Destacam-se, na seqüência, os segmentos em torno do café, de óleos e dos derivados do trigo. A indústria de carnes e derivados, muito embora tenha obtido 12% de faturamento, teve seu crescimento entre os menores do setor. Enquanto isso, “o crescimento acima

da média da indústria para os segmentos de laticínios e derivados de trigo indicam que a trajetória geral nestes 10 anos foi o de intensificar o consumo em direção aos produtos mais nobres [...]” (CEBRAP, 1997).

## **Distribuição e consumo**

Todo o esforço empreendido pelos agricultores pode se perder caso eles não estabeleçam antecipadamente um plano estratégico para a comercialização e o consumo dos seus produtos. É nesse momento que estará se realizando o valor da produção, o qual, dependendo do caminho traçado no plano de produção, poderá gerar tanto o lucro quanto o prejuízo.

A escolha dos produtos a serem cultivados ou criados pode ser definida como ação estratégica para o sucesso na etapa de comercialização e consumo. Daí decorre a importância do estudo e acompanhamento dos mercados finais e as preferências dos consumidores. Salienta-se que a definição de determinado produto (arroz, por exemplo) implica na adoção de um conjunto de suprimentos, processos e padrões de transformação inerentes ao produto (a lógica do fluxograma da cadeia é combinar agentes e processos produtivos).

Os canais de comercialização podem ser divididos em dois grandes grupos: os atacadistas e os varejistas. Os produtos relativamente homogêneos (não diferenciados, como grãos em geral, café, etc.) são vendidos tradicionalmente sob grandes partidas através do segmento atacadista, canal privilegiado, até

recentemente de comercialização. Contudo, esse nível de comercialização vem cedendo lugar às vendas diretas para os segmentos industriais ou de varejo. Os agentes que compõem esse segmento são os atacados, os entrepostos e os intermediários. Caso o produto receba algum grau de transformação (processamentos em geral), ou naturalmente reúna maiores atributos para o consumo direto (frutas, hortaliças, etc.), então o canal privilegiado de comercialização vem a ser o varejo. Entre os varejistas têm-se os super e hipermercados, as quitandas, os empórios e as feiras.

Não se pode perder de vista que no limite são os consumidores que de fato irão nortear todo o processo. Estratégias de divulgação do produto, mesmo em âmbito regional, são recomendadas. Conseguir contratos com grandes distribuidores (tanto supermercadistas, quanto atacadistas) pode vir a ser uma alternativa para se alcançar mais rapidamente o reconhecimento por parte dos consumidores.

A venda direta e via representantes podem ser experimentadas na etapa de comercialização da produção. Porém, para se atingir tal objetivo é preciso uma estruturação bastante sintonizada com as necessidades dos consumidores (adequação em termos de embalagem, volume, peso e preço), além de grande regularidade no fornecimento (prazo de pagamento e volume do pedido). Recomenda-se um início em pequena escala, tentando explorar os mercados locais, para posteriormente buscar a ampliação.

## Logística, tributação e crédito

Compõem o quesito logística os serviços de transporte e armazenamento. Via de regra, tais serviços integram todos os campos do fluxograma, permitindo sua funcionalidade.

O transporte pode ser próprio ou terceirizado, dependendo da estratégia que mais convir à empresa em termos de risco e viabilidade econômica. O importante é que o sistema logístico opere sintonizado com a produção e a distribuição, acarretando a eficiência do sistema. Na França, por exemplo, o prazo de entrega dos pedidos de um supermercado é inferior a 2 dias, enquanto no Brasil pode ultrapassar 20 dias. Essa argumentação aplica-se também para a problemática do armazenamento (orientado para ser sempre o menor possível).

A tributação incidente sobre os produtos e serviços é um dos temas mais complexos a serem resolvidos por parte dos empreendedores. A legislação é complexa e abrange os níveis municipal (INSS), estadual (ICMS) e federal (CONFINS e IR). Manter a conta tributária em ordem é fundamental para evitar problemas com a concorrência.

No que se refere ao crédito, cabe ressaltar que a alavancagem financeira permite maior rapidez de inserção da empresa nos mercados por meio do desenvolvimento de novos produtos, os quais devem ser avaliados quanto a sua taxa de retorno/viabilidade econômica e competitividade (qualidade e preço). No entanto, a contratação de créditos deve ser precedida de análise detalhada das formas de pagamentos, dos juros praticados e da carência.

Ressalte-se, também, que a análise do investimento na agricultura deve ser pautada pela visão sistêmica, na qual o fluxograma é só uma das ferramentas para a visualização desse complexo processo que é produzir com rentabilidade. A implementação da proposta suscitará outros entraves que deverão ser enfrentados empiricamente, os quais não devem servir para o abandono dessa estratégia. Nesse caso, a percepção conjunta poderá dar grandes contribuições às tomadas de decisão.

Finalizando este texto, é importante destacar que o segmento à montante, ou seja, a indústria produtora de suprimentos para a agricultura, tem seu auge na apropriação da renda entre os anos de 1970 e 1980, entrando em declínio logo em seguida. O principal significado desse fato reside na forma como essas empresas agem na atualidade, pois o enxugamento do mercado tem levado à prática de técnicas agressivas de venda, nem sempre acompanhada de todos os aspectos ligados à assistência técnica, tão necessários à obtenção de uma boa safra, como por exemplo, a venda de adubos sem o conhecimento dos resultados provenientes das análises de solo.

O próximo segmento, localizado, denominado produção rural, apresenta-se declinante em termos da apropriação de renda durante todo o período da modernização da agricultura, mostrando suas limitações em termos da sua capacidade de geração de renda e de emprego, o que por si só coloca a necessidade da busca de novas alternativas, principalmente a médio e longo prazos.

O segmento à jusante, que se refere ao processamento, armazenamento e distribuição dos produtos, apresenta-se

ascendente durante este mesmo período, constituindo-se em um segmento com novas oportunidades de negócio para a ampliação da atuação, por exemplo, de cooperativas, nas quais certos objetivos, como a aproximação ao consumidor, devem ser buscados na essência do processo, isto porque o principal fator para o sucesso de tal estratégia está na satisfação do cliente. Dessa forma, a distribuição surge como a alternativa mais adequada às ações de curto prazo entre as várias áreas de atuação à jusante da produção agrícola.

Como fecho, cabe salientar que a grande maioria das cooperativas de Reforma Agrária atualmente está inserida no setor II (produção agrícola), sendo que no setor III (transporte, processamento e distribuição) encontram-se as melhores perspectivas a curto, médio e longo prazos para a diversificação do atual negócio.

## **Bibliografia**

ABRAMOVAY, R. *A Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo*. In: STÉDILE, João Pedro. “A Questão Agrária Hoje”, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 94-104.

CASTAÑEDA, J. G. *Che Guevara, A Vida em Vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 517 p.

CEBRAP. *Concentração e Centralização de Capitais na Indústria de Alimentos Brasileira*, Anexo ao Relatório Final de Pesquisa do Projeto “Democracia e Poder Econômico”, São Paulo, 1997.

FURTADO, C. *Há risco de uma ingovernabilidade crescente*. *Jornal dos Economistas*, Agosto de 1997, p. 12-15 (Entrevista).



GONÇALVES, J. S. *Mudar para Manter: Análise do Processo de PseudoMorfose da Agricultura Brasileira*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 1997, tese de doutorado, Mimeo, 469 p.

GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e Crescimento da Firma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KAGEYAMA, A. et al. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLAVERDE, C. M.(org). “Agricultura e Políticas Públicas”, Brasília, IPEA, 1990, p. 113-224.

MÜLLER, G. *Alimentação e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Cadernos CEBRAP, 1984.

\_\_\_\_\_. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Editora Hucitec/Educ, 1989, 149 p.

REVISTA da CONCRAB. *Quatro Anos Organizando a Produção*. São Paulo, 28 p.

ROMEIRO, A. R. *Reforma Agrária e Distribuição de Renda*. In: STÉDILE, J. P., op.cit., p. 105-136.

VEIGA, J. E. *Fundamentos do Agrorreformismo*. In: STÉDILE, J. P., op.cit., p. 68-93.



## Pluriatividade e Desenvolvimento Rural

Marcelino de Souza<sup>1</sup>

Mauro Eduardo Del Grossi<sup>2</sup>

### **Crescimento econômico, desenvolvimento agrícola e rural**

Uma recapitulação das abordagens teóricas de desenvolvimento que surgiram principalmente após a Segunda Guerra Mundial mostra que estas não conseguiram ultrapassar a idéia de desenvolvimento vinculada ao crescimento econômico dos países, ou seja, tanto a identificação como o aumento da produção global e da riqueza, cujo fundamento era a livre utilização dos chamados “fatores de produção” (recursos naturais, capital e mão-de-obra), como a concentração da produção e sua

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

<sup>2</sup> Pesquisador Doutor da Área Técnica de Socioeconomia do IAPAR. Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375. Três Marcos. Londrina - PR Tel. (43) 3762249 E-mail: delgrossi@pr.gov.br

localização próxima aos mercados consumidores. Como veremos mais adiante, as estratégias de desenvolvimento e em especial, o desenvolvimento agrícola foram propostas, mas, não conseguiram superar as barreiras que envolvem os processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria das rendas e das ocupações, melhoria das condições gerais de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais mais pobres do campo. Também poderá evidenciar-se que se estabeleceu uma confusão entre as noções de desenvolvimento agrícola e rural de tal forma que, o desenvolvimento rural reduziu-se, quase que exclusivamente, ao fomento das atividades agrícolas e da própria agricultura, esquecendo-se que o espaço rural constitui-se de um conjunto mais amplo de atividades que envolvem as áreas industriais, comerciais, artesanais, serviços, etc.

Os esforços de desenvolvimento agrícola dos anos de 1950 destacavam tanto a transferência de tecnologia agrícola como a promoção do modelo norte-americano de extensão agrícola. Esses esforços tiveram como fundamento o que Hayami & Ruttan (1988, p. 59) denominaram de “*modelo de difusão*” do desenvolvimento agrícola.

Os sociólogos rurais (principalmente os norte-americanos) deram uma contribuição adicional à difusão de tecnologia e ao progresso da difusão. Pautados nos pressupostos da Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons concebiam a sociologia rural como uma disciplina particular que deve fundamentar intervenções no meio rural, visando adequá-lo ou integrá-lo ao meio urbano.

Dessa formulação equivocada deriva-se a grande ênfase que os sociólogos rurais norte-americanos dão aos serviços de extensão rural, como instrumento de vulgarização que devem servir aos processos de difusão de tecnologias, mas, sobretudo, à formação de novos sistemas de valores, comportamentos e atitudes no meio rural, objetivando sua adequação ao universo moderno e racional – [...] – único, necessário e positivo para o desenvolvimento econômico e social. (JONES, 1999, p. 17)

Everett Rogers foi um dos maiores expoentes dessa formulação através do livro “*Diffusion of innovations*” (1962). Os modelos desenvolvidos por Rogers procuravam enfatizar a relação entre as taxas de difusão de uma determinada tecnologia de acordo com as características da personalidade e os níveis de instrução dos agricultores. O entendimento do processo de difusão permitiu uma maior eficiência do serviço de extensão agrícola e ajudou a consolidar a confiança dos administradores rurais e dos elaboradores de políticas na validade do modelo. A ampla receptividade do modelo nos anos 50, conjugado com a observação das diferenças de produtividade agrícola entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como a hipótese de uma alocação “ineficiente” de recursos entre os agricultores tradicionais (os quais eram considerados “irracionais”) teve como consequência um viés muito favorável à extensão rural quanto à escolha da estratégia de desenvolvimento agrícola. Dessa forma, tinha-se a expectativa da transformação dos agricultores tradicionais em agricultores modernos que respondessem com maior racionalidade às oportunidades técnicas disponíveis e realocassem os recursos de forma mais eficiente. De acordo com

este modelo, o desenvolvimento possuía uma relação estreita com a dinâmica do processo de inovação, o qual se realiza através da difusão de conhecimentos que provocam alteração de caráter psicológico.

De forma semelhante ao modelo de difusão de inovações, a tentativa do chamado *desenvolvimento comunitário*<sup>3</sup> nos anos 1950 e final dos anos 1960, tinha por hipótese a crença de que os agricultores eram pessoas com baixo poder de decisão e necessitavam ajuda externa para implementar projetos de desenvolvimento. Também supunha-se que ele poderia ser atingido por meio da transferência de tecnologias agrícolas.

Logo, notou-se as dificuldades e as falhas nos numerosos programas de extensão agrícola, bem como dos projetos de desenvolvimento comunitário em alcançarem o objetivo de aumentar rapidamente a produção agrícola e resolverem o problema básico de alimentação de muitos países. Após avaliação dois problemas básicos foram detectados: primeiramente, que em diversos países estudados existiam barreiras estruturais importantes que impediam o desenvolvimento rural, tais como

---

<sup>3</sup> Segundo Petit (1990), o desenvolvimento comunitário foi produto da época da guerra fria de fins dos anos 1940 e dos anos 1950. Seus princípios se originavam consciente ou inconscientemente das teorias opostas às teorias de caráter revolucionário. O movimento de desenvolvimento comunitário cresceu de forma muito acentuada nos anos 1950, principalmente com o incentivo e apoio financeiro dos Estados Unidos. Essa orientação é, talvez, a consequência de uma visão idealista, expressa por Ghandi, visão segundo a qual a Índia rural profunda era a Índia autêntica, não poluída pela colonização, que tinha contribuição à urbanização e à industrialização. Assim, para o desenvolvimento comunitário vir a ocorrer, a ênfase era colocada sobre a mobilização de recursos locais pela organização coletiva, e sobre a educação graças à presença de um trabalhador no nível da aldeia; *o village level worker*; que é de fato, no início um *organizador* e um *educador*.

a concentração da renda, da terra e do poder. O segundo elemento importante foi a constatação do interesse em inovar dos pequenos agricultores e consumidores dos países subdesenvolvidos, colocando fim na idéia predominante de que “os agricultores estão ligados à tradição”. Os resultados desses estudos apontaram para o fato de que se os agricultores não respondiam aos esforços da extensão agrícola, talvez se devesse a que os extensionistas tinham poucas inovações proveitosas para estender. Essa questão foi reforçada no livro clássico de Theodore W. Schultz denominado “A Transformação da Agricultura Tradicional” (1965)<sup>4</sup>.

Em tal obra o autor entende o desenvolvimento como a passagem de uma agricultura do tipo “tradicional” para uma agricultura “moderna”. Além disso, explica que o setor agrícola em um grande número de países pobres é relativamente eficiente no uso de “fatores de produção” à sua disposição. Com base em estudos de antropologia econômica realizada nas comunidades agrícolas de Panajachel (Guatemala) e Senapur (Índia) termina por formular a hipótese

---

<sup>4</sup> Theodore W. Schultz foi inicialmente um economista agrícola, e nos anos 1930 e 1940, apresentou uma série de estudos acerca da crise da agricultura americana, e então mais tarde começou a estudar as questões agrícolas em vários países em desenvolvimento pelo mundo. Seus melhores trabalhos desse período são *Agricultura em uma economia Instável* (1945) e *Produção e Bem-Estar na Agricultura* (1949). A principal característica dos estudos em economia agrícola de Schultz é que ele não trata a agricultura de forma isolada, mas como uma parte integral da economia como um todo. O interesse analítico de Schultz tem sido focalizado no desequilíbrio entre pobreza e subdesenvolvimento na agricultura comparado com os níveis maiores de produtividade e renda nas indústrias e outras atividades econômicas urbanas. A análise de Schultz acerca do potencial da agricultura é baseada na abordagem do desequilíbrio (informações extraídas de: <http://www.nobel.se/economics/laureates/1979/press.html>, em 22/05/01).

“pobre, porém eficiente”: ou seja, “a comunidade é pobre porque os fatores de que depende sua economia não são capazes de produzir mais, nas circunstâncias existentes”.

Schultz (1965) mostra que o aspecto crucial da agricultura tradicional é a baixa taxa de retorno do investimento nos fatores agrícolas do tipo que os agricultores vêm empregando ancestralmente (rotinas há muito estabelecidas). Nesse sentido, a mudança deste tipo de agricultura requer a substituição dos fatores tradicionais por um conjunto de outros fatores mais proveitosos. A realização de tal empresa ocorreria através do investimento, tanto em capital humano como material. No final de sua obra irá ressaltar que a variável-chave na explicação das diferenças da produção agrícola é o agente humano, isto é, “as diferenças no nível de capacidade adquirida do pessoal”.

Ou seja, o “capital humano” é a fonte principal do crescimento econômico oriundo da agricultura. Em síntese, Schultz afirmava que os agricultores pobres dos países subdesenvolvidos não eram irracionais e fatalistas (como pretendia Rogers), mas eram agentes econômicos que consideravam a relação custo/benefício na adoção de novas técnicas agrícolas.

Assim, a causa da pobreza dos agricultores no campo é atribuída tanto à falta de novas tecnologias disponíveis e adequadas aos agricultores dos países subdesenvolvidos, quanto à ausência de investimentos em “capital humano” para poder criar, adaptar e utilizar tais novidades. Dessa forma, o trabalho de Schultz proporcionou um re-direcionamento importante da extensão agrícola em direção à inversão na pesquisa agrícola e



no capital humano<sup>5</sup>. Um elemento que se tornou crucial na determinação da intensidade em que os agricultores seriam capazes de absorver as inovações tecnológicas era a capacidade deles de processarem e utilizarem as informações, permitindo fazer adaptações frente aos riscos e incertezas proporcionados pelo uso dos novos “fatores de produção” disponíveis no mercado.

Dessa forma, o investimento na capacitação do homem rural, através da expansão das oportunidades educacionais e vulgarização de informações assume papel de destaque. Esta importância da educação como investimento foi fortemente respaldada pela *teoria do capital humano*<sup>6</sup> (SCHULTZ, 1973). Assim,

---

<sup>5</sup> Theodore W. Schultz foi o primeiro a sistematizar a análise de como investimentos em educação podem afetar a produtividade na agricultura, assim como na economia como um todo. Bem consciente das limitações do método Schultz tem como primeira aproximação, definido e medido o tamanho do capital educacional como uma soma de investimentos acumulados em educação. Uma grande proporção dos custos desses investimentos em educação consiste de uma perda de ganhos do emprego durante períodos de estudo. Esses são, portanto, um tipo de custos alternativos os quais podem ser vistos tanto no contexto privado como nacional. Schultz é um pioneiro na pesquisa em “capital humano”, um campo que tem estado em rápida expansão desde o fim dos anos 1950 (informações extraídas de: <http://www.nobel.se/economics/laureates/1979/press.html>, em 22/05/01).

<sup>6</sup> Segundo Marshall (1994, p. 225), “essa é uma extensão moderna das explicações de Adam Smith de salários diferenciais pelas tão chamadas desvantagens em diferentes empregos”. Os custos de aprender o emprego são um dos componentes mais importantes da vantagem líquida e conduziu os economistas a afirmarem que, outros elementos permanecendo iguais, rendas pessoais variam de acordo com a quantia de investimento em capital humano; que é a educação e o treinamento empreendido por indivíduos ou grupo de trabalhadores. Uma esperança além é que o investimento difundido em capital humano cria na força-de-trabalho a base da especialização indispensável para o crescimento econômico. A sobrevivência do capital humano é o reservatório para explicar a rápida reconstrução realizada pelas forças derrotadas na Segunda Guerra Mundial. O capital-humano surge fora de qualquer atividade capaz de aumentar a produtividade do trabalhador individual. A teoria do capital-humano tem atraído muitos críticos da sociologia da educação e treinamento. Mesmo com essas críticas a teoria do capital-humano pode ser olhada como uma espécie de teoria de “troca racional” e aberta para um critério crítico, pelos sociólogos de explicações individualistas do fenômeno econômico.

a teoria do capital humano e o modelo de insumos de altos resultados substituem o modelo de desenvolvimento comunitário de difusão como o modelo de desenvolvimento agrícola dominante.

Segundo Hayami & Ruttan (1988, p.61) “o entusiasmo, com que o modelo de ‘insumos modernos’ foi aceito e traduzido numa doutrina econômica, é devido, em grande parte, ao sucesso em desenvolver variedades modernas de cereais de alta produtividade, apropriadas aos trópicos”. O aparecimento dessas novas variedades teve impactos muito fortes tanto na teoria como na prática do desenvolvimento agrícola. Mellor (1966) observou que essas tecnologias para grãos e fertilizantes possuíam alta divisibilidade e se encaixavam em uma escala neutra, de tal forma que os pequenos agricultores poderiam facilmente adotá-las. Destacava assim, que uma produção agrícola fundamentada em variedades de alto rendimento forneceria a chance de dispor de emprego produtivo para a força de trabalho rural que aumentava rapidamente, enquanto que ao mesmo tempo produziria os bens de consumo necessários ao abastecimento da força de trabalho industrial emergente.

Dessa forma, acreditava-se que as variedades de alto rendimento possibilitariam atingir os objetivos de emprego e de produção. Em suma, advogava a busca de um certo equilíbrio entre o “fundamentalismo industrial” – o qual tende a ignorar o setor agrícola dominante centrando-se na tarefa de desenvolver o setor não-agrícola da economia – e o “fundamentalismo agrícola” que se baseia somente na explosão populacional, o estado da nutrição humana, e a necessidade de alimentar um número crescente de pessoas famintas conduzindo a uma ênfase

maior na produção e na produtividade agrícola. Assim, foi se desenhando uma nova estratégia visando o crescimento do setor agrícola, denominada de *Revolução Verde*<sup>7</sup>. Foi essa análise que encorajou várias instituições, especialmente as Fundações Ford e Rockefeller, a utilizar os resultados das pesquisas conduzidas principalmente por alguns selecionadores para tirar proveito o mais rapidamente possível. Em uma certa medida, pode-se dizer que as disciplinas agrônômicas, particularmente a genética, eram dominantes na *Revolução Verde*, visto que foi fundada sobre a existência de variedades com altos rendimentos e sobre a sua adoção rápida pelos agricultores (EASTERBROOK, 2000). Em 1943 a Fundação Rockefeller estabelece o precursor para CIMMYT com o objetivo de promover a “ajuda aos agricultores pobres do México”, fazendo tanto através da injunção do antigo Secretário de Agricultura Henry Wallace, como da Companhia Familiar de Sementes Híbridas Pioneer, que não tinham sido capazes de extrair dinheiro do Congresso para ajuda agrícola ao México. “Os programas tinham objetivos iniciais de ensinar agricultores mexicanos novas idéias agrícolas”, mas Norman

---

<sup>7</sup> Segundo Hayami & Ruttan (1988, p.86) “o uso da expressão revolução verde, para descrever a tecnologia dos novos cultivares de cereais de alta produtividade, representa uma nota interessante na história da difusão internacional de tecnologia. A expressão foi sugerida, em primeiro lugar, pelo administrador da USAID, William Gaud, em 1968”. Segundo Bourlaug (2000) “o avanço na produção de trigo e arroz na Ásia em meados dos anos 1960 ficou conhecida como *Revolução Verde* e simbolizou o processo de uso da ciência agrícola para desenvolver técnicas modernas para o Terceiro Mundo. Esse processo começou no México com uma revolução ‘calma’ no final dos anos 1950. Durante os anos 1960 e 1970 na Índia, Paquistão e Filipinas recebeu atenção mundial para seu progresso agrícola. Desde 1980, a China tem sido o exemplo de maior sucesso. Mas, a redução da pobreza e o crescimento econômico chinês têm sido atribuídos por Amartya Sen a uma maior prioridade do governo aos investimentos em serviços de educação e saúde”.

Borlaug<sup>8</sup> logo colocou a instituição na procura de inovações agrícolas. O argumento de Borlaug para o cultivo de cereais de alta produção, utilização de fertilizantes inorgânicos e irrigação torna-se irrefutável quando a população global começa a crescer rapidamente após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, muitos governantes de nações em desenvolvimento estavam duvidosos, parcialmente por razões de tradição e parcialmente porque o contato entre especialistas técnicos do Ocidente e agricultores camponeses poderia dar uma reviravolta nas culturas feudais e causar desconforto nas classes das dominantes desses países (EASTERBROOK, 2000). Esses programas de assistência estrangeira também investiram significativamente no desenvolvimento de recursos humanos, treinamentos de numerosos cientistas, ajudando a estabelecer os sistemas nacionais de pesquisa agrícola.

A *Revolução Verde* conheceu um duplo sucesso. Por um lado, permitiu um crescimento espetacular na produção em numerosos países e, de outro, permitiu resolver definitivamente o lugar da agricultura no desenvolvimento econômico. A *Revolução Verde* teve certamente suas críticas e seus limites. Questões sérias

---

<sup>8</sup> Segundo as informações extraídas de Easterbrook, G., (2000), “Norman Borlaug é um melhorista de plantas, nascido em Cresco, Iowa em 1914. Por mais de cinco décadas viveu em países subdesenvolvidos ensinando as técnicas de alta produção agrícola. Ele recebeu o Prêmio Nobel em 1970, primeiramente por seu trabalho em reverter à escassez de alimentos que assombrava a Índia e o Paquistão nos anos 60. Talvez muito mais do que ninguém, Borlaug é responsável pelo fato que durante todo o período da era pós-guerra, exceto na África Sub-Saariana, a produção de alimento mundial expande-se muito mais rapidamente do que a população humana, prevenindo a fome em massa que era amplamente predita, por exemplo, em 1967 no ‘best seller’ ‘Famine – 1975’. A forma de agricultura que Borlaug pregou, segundo este documento, pode ter impedido um bilhão de mortes”.

permanecem colocadas: a primeira, quanto à repartição dos frutos do crescimento e a segunda quanto ao caráter durável e sustentável da intensificação e os rendimentos elevados (EASTERBROOK, 2000).

Todavia, o arrebatamento inicial que ela provocara foi moderando-se na medida que o tempo passava e obtinham-se dados mais concretos sobre seus efeitos, ou seja, quando confrontada com as diversas críticas. Apesar de quase existir um consenso da sua importância no aumento da produção e da produtividade de diversos produtos, o mesmo não ocorria quando se relacionava à distribuição dos benefícios que dela se obtinham (BORLAUG, 2000).

No início e meados dos anos de 1970 vários autores argumentavam que

com freqüência as novas variedades beneficiavam principalmente aos agricultores grandes e abastados em áreas ecologicamente favorecidas, enquanto que muitas vezes empobreciam os pequenos agricultores e arrendatários de terras, em especial aqueles das zonas montanhosas, ao provocar os baixos preços dos grãos e o desalojo de terras quando os fazendeiros viram que resultava mais proveitoso que eles semeassem as terras através de meios mecânicos (EICHER & STAATZ, 1991, p.18).

Esses e outros fatos (o crescimento da pobreza no meio rural, os impactos sobre o meio ambiente, entre outros) viriam a proporcionar modificações no enfoque de desenvolvimento a partir dos anos 1970. Assim, torna-se cada vez mais evidente a distinção feita entre o crescimento econômico e o

desenvolvimento, posto que muitos países apresentavam taxas importantes de crescimento e simultaneamente verificava-se um grande aumento dos problemas sociais. Essas constatações refletiram-se de tal forma no meio acadêmico proporcionando uma rotação na teoria conservadora da modernização em direção ao denominado enfoque do Estado de Bem-Estar no qual se daria menos importância à questão do crescimento e muito mais à questão das desigualdades; a satisfação das necessidades básicas e da geração de emprego, produzindo uma mudança na dimensão da economia do desenvolvimento, nos objetivos e nos indicadores deste. No que diz respeito às mudanças na dimensão, a economia do desenvolvimento converte-se em uma área multidisciplinar e quanto aos objetivos, aumenta a relevância com relação à distribuição de renda e não somente com o aumento do PIB. Em resumo, emergiu nos anos 1970 a tese do “crescimento com equidade”, porém, sem a capacidade de elaboração de um corpo teórico com uma visão global, de longo prazo e que fosse aceito de forma comum.

*A emergência da noção de desenvolvimento rural: os anos de 1970*

Esta mudança de enfoque da economia do desenvolvimento no início dos anos de 1970 permitiu que a agricultura tivesse um papel de maior destaque nos programas de desenvolvimento, considerando-se como uma causa importante dessa transformação a presença da pobreza e a baixa produtividade da agricultura nos países subdesenvolvidos. Reconhecer que a agricultura tem esse papel demandou um

entendimento muito mais minucioso das economias rurais do que aquele que o simples modelo de dois setores havia fornecido. Assim, no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, ocorreu uma pesquisa detalhada da produção e da comercialização, dos mecanismos de decisão dos agricultores, do emprego rural não-agrícola, estabelecendo-se a complexidade dos sistemas agrícolas.

O modelo de inovação induzida de Hayami & Ruttan (1988)<sup>9</sup> e o das inter-relações recíprocas entre desenvolvimento agrícola com o crescimento e a expansão de outros setores não-agrícolas de Johnston & Kilby (1977)<sup>10</sup> constituíram-se em contribuições importantes nos anos 1970.

Nos anos de 1960 e 1970 os economistas realizam um grande esforço em pesquisar cada vez mais os fatores que

---

<sup>9</sup> O ponto essencial desse modelo é a orientação ou caminho tecnológico no sentido de poupar a utilização de fatores escassos. Direciona-se no sentido de liberar obstáculos à produção agrícola colocados por fatores com uma oferta relativamente inelástica. Três características devem ser destacadas na formulação do modelo: desenvolvimento de tecnologia compatível com as condições ambientais e econômicas; o setor público deve possuir um comportamento inovativo no processo de mudança técnica e, finalmente, a importância do processo histórico de desenvolvimento econômico, o qual refletirá as forças econômicas que estimulam mudanças técnicas e institucionais. Os pontos críticos do modelo situam-se nos casos de distorção de alocação de fatores (por exemplo, alta concentração de terra) e também na existência de um sistema efetivo de comunicação de informações (de mercado ou não) entre produtores, instituições públicas de pesquisa, firmas privadas e mercados de fatores e de produtos. O modelo de inovações induzidas de Hayami & Ruttan trouxe um grande aporte ao considerar o progresso técnico como uma variável endógena ao desenvolvimento, diferentemente dos modelos de crescimento dos anos de 1950 que a consideravam como exógena. Porém, ao tentar explicar as mudanças ocorridas no setor como sendo originárias de pressões que partem de dentro para fora da agricultura, os autores isolam essas pressões daquelas que ocorrem nos demais setores da economia e de pressões de setores localizados no exterior.

<sup>10</sup> Esses autores concentraram-se nos fatores que afetam as taxas de transferência de mão-de-obra entre os setores e o nível e composição dos fluxos intersetoriais de bens (JOHNSTON & KILBY, 1977).

influenciavam as decisões dos agricultores relacionadas à adoção de novas variedades de plantas e práticas agrícolas. Esse trabalho teve como efeito o desenvolvimento da Investigação sobre Sistemas Agrícolas. A investigação em Sistemas Agrícolas tenta incorporar as limitações e os objetivos dos agricultores no processo de investigação agrícola ao torná-los participantes, protagonistas na identificação e na análise dos problemas, nas experimentações agronômicas junto às explorações agrícolas e na difusão (vulgarização) ou extensão dos resultados.

Eicher & Staatz (1991, p.32), resumindo a investigação na década de 1970, constataram que os seus resultados microeconômicos contribuíram para a acumulação de conhecimentos dos comportamentos dos agricultores, de suas práticas, das limitações na expansão da produção agrícola e não-agrícola da renda e do emprego; a relação existente entre a pesquisa agrícola e as instituições complementares, bem como a complexidade e a natureza do processo de desenvolvimento agrícola em condições específicas. Esses autores verificaram, porém, simultaneamente pouca atenção à investigação de caráter macroeconômico (por exemplo, as políticas alimentares e o papel da agricultura na transformação estrutural dos países subdesenvolvidos).

Paralelamente, os anos de 1970 foram marcados pelo debate crítico, tanto por parte dos economistas radicais, quanto pelos clássicos e neoclássicos acerca do desenvolvimento econômico dos anos de 1950 e 1960. Esse debate uniu-se às reações dos efeitos desastrosos da *Revolução Verde* e dos programas orientados ao crescimento agrícola levando os economistas,



políticos dos países subdesenvolvidos e grandes agências de ajuda internacional a darem prioridade aos problemas relativos ao emprego, renda e necessidades básicas. O novo enfoque seria um “enfoque integrado” para uma “mudança planejada”. Surgiria assim, o desenvolvimento rural como modelo de desenvolvimento e disciplina acadêmica.

Essa mudança de enfoque no desenvolvimento econômico tinha como conseqüência um papel mais destacado para a agricultura nos programas de desenvolvimento. Delgado (1994, p. 29) enfatiza que

o enfoque do Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), se apóia em uma relação estreita entre as condições técnicas e econômicas da produção (nível de projetos), a política econômica (planejamento macroeconômica), as estruturas de poder e valores sociológicos e o marco administrativo e institucional.

Por isso, o DRI tenta combinar, em um mesmo projeto, os elementos que propiciem a elevação da produção agrícola (serviços de apoio à produção e à transformação agrícola) e que, paralelamente, melhorem os serviços sociais diversos e básicos.

Esses projetos mostraram-se capazes de expandir alguns serviços sociais com muito maior rapidez do que a expansão das atividades econômicas produtivas, e em geral, apresentaram-se muito complexos e difíceis de serem implementados e gerenciados. Seus custos administrativos normalmente eram bastante elevados, tornando-os difíceis de serem estendidos a áreas maiores. Estudos de avaliação de tais programas revelaram que, na maioria das vezes, a deficiente capacidade dos projetos

em elevar a produção devia-se tanto ao desconhecimento das possibilidades técnicas locais, quanto às restrições impostas pela estrutura agrária e por instituições locais.

Tal estratégia teve seu apogeu e sua decadência na década de 1990. Em meados da mesma, surge um outro enfoque denominado de necessidades básicas, que foi promovido por Paul Streeten e por outros economistas do Banco Mundial e popularizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este enfoque insiste em que os projetos de desenvolvimento priorizem em seus objetivos o aumento do nível de bem-estar dos pobres diretamente por meio de projetos de melhoria da nutrição, da educação, da moradia e da saúde, e não do aumento das taxas de crescimento. Suas limitações tornaram-se logo evidentes: ainda que as inversões em projetos desse tipo pudessem contribuir de forma importante para elevar o bem-estar da população pobre e mesmo aumentar a taxa de crescimento econômico, quando as rendas iniciais são muito baixas torna-se necessário investir também em atividades produtivas, na estruturação da base econômica a fim de financiar estes investimentos.

Assim, no início da década de 1980 verifica-se um renascimento da necessidade de priorizar-se o crescimento e a seqüência dos diferentes tipos de atividades de desenvolvimento, reconhecendo-se a impossibilidade de obter-se um padrão de vida decente aos pobres do campo quando simplesmente se procede a distribuição dos bens disponíveis. Uma das lições mais importantes deixadas nas décadas de 1960 e 1970 é a de que o desenvolvimento rural necessita de instituições locais fortes e indivíduos capacitados, e do reconhecimento de que é preciso

transcender os enfoques atuais buscando um caráter interdisciplinar para a solução dos problemas.

*Os anos de 1980 e 1990: neoclassicismo, desenvolvimento local e sustentabilidade*

No final da década de 1970 e começo dos anos de 1980 ressurgiu o questionamento das bases teóricas de desenvolvimento tal como havia sido concebido desde a Segunda Guerra Mundial. A proposta de uma *Nova Revolução Verde* contempla um papel mais decisivo para os governos no financiamento e realização de infra-estrutura rural, da investigação agrária e do fornecimento dos meios de produção e de educação, em contraposição à estratégia da primeira *Revolução Verde* que considerava o mercado como único mecanismo para as mudanças socioeconômicas.

Dessa forma, realizou-se um conjunto de intervenções externas, que se centralizaram nas agências estatais, as quais procuravam introduzir novos modelos para a produção agrícola, novas ligações entre as explorações agrícolas, mercado e agências de mercado, além de inovações tecnológicas – substituição dos saberes, conhecimentos e técnicas “tradicionais” existentes – formas renovadas de socialização, treinamento técnico e econômico, novos modelos de papéis e identidades para os agricultores e suas esposas. Esses programas de intervenção externa caracterizavam-se, então, por um enfoque do tipo *top-down* nos quais as comunidades rurais não eram efetivamente protagonistas. Assim, o meio rural prosseguiu mostrando não só suas disparidades no nível de desenvolvimento, sua sociedade

desarticulada, como consequência do êxodo agrícola e rural, mas também apresentando uma importante diversificação da situação socioeconômica. As potencialidades de desenvolvimento do espaço rural estavam estreitamente vinculadas e condicionadas pela introdução de fatores externos. As transformações, visando obter a elevação das condições de vida, apoiavam-se no desenvolvimento de infra-estruturas físicas e financiamentos de uma parte das empresas presentes neste espaço. Muitas dessas melhorias estruturais eram compatíveis somente com projetos de grande escala, marginalizando um grupo importante de residentes rurais os quais não podiam incorporá-las. Nesse contexto, o desenvolvimento agrícola era sinônimo de desenvolvimento rural.

De um lado, com o advento de profundas transformações na economia mundial, principalmente na década de 1980, e com o aparecimento dos tempos de crise, torna-se mais importante privilegiar o plano local em relação ao nacional. Portanto, o local se apropria, de alguma forma, do processo de desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática global. Ou seja, torna-se uma prática eficaz ou uma reação a esta crise. Em consequência, uma variedade de soluções locais aponta para processos de negociação e o “desenvolvimento local” passa crescentemente a constituir-se em um processo de construção social.

Algumas vezes referido como abordagem *bottom-up* “de baixo para cima” ou “participativa”, as principais características do desenvolvimento rural local são três, segundo Ray (1997, p.345): primeiro, coloca a atividade de desenvolvimento dentro de uma estrutura territorial (rural) antes do que setorial

(agricultura). Segundo, a atividade econômica é reestruturada tanto para maximizar a retenção de benefícios dentro do território local como para valorizar e explorar os recursos locais – físicos e humanos. Terceiro, o desenvolvimento é contextualizado por dar enfoque às necessidades, às capacidades e às perspectivas da população local. Sendo assim, o modelo de desenvolvimento assume uma dimensão ética por enfatizar o princípio e o processo de participação local no planejamento e na implementação de medidas e adota discursos de caráter cultural, ambiental e de comunidade na intervenção do desenvolvimento rural.

Estudos recentes em sociologia do desenvolvimento rural mostram que a importância do local reside no fato de que

os padrões culturais e formas de organizações locais associadas consolidam-se fornecendo um repertório para a geração e reestruturação de estratégias de sobrevivência e meios de vida múltiplos.

Além disso,

a re-asserção de padrões cultural e organizacional local, a re-invenção da tradição e a criação de novos tipos de apegos locais não são, portanto, o mesmo como argumentar por um conjunto persistente de tradições locais. Antes, esses padrões são, em parte, gerados através de várias situações de interface. Essa preocupação com a re-localização fornece novas compreensões teóricas no processo de diferenciação e regional no contexto de desenvolvimento rural.

A diferenciação e a marginalização dos setores rurais mais empobrecidos precisam ser analisadas tanto através das relações de forças nacionais e internacionais, ideologias e discursos, como

também através de conjuntos precisos de interesses sociais e das estratégias produzidas pelos atores sociais<sup>11</sup>.

Todavia, Wanderley (2000, p.34) chama atenção para o fato de que

[...] o desenvolvimento rural será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento local. [...] Não se trata, portanto, de substituir uma categoria pela outra.

Entretanto, a questão do meio ambiente passa a tomar parte da retórica política, apesar de ter sofrido, na década precedente, popularização em função do movimento ambiental. Foi a partir dos anos de 1980 que definitivamente começou a ser utilizado o conceito de “sustentabilidade”, e a questão ambiental foi paulatinamente sendo incorporada aos programas de desenvolvimento em geral. Dessa forma, emerge um clima favorável para se introduzir a questão ambiental nos estudos sócio-econômicos e de planificação do desenvolvimento como um todo<sup>12</sup>. Em síntese, essa breve revisão dos delineamentos econômicos do desenvolvimento rural permite afirmar que este

---

<sup>11</sup> Neste sentido, ver a agenda de pesquisa em Sociologia do Desenvolvimento Rural da Universidade Agrícola de Wageningen na Holanda: [http://www.sls.wau.nl/crds/res\\_rd.htm](http://www.sls.wau.nl/crds/res_rd.htm) (coletado em 26/05/99).

<sup>12</sup> Segundo Wilkinson (1997, p.7) “o princípio da sustentabilidade envolve conceitos alternativos de tempo e de espaço produtivo, cuja internalização como custo tem implicações radicais para a organização da atividade produtiva. A literatura sobre esta questão é ampla e crescentemente operacional à medida que define medidas regulatórias que podem levar tanto a internalização dos custos da atividade produtiva quanto à definição de novas noções de formas aceitáveis de atividade econômica”. [...] “A internalização dos custos sociais totais em relação a sistemas de produção

originou-se da necessidade de equacionar um dos problemas mais graves gerados pelo desenvolvimento agrícola: o crescimento da pobreza rural. Nos anos de 1980 esse tema ganha atualidade em decorrência das crescentes disparidades no nível de desenvolvimento entre as regiões urbanas e rurais nos países desenvolvidos, porém, a sua representação, sua medida e sua transcendência são expressivamente maiores para os países subdesenvolvidos. Ainda necessita-se de uma teoria de longo prazo que permita sustentar as estratégias que venham a ser gestadas nos anos vindouros. Segundo Etxezarreta (1991, p.45) “O crescimento agrícola não assegurará mais o desenvolvimento rural simplesmente porque a vida rural não possui mais fundamento diretamente produtivo nem muito menos agrícola”.

O desenvolvimento e conseqüentemente a vitalidade do mundo rural não dependerá tão fortemente dos resultados econômicos da produção primária, mas também do seu grau de “urbanização”, a sua integração na sociedade e na economia urbana, condição esta que encontra resistências por parte dos agricultores que atualmente encontram-se desconsiderados e desclassificados profissionalmente, aí se incluindo aqueles que fizeram o esforço de modernização e de competitividade de suas estruturas produtivas Cavaco (1996).

Estabeleceu-se quase uma unanimidade entre os pesquisadores que o mundo rural tradicional reduziu a sua

---

específicos é tanto mais polêmica quanto difícil de aprender em termos da sua operacionalização. Numa abordagem neoclássica, em princípio a proposição é inaceitável uma vez que sempre haveria uma tendência ao equilíbrio e à reabsorção de pessoas e recursos dentro do sistema econômico”.

importância, que se acentuaram as diferenças de desenvolvimento com uma produção agrícola baseada em um número pequeno de explorações, sendo estas com caráter muito mais empresariais do que familiares, bem como a expansão de muitas unidades de exploração com grandes problemas em termos de geração de ocupações e de rendas. Recorda-se também a emergência, quando o entorno e as “estratégias familiares” permitiram uso do recurso da pluriatividade<sup>13</sup> por parte das famílias.

Dessa forma, cresce a importância de estratégias de desenvolvimento que considerem o aspecto da diversificação das atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas) entre as famílias, assim como, a necessidade de agentes que sejam dotados de competências que tornem possível a catalisação de processos espontâneos de inovações sociais existentes na realidade cultural das populações rurais residentes consentindo sobrepujar as suas tradições exclusivamente agrícolas.

---

<sup>13</sup> A noção de pluriatividade pode ser entendida como diversificação das atividades internas e externas das explorações envolvendo um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano. No Brasil já existem estudos que apontaram a existência de combinações de atividades agrícolas com outras atividades, as quais permitem resistência, permanência, reestruturação e reprodução social. Nesse aspecto ver os importantes trabalhos de Schneider (1999), Garcia Jr. (1989) e o estudo pioneiro de Seyferth (1973). Sobre essa noção na literatura internacional consultar principalmente Fuller (1990), como também Evans & Ilbery (1993).



## A sobrevivência e a “recuperação” da sociedade rural

Sabe-se que as transformações atuais produzidas no espaço rural não permitem mais entendê-lo como um espaço exclusivo de atividades agrícolas, ou seja, ocorre uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, que são denominada de *pluriatividade* das famílias rurais. Diversos autores chamam atenção para a necessidade de se observar os novos atores e as novas funções adquiridas pelo espaço rural afirmando inclusive o seu caráter multifuncional e a sua gestão multipropósito. Esta idéia de redefinição dos papéis do mundo rural caracteriza a hipótese de recuperação da sociedade rural, em geral.

Sanz (1994) aglutina em seis pontos, que denomina de “novas chaves”, alguns dentre os múltiplos sinais da recuperação da sociedade rural, rompendo com a associação clássica entre trabalho na agricultura e sociedade rural. Portanto, estes sinais poderiam ser assim resumidos:

- 1) O êxodo rural perdeu sua virulência e praticamente desapareceu. Inicia-se, pode-se dizer, uma pequena recuperação demográfica ainda difícil de ser captada adequadamente;
- 2) O fenômeno de recuperação/ re-habilitação das moradias rurais, por parte dos antigos emigrantes ou por parte de outras pessoas de procedência urbana, que procuram no campo um novo contato com a natureza e com outras formas de sociedade;
- 3) A atividade nos povoados e mesmo nas zonas estritamente rurais já não depende tão diretamente da agricultura como no passado, mas está ocorrendo um processo de diversificação ocupacional;

- 4) A própria agricultura encontra-se em um profundo processo de mudança;
- 5) Valorização crescente da agricultura como guardiã e protetora da natureza e do meio ambiente, o que pode repercutir de forma favorável na recuperação de certos espaços;
- 6) Reafirmação da cultura rural tradicional, como defesa contra a invasão urbana e como uma forma diferente de organização social.

O resultado do reconhecimento da recuperação da sociedade rural nos países desenvolvidos como também nos países subdesenvolvidos através das pesquisas mais recentes destacando a emergência de novas ocupações e distintas fontes de rendas nas famílias rurais brasileiras (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2000) colocam novas questões em termos de elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento rural, entre elas a questão da preconização de estratégias que percebam o espaço rural como de utilização múltipla e com uma diversidade de funções e atividades. Atividades e funções estas que, na medida do possível, sejam compatíveis com os interesses e anseios das populações rurais e urbanas. Essa concepção de desenvolvimento rural perseguirá as idéias de redução dos desequilíbrios territoriais e sociais, das externalidades negativas ambientais, de equidade social e integração desta sociedade no conjunto de toda a economia nacional.

Além disso, a manutenção do tecido socioeconômico e o incremento dos níveis de renda e bem-estar de seus habitantes são objetivos de interesse de toda a sociedade, posto que o meio rural não constitui simplesmente o local e o centro de atividade

econômica das pessoas que o habitam, mas que, oferece também incalculáveis possibilidades. A estratégia para o desenvolvimento rural pode estar orientada para apoio as comunidades rurais e aos agricultores visando à diversificação da atividade econômica e o acesso mais adequado a tecnologias e serviços.

Todavia, reserva-se um papel ainda muito fundamental à agricultura no desenvolvimento rural, principalmente nas regiões mais empobrecidas, ainda pouco modernizadas comparativamente, e de mercados insuficientemente abastecidos em nível interno com produção própria<sup>14</sup>. O reconhecimento da agricultura como um dos setores estratégicos sem, contudo, uma definição precisa do futuro a ser alcançado, precisará ser comercialmente viável, sendo que esta viabilidade pouco poderá depender da modernização das explorações agrícolas e do controle dos empresários agrícolas, já que estes não possuem controle ou controlam somente uma pequena fatia do valor final da produção.

Por isso, caberá à agricultura um papel importante na valorização econômica das novas funções e atividades que foram anteriormente destacadas, ou simplesmente por meio de formas de complementação das rendas desta atividade através da sociedade, onde as complementaridades proporcionadas pelos rendimentos de atividades rurais não-agrícolas, desenvolvidas internamente ou externamente às explorações agrícolas (“novos produtos agrícolas”, turismo, indústria, artesanato, serviços, etc.),

---

<sup>14</sup> Wanderley (2000) defende o ponto de vista de que a dinâmica do meio rural no Nordeste brasileiro ainda depende da agricultura. Nesse sentido, destaca que a agricultura constituir-se-á, ainda, por um longo período, na principal fonte de ocupação e de renda daquela população, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e de comercialização.

em resumo, o reconhecimento da importância da pluriatividade e o plurirrendimento das famílias rurais como uma opção preferencial, e da virtual possibilidade de utilização da exploração agrícola visando atividades não-agrícolas, na medida do possível, constituindo-se em proposições inovadoras e ajustadas às demandas locais.

### **As formas de pluriatividade no espaço rural: uma distinção necessária<sup>15</sup>**

As tipologias e as classificações variadas das situações de pluriatividade são apresentadas nos vários trabalhos de pesquisa. De forma esquemática, pode-se afirmar que a caracterização segue três eixos principais: estruturas familiares, estrutura e orientação da exploração agrícola, mercado de trabalho e oportunidades de atividades locais. Elas visam ressaltar as dinâmicas das diferentes combinações observadas. Todavia, uma distinção em dois grandes tipos parece essencial e necessária quando queremos estudar a diversificação de atividades, pois a natureza do impacto macroeconômico é muito diferente, da mesma forma que as modalidades de organização microeconômica.

Por um lado, as famílias agrícolas consentem para um ou outro de seus membros buscar ocupações no mercado de trabalho sobre o qual se apresentam como consumidores de emprego, *job takers*. É o caso mais freqüente das esposas de

---

<sup>15</sup> Esta parte do texto baseou-se largamente em seção do artigo de Brun (1989, p.8), denominada *Une distinction essentielle*.

agricultores que se ocupam em ramos de atividades de educação (professoras), de saúde (agentes locais), etc. O obstáculo que se coloca a esta estratégia é o próprio mercado de trabalho, pois ela não contribui, de forma nenhuma, para a solução de problemas gerais ou locais vinculados ao nível da atividade econômica e ao desemprego, a menos dos efeitos induzidos favoráveis.

Por outro lado, a diversificação das atividades e das rendas das famílias pode ocorrer através da criação de novas atividades quer seja por meio do prolongamento da atividade de produção primária – a montante e a jusante – quer seja por meio de recursos variados, especialmente os imobiliários existentes na propriedade rural (edificações, benfeitorias, etc.) a fim de promover atividades de todos os tipos em direções “criadoras” de ocupações, *job makers*. Ruth Gasson (1988) designou estas categorias de *farm based activities* às quais ela adiciona além destas, as atividades liberais exercidas no local sem recorrer aos recursos da propriedade rural, *home business*. Esse tipo de diversificação de atividades e rendas, partindo de iniciativas criadoras, permite um impacto macroeconômico nada desprezível, mesmo se em sua ocorrência as empresas do local concorrem de forma marginal.

Existem obstáculos para aferir com precisão a parte dessas duas “estratégias familiares”. As atividades denominadas de para-agrícolas (turismo na propriedade agrícola, transformação – venda a varejo de produtos agrícolas diferenciados) não são declaradas como atividades exteriores. Quando os mercados de produtos agrícolas encontram-se saturados esta estratégia ganha força e prevalece a idéia de que para uma fração da agricultura esta via de desenvolvimento seja adaptada ao contexto econômico atual.

Para tal, cria-se a nomenclatura de “empresa rural” contrastando com “empresa agrícola”, pois desprende novas relações entre os membros da família que a sustenta, exige novas competências, especialmente comerciais e se traduzem pela inserção nas redes originais, especialmente as locais. Os acontecimentos familiares são simultaneamente a causa e a consequência das “estratégias familiares”. Elas determinam a força de trabalho e as iniciativas possíveis, a menos que o sucesso não permita desdobrar uma atividade genuína de empresa, empregadora de mão-de-obra e que exerça sua autonomia em relação à família e a seu patrimônio.

### **A pluriatividade: “retorno ao passado” ou uma nova estratégia de desenvolvimento rural?**

Do ponto de vista histórico, o fenômeno da pluriatividade é uma constante na agricultura. Aparece conjugado às respostas de dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores; uma forma de ascensão social, de reconstituição do patrimônio, ou de independência. Ele pode ser ativo ou passivo, alienação ou vontade de autonomia. Parece estar implícita uma forma de conformismo e resistência a um modelo econômico e social imposto.

Um estudo de caráter histórico-conceitual empreendido por Carneiro (1998) acerca da noção de pluriatividade dirige nossa atenção para re-visitar o fenômeno como “um produto da contradição gerada pelo progresso técnico”. Assim, a autora relata três momentos importantes desse processo na França, os quais resumiremos a seguir.

O primeiro momento caracteriza-se pela busca de atividades não-agrícolas sendo que esta era a regra, não sendo vista como ruptura do modelo de reprodução do campesinato. Esse período vai de aproximadamente 1880/1990 a 1930, em que se pode verificar que as práticas não-agrícolas estavam em relação direta principalmente com três elementos: o tamanho da propriedade, a composição do grupo doméstico e o capital cultural acumulado pela família. Nesse contexto essas atividades tiveram efeitos aparentemente opostos, mas complementares, como forma de diversificação profissional.

O segundo momento está ligado fortemente a um período em que ocorre a individualização da força-de-trabalho no interior do grupo domiciliar agrícola. Esse momento inicia-se aproximadamente nos anos de 1930 e prolonga-se até 1970, considerado o auge do processo de modernização tecnológica nas estruturas produtivas na agricultura.

O terceiro momento corresponde ao término do processo de individualização da força-de-trabalho nas famílias agrícolas, tendo conseqüências no conjunto da renda familiar. Portanto, adquire relevância porque essas rendas deixam de ser um complemento da renda familiar e passam a assumir e condicionar a permanência de parte da população no campo, imprimindo uma nova marca, um novo padrão, e colocando-se como alternativa econômica, social e de vida, permitindo a consecução de valores rurais, pela população urbana, ou seja, uma revalorização do espaço rural como um todo.

No Brasil, local em que o processo de individualização da força de trabalho ainda não chegou ao seu ápice em muitas

regiões, a pluriatividade tem ocorrido de forma diferenciada entre os grupos sociais, conforme apresentamos de forma ilustrativa na Tabela 1.

**Tabela 1.** Evolução das famílias, segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família. Brasil, 1992-99. (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ÁREA CENSITÁRIA/TIPO DE FAMÍLIA <sup>16</sup>	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento no período 1992/1999 <sup>a</sup>	Taxa de crescimento no período 1995/1999 <sup>a</sup>		
RURAL	7236	7227	7446	7473	7664	7846	7980	1,5	***	1,9	***
Empregadora com três ou mais assalariados	57	51	68	59	69	71	67	3,8	***	1,6	
Agrícola	18	13	13	12	17	10	15	-2,6		1,5	
Pluriativo	20	19	28	16	21	18	19	-1,6		-6,6	
Não-agrícola	18	19	27	30	32	44	33	11,8	***	7,5	
Empregadora com até dois assalariados	294	263	260	225	251	236	258	-2,1	*	0,3	
Agrícola	158	124	133	120	140	115	129	-2,1		-1,0	
Pluriativo	116	117	103	81	79	83	82	-6,0	***	-4,2	
Não-agrícola	20	22	24	23	33	38	47	12,0	***	19,8	***
Conta-própria	3618	3505	3717	3492	3667	3603	3762	0,5		0,6	
Agrícola	2096	1965	2071	2040	2042	1888	2016	-0,6		-1,3	
Pluriativo	1119	1116	1154	957	1087	1126	1152	0,0		1,6	
Não-agrícola	403	425	492	495	538	589	595	6,0	***	5,7	***
Assalariados	2675	2848	2730	2900	2899	3123	3087	2,0	***	3,3	***
Agrícola	1558	1435	1470	1483	1481	1361	1450	-0,9	*	-1,1	
Pluriativo	343	484	342	355	356	462	410	1,0		6,5	**
Não-agrícola	774	928	918	1062	1061	1300	1227	6,8	***	8,1	***
Não-Ocupados	592	560	670	798	778	813	805	5,8	***	4,0	*

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Junho/2001.

Nota: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam 5%, 10% e 20%, respectivamente.

<sup>16</sup> Conforme proposto por Del Grossi & Graziano da Silva (1998) utilizamos a noção de “família extensa” as quais são constituídos pelo conjunto dos membros dos domicílios menos os pensionistas e empregados domésticos (e seus respectivos parentes). Foram mantidos os agregados na família extensa, dada a relevância que estas pessoas possuem em muitas unidades familiares, agindo como se estivessem vinculadas às mesmas por laços de parentesco. A exclusão dos pensionistas e empregados domésticos dos membros do domicílio ocorreu apenas visando à



Pode-se verificar que a pluriatividade atinge principalmente, mas não exclusivamente, as famílias de assalariados rurais. Ela ocorre também entre os representantes legítimos da nossa agricultura familiar, as famílias de conta-própria e de empregadoras com até dois empregados. Há que se ressaltar a ocorrência de um grupo muito numeroso de famílias denominadas de assalariados não-agrícolas e famílias não-ocupadas para o qual o meio rural constitui-se somente em um local de residência. Outro fenômeno de real importância é a tendência confiável de crescimento do número total de famílias do meio rural brasileiro, indicando uma provável recuperação de tal sociedade como foi visto anteriormente, sem, contudo, precisarmos onde esta recuperação possa estar ocorrendo, pois as variantes locais e regionais são bastante grandes: alguns estudos, recentemente realizados e disponíveis no âmbito do Projeto Rurbano<sup>17</sup>, tratam de tentar fornecer algumas explicações mais detalhadas acerca desses aspectos.

Por exemplo, Teixeira (1998) mostrou como a dinâmica propiciada pela expansão do turismo na região serrana do Estado do Rio de Janeiro na década de 1980 tem oportunizado novas

---

classificação da unidade de análise em pluriativa ou não. A partir daí foram definidos os diferentes tipos de famílias. Como “famílias agrícolas” foram consideradas aquelas em que todos os membros da família extensa ocupavam-se somente em atividades agropecuárias na semana de referência. Foram consideradas como “famílias pluriativas” aquelas nas quais pelo menos um dos membros da família declarou exercer uma atividade agrícola e outra atividade fora do setor, independente de elas serem ocupação principal ou secundária. Foram consideradas “famílias não-ocupadas” aquelas em que se constatou que nenhum dos membros da família extensa declarou exercer qualquer trabalho na semana de referência.

<sup>17</sup> Constitui-se em um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1992/99 - Fase III” e que conta com financiamento da FAPESP para sua realização.

ocupações e rendas para a população rural, apesar do visível processo de diferenciação social ocorrido e da precariedade das ocupações que se tornaram disponíveis. As rendas advindas dessas novas ocupações desempenham papéis relevantes nas estratégias de reprodução econômica e social de muitos pequenos produtores agrícolas daquela região. Nesse sentido, a pluriatividade tem se mostrado relevante como resultado da intensificação das atividades turísticas. Atividades estas que anteriormente eram acessórias, mas que atualmente tornaram-se a principal fonte de ocupações e de rendas das famílias.

Em outra pesquisa mais recente Souza (2000) mostrou como a pluriatividade das famílias em uma localidade rural do Estado do Paraná pode servir como uma estratégia muito eficaz de desenvolvimento rural, ao melhorar a renda das famílias e conseqüentemente os indicadores de bem-estar social e econômico, apesar da precariedade de muitas das novas ocupações rurais. Além disso, as evidências revelam que a pluriatividade não se apresenta incompatível com o uso da terra e da produção. Os resultados obtidos permitem afirmar que as famílias são muito eficientes na gestão dos recursos familiares que se encontram a sua disposição, de forma tal que maximizam os seus indicadores de bem-estar social e econômico. A pluriatividade naquele contexto indica ser uma solução eficaz para os pequenos agricultores com problemas de baixa renda e pode também ajudar a conter o despovoamento das áreas rurais.

Na sua essência atual, a pluriatividade não pode ser simplesmente considerada como um retorno ao passado, porque esse fenômeno compreende-se como uma parte integral da

geografia da acumulação e da constante *commoditização*<sup>18</sup> das relações sociais de produção e reprodução (LE HERON, ROCHE & JONHSTON, 1994). Então, ela é uma parte integral do ajustamento de estratégias de grupos domiciliares em geral, cujo nível e padrão de desenvolvimento, em cada setor de produção, varia amplamente, refletindo diversas histórias e geografias da experiência da produção em regiões e nações.

### Referências bibliográficas

BORLAUG, N. E. *The Green Revolution Revisited and The Road Ahead*. Disponível na internet em: <http://www.nobel.se/peace/articles/borlaug/index.html> (coletado em 22/05/2001). 2000.

BRUN, A. *La famille comme unité d'analyse du secteur agricole*. *Économie Rurale*, n. 198, 1989. p.3-8.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda. 1998.

CAVACO, C. *Turismo rural e desenvolvimento local*. In: Rodrigues, A. A. B. *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec. 1996.

DELGADO, F. C. *Planteamientos economicos del desarrollo rural: perspectiva historica*. *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n. 169 (julio-septiembre, p. 11-51). 1994.

---

<sup>18</sup> Marsden (1995, p.293) define *commoditização* como “representando uma variedade de processos sociais e políticos pelo qual valores de mercadoria são construídos e atribuídos a objetos agrícolas e rurais, artefatos e pessoas. É um fenômeno diversamente construído ao redor do qual os processos de desenvolvimento amalgamam-se e então se difundem”.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA. *A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995*. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, 1998. p. 26-52.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA. *Ocupações e rendas rurais no Brasil*. In: ORNAs, ocupações rurais não agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina, PR: IAPAR, 2000. 217 p.

EASTERBROOK, G. *Forgotten Benefactor of Humanity*. Artigo obtido em: <http://www.theatlantic.com//issues/borlaug.htm> em 22/12/2000. 2000.

EICHER, C. K.; STAATZ, J. M. *Desarrollo Agrícola en el Tercer Mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 596 p.

ETXEZARRETA, M. *La modernization de l'agriculture espagnole et le développement rural*. Économie Rurale, n. 202-203, mars-juin. p. 44-45. 1991.

EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. *The pluriactivity, part-time farming, and farm diversification debate*. Environment and Planning, v. 25, p.945-959. 1993.

FULLER, A. M. *From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe*. Journal of Rural Studies, n. 6 (4), p. 361-373. 1990.

GARCIA JR, A. R. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: MCT-CNPq. 1989, 285p.

GASSON, R. *The economics of part-time farming*. Longman, England. 1988.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais*. EMBRAPA: Brasília, 1988, 583 p.

JOHNSTON, B.; KILBY, P. *Agricultura e transformação estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

JONES, A. S. *“Approach” Geral em Sociologia Rural: Duas Tendências Clássicas*. Economia Rural: Viçosa. 2(10), Abr./Jun. 1999.

LE HERON, R.; ROCHE, M.; JOHNSTON, T. *Pluriactivity in New Zealand Agriculture in the 1980s. A Benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems*. Geoforum 25(2):155-172. 1994.

- MARSDEN, T. *Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces*. Journal of Rural Studies. 3 (11) p. 285-296. 1995.
- MARSHALL, G. *The concise Dictionary of Sociology*. Oxford: New York. Oxford University Press. 1994.
- MELLOR, J. W. *The Economics of Agricultural Development*. Ithaca, New York: Cornell University Press. 403 p. First edition. 1966.
- PETIT, M. *Économie Rurale et Développement*. *Économie Rurale*, n. 200, nov.-déc., p. 60-64. 1990.
- RAY, C. *Towards a Theory of the dialectic of Local Rural Development within the European Union*?. *Sociologia Ruralis*, v. 37, n. 3, p. 345-362. 1997.
- ROGERS, E. M. *Diffusion of Innovations*. New York: The Free Press. 453p. (Third Edition). 1983.
- SANZ, B. G. *Nuevas claves para entender la recuperación de la sociedad rural*. *Papeles de Economía Española*, n. 60-61. 1994.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205p.
- SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, 207 p.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250 p.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: Um estudo de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. Dissertação de Mestrado. 1973.
- SOUZA, M. de *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. Campinas: FEAGRI, UNICAMP (Tese de Doutorado). 2000. 304 p.
- TEIXEIRA, V. L. *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA (dissertação de mestrado), 1998. 183p.

WANDERLEY M. N. B. *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In... ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Organizadora: Norma Giarracca. Livro e artigos disponíveis na internet em: <http://www.clacso.org/livros/rural/rural.html> (capturado em 31/05/2001). 2000.

WINKINSON, J. *As Ciências Sociais e o Mundo Rural – Impasses atuais, continuidades e desafios*. Caxambú-MG: XXI Encontro Anual da ANPOCS. 1997.

# Planejamento Rural

Oswaldo Calzavara<sup>1</sup>

## **A necessidade de planejar**

Estudos recentes de desenvolvimento rural demonstram uma evolução conceitual: de uma visão economicista-reducionista, mais centrada no crescimento da produtividade agrícola, na diminuição de custos e na eficácia gerencial da unidade produtiva, para outra visão mais abrangente, desenvolvimentista, que contempla o entrelaçamento de questões tecnológicas, sócio-econômicas, políticas, culturais e ecológicas, conforme Bifani (1998). Nesse contexto, o planejamento rural, buscando melhorias das condições de vida, procura otimizar potencialidades locais e regionais de uma forma mais duradoura.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agronomia, Professor Associado do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (PR) – UEL. E-mail: calzavara@uel.br

O planejamento pode ser um instrumento eficaz para o desenvolvimento se conduzido com racionalidade, garantindo a participação dos agricultores durante todo o processo. Por sua característica de ser um processo de constantes reajustes periódicos leva à maior racionalização no uso dos recursos, tendendo à homeostasia do sistema, no sentido do equilíbrio dinâmico, tanto em nível de uma unidade produtiva do setor rural, ou em um assentamento de agricultores, bem como na otimização de potencialidades de uma determinada região. Uma forma de se implementar esse planejamento é aqui apresentada, com um modelo detalhado, que pode ser adaptado conforme nas necessidades mais específicas.

A crescente empresarialização da atividade agrícola num contexto altamente dinâmico, caracterizado principalmente por grande volume de informação de fluxo rápido, amplia o conceito de planejamento enquanto ferramenta básica de gerência da empresa rural. O planejamento rural se transforma em um estilo de trabalho, em um comportamento empresarial voltado para as constantes adequações do sistema agrário na dinâmica das mudanças. As transformações na sociedade atual vêm ocorrendo de forma muito rápida. Basta pensar no que era a agricultura cinquenta anos atrás, em que pouco se falava de planejamento. Os fatores facilitadores de desempenho eram muitos: fertilidade natural dos solos, mão-de-obra familiar abundante, administração direta do agricultor, poder político dos fazendeiros, sociedade agrária. A agricultura reinava na sociedade da época, representando 88% das exportações brasileiras em 1960. Produzia-se para consumo, sem grandes problemas de fertilidade



e pragas, produzia-se também para vender. O governo interferia no setor garantindo privilégios da “classe agrícola”, como o fato histórico da queima de estoques de café, para garantir preços favoráveis. Em um contexto assim não havia muita necessidade em se preocupar com planejamento, com racionalização de atividades.

Com o crescimento da população urbana e aumento do seu peso eleitoral, da conscientização de classes, das crises de abastecimento, iniciou-se um processo de reorientação dos investimentos públicos e diminuição do poder dos “barões do café”, consolidando-se a hegemonia urbano-industrial, conforme Furtado (1976). Este quadro, aliado a perda da fertilidade natural de solos devido a uma agricultura extrativa, ocorrência de pragas e fenômenos climáticos desfavoráveis, teve influência no cotidiano da atividade rural, levando o produtor a se preocupar mais com a diminuição de custos, com a adoção de novas tecnologias e com a diversificação das atividades em nível de unidade produtiva do setor rural (para este trabalho, o mesmo que propriedade rural, empresa rural, fazenda, sítio, chácara, parcela, etc).

Os agricultores passaram, intuitivamente, a fazer análises comparativas de desempenhos, observando que propriedades rurais vizinhas, com as mesmas atividades agropecuárias, com características de solo e clima semelhantes, apresentavam resultados bastante diferentes. Ou na venda da produção, por exemplo, constatavam que o comprador intermediário separava o produto por “classe”, ou dava preferência por alguns produtores em detrimento de outros, e que isso tinha alguma coisa a ver

com o tipo do produto. Assim, os agricultores foram sentindo na prática a necessidade de que alguma coisa precisaria mudar, aperfeiçoar e que dessa maneira procedendo poderiam melhorar a renda.

O uso do planejamento na unidade produtiva do setor rural apresenta uma série de vantagens, tais como:

- a) ganhar tempo, evitar improvisações, errar menos, gastar menos;
- b) “arranjar”, para o ordenamento harmonioso das partes de um todo, para se obter determinado resultado;
- c) organizar a atividade rural visando alcançar objetivos pré-determinados;
- d) racionalizar uma ação, preparando-a antecipadamente;
- e) dar maior eficiência a uma atividade humana, estabelecendo objetivos, metas e prazos.

Brandt (1976), analisando essas questões, concluiu que de uma empresa rural para outra, “a renda varia em virtude de diferenças em conhecimentos dos empresários, composição do solo, topografia do terreno, influência do micro clima etc.” Elencou fatores que interferem na renda agrícola, classificando-os em duas categorias:

- a) controláveis ou internos (possíveis de serem gerenciados diretamente pelo empresário rural e sobre os quais se tem maior controle);
- b) incontroláveis ou externos (aqueles sobre os quais o empresário rural não tem controle direto e que dependem da política agrária).

São fatores internos: produtividade dos fatores de produção, escala de operações, combinação de atividades, perfil do empresário rural. São fatores externos: política governamental,

mercado, ambiente. O conhecimento da constituição desses fatores, do funcionamento, das interações e alternativas de manejo são aspectos determinantes do sucesso ou fracasso da atividade rural.

### **Adequando sistemas agrários**

Os fatores externos e internos que interferem no planejamento da empresa rural são melhor compreendidos a partir do enfoque dado pela teoria de sistemas, uma vez que permite analisar as interrelações entre eles. Passam então a ser vistos como componentes de um sistema aberto, com funções específicas, mas que devem funcionar sintonizados, visando a harmonia do conjunto. Em um contexto assim, a unidade produtiva do setor rural também pode ser chamada de sistema de produção rural, ou sistema agrário de produção.

Segundo Chiavenato (1982), Bertalanffy conceitua um sistema, de forma geral, como um conjunto de unidades reciprocamente relacionadas, e Khandwalla entende como um conjunto de elementos interdependentes e interagentes. Para Wright (1971), a empresa rural é melhor compreendida no seu contexto, por se tratar de um sistema bio-econômico, no qual o homem é apresentado administrando sistemas biológicos, em um ambiente incerto, para alcançar algum resultado de natureza econômica.

O planejamento da empresa rural, enquanto sistema aberto (intercâmbios com o ambiente), deve considerar algumas características próprias dos sistemas, tais como:

- a) propósito ou objetivo, isto é, toda organização tem de ter claro seus objetivos, para que todas as forças sejam mobilizadas no sentido de atingi-los, aproveitando ao máximo todas as potencialidades e diminuindo ao mínimo as perdas de energia;
- b) globalismo ou totalidade, ou seja, uma mudança introduzida em uma parte da propriedade rural afetará todas as outras partes componentes, em maior ou menor grau, devido ao relacionamento existente entre elas. Dessa intervenção no sistema decorrem dois fenômenos: a entropia e a homeostasia;
- c) entropia é a tendência natural dos sistemas para o desgaste, para a desintegração, a falência. O que pode impedir tal fenômeno é o constante *feed back*, ou seja, o uso da informação para as adequações;
- d) homeostasia é a busca de um novo equilíbrio através das adequações nos sistemas agrários. A busca da sintonia dos diferentes componentes para a harmonização do todo é papel do planejamento para a maior eficácia do negócio agrícola.

A compreensão dessa análise pode ser facilitada através da Figura 1. Os três retângulos podem ser vistos como subsistemas de um sistema produtivo rural. Observando-se os três níveis pode-se visualizar a relativa impotência da empresa rural por estar envolvida pelas organizações do complexo rural e dependente de diretrizes de governo. O tracejado dos retângulos demonstra a existência de interrelações entre todos os componentes do conjunto, em maior ou menor intensidade, dependendo da competência e do nível de organização dos agricultores.



Figura 1. Sistema Produtivo Rural

Como um exercício ilustrativo a partir da figura 1, verificando-se as interrelações entre componentes dos três níveis e seus reflexos, pode-se citar a análise conjuntural de Homem de Mello (1995) acerca do Plano Real: quando então “... a agricultura pagou um preço alto para servir de âncora ao Plano”, transferindo renda para outros setores da economia brasileira, “uma vez que houve uma queda de 25,8% na receita dos empresários rurais, considerando-se os vinte principais produtos, apesar do aumento da produção no período de duração do referido plano governamental”, demonstrando que nem sempre produtividade e rentabilidade andam juntas.

## Operacionalização do planejamento da propriedade rural

O planejamento rural permite identificar os pontos de estrangulamentos de uma situação atual e propõe alternativas rumo a uma situação desejada. Resolvendo os problemas identificados, a situação atual vai se aproximando de uma situação desejada, configurando-se em uma nova realidade do sistema agrário de produção. Para isso, diversos mecanismos podem ser utilizados, dos mais simplificados aos mais complexos, conforme as especificidades ou preferências, como por exemplo:

- a) esquema simples, que é o antigo e eficiente esquema: ver – julgar – agir;
- b) orçamento, que pode ser a elaboração de planilha, em que são trabalhados dados contábeis para análise econômica e financeira, subsidiando tomadas de decisões;
- c) programas de computação, úteis na apresentação de simulações para análises gerenciais e acadêmicas aprofundadas, modelos matemáticos de análise, armazenamento e organização da informação, construção de séries de dados, mecanismos de controle de atividades específicas da empresa rural etc;
- d) planejamento global, que pode se utilizar de programas de computação ou não, dependendo das especificidades, possibilita a análise da empresa rural como um todo harmônico, abordando o conjunto das atividades e suas interrelações em uma perspectiva sistêmica. Muitos trabalhos foram produzidos neste enfoque, como por exemplo Rockenbach (1981), Wright (1971), Sugai (1983).

Um modelo prático de operacionalização do planejamento rural pode ser visto na Figura 2, mais como proposta de roteiro, adaptável conforme especificidades da empresa rural e a intensidade de mudanças que se deseja introduzir no sistema.

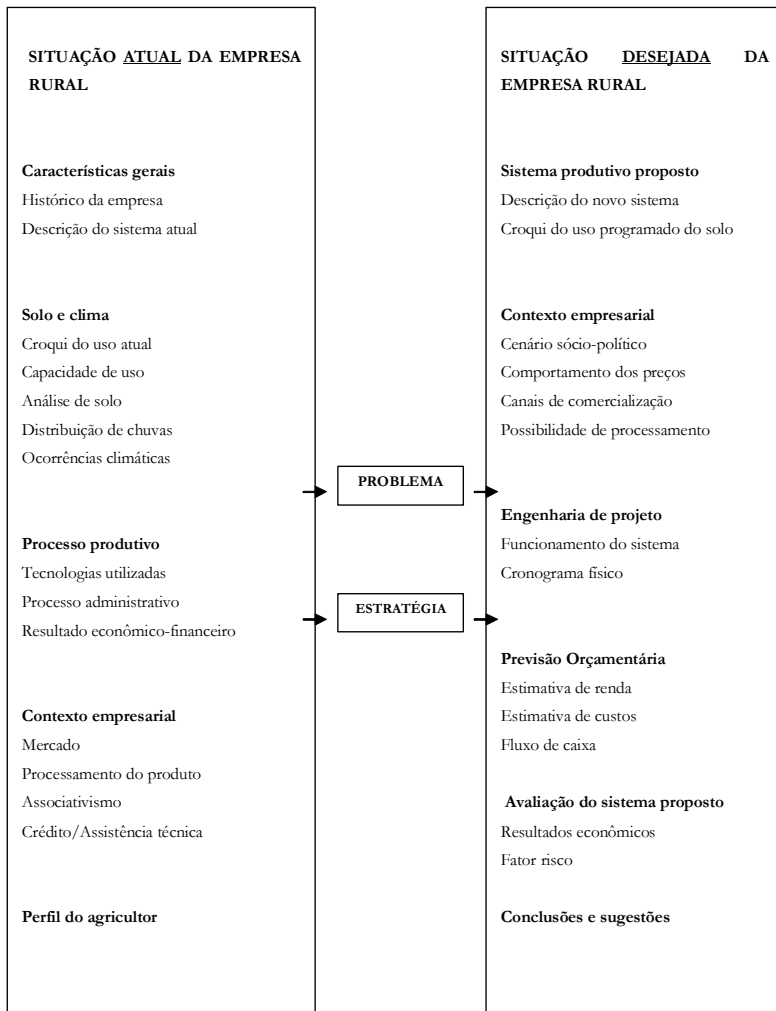
O diagnóstico possibilita o conhecimento da “situação atual” da empresa rural, configurando-se na problemática, ou seja, o conjunto dos pontos de estrangulamento do sistema. A partir dessa realidade elaboram-se “n” estratégias alternativas de mudanças, em função dos pontos fortes e fracos da empresa rural, bem como das oportunidades de mercado. Um plano alternativo é elaborado (ou “n” planos) visando uma “situação desejada” da empresa rural, que é o prognóstico, através da intervenção no sistema agrário, corrigindo-se os pontos de estrangulamento do sistema atual.

O diagnóstico possibilitará o conhecimento da situação atual da empresa rural, por meio das etapas constantes no primeiro bloco da Figura 2, concluindo-se com a definição dos problemas, através da análise do uso dos recursos, em um determinado período de estudo.

Na descrição das “características gerais” levanta-se o histórico da propriedade: nome, localização, diferentes sistemas de produção adotados anteriormente. Na descrição do sistema atual deve aparecer: tabela com a área (ha) e correspondente utilização atual; informação acerca da interação entre atividades; outras informações.

Ainda seguindo o roteiro da Figura 2, quanto ao solo e clima analisa-se a compatibilidade entre uso atual do solo e capacidade de uso, elaborando-se os respectivos mapas. Verifica-

se também a análise química. Quanto às questões climáticas, deve-se verificar as ocorrências de veranicos, geadas, granizo etc., e como estão contribuindo para a desestabilização do sistema, considerando uma série de períodos.



**Figura 2.** Esquema de planejamento global da propriedade rural



No diagnóstico do processo produtivo levantam-se as tecnologias utilizadas para cada atividade rural e analisa-se a compatibilidade, inclusive a tecnologia gerencial, através do processo administrativo da propriedade, ou seja, planejamento-organização-direção-controle. O resultado econômico e financeiro, para o período de estudo definido, será apurado a partir das tabelas seguintes:

**Tabela 1.** Renda Bruta (RB) da empresa rural. Período de .....

ATIVIDADE	ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO	PREÇO	R B (R\$)
TOTAL					

Obs.1: Receita ou Renda Bruta, é tudo que foi produzido no período de estudo.

Obs.2: Na atividade pecuária deve constar o acréscimo de plantel no período a partir de cálculos da Tabela 2, bem como descartes, leite, esterco, derivados etc. Não é a quantidade de animais vendidos no período.

Obs.3: Devem ser computados também os serviços prestados.

Obs.4: A produtividade é a quantidade produzida por ha. A Renda Bruta é a quantidade total multiplicada pelo preço obtido. No caso de estoque de produtos considera-se o preço de mercado.

A Tabela 2 auxilia nos cálculos do valor do acréscimo de plantel ocorrido no período de estudos, além de possibilitar o levantamento do capital investido em animais. O acréscimo de plantel não é só o valor dos animais nascidos no período, mas

também o valor agregado em função da mudança de categoria dos animais no período em que estiveram na propriedade rural. Isso precisa ser computado como Receita do período.

**Tabela 2.** Levantamento de animais da propriedade rural. Período ...

IDENTIFICAÇÃO	Nº DE CABEÇAS	U.A.	ÉPOCA DE AQUISIÇÃO	VALOR (R\$)
Reprodutores				
Matrizes				
Novilhas 2 a 3 anos				
Novilhas 1 a 2 anos				
Bezerras				
Bezerros				
Novilhos 1 a 2 anos				
Novilhos 2 a 3 anos				
Bois				
Suínos reprodutores				
Suínos matrizes				
Terminação				
Substituição				
Leitões				
Leitoas				
Animais de trabalho				
Pintinhos				
Recrias				
Terminações				
Poedeiras				

Obs. 1: Unidade Animal (U.A) para reprodutores = 1,25; animais de 2 a 3 anos = 1,00; de 1 a 2 anos = 0,75; bezerros = 0,25.

Obs. 2: Valor dos animais estimado a preço de mercado com pagamento à vista.

Conhecida a Renda Bruta apura-se o respectivo Custo de Produção por atividade, identificadas como atividades 1, 2, 3 e 4, conforme Tabela 3.

**Tabela 3.** Custo de produção por atividade (R\$) e estrutura de custos (%). Período ...

ATIVIDADES ESPECIFICAÇÃO	1		2		3		4		TOTAL R\$
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Fertilizantes									
Defensivos									
Combustíveis									
Rações									
Medicamentos									
Milho p/pecuária									
Sementes									
Mão-de-obra volante									
Energia									
Juros, Taxas e Impostos									
Frete									
Conservação									
<b>Sub-total 1</b>									
Administração									
Assalariados									
Mão-de-obra familiar									
Assistência técnica									
Depreciação máquinas									
Depreciação animais									
Depreciação benfeitoria									
Depreciação de lavouras permanentes									
<b>Sub-total 2</b>									
Dispêndios (Dp)									
Custo de oportunidade									
<b>CUSTO TOTAL</b>									

Obs.1: O sub-total 1 é conhecido como custo variável (C.V).

Obs.2: O sub-total 2 é conhecido como custo fixo (CF).

Obs.3: A soma dos CF e CV dá os dispêndios (Dp). As depreciações são calculadas pela Tabela 4.

Obs.4: A Remuneração do Capital Agrário, também conhecida como custo de oportunidade, que alguns autores consideram como item do C.F., corresponde a 6% do capital agrário (ver pela Tabela 4).

Obs.5: O Custo Total (CT) é a somatória de todos os itens dos custos;

Obs.6: A estrutura de custos (%) é o peso que cada item representa em relação ao CT. É calculado dividindo-se o valor de cada item pelo custo total, multiplicando-se por 100. Analisar essa questão.

**Tabela 4.** Distribuição do valor do capital agrário (KA) e das depreciações (D) entre as atividades do sistema. Período de .....

ESPECIFICAÇÃO	Conservação			V.U.F.	KA (R\$)	D (R\$)	RATEIO DO VALOR ENTRE ATIVIDADES						
	B	R	R				1	2	3	4			
Benfeitorias e instalações						D							
						KA							
Máquinas e equipamentos						D							
						KA							
Animais	X	X	X			D							
						KA							
Terras e culturas permanentes	X	X	X			D							
						KA							
Capital circulante	X	X	X										
TOTAL						D							
						KA							

Obs.1: Para levantar o valor dos itens do capital agrário, estimar o valor possível de ser obtido como se fosse um pagamento à vista;

Obs.2: A vida útil futura (V.U. F.) é o número de anos estimados que o bem poderá durar ainda, em função do seu estado de conservação constatado em nível de campo, que pode ser bom (B), regular (R), ruim (R), conforme esquema abaixo. No caso de bovinos a VUF é dez anos e suínos seis anos, estimativa para os animais de reprodução.

conservação	benfeitorias	máquinas
bom	30	10
regular	15	05
ruim	05	03

Obs. 3: A V.U.F. é utilizada no cálculo da depreciação (D), a partir da fórmula:

$$D = \frac{VA - VR}{VUF}$$

em que:

VA = valor atual do bem

VR = valor residual (sucata)

VUF = vida útil futura média

Obs. 4: O capital investido em animais é levantado a partir da Tabela 2.

Obs. 5: Capital circulante é a soma dos desembolsos realizados, encontrada na Tabela 3.

Obs. 6: O rateio é a distribuição do valor do KA e das D, a partir de um percentual de uso do bem na respectiva atividade rural.

Conhecidos os resultados econômicos, elaboram-se os índices de eficiência. Ao se trabalhar com um grupo de agricultores, pode-se realizar uma análise comparativa de desempenho destes, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5.** Índices de eficiência de empresas rurais. Período.....

EMPRESA	ATIVIDADES	LOCAL	<u>RB</u>	<u>RB</u>	<u>RB</u>	<u>RL</u>
RURAL	DO SISTEMA		CV	Dp	CT	KA
Média						

Obs. 1: Os três primeiros índices demonstram as possibilidades de sobrevivência do negócio agropecuário. Se a RB for igual ao CV, por exemplo, índice 1,0, então o sistema pode estar em degenerescência,

pois as entradas estariam cobrindo apenas os desembolsos. Analisar também os demais índices com este mesmo enfoque. Verificar tais índices em relação à média do grupo. Onde estão os pontos de estrangulamento? Obs.2: O índice  $RL/KA$  dá a rentabilidade do capital agrário investido, que deve ser analisado comparativamente com outros investimentos de mercado. A Renda Líquida é a diferença entre a Renda Bruta e os Dispendios.  $RL = RB - Dp$

A análise econômica e financeira global é importante, mas não é suficiente para um diagnóstico completo, pois poderá estar mascarando realidades específicas de cada atividade da empresa rural, que deve ser conhecida para poder ser aperfeiçoada, com a introdução de mudanças. Assim, a tabela seguinte vem complementar o diagnóstico.

**Tabela 6.** Índices de eficiência por atividade da empresa rural. Período...

ATIVIDADES	$\frac{RB}{CV}$	$\frac{RB}{Dp}$	$\frac{RB}{CT}$	$\frac{RL}{KA}$	PRODUTIVIDADE
------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	---------------

Os índices em si têm seu valor analítico, que pode ser potencializado quando permitir comparações: com anos anteriores e ou com outras propriedades rurais. No caso de se trabalhar com um grupo de agricultores, a Tabela 6 pode ser adaptada, organizando-se blocos com índices de atividades rurais comuns aos diversos agricultores, com a respectiva média no final de cada bloco constitutivo da Tabela 6.

Voltando ao esquema geral proposto na Figura 2, em “contexto empresarial” pode-se fazer uma discussão de como se encontra a propriedade rural em relação aos quatro itens sugeridos. Especificamente no item “mercado” deve ser analisado a forma como o produtor compra seus insumos, os canais de comercialização dos produtos, a programação de venda em função do comportamento dos preços.

O “perfil do agricultor” é fator determinante da performance dos negócios, de modo que a eficácia do sistema depende não só da ação desenvolvida nas adequações, mas também do modo de agir, do comportamento de quem decide. Nesse sentido, ANSOFF (1981) desenvolveu estudos nessa área analisando a postura de empresários diante das mudanças. Construiu uma escala de comportamento que varia de “estável” a de “iniciativa”. Um tipo de comportamento “estável”, por exemplo, só implementa mudanças por pressão de crises. No outro extremo da escala, um tipo de “iniciativa” busca continuamente as mudanças. Enquanto o primeiro tipo pode até rejeitar mudanças, o outro “antecipa sonhos”. Sendo assim, em uma avaliação preliminar deve-se analisar o comportamento do produtor rural, se este se enquadraria mais como “empreendedor” (aceita inovações mais profundas), ou como “estabilizado”, quando então se deve propor alterações mais leves na propriedade rural, em função de possíveis resistências às mudanças.

A partir do levantamento de dados no campo, dos cálculos e tabelas elaborados, da análise do uso dos recursos, devem ficar claramente definidos os pontos de estrangulamento do sistema atual, considerando os aspectos econômicos, tecnológicos, sócio-políticos, gerenciais e ambientais.

Considerando a situação atual, na definição das estratégias de mudanças, deve haver compatibilização entre oportunidades oferecidas pelo mercado e os pontos fortes e fracos da empresa rural, procurando a melhor combinação possível dos recursos para produzir da maneira mais eficiente. Cada estratégia pensada poderá constituir-se em um dos planos alternativos.

A intervenção no sistema, pela implementação de um plano alternativo selecionado, levará a uma situação desejada da empresa rural, conforme etapas do segundo bloco da Figura 2.

Escolhido o “sistema produtivo proposto”, presumivelmente aquele que, espera-se, venha a corrigir os pontos de estrangulamento da situação atual, descreve-se a nova distribuição das áreas e respectivas atividades, e elabora-se o croqui do uso programado do solo. Em seguida, faz-se uma análise de conjuntura do novo sistema, em “contexto empresarial”, a partir dos aspectos sugeridos, tentando clarear o novo quadro de possíveis investimentos e riscos.

O detalhamento do projeto, em “engenharia de projeto”, apresenta dois aspectos: a descrição de como deverá ser executada cada atividade no campo, isto é, como deverá ser conduzido o novo sistema; e a elaboração de um gráfico para visualização das atividades a serem implantadas, com as épocas e períodos de duração das mesmas, ou seja, um cronograma para o período de maturação do investimento.

Em seguida, elabora-se uma “previsão orçamentária”, com as estimativas de Receita e Despesa do novo sistema. Podem ser elaboradas a partir das tabelas utilizadas no diagnóstico, adaptadas, considerando o período de duração do projeto



(maturação dos investimentos), até o ano de estabilização do sistema. Deve-se considerar as condições de mercado e clima como normais (preços de insumos, do produto, custos, produção). Possíveis variações serão consideradas mais adiante, na análise do fator risco. O fluxo de caixa mostra o movimento de entradas e saídas do sistema no período de duração do projeto, até o ano de estabilização (ano “N”), constituindo-se já em uma avaliação preliminar do sistema proposto, conforme Tabela 7.

**Tabela 7.** Fluxo de caixa previsto para o novo sistema de produção.

ITENS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO “N”
Entradas (RB)				
Saídas (Dp)				
Capacidade de pagamento				
Investimentos				
SFC				

A diferença entre Entradas e Saídas é a Capacidade de Pagamento para arcar com os investimentos propostos. Se o investimento for maior que a capacidade de pagamento, então o SFC (saldo do fluxo de caixa) será negativo, devendo-se redimensionar o projeto ou programar o uso de recursos de terceiros. O custo desses recursos (juros) deve também constar no fluxo de caixa.

Na “avaliação do sistema proposto” calculam-se os novos índices de eficiência, para uma análise comparativa entre o sistema atual e o sistema proposto, em nível global e para cada uma das atividades da propriedade rural (1,2,3,4), conforme Tabela 8.

**Tabela 8.** Comparação de resultados entre o sistema atual e o novo sistema proposto, estabilizado, através de índices de eficiência.

RESULTADOS	GLOBAL		POR ATIVIDADE								
	Atual	Novo	1		2		3		4		
			Atual	Novo	Atual	Novo	Atual	Novo	Atual	Novo	
RB/CV											
RB/Dp											
RB/CT											
RI./KA											

Discutir esses resultados considerando também o período de maturação do investimento.

Toda mudança introduzida traz implicitamente uma dose de risco climático, tecnológico ou de política agrícola, que poderá modificar a análise dos resultados. Quando estima-se a Renda Bruta e as Despesas, considera-se uma situação de normalidade, o que não é tão provável de ocorrer. Ao considerar-se a questão de risco, deve-se prever que poderá ser obtida uma produtividade normal possível em função das especificidades da propriedade e das disponibilidades tecnológicas e normalidade climática. Como poderá ocorrer uma produtividade máxima, devido a situação muito especial, ou a menor produtividade já ocorrida na região.

As mesmas probabilidades poderão ocorrer no que se refere ao preço do produto e aos custos. Problemas de mercado poderão ocorrer derrubando os preços ou elevando-os muito vantajosamente. A probabilidade de ocorrer custos normais, estimados, existe, assim como poderá ocorrer custo extra (replantio, problema com vacinas etc), ou custos aquém do que foi programado (eliminação de alguma aplicação de defensivo etc). Essas possíveis ocorrências poderão proporcionar, em nível de cada atividade agropecuária ou em nível global, situações desde

a mais desvantajosa possível (preços desfavoráveis, queda de produtividade e custos extras); situação de normalidade; até situação mais vantajosa possível (obtenção dos melhores preços, melhores produtividades e menores custos possíveis).

Estimar a probabilidade de ocorrer cada uma das três situações é função de uma série de variáveis, difícil de quantificar-se. Destaca-se, então, a importância do conhecimento histórico do comportamento da propriedade ou da região, bem como do comportamento dos preços no mercado. Na estimativa do fator pode-se utilizar o índice de rentabilidade de capitais ( $IR = RL/KA$ ) do ano de estabilização do projeto, conforme Tabela 9.

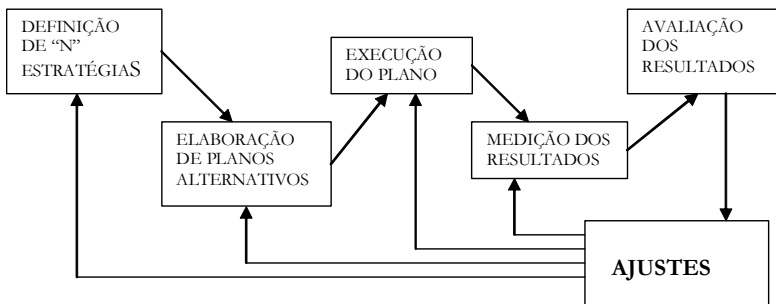
**Tabela 9.** Índice de rentabilidade de capitais em função do fator risco.

POSSÍVEIS SITUAÇÕES	GLOBAL	POR ATIVIDADE			
		1	2	3	4
Normalidade					
Vantajosa					
Desvantajosa					

Considerou-se, na análise do fator risco, o índice de rentabilidade no ano de estabilização do projeto (ano “n”). Mas, até chegar a essa estabilização, qual a probabilidade de ocorrer desencontros? Daí a importância estratégica do agricultor ter o histórico da propriedade rural, principalmente as vulnerabilidades ocorridas em uma série de anos, informação esta útil também para novos prognósticos.

Finalmente, em “conclusões e sugestões” faz-se o fecho geral do estudo, com o parecer sobre a implementação ou não do projeto, bem como pode-se apresentar sugestões de novas reformulações, ou até novos planos alternativos para apreciação.

Concluída a fase da elaboração de planos, segue-se a fase de implementação do projeto. Cumprido o prazo pré-estabelecido para o alcance dos objetivos, realiza-se a medição dos resultados, que é a quantificação desses objetivos. Analisa-se a nova situação, as dificuldades e oportunidades, e um novo plano é elaborado para o período seguinte a partir dos ajustes, caracterizando-se assim um processo cíclico de planejamento, conforme pode ser observado pela Figura 3.



**Figura 3.** O processo cíclico de planejamento

### Planos de desenvolvimento

Da mesma forma que a propriedade rural é um sistema, um assentamento de agricultores, a bacia hidrográfica ou uma região também podem ser planejadas como tal. Com

envolvimento direto da população, que participa do diagnóstico, realiza-se o levantamento dos problemas, que na etapa seguinte serão classificados por tal população, em ordem de importância. Segue-se a escolha de estratégias de intervenção, que são as linhas de ação para a solução dos problemas levantados. Essas estratégias comporão o Plano de Desenvolvimento Rural que deve contemplar também o setor de saúde, educação, transporte etc.

O planejamento para o desenvolvimento de uma localidade, município ou região, deve considerar uma visão de longo prazo, que contemple o entrelaçamento de questões tecnológicas, sócio-econômicas, políticas, culturais e ecológicas (BIFANI, 1998), considerando os seguintes aspectos: o histórico da forma de ocupação do espaço rural, as relações do sistema solo-planta-ambiente, a cultura e a tradição local, a organização comunitária, buscando a otimização de potencialidades locais e regionais de forma mais duradoura no contexto do mercado. O detalhamento de cada linha de ação do plano (estratégias) pode constituir-se num projeto. A elaboração desse projeto de desenvolvimento pode ter por base a Figura 2, com as devidas adaptações.

A questão do envolvimento da comunidade é fundamental para o êxito de qualquer projeto de desenvolvimento. Analisando a atuação do Projeto “Paraná 12 Meses” no Município de São Jerônimo da Serra – PR, por exemplo, MARQUES *et al* (2000) constataram que apesar do projeto ter incentivado a comunidade a se organizar, através da realização de trabalho comunitário na forma de mutirão, esta mostrou-se dependente de um agente externo na coordenação, demonstrando a importância de se

implementar ações que promovam a cidadania em projetos de desenvolvimento rural, objetivando resultados consistentes e duradouros, com a co-responsabilidade da população local.

Políticas públicas de combate à pobreza rural poderão ser mais produtivas e consistentes se fundamentadas sobre um conceito mais abrangente de desenvolvimento, rumo ao maior fortalecimento comunitário. Devem contemplar o entrelaçamento de fatores políticos, sócio-econômicos, ambientais e tecnológicos visando melhor qualidade de vida da comunidade local. A própria comunidade local demonstrou claramente esta questão, através da metodologia participativa, quando levantou aspectos do desenvolvimento que não foram suficientemente abordados no projeto, como a questão da escola, do transporte coletivo e escolar, da melhoria da estrada, da saúde, do crédito e produção rural.

A comunidade apresentou um quadro característico próprio que deve ser considerado em um planejamento para o desenvolvimento local. Como não considerar, por exemplo, o índice de 29% de chefes de famílias analfabetos? Ou a quantidade dos agricultores locais que não têm acesso legal à terra, dificultando a obtenção do crédito rural? Além disso, a questão agrícola-ambiental-turística regional também apresenta características próprias que devem ser consideradas em um projeto duradouro de combate à pobreza. Se por um lado a região apresenta paisagens naturais de rara beleza, por outro os solos são pobres, o relevo acidentado e os sistemas de produção rural podem ser melhor equilibrados técnica e economicamente, segundo a visão de maior sustentabilidade.

## Referências bibliográficas

- ANSOFF, H.I. *Do planejamento estratégico à administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1981. 271 p.
- BIFANI, P. *Globalização, desenvolvimento sustentável e meio ambiente*. In: Curso de Pós graduação da Universidade Pedagógica Nacional (UPN). Mexicali; México, 1998. 35 p.
- BRANDT, S.A et al. *O planejamento da nova empresa rural brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1976. 260 p.
- CALZAVARA, O. *Planejamento da atividade agrícola na dinâmica da mudança*. Londrina. Anais do Congresso Brasileiro de Soja. 17 a 20/maio de 1999, p.159-164.
- CALZAVARA, O. *Agroindústria Associativa como estratégia de desenvolvimento agrário*. UEL, Londrina. 2000.
- CHIAVENATO, I. *Administração de empresas – uma abordagem contingencial*. São Paulo: MC Graw Hill, 1982. 606 p.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. 248 p.
- HOMEM DE MELLO, F. Agricultura perde R\$ 9,6 bi. *Folha de São Paulo*, caderno 2, p.7, 03 de setembro. 1995.
- HOFFMANN, R. *Administração da empresa agrícola*. São Paulo, caderno 2, p.7, 03 de setembro. 1995.
- MARQUES, P. et al. *O Projeto “Paraná 12 meses” num contexto de desenvolvimento rural sustentável*. In: Acta Scientiarum – Human and Social Sciences. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, vol.23, n.1, 2001, p.257-261
- ROCKENBACH, O. C. *Análisis dinámico de sistemas de fincas predominantes en el canton de Turrialba – Costa Rica*. Turrialba, 1981. 119p. Tese (MS) – Universidade de Costa Rica.
- SUGAI, Y. et al. *Sistema de Planejamento Global para tomada de decisão na propriedade agrícola*. Brasília: SOBER, v.21 (1), p.1-28, jan/mar. 1983.

WRIGHT, A *Farming Systems. Models and Simulations*. In Systems analysis in agricultural management. Sydney: J.W. & Sons Australais PTY, 1971, 17-34 p.



# Redes de Referências como Instrumento para o Desenvolvimento Rural

João José Passini<sup>1</sup>

Gil Maria Miranda<sup>2</sup>

Márcio Miranda<sup>3</sup>

## Introdução

As transformações rápidas que têm ocorrido no mundo decorrentes de movimentos tais como: a globalização da economia; a formação de blocos econômicos (como o Mercosul); a exigência de competitividade; a preocupação com o ambiente e a retirada do Estado da economia, têm trazido reflexos diretos à sociedade brasileira. Novamente o setor agrícola empresarial, mais

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, M. Sc., Pesquisador da Área de Difusão de Tecnologia e do Programa Sistemas de Produção. IAPAR. Caixa Postal 2031. CEP 80.011-970 – Curitiba – Pr. E-mail: [passini@pr.gov.br](mailto:passini@pr.gov.br)

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, M. Sc., Pesquisador da Área de Sócio-economia e do Programa Sistemas de Produção. IAPAR. Caixa Postal 2031. CEP 80.011-970 – Curitiba – Pr. E-mail: [gil@pr.gov.br](mailto:gil@pr.gov.br)

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, M. Sc., Pesquisador da Área de Fitotecnia e do Programa Sistemas de Produção. IAPAR. Caixa Postal 2031. CEP 80.011-970 – Curitiba – Pr. E-mail: [marcio@pr.gov.br](mailto:marcio@pr.gov.br)

organizado e politicamente mais forte que o da agricultura familiar, está em melhores condições de auferir vantagens nessa conjuntura.

Um exemplo que confirma tal tendência é a possibilidade da pesquisa agrícola sofrer redução de participação do Estado no fornecimento de recursos para seu orçamento, conduzindo-a a atender prioritariamente, caso isso venha a acontecer, os segmentos economicamente mais fortes que poderiam pagar pelo seu trabalho.

Embora a agricultura familiar seja menos susceptível a riscos e ameaças externas, uma vez que seus sistemas de produção são organizados pelos agricultores (estrutural e funcionalmente) de forma a evitar riscos, ela precisará adequar-se a esse novo panorama para garantir sua sobrevivência. É necessário que os empresários familiares<sup>4</sup> consolidem sua rota de crescimento e estabilidade e que os produtores simples, que se encontram em condição de transição e menor estabilidade, possam diferenciar-se para cima, e não venham aumentar a população de semi-assalariados, para os quais são necessárias ações mais complexas.

---

<sup>4</sup> No sentido de identificar os públicos que deveriam ser atendidos pela pesquisa agrícola no Paraná, PAYÉS (1989) desenvolveu no IAPAR uma caracterização social de agricultores baseada na natureza da mão-de-obra utilizada, na intensidade de uso do capital, no grau de capitalização e no grau de assalariamento. Esta caracterização define basicamente quatro tipos de agricultores: **semi-assalariado** – produtor descapitalizado, com elevado grau de assalariamento e valor de produção insuficiente para subsistência; **produtor simples** – produtor com baixo grau de capitalização, uso predominante de mão-de-obra familiar, baixo grau de assalariamento, baixo valor bruto de produção e baixo potencial de acumulação; **empresário familiar** – produtor de capitalização média a alta, uso predominante de mão-de-obra familiar, baixo nível de contratação de mão-de-obra, valor bruto de produção alto e com potencial de acumulação; e **empresário rural** – agricultor com elevado grau de capitalização e de contratação de mão-de-obra, valor bruto de produção elevado e com variados potenciais de acumulação. Sendo que os três primeiros tipos são considerados agricultores familiares e o último agricultor patronal.

No entanto, a pesquisa agrícola deverá repensar sua estratégia de ação com o objetivo de atender a essas categorias de agricultores, que nem sempre foram contemplados e/ou puderam se apropriar do resultado da pesquisa. Para esses agricultores não se trata somente de buscar o aumento da produção e do rendimento dos produtos cultivados, mas, principalmente, o sistema de produção que melhor se adapta às suas condições ecológicas e sócio-econômicas. Nesse caso, é fundamental procurar analisar e entender de que maneira é feita a utilização dos recursos naturais, dos meios técnicos e da mão-de-obra disponível. E isso impõe, necessariamente, o conhecimento das condições locais de produção e uma mudança de postura de pesquisadores e extensionistas.

Além disso, as mudanças que se operam atualmente na agricultura tornam inadaptados os atuais sistemas de produção sendo importante formular alternativas que considerem o novo ambiente. Porém, essas alternativas não devem ser obrigatoriamente elaboradas sobre conceitos vigentes há vinte ou trinta anos, que buscavam aumento de produtividade via altos investimentos de capital, nem tampouco práticas agrícolas do início do século XX. O objetivo do agricultor moderno não é, ou não deveria ser, somente alta produtividade. Além de bem gerir seu negócio, ele precisa produzir atendendo ao mercado com qualidade. Para tanto, os agricultores necessitam de informações confiáveis (referências técnicas e econômicas) que lhes possibilitem decisões seguras a cerca do que, como e quando produzir.

Para isso, são necessários, por um lado, pesquisas temáticas pontuais e, por outro, testes e combinações do conjunto das

técnicas obtidas na realidade prática e econômica das propriedades. Essa última necessidade convida a concentrar esforços sobre a instalação de uma rede de propriedades de referências como na França, onde redes de referências foram criadas para ajudar os agricultores a prepararem-se para o futuro.

Na Comunidade Européia (CE) os sistemas de produção leiteiros sofreram uma desestabilização pela reforma na Política Agrícola Comum (PAC) ocorrida no começo da década de 1980. Entre outras coisas foi instalado um sistema de cotas, no qual cada país membro não poderia produzir além da média de anos anteriores. Essa limitação chegou aos pecuaristas que, através de suas representações, começaram a questionar como poderiam enfrentar as ameaças e aproveitar as oportunidades advindas da nova política e assim continuar evoluindo.

O instituto técnico francês em pecuária<sup>5</sup> monitorando o ambiente macroeconômico e político da época através de seu departamento de sistemas de produção, percebeu as mudanças que se operavam no mundo agrícola, como a abertura da CE a outros países, a instalação de cotas leiteiras, o escoamento de produtos excedentes no mercado mundial e os custos dos insumos aumentando mais rápido que o preço dos produtos. Essas mudanças ameaçariam a competitividade dos sistemas de produção existentes dada sua inadaptação à nova realidade.

Concluiu-se que a estratégia de intensificação da produção, implantada nos sistemas de produção existentes desde a década de 1950, não poderia ser mantida pois, no cenário previsto, esses

---

<sup>5</sup> Na época Institut Technique de l'Elevage Bovin (ITEB) e a partir de outubro de 1991 Institut de l'Elevage.

custos seriam proibitivos, além das limitações de produção que poderiam ser impostas. Esse cenário indicava a necessidade da busca de sistemas de produção que consumissem menos insumos e que fossem mais estáveis, seguros e duradouros, sem no entanto promover uma volta ao passado. Era desejável o desenvolvimento de sistemas de produção agrícolas a partir de investimentos compatíveis com o novo contexto para obter uma melhor rentabilidade.

Sabia-se, todavia, que sob o pretexto de diminuir os custos na produção leiteira, não se deveria simplesmente suprimir a distribuição de concentrados para as vacas, mais que isso, dever-se-ia buscar a melhor relação custo/benefício, considerando as forragens distribuídas, a resposta dos animais e o preço do leite.

Os agricultores e suas lideranças também estavam preocupados e questionavam-se sobre como posicionar-se no novo contexto. No departamento Cantal os agricultores se perguntavam: “Fazer crescer ou engordar nossos animais? Alimentar nosso rebanho leiteiro a um custo menos elevado? Instalar um rebanho de ovinos? Escolher uma criação de pequenos animais (aves ou suínos)?” Essas possibilidades eram consideradas nas decisões sobre questões como: posicionamento frente às cotas leiteiras, obtenção de maior renda, desenvolvimento das explorações, preparo da propriedade para a instalação de um filho.

Entretanto, a essas possibilidades colocava-se imediatamente uma série de questões: “É possível com a nossa estrutura atual? Que investimentos são necessários? Serão compatíveis com nossa disponibilidade de mão-de-obra e sua

distribuição no ano? Que práticas deveremos executar?” E ainda: “Nós necessitamos de referências para nos ajudar a conduzir esta reflexão. Gerar e fornecer referenciais sobre os sistemas de produção é um trabalho muito concreto, que deve ser realizado a partir de experiências de agricultores de nosso departamento em colaboração com os técnicos, para montar sistemas adaptados às nossas regiões e evidenciar as ligações entre os fatores de produção disponíveis, as técnicas utilizadas e os resultados obtidos.”

Ainda segundo o instituto técnico francês em pecuárias em outro departamento (Savoir) pode-se encontrar outro exemplo dessas reflexões:

A importância do leite e da fabricação de queijos para o departamento Savoir fazem que, se nós queremos promover uma política de especialização e de qualidade dos produtos leiteiros *savoyards*, seja necessário dispor de informações técnicas que permitam organizar economicamente sistemas de produção adequados. É necessário então dispor de referências específicas para essa região, evitando copiar modelos de exploração vindos de outros lugares.

Assim, um acompanhamento de propriedades foi instalado na região baixa do departamento. O objetivo foi obter referências de sistemas de produção adaptados à região, para melhor preparar o futuro dos agricultores, mas também para servir, no presente, de balizamento para os jovens que se instalavam ou para aqueles que estavam à procura de inovações e melhorias. Essas referências, assim obtidas em uma “Rede”, são portadoras de indicadores técnicos, econômicos e também sociais.

É uma outra maneira de fazer referências, mais globais, porém, melhor adaptadas às nossas propriedades que, no melhor dos casos, são uma justaposição de produções em que falta harmonia. Esta vitrine é muito mais interessante porque tais propriedades são abertas e as inovações que nelas se encontram são rapidamente transferíveis.

Essa busca do melhor para as empresas agrícolas só pode ser feita pela observação global dos sistemas de produção, na combinação dos produtos e das técnicas que o compõe, para melhor conhecer as margens de progresso possíveis.

Modelos elaborados em estações experimentais são incapazes de reproduzir a realidade da agricultura cotidiana em sua total complexidade. Surge então a necessidade de uma rede de propriedades de referências, na qual ajustem-se os sistemas de produção adaptando-os às realidades peculiares de cada região.

É interessante ver como alguns agricultores conseguiram desenvolver empresas agrícolas coerentes com as restrições do meio-ambiente e com as limitações de mão-de-obra, máquinas e capital disponíveis. Para descrição desses sistemas de produção, o projeto “Redes” acompanha as propriedades buscando melhorar seu desempenho, mas sem jamais os desestabilizar. Uma técnica tem melhores chances de ser adotada pelos agricultores se ela é compatível com dado sistema de produção.

Uma nova tecnologia selecionada com a participação dos agricultores adapta-se localmente melhor do que aquela somente recomendada pelos técnicos. Além disso, quando os agricultores estão presentes, desde o início do processo de geração da tecnologia, o resultado é mais facilmente aceito pelos seus pares.

O método das “Redes” consiste em organizar um conjunto de propriedades situadas em uma região natural. Essas propriedades são acompanhadas por um extensionista por pelo menos três anos. Sua intervenção consiste em avaliar o desempenho do sistema de produção pela introdução de técnicas de organização, tecnologias de processo e de gestão, evitando a transformação ou reconversão completa do sistema de produção existente. O acompanhamento é então um registro do trabalho do agricultor e uma interpretação dos resultados.

Esse método permite ajudar os agricultores na gestão da sua propriedade e também destacar os sistemas de produção melhor adaptados às limitações/restrições regionais, descrevê-los e assim poder difundir-los. Onde situar a rede e qual tipo de sistemas de produção a eleger, são decisões importantes, porque delas depende a utilização e a difusão dos resultados. Operar tais escolhas é fazer uma aposta no futuro dos sistemas atuais e na promoção de sistemas emergentes.

## **Histórico e antecedentes**

Uma das preocupações do IAPAR tem sido o equacionamento e resolução dos problemas da agricultura familiar em regiões menos favorecidas, atividades desenvolvidas por meio do Programa Sistemas de Produção (PSP). A estratégia de trabalho baseia-se na pesquisa agrícola com enfoque sistêmico que surgiu no mundo nos anos de 1970 a partir da constatação de que grande parte das tecnologias desenvolvidas nos centros



de pesquisa não eram adotadas no campo, especialmente pelos agricultores familiares em países de terceiro mundo. Ficava patente a necessidade de ponderar-se o alto grau de diversidade e interações entre os componentes dentro da unidade produtiva, quando da formulação de alternativas tecnológicas para os agricultores familiares.

As experiências de pesquisa sob o enfoque sistêmico no IAPAR iniciaram-se no final da década de 1970, quando de sua participação no Programa de Desenvolvimento Rural – PRORURAL (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Paraná). Inicialmente os esforços concentraram-se na formulação de metodologias de trabalho. Os avanços no desenvolvimento do enfoque foram significativos, chegando a tornar-se peça importante na reformulação da programação de pesquisa da Instituição em 1985.

Além de servir como referência para orientação dos trabalhos do IAPAR, como indicador de linhas de pesquisa e na validação de tecnologias nas unidades produtivas, o trabalho do PSP também detecta necessidades e sugere ações concernentes a outros agentes de desenvolvimento.

O procedimento para a realização da pesquisa sistêmica no IAPAR compreende basicamente sete etapas, descritas resumidamente a seguir:

- a) Caracterização regional, com a descrição edafo-climática da unidade de análise (microbacia, comunidade, região, etc.);
- b) Tipificação dos sistemas de produção predominantes via indicadores sócio-econômicos (definição das categorias sociais) e atividades econômicas principais;

- c) Diagnóstico de oportunidades e restrições dos sistemas de produção predominantes, por equipe(s) interdisciplinare(s);
- d) Elaboração de planos de desenvolvimento, juntamente com a extensão rural e demais instituições públicas e privadas locais;
- e) Teste e validação de sistemas modificados em unidades produtivas;
- f) Difusão dos resultados aos demais agricultores com sistemas semelhantes;
- g) Geração de linhas de pesquisa temática visando a solução de problemas diagnosticados para os quais não há soluções conhecidas.

Embora os maiores esforços para o desenvolvimento de metodologias tenham sido feitos no início dos trabalhos da pesquisa em sistemas, quando não se dispunha de nenhuma experiência na equipe e eram poucas as referências de outros projetos, existe uma preocupação permanente na busca de aperfeiçoamentos metodológicos que permitam maior eficiência do trabalho. Alguns dos objetivos que ainda se persegue são a redução do tempo e custo nas fases de tipificação e diagnóstico, a intensificação na participação dos agricultores em todo o processo e o aperfeiçoamento da etapa de teste e validação de tecnologias e de sistemas.

Para o aperfeiçoamento dessa última etapa, foi adaptado às nossas condições o método de redes de propriedades de referência, desenvolvido no *Institut de l'Élevage* na França. Através do acordo de cooperação técnico-científica entre Brasil e França<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Inicialmente financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo Groupe de Recherches et d'Echanges Technologiques (GRET).

no âmbito do projeto busca de referências técnicas e econômicas em sistemas leiteiros, realizou-se um treinamento no Paraná envolvendo vinte técnicos do IAPAR, EMATER-PR, Cooperativas e ONGs. Os participantes concluíram que seria pertinente testar o método nas condições paranaenses, por entender que o mesmo preenchia as necessidades do PSP. A proposta permitiria, além do teste e validação de tecnologias, o estudo e ajuste de sistemas de produção, a obtenção de parâmetros técnicos e econômicos para uso dos agricultores e assistência técnica, o treinamento de técnicos e agricultores e o fornecimento de dados e informações para os formuladores de políticas agrícolas, contribuindo assim para o desenvolvimento rural. O teste da metodologia, com as adaptações necessárias, foi feito por meio da instalação de dois projetos pilotos no ano de 1994, nos municípios de Altônia e Lapa.

Em 1996, as Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SELP) e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) organizaram um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um projeto de desenvolvimento rural (Projeto Paraná 12 Meses) com foco voltado à agricultura familiar, buscando dotá-la de maior eficiência através de soluções que respeitassem a dinâmica específica dessa categoria.

Evidentemente que para se ter pesquisa e extensão rural que gerem e difundam tecnologias agrícolas que não sejam injustas, requer-se para sua implantação, a correspondente reformulação ou adequação dos métodos, técnicas e procedimentos pedagógicos ou de difusão a serem utilizados. Faz-se fundamental a utilização de instrumentos operacionais

realmente adequados em função das características dos agricultores envolvidos, bem como de sua personalidade e cultura.

Com o objetivo de desenvolver e difundir sistemas de produção melhorados para a agricultura familiar paranaense, a gerência da Unidade de Desenvolvimento do Projeto Paraná 12 Meses chamou o IAPAR para elaborar uma proposta metodológica baseada em redes de propriedades de referência. Dessa forma, o Instituto, juntamente com a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR) vem desenvolvendo, desde junho de 1998, a atividade “Redes de Referências para Agricultura Familiar”, integrando o Programa de Estado “Paraná 12 Meses” em seu componente manejo e conservação dos recursos naturais – fase II (Modernização Agropecuária).

Os objetivos perseguidos nas “Redes”, com vistas a desenvolver sistemas de produção da agricultura familiar são:

- a) Propor sistemas de produção equilibrados e coerentes, em harmonia com seu meio ambiente, adaptados à diversidade das situações locais, reproduzíveis por um grande número de agricultores e rentáveis;
- b) Disponibilizar informações e propor métodos para orientar os agricultores na gestão da empresa agrícola;
- c) Levantar demandas de pesquisa a partir de diagnóstico nas propriedades integrantes das “Redes”;
- d) Ofertar tecnologias e/ou atividades que ampliem a eficiência dos sistemas de produção;
- e) Realizar testes e validações de tecnologias;
- f) Servir como pólo de demonstração de tecnologias e sistemas de produção para potencializar o processo de difusão;

- g) Servir como base para a capacitação e treinamento de agentes de assistência técnica e extensão rural e de agricultores.

As “Redes” constituem-se em uma metodologia inovadora de pesquisa adaptativa e de extensão rural que se propõe a enfrentar o desafio de construir um novo modelo de pesquisa e extensão rural para promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Para isso, apoia-se em propriedades analisadas e acompanhadas sob o enfoque sistêmico (recursos naturais, produção vegetal e animal, recursos humanos e econômicos), que após sofrerem intervenções para sua melhoria são utilizadas para o fornecimento de referências técnicas e econômicas.

Hoje a atividade “Redes” está localizada em 11 regiões do estado do Paraná e conta com uma equipe técnica composta por 5 pesquisadores do IAPAR, 16 extensionistas da EMATER-PR e 2 técnicos de cooperativas, trabalhando diretamente no dispositivo. O número de propriedades acompanhadas está próximo de 200, representando sistemas de produção predominantes e/ou emergentes. A seguir, serão descritos os conceitos que norteiam o trabalho, sua estrutura organizacional e as metodologias e etapas operacionais utilizadas.

### **Conceitos e fundamentos que sustentam os trabalhos**

Nas “Redes”, o enfoque sistêmico é adotado no lugar do enfoque reducionista; a propriedade agrícola é o local de investigação (diagnósticos e validações); as ações são baseadas na integração de diferentes disciplinas (interdisciplinariedade); a

atuação da pesquisa sempre acontece em parceria com outros agentes de desenvolvimento e a participação dos agricultores é um aspecto fundamental.

**a. Enfoque sistêmico** – o agricultor e sua família combinam os fatores que possuem (terra, máquinas, equipamentos, mão-de-obra) para compor o melhor arranjo entre as culturas e criações exploradas na propriedade, ponderando os objetivos que pretendem atingir. Esse conjunto de fatores e atividades compõem um sistema complexo, com constante integração entre seus componentes internos e com o ambiente externo. A complexidade da propriedade agrícola requer, para uma análise efetiva, ferramentas capazes de enfrentar tal realidade. Estudos parciais de atividades específicas não permitem o entendimento do todo. O enfoque sistêmico, empregado nas “Redes”, permite essa análise;

**b. Pesquisa na propriedade** – os ensaios, testes e validações passam a ser conduzidos nas propriedades, com a participação dos agricultores, além daqueles realizados nas estações experimentais. Essas pesquisas são feitas a partir das demandas tecnológicas identificadas nos sistemas, por meio dos diagnósticos e do acompanhamento, para dar resposta rápida aos problemas levantados. O desenvolvimento de tecnologia apropriada é embasado no entendimento do contexto de seus sistemas produtivos, oportunidades, problemas e objetivos;

**c. Participação do agricultor** – a experiência de anos de trabalho propiciou ao agricultor acumular importante conhecimento resultante da prática e da busca permanente de soluções apropriadas para sua situação. Esse conhecimento é

valorizado no trabalho das “Redes”. O agricultor é estimulado a participar em todas as etapas, desde a análise de sua propriedade até a discussão sobre as alternativas de melhoria e a avaliação dos resultados. Dessa forma, busca-se aproximar o saber do agricultor e o conhecimento dos técnicos na construção de sistemas produtivos e sustentáveis;

**d. Parceria** – esse conceito significa complementaridade de competências, autonomia de cada participante, pacto de solidariedade, transparência nos relacionamentos e igualdade entre as partes (mesmas regras, divisão do poder, etc.). A discussão dessas questões é importante para que todos tenham clareza quanto às suas competências, atribuições e responsabilidades, assim como dos demais participantes, possibilitando a cooperação e não um processo de competição.

**e. Interdisciplinariedade** – todos os componentes da propriedade são importantes e merecem atenção igual. Eles interagem, transformando seu conjunto em maior do que a soma das partes. Surge a necessidade de várias análises (sócio-econômica, de recursos naturais, da produção vegetal e animal) de forma integrada, havendo sempre uma sobreposição de parte das abordagens.

### **Estrutura organizacional**

A base dos trabalhos localiza-se nas regiões onde são instaladas as redes, compostas de vinte propriedades representantes de quatro a cinco sistemas de produção e que são

acompanhadas por um extensionista. Nesse âmbito é que são realizadas as reflexões sobre a agricultura e seu futuro (funcionamento dos sistemas predominantes, futuro dos sistemas existentes, potencial de sistemas emergentes, etc.). A partir dessas reflexões são definidos os objetivos que serão perseguidos pela “Rede”.

Essa discussão é orientada por um comitê de caráter deliberativo composto por representantes de organismos representativos dos agricultores (associações de produtores, cooperativas...), pela Comissão Regional do Projeto Paraná 12 Meses e outros agentes de desenvolvimento (IAPAR, EMATER-PR, ONGs, Prefeituras, Sindicatos...) que têm a função de dar diretrizes gerais do trabalho. A esse comitê cabe a escolha dos temas e dos sistemas de produção que serão estudados na rede.

Essas escolhas são assessoradas por um comitê técnico, composto por técnicos e agricultores, através da execução do estudo prévio. O comitê tem também a responsabilidade pela escolha das propriedades que comporão a rede.

No plano executivo os trabalhos são realizados em três níveis (regional, mesorregional e estadual) e regido por um protocolo firmado entre IAPAR e EMATER-PR, no qual está definida a atuação de cada agente.

a) Nível regional com extensionistas de sistemas

O trabalho é conduzido na escala das regiões administrativas da EMATER-PR, com um extensionista por região que é bem treinado no uso da metodologia e sobretudo nos conceitos do enfoque sistêmico. Esse técnico é encarregado pelo acompanhamento de uma rede composta, em média, de



vinte propriedades, dedicando metade do seu tempo na busca de referências técnicas e econômicas e a outra metade na transformação dos conhecimentos gerados em publicações e documentos e no processo de difusão dessas referências. Esses extensionistas possuem as seguintes atribuições:

- Selecionar as propriedades da rede;
- Diagnosticar as propriedades da rede;
- Elaborar o estudo do sistema e os planos de ajuste de curto e médio prazos;
- Acompanhar a execução dos planos (fase de intervenção);
- Garantir o registro dos resultados obtidos durante a implantação e execução dos planos;
- Sistematizar os resultados e elaborar as referências;
- Restituir os resultados aos agricultores;
- Organizar a instalação e acompanhamento de unidades de teste e validação (UTV);
- Elaborar suportes de difusão;
- Participar na formação e apoio técnico aos extensionistas locais;
- Promover a difusão das informações obtidas nas redes;
- Apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos e métodos de trabalho.

#### b) Nível mesorregional

Uma equipe de especialistas, com caráter interdisciplinar, formada por extensionistas e pesquisadores tem a função de animar, apoiar e coordenar os trabalhos dos extensionistas, sistemas pertencentes ao seu núcleo. É nesse âmbito que as informações obtidas nas redes são analisadas, consolidadas e

valorizadas para o processo de difusão. As principais atribuições das equipes mesorregionais são:

- Ajustar e atualizar o zoneamento agroecológico e a tipologia dos sistemas de produção;
- Propor sistemas de produção a ajustar e temas de estudo a aprofundar;
- Apoiar tecnicamente e metodologicamente os extensionistas de sistemas;
- Garantir o uso correto e uniforme da metodologia e seus instrumentos;
- Apoiar os extensionistas nos diagnósticos das propriedades e nos planos de ajuste;
- Aglutinar, analisar e consolidar, juntamente com os extensionistas de sistemas, os dados obtidos pelo acompanhamento;
- Realizar os ajustes dos dados para definição das referências técnicas e econômicas modulares e dos sistemas de produção;
- Implementar e coordenar as pesquisas adaptativas através de UTVs;
- Orientar e promover a elaboração de instrumentos para a difusão dos resultados.

#### c) Nível estadual

Uma coordenação estadual, formada por um articulador do IAPAR, um da EMATER-PR e um da Unidade de Gerenciamento do Projeto Paraná 12 Meses, garante a execução homogênea do método. É responsável pela animação das equipes mesorregionais e também por promover a integração das “Redes”

com outras instâncias do governo e fora dele. Suas principais atribuições são:

- Coordenar e planejar o funcionamento das “Redes”;
- Garantir a execução de métodos comuns aos diferentes estágios de elaboração das referências. Isto supõe organização, formalização, melhoramento permanente dos métodos utilizados na busca das referências e sua valorização e o treinamento para o seu uso;
- Garantir que haja trocas de informações e de experiências entre os técnicos das “Redes”;
- Harmonizar no plano estadual as formas de apresentação de resultados e de documentos de difusão, colocando à disposição dos diferentes intervenientes nas propriedades, as referências obtidas, da forma mais utilizável possível, considerando sua prática profissional;
- Assegurar a formação de novos extensionistas de sistemas e o aperfeiçoamento contínuo dos que estão em atuação;
- Avaliar as ações nos diferentes níveis de execução.

### **Procedimentos para instalação e condução de uma rede de referências**

A estratégia de instalação e de acompanhamento é idêntica para todas as propriedades das “Redes”, o que permite ter intercâmbios entre diferentes regiões. De fato, os sistemas de produção são diferentes de uma região a outra, mas por esse método de trabalho, os indicadores técnicos e econômicos são calculados seguindo a mesma regra.

O trabalho é baseado na construção de dados quantitativos e qualitativos, nas referências técnicas e econômicas, que uma vez adaptadas às necessidades dos agricultores, facilitam a tomada de decisões, além de contribuir para a análise e o desenvolvimento dos sistemas atuais e futuros. A instalação de uma rede, para obtenção das referências, envolve três etapas complementares, conforme Figura 1.

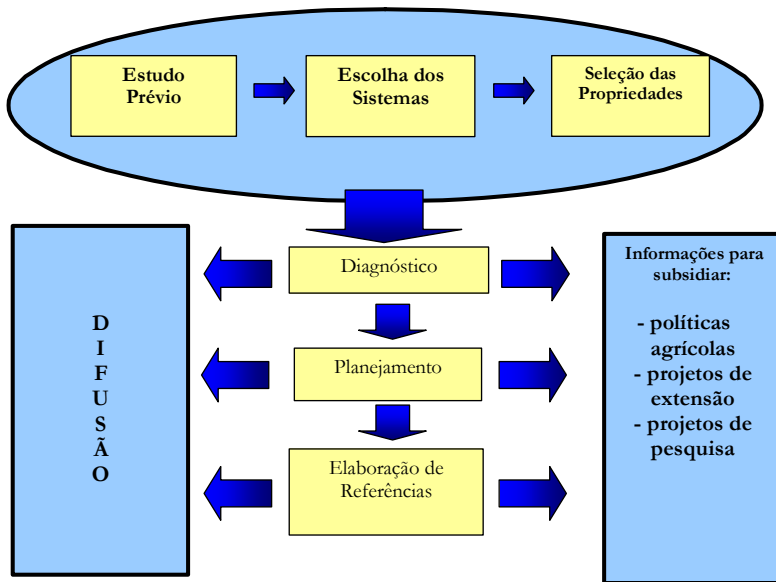


Figura 1. Etapas do trabalho

a) **Estudo prévio**, compreende a caracterização regional e a tipologia de agricultores com o objetivo de apoiar a escolha de sistemas de produção a serem estudados. A caracterização regional busca definir as zonas homogêneas por meio dos estudo dos aspectos de clima, do solo, da estrutura agrária e da infraestrutura. Ainda é realizada a tipologia dos sistemas de produção buscando identificá-los e caracterizá-los, com o objetivo de

compreender sua lógica e entender as diferenças e particularidades que existem entre os agricultores. Essas questões são importantes e devem ser consideradas na formulação de tecnologias e outras ações de desenvolvimento;

**b) Escolha dos sistemas de produção prioritários**, feita a partir das informações da etapa precedente e segundo os critérios que os responsáveis pelo trabalho julgarem mais pertinentes para cada situação (sistemas mais freqüentes, os mais viáveis, os inovadores). A escolha é realizada pelo comitê de coordenação regional, que discute as hipóteses sobre a evolução desses sistemas de produção e suas conseqüências, como peso econômico, peso demográfico, evolução provável de seu número, influência do contexto sócio-econômico sobre sistemas atuais, potencialidade de novos sistemas, etc.;

**c) Seleção de propriedades que comporão as redes**, feita a partir da reflexão e escolha dos sistemas a estudar, realizada pelo comitê de coordenação. Essa escolha garante parte da eficácia dos trabalhos, por isso deve seguir o consenso entre os representantes dos agricultores e dos agentes de desenvolvimento. As propriedades escolhidas, em número mínimo de cinco por sistema, devem ser representativas dos sistemas de produção anteriormente definidos, considerando as características desejáveis<sup>7</sup> para esse tipo de trabalho que as mesmas devem possuir, assim como dos agricultores.

---

<sup>7</sup> É desejável que as propriedades estejam o mais próximo possível dos resultados finais esperados para se obter as referências no menor tempo possível, além de estar em situação financeira que não comprometa os resultados da intervenção. Quanto aos agricultores é importante que os mesmos possuam senso de organização, conhecimentos técnicos ou potencial para adquiri-los, que aceitem os ônus advindos dos registros e do processo de difusão dos resultados e tenham motivação para o trabalho e disposição para participar de grupos e capacidade de comunicação.

Feita a escolha do agricultor, o primeiro passo é realizar um “diagnóstico” da propriedade (sistema de produção) com o intuito de conhecer seu conjunto, seus pontos de estrangulamento, suas potencialidades e os objetivos do agricultor. O diagnóstico consiste na descrição e análise do sistema de produção quanto à estrutura e dinâmica organizacional e o itinerário técnico dos agroecossistemas como elementos básicos para:

- a) Identificar e hierarquizar os problemas, propósitos e aspirações que condicionam a tomada de decisão dos agricultores;
- b) Prognosticar as possíveis mudanças tecnológicas que poderão ser oferecidas pela pesquisa de forma compatível com a realidade.

O diagnóstico é realizado durante o período de um ano agrícola, buscando, através de diversas técnicas<sup>8</sup>, informações da propriedade e dos objetivos do agricultor e sua família, no curto e médio prazo, que sejam suficientes para que o extensionista elabore, juntamente com o agricultor, um projeto a ser implantado nos próximos três ou quatro anos.

Essa fase tem como objetivo também, verificar se a propriedade escolhida responde bem aos objetivos fixados pelo comitê de coordenação regional e de verificar se o agricultor preenche os quesitos necessários para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Ao final desse período, o extensionista firma um primeiro acordo formal com o agricultor, garantindo uma assessoria mais estreita à propriedade em troca de sua

---

<sup>8</sup> Para obter mais informações pode-se consultar: IAPAR. *Enfoque Sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR*. Londrina, 1997. 152p. Ilust. (IAPAR. Circular, 97).

responsabilidade pelos registros solicitados pelo acompanhamento e difusão dos resultados.

A partir dessas informações, extensionista e agricultor elaboram um “projeto” para melhoria da propriedade. Essa fase segue a estratégia normalmente utilizada pelo PSP, que parte do pressuposto de que a agricultura familiar rejeita modificações profundas e rápidas e também encontra-se geralmente descapitalizada. Essa estratégia possibilita, partindo dos recursos disponíveis na propriedade, avanços gradativos e mais seguros, no sentido do aumento de renda e qualidade de vida dos agricultores e sua família.

A partir da situação atual (conhecida e indesejável) pretende-se chegar a uma situação melhorada. Para percorrer esse caminho há necessidade de se passar por estágios intermediários, que permitam, primeiramente a redução e/ou estancamento de perdas (plano de ajuste de curto prazo); para depois, via tecnologias de baixo custo, buscar a acumulação gradual de capital, que possibilite a adoção de tecnologias que promovam o melhor aproveitamento das oportunidades no futuro (planos de médio e longo prazos).

O trabalho nas redes ultrapassa a simples observação na medida em que objetiva a otimização do sistema com as potencialidades e restrições existentes. Isso é feito pela busca da melhor coerência interna possível do sistema.

Na seqüência, o extensionista acompanha a implantação do projeto. Essa é a fase de resolução das dificuldades concretas que poderão se interpor entre realização do projeto e os objetivos. Durante esse período realiza-se o registro dos resultados técnicos

e econômicos. Os registros têm objetivos duplos: servir de suporte à comparação entre o previsto no projeto e sua realização e também para construir as referências modulares e globais do sistema.

Referência modular é o conjunto de indicadores técnicos e econômicos relativos à proposta tecnológica e desempenho de uma atividade agrícola em uma situação específica. Difere das referências globais pois refere-se a uma única cultura ou criação específica, ainda que dentro de um contexto agroecológico e socioeconômico definido. Elas podem ser estabelecidas por especialistas baseados em sua experiência com a atividade, ou a partir de dados tomados diretamente nas propriedades das “Redes”, o que acontecerá posteriormente e lhes conferirá maior confiabilidade.

Referências globais são o conjunto de indicadores técnicos e econômicos relativos ao sistema de produção como um todo, representado pelo “caso típico”.

O caso típico é a descrição do sistema de produção (práticas de manejo de solos, manejo de rebanhos e de culturas e investimentos necessários) e apresenta as opções tecnológicas coerentes com relação ao seu desempenho técnico e econômico, tendo em vista a estrutura da propriedade e as restrições da região.

Ele propõe um resultado econômico que se pode esperar do bom funcionamento do sistema. É uma referência que está acessível a um grande número de produtores, porque representa a busca de coerência geral do sistema, e não simplesmente a performance de cada atividade.



Para a elaboração dos casos típicos são utilizados os resultados obtidos nas propriedades de referência acompanhadas, os conhecimentos das equipes de especialistas, as referências de redes de outras regiões, os resultados do trabalho de pesquisa e a validação de tecnologias.

### **Produtos esperados**

Essa forma de trabalho permite obter uma série de produtos, diferenciados a diversos públicos: agricultores e suas organizações, técnicos, políticos, líderes rurais, instituições públicas e privadas de assistência técnica e pesquisa, instâncias do governo. Desde técnicas agrícolas simples, adaptadas nas propriedades e que poderão ser difundidas a outros agricultores, como também informações para esclarecer os responsáveis por políticas públicas e lideranças sobre os sistemas de produção com chances de futuro. Poderíamos listar a seguir alguns produtos:

- a) Tecnologias e/ou atividades que ampliem a eficiência dos sistemas de produção;
- b) Disponibilização de informações e métodos de análise que orientem os agricultores e agentes de desenvolvimento na gestão da propriedade agrícola;
- c) Referências técnicas sobre diversas atividades agrícolas existentes nas propriedades acompanhadas (referências modulares) e que servirão para a assistência técnica orientar seus agricultores assistidos;

- d) Descrição de sistemas melhorados<sup>9</sup> (caso típico), servindo para o diagnóstico de propriedades semelhantes;
- e) Propriedades que sirvam como pólo de demonstração e difusão de novas tecnologias e local para treinamento e capacitação de técnicos e agricultores;
- f) Identificação de demandas para definição de novas pesquisas a partir dos diagnósticos e acompanhamento das propriedades integrantes das redes;
- g) Estudos setoriais (cadeias produtivas, cenários, uso de mão-de-obra, utilização de máquinas agrícolas, situação do jovem rural, entre outros);
- h) Informações consolidadas que poderão ser utilizadas na elaboração e/ou definição de políticas públicas locais, estaduais e nacionais.

## Referências bibliográficas

CHAMBRE D'AGRICULTURE DU CANTAL. *Au coeur des fermes de demain. Aurillac : Cambre d'agriculture de Cantal*, 1989. 56p. (References Cantal – nov. 1989)

CHAMBRE D'AGRICULTURE DE SAVOIE. *6 façons de produire du lait: techniques et témoignages*. Chambéry : Chambre d'agriculture de Savoie, 1985. 46p. (EDB Savoie n<sup>o</sup> 1)

---

<sup>9</sup> Sistemas de produção coerentes e em harmonia com seu meio ambiente, adaptados à diversidade das situações locais, reproduzíveis por um grande número de agricultores, rentáveis e sustentáveis.

MACHADO, M. L. da S. & RODRIGUES, A. dos S. *A geração de tecnologia e o desenvolvimento da agricultura familiar*. Londrina, IAPAR, 1997. 80p. (IAPAR. Boletim Técnico, 57).

MIRANDA, M. & MIRANDA, G. M. *A experiência do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, na busca do desenvolvimento da agricultura familiar*. In: WORKSHOP O Desenvolvimento de uma outra Agricultura: Acesso à Terra e a Meios de Produção, a Questão da Fome e a Integração Social (1995 : Curitiba). *Anais...* Curitiba : Cooperação Inter-Universitária Franco-Brasileira, 1995, sp.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. *Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses*. Curitiba, 1999. 241p.

PASSINI, J.J. Redes de propriedades de referência. In: IAPAR. *Enfoque Sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR*. Londrina, 1997. 152p. Ilust. (IAPAR. Circular, 97).

PASSINI, J. J. *Geração e comunicação de inovações tecnológicas para a agricultura familiar*. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia, CEFET/PR, 154p.

PAYÉS, M. A. M. *Sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul – Paraná – uma proposta teórico-metodológica*. Londrina: IAPAR, 1989. (IAPAR. Boletim técnico, 27).



# Agroindústria Associativa como Estratégia para um Desenvolvimento Rural de Inclusão

Oswaldo Calzavara<sup>1</sup>

## Introdução

Estudos sobre agricultura familiar demonstraram que as agroindústrias podem ser uma estratégia importante para um desenvolvimento rural mais inclusivo, quando o valor agregado ao produto é apropriado pelos agricultores. Nesse sentido, este trabalho analisou a experiência de quatro agroindústrias associativas, em diferentes regiões do estado do Paraná, bem como experiências assemelhadas na Província de Módena, Norte da Itália, para efeito de comparação.

Verificando a questão da modernização da agricultura brasileira, sob a ótica de um desenvolvimento com inclusão social,

---

<sup>1</sup> Professor associado do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

observa-se que o referido processo gerou uma série de conseqüências, culminando em uma diferenciação cada vez mais nítida entre “duas agriculturas”. De um lado, a agricultura moderna, tecnificada, capitalizada, empresarial. Do outro, a agricultura tradicional, de subsistência, familiar. As conseqüências desse processo variaram de região para região, gerando riquezas, mas também proporcionando os mais altos índices de concentração da renda agrícola (VEIGA, 1985).

A pobreza rural no Brasil ainda é uma realidade, conforme trabalho elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nesse estudo pode-se observar que modernização e pobreza estão juntos. O estado do Paraná, que é exemplo de modernização agrícola com destaque nacional na produção de cereais, sobressaiu como o quinto estado do país em percentual de indigentes na zona rural, acima de um milhão de pessoas em 1990 (PELIANO, 1993). Passados dez anos, a situação continua a mesma, conforme trabalho desenvolvido por Doretto *et al* (2000), denominado de “Mapeamento da Pobreza no Paraná”, em que se identificou “... a existência de 1.029.012 pessoas abaixo da linha de pobreza, ou seja 10,83% da população total do estado”.

Trabalho desenvolvido na região de Londrina, norte do Paraná (CALZAVARA, 1994), constatou que os aperfeiçoamentos tecnológicos na agricultura de subsistência podem proporcionar melhorias de produtividade, porém não representam necessariamente acréscimos prolongados de renda, e que a introdução de uma atividade agrícola não tradicional, voltada ao mercado, bem como o processamento da produção agrícola pelos próprios agricultores organizados, poderão agregar mais renda ao sistema.

No que se refere ao processamento agroindustrial, alguns estudos (LAUSCHER, 1991; BRUNETTO, 1991) demonstraram que as indústrias agroalimentares podem ser uma estratégia importante de desenvolvimento do meio rural, principalmente quando o valor agregado ao produto é apropriado pelos agricultores. Indústrias agroalimentares menores e descentralizadas podem ocupar espaços vazios no mercado, sem competir com a grande indústria, produzindo em menor escala. Podem dedicar-se a produzir com qualidade, voltada também ao mercado externo.

No caso do estado do Paraná, apenas 30% dessas agroindústrias são cooperativas de agricultores, em geral caracterizadas como conglomerados agroindustriais. Outras formas de indústrias agroalimentares, como associações independentes de agricultores, agroindústrias comunitárias, são ainda pouco estudadas e podem representar uma estratégia eficaz na alavancagem do processo de agregação de valor, diminuindo a vulnerabilidade dos sistemas de produção e contribuindo para uma maior sustentabilidade da agricultura familiar.

Assim, com este trabalho procurou-se uma maior fundamentação desta realidade, a partir da análise e discussão de experiências concretas vivenciadas por agricultores no processamento de sua produção de forma associativa. Com isso pretende-se:

- a) contribuir com as agroindústrias estudadas, discutindo seu desempenho e possibilidades de aperfeiçoamentos;
- b) analisar a agroindústria associativa como uma estratégia de desenvolvimento rural inclusivo;
- c) discutir estratégias de desenvolvimento rural.

## Procedimentos do estudo

Trata-se de um estudo que utilizou a metodologia da Extensão Universitária, pelo envolvimento direto do aluno, do professor e da comunidade, realizando levantamento de dados, através de entrevistas com agricultores e técnicos responsáveis pelas agroindústrias associativas, bem como discutindo resultados visando modificações. Essa forma de trabalhar desenvolve relações recíprocas entre os sujeitos envolvidos e possibilita uma visão indissociável dos aspectos técnicos, econômicos e sociais. (JOUVE & MERCOIRET, 1992)

Para a finalidade desse estudo, considerou-se como agroindústria associativa, a organização de agricultores cuja finalidade contemple a questão do processamento de algum produto agropecuário produzido por eles, com nível tecnológico mais simplificado, organizações de menor porte, com sistema de gerenciamento mais simples que as cooperativas tradicionais.

Na escolha dessas organizações considerou-se a abrangência regional e diferentes tipos de produtos processados. Trabalhou-se com uma organização de agricultores, escolhida para cada uma das seguintes regiões no estado do Paraná: norte pioneiro, noroeste, centro e oeste. Respectivamente: Associação Curupira de Jaboti; Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI); Associação de Produtores Rurais de Pitanga (ASSOPRORURAL); Associação dos Aqüicultores do Oeste do Paraná (AQUIOPAR), que processam, principalmente: açúcar mascavo, leite pasteurizado e frango resfriado, farinha de trigo, filé de tilápia. Entrevistou-se, em média, cinco agricultores,



ao acaso, para cada agroindústria estudada, com roteiro previamente testado, abordando os seguintes aspectos: qualidade de vida (como o processamento do produto melhorou sua vida); relações com a agroindústria (opinião do agricultor sobre o funcionamento geral da indústria – seu nível de dependência; opinião sobre o desempenho da gerência; sobre a distribuição de lucros); mudança tecnológica (o que modificou na sua propriedade depois que se envolveu com a agroindústria); mudança social (nível de integração/participação comunitária e urbana).

Na entrevista com técnicos das agroindústrias associativas seguiu-se um roteiro previamente elaborado, abordando: aspectos que levaram ao surgimento; contribuição do capital; fatos marcantes do seu desenvolvimento; estrutura organizacional; linha de produtos; descrição da tecnologia de produção; valorização da marca; embalagem; faixa de mercado que ocupa; ponto de venda; mercado externo; distribuição dos lucros.

Ainda como parâmetro para análise comparativa estudou-se, de forma pouco sistematizada, experiências assemelhadas existentes na Província de Módena, Região da Emília-Romagna, no Norte da Itália, caracterizada por propriedades rurais familiares, alto nível de organização cooperativista e processamento da produção agropecuária. Coletou-se informações junto a agricultores, técnicos da Cooperativa Sciolette, indústria de vinho Casa Cavicchioli e pesquisadores da Universidade de Módena.

## Experiências de agroindústrias associativas no Paraná

A primeira agroindústria associativa estudada surgiu por meio de um grupo ambientalista, composto principalmente por filhos de agricultores, muitos dos quais produziam açúcar mascavo individualmente, para consumo próprio e venda em uma feira regional. A qualidade do produto chamou a atenção do Instituto Biodinâmico de Botucatu (IBD) e da EMATER. Em função disso e de que já existia uma filosofia associativista, foi fácil a formação da associação como uma agroindústria de agricultores.

A associação é composta de aproximadamente sessenta produtores que se reúnem em assembléia geral para as grandes decisões. A associação é dirigida pelo seu presidente o qual é assessorado pela EMATER e IBD. Tem como seu principal produto o açúcar mascavo (produto natural), que recebe a certificação do IBD, que é um aspecto importante na consolidação de novos mercados.

O açúcar mascavo é produzido artesanalmente nas propriedades rurais com tecnologia simples e padronizada. O processamento consiste na fervura da garapa, usando-se fogão à lenha e tachos metálicos, deixando-se decantar em cochos de madeira. Os torrões do açúcar são moídos em trituradores comuns. Embalada em sacos comuns, a produção é levada até a cidade onde fica a sede da associação, para ser comercializada em duas modalidades: direta, com embalagem própria, em pequena quantidade; a granel, para o mercado interno e para exportação. Apesar de problema com a coloração escura, com o

sabor que passa para o alimento adoçado e a granulação grosseira, o produto tem boa aceitação e grande potencial de crescimento, inclusive no mercado externo.

O preço obtido pelo açúcar mascavo está diretamente relacionado com a granulação e a coloração do produto. Quanto mais claro e refinado for o produto, maior o preço obtido. O objetivo da associação é que todos seus associados produzam somente um produto de melhor qualidade. Para isso, os agricultores produzem a cana-de-açúcar sem agrotóxicos, utilizam técnicas de melhoramento da estrutura do solo (plantando leguminosas), plantam cultivares de cana melhorada, fazem colheita e moagem da cana na época indicada para obter o máximo de aproveitamento. Além da preocupação com o produto final para não conter aditivos químicos, algo que é mais difícil de ser feito em grandes empresas.

Observou-se, através das entrevistas que, de forma geral os agricultores estão satisfeitos, pois a partir da associação eles tem uma maior segurança na comercialização do produto e retorno econômico. A capitalização dos agricultores associados é visível e proveniente da produção do açúcar mascavo. Eles estão pagando as construções na propriedade, que utilizam para o processamento, bem como contribuem para a formação do capital social da associação. Além disso, conseguiram um terreno da prefeitura local e estão construindo na sede do Município, “a indústria”, como dizem, que conta principalmente com recursos provenientes de ONG da Alemanha. A indústria possibilitará o aumento da produção e executará todo o processo de refino, além de melhorar a embalagem e a classificação.

A associação promove cursos de capacitação para seus agricultores associados, promovendo a troca de experiências, mostrando a importância da “visão total da propriedade” e da agricultura orgânica, tornando-se um importante fator de desenvolvimento em sua região, na medida em que:

- a) motiva o pequeno produtor a permanecer no campo, inclusive com o retorno de algumas famílias;
- b) provoca a entrada de recursos externos no município;
- c) gera empregos diretos (pela nova atividade) e indireto (construções);
- d) promove o desenvolvimento sócio-educacional da região, através de festas populares e cursos de aperfeiçoamento;
- e) provoca reflexos direto no meio urbano, como a valorização dos terrenos e o aumento na procura de material de construção.

Apesar das dificuldades, a experiência é modelar, podendo aperfeiçoar-se a partir das seguintes sugestões:

- a) melhorar a qualidade do produto com relação a coloração e o gosto que o açúcar mascavo passa para o alimento, aspecto não desejável pelo consumidor;
- b) aperfeiçoar as estratégias de comercialização, procurando colocar o seu produto no varejo, com uma melhor apresentação de embalagem, bem como estudar o relacionamento comercial entre a associação e a empresa distribuidora, tendo em vista maior agregação de valor aos produtos orgânicos;
- c) o estilo de gerência deve ser revisto: a forte liderança concentrada em uma única pessoa, se por um lado traz

resultados positivos, como agilidade nas decisões, por outro, gera uma certa dependência, o que poderá comprometer o futuro da associação;

- d) falta à associação um plano estratégico para explorar com maior eficácia o grande potencial que representa a agricultura orgânica.

A segunda agroindústria associativa estudada é uma central de seis associações de piscicultores que se organizaram para processar seu produto na forma de filé de tilápia congelado, como resposta às grandes oscilações no preço do peixe vivo, provocada pelos “pesque-pague” do interior de São Paulo, seu único mercado. A agroindústria foi implantada sem muito planejamento, visando aproveitar algum equipamento que o estado estava oferecendo, e que “ se deveria aproveitar de forma rápida para não perder a oferta”, bem como utilizar linha de crédito favorável para construção e aquisição complementar de equipamentos.

A administração é centrada na figura do gerente, com baixo envolvimento dos agricultores e baixa co-responsabilidade na participação direta ou indireta nos destinos da agroindústria. Os agricultores não se sentem donos, e a indústria é vista fundamentalmente como um “ponto de entrega” do peixe. A conscientização associativista é muito baixa: os agricultores submetem-se às regras dos “pesque-pague” paulistas, que competem com a associação no preço do peixe vivo, desestruturando o planejamento da matéria-prima.

A tilápia viva é entregue na associação que realiza o processamento com tecnologia simples e seguindo um trabalho em série, culminando na embalagem de filés de tilápia em pequenos pratos comuns, tipo isopor, cobertos por plástico, que

é congelado e comercializado. Apenas 33% do peso do peixe é utilizado como filé. O restante, 67%, é considerado resíduo, ou seja, pele, vísceras e esqueleto. Aqui está um grande ponto de estrangulamento. A associação não está conseguindo recursos para aquisição de equipamentos para aproveitamento desse resíduo. Possivelmente em função do endividamento bancário e principalmente pelo desinteresse (falta de confiabilidade, comprometimento, mobilização) do associado. Além disso, os peixes fora de padrão também são descartados. São vendidos, juntamente com os resíduos de filtragem (toaleta), a preço simbólico para a merenda escolar da região, aumentando os prejuízos.

A agroindústria reforçou a viabilidade da piscicultura, aumentando a segurança na produção e elevando o preço do peixe vivo, devido ao processamento e a competição com os “pesque-pague”. Em função disso, promoveu a geração de novos empregos no meio rural e até a volta de pessoas do meio urbano. No entanto, em função desses problemas, a agroindústria associativa está altamente comprometida na sua existência. Esta situação, bastante fragilizada, exige decisões urgentes, tais como:

- a) convocação de uma assembléia geral de todos os agricultores envolvidos para analisar os rumos da associação. É fundamental definir as seguintes questões: relacionamento com os “pesque-pague” e planejamento da matéria prima; reescalonamento das dívidas; compromisso com novos investimentos para aproveitamento dos resíduos;
- b) um estudo de mercado para equacionar a questão da diversificação da produção, envolvendo o processamento dos subprodutos: a pele, por exemplo, para indústria de confecção e a produção de farinhas ou adubos;

- c) mudanças no estilo gerencial, no sentido de uma maior profissionalização, bem como definição de um organograma compatível;
- d) a implementação de cursos de capacitação para os associados destacando o associativismo e a indústria rural.

A terceira agroindústria estudada surgiu da necessidade que os agricultores sentiam de ter sua própria farinha de trigo, sem depender do mercado, uma vez que todos são triticultores. Assim preencheu a insegurança de que não faltaria o pão à mesa, um valor cultural forte na região. Com quatrocentos associados a agroindústria processa uma parte do trigo produzido por eles, destinado ao consumo próprio. A outra parte do trigo é vendida via cooperativa da região.

A associação produz farinha de trigo especial e comum, na embalagem tradicional de cinco quilos, com tecnologia convencional. Preocupa-se bastante com a qualidade, não fazendo qualquer mistura ou usando produto químico para clarear a farinha. Os subprodutos do trigo (rolão, farelo e germen) são vendidos a preços simbólicos na região por falta de tecnologia e conhecimento de mercado, representando 20% do faturamento. Está aí um problema a ser equacionado.

A qualidade do produto não é explorada e a marca da farinha, registrada, é pouco utilizada como *marketing*, uma vez que se trata de um produto natural, em termos de processamento, já que o trigo é produzido conforme a moderna tecnologia atual.

A produção é colocada no mercado regional através de representações comerciais em vinte municípios. A farinha de trigo é vendida em mercearias, vendas, feiras e supermercados.

A estrutura organizacional da associação é simples. A assembléia de associados toma decisões, mas o presidente tem um papel muito forte na condução geral dos rumos da associação e no gerenciamento do cotidiano. Não está havendo distribuição de lucros, uma vez que o valor agregado é pequeno e fica para reinvestimentos. Além de que essa não é um questão prioritária entre a maioria dos agricultores, mais preocupados apenas em ter sua farinha para consumo.

As mudanças provocadas pela agroindústria associativa, no que se refere às propriedades agrícolas ou à vida comunitária, são pequenas. Os produtores estão aparentemente satisfeitos com a agroindústria, pois ela atinge o objetivo central que é fornecer farinha de trigo de qualidade e mais barata, um dos produtos fundamentais na dieta deles.

Criada com finalidade industrial, a associação agora está planejando nova área de atuação. Busca recursos visando a construção de secador e silo para o trigo, soja e milho, produtos principais da região, atendendo aos associados no armazenamento e comercialização da produção agrícola. Essa área é atualmente atendida por uma grande cooperativa regional, e tal decisão deve ser melhor avaliada por parte da assembléia.

Essa agroindústria associativa pode transformar-se em uma estratégia de desenvolvimento regional, ao ponderar-se a questão do empreendedorismo. Outros aspectos também devem ser considerados, tais como:

- a) melhorar a interação agricultura-indústria. Mudanças técnicas na triticultura poderiam juntar-se à atual tecnologia de processamento, mais na linha de produtos naturais, pensando



- até nas possibilidades de exportações. Aliando-se a um plano de *marketing* e agregando mais renda aos agricultores;
- b) o processamento dos subprodutos pode ser melhor planejado, principalmente o rolão, rico em nutrientes, também na linha de produtos naturais;
- c) a produção da farinha está na faixa da subsistência e mercado local. Poderia ser aumentada e melhor explorada a qualidade do produto, sem grandes investimentos. Há que se fazer um estudo dessas questões para um planejamento com vistas a encarar o empreendimento de uma forma mais empresarial. Nesse contexto, a idéia de entrar na área de armazenamento e secagem merece, agora, maiores ponderações e estudos de viabilidade.

Finalmente, a última experiência estudada se desenvolve em um assentamento de reforma agrária. Criada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), envolve 25 famílias de assentados, tendo como produtos principais o leite, a carne de frango e suíno, hortaliças, banana e mandioca, sendo os três últimos comercializados *in natura*.

A agroindústria associativa possui infra-estrutura suficiente para transformação dos produtos. No caso do leite, os assentados dispõem de ordenhadeira mecânica e equipamento de pasteurização, o que torna o processo de comercialização mais competitivo. Esse leite é conhecido como “leite da vaquinha”, pois não possui marca registrada, mas está se tornando um meio de propaganda do produto, em função da sua qualidade.

No caso da carne suína e de frango, os associados possuem um minifrigorífico, onde realizam o abate e posteriormente o

corde das partes a serem vendidas. Existe também instalações onde os associados preparam, em pequena escala, os embutidos e defumados de suínos e o sabão vendidos na região. O leite pasteurizado e embalado pelos próprios associados é vendido diretamente aos consumidores da cidade, o mesmo acontecendo com a carne de suíno e de frango, que são vendidos embalados em pedaços para a população local. No caso das hortaliças e frutas, a maioria do que é produzido, é comercializado no local, e uma outra parte é vendida para a Ceasa da região.

O trabalho da cooperativa está dividido em setores, com seus respectivos diretores encarregados: trabalho de campo, infraestrutura, agroindústria e pecuária. O espírito associativista é muito forte com o envolvimento de todos: “a administração, a gestão e as decisões tem de ser dos associados”, segundo senso comum entre eles.

A distribuição dos lucros é feita uma vez por ano, ocorrendo o rateio entre os associados e representa 35% das receitas geradas. Os outros 65% vão para os investimentos. É importante ressaltar que durante o ano os associados recebem o chamado “adiantamento” mensal para suas despesas extras, que é proporcional às horas trabalhadas pelos mesmos. Se ocorrer a saída de algum associado, ele recebe a parte correspondente ao capital social e, no caso de entrada de um novo associado, que seja de fora do assentamento, ocorre a colocação de cota-pate.

A associação procura dar treinamento aos seus associados, trazendo cursos como de conservas, entre outros. Está prevista a criação de um fundo de assistência à saúde, visando o bem-estar deles, destacando a importância que se dá ao

desenvolvimento social. O espírito cooperativista é bastante incentivado, através de reuniões, de cursos e da vivência do trabalho coletivo. Trata-se de uma experiência bem sucedida de reforma agrária, mas que pode ser aperfeiçoada, considerando os seguintes aspectos:

- a) os produtos processados (carne suína, frango e leite) têm aceitação no mercado local. Existe a necessidade de evolução na tecnologia de produção, seleção, embalagem, entre outras, visando a expansão e conquista de novos mercados. Um único canal de comercialização (venda direta) local corre o risco de saturação;
- b) atualmente a associação tem um produto no mercado local que tem ótima aceitação, que é o “leite da vaquinha”. Isso deve ser explorado na expansão de mercado, através de estudos de *marketing*;
- c) necessidade de desenvolver um sistema de gerenciamento interno, especialmente no que se refere ao setor contábil-financeiro;
- d) a produção e comercialização de forma comunitária, envolvendo grande diversidade de produtos, é uma experiência nova, na qual aparentemente surgem bons resultados, mas merece um melhor acompanhamento e avaliação;
- e) a experiência é inovadora e pode servir de modelo para outros assentamentos. No entanto, merece um acompanhamento e estudos dos processos sociais envolvidos, destacando-se a rotatividade dos associados (possivelmente pela não contemplação das diferenças) e a existência de conflitos não assumidos.

## A experiência da Província de Módena – Itália

O conhecimento de experiências assemelhadas traz subsídios importantes para análises comparativas. A visita realizada à Província de Módena, Norte da Itália, foi relacionada a agroindústrias processadoras da uva, um dos principais produtos transformados na província. A transformação ocorre a partir de três formas organizativas diferentes: por meio de cooperativas de produtores, chamadas *Cantine Sociale Singolare*; através de um consórcio de cooperativas organizadas, o sistema *Cantine Consorziata* e finalmente o processamento individual, através de empresas privadas.

As cooperativas de produtores processam 75% da uva da Província e há um predomínio de 90% da produção de vinho a granel, chamado *sfuso*, como matéria-prima para as empresas privadas. O setor vem passando por algumas dificuldades, em função da baixa qualidade da matéria-prima e da estratégia de comercialização: o principal canal de vendas são os *grossistas*, espécie de intermediários, não havendo uma rede própria de venda.

O segundo sistema, compreendido por um consórcio de cinco cooperativas, chamado CIV (*Consorzio Interprovinciale Vini*), é mais elaborado e está em expansão. Trabalha com diversificação da oferta; com desenvolvimento de um sistema de controle de qualidade, inclusive com relação à matéria prima; faz programação da produção em relação às tendências do mercado, com política clara de inovação do produto.

Contrastando com o sistema *Cantine Singolare* o *Cantine Consorziata* produz 34% do vinho *sfuso* e 66% na forma *confezionata*,

contra 11% do sistema anterior. Mas o maior contraste vem na produção de vinhos em garrafas que é o que mais agrega valor aos cooperados: além do sistema produzir 2/3 de vinho elaborado, 50% desse vinho é processado e comercializado em garrafas. Essa estratégia tem proporcionando um crescimento marcante do faturamento do CIV no conjunto do setor vinícola, representando em 1992/1993 cerca de 62%, contra 38% do *Singolare* (TROTA, 1995).

No terceiro sistema de processamento da uva, a indústria é particular, de famílias, em áreas maiores de plantio. A indústria funciona na propriedade agrícola particular, com alta tecnologia e qualidade, produzindo vinhos de marca conhecida internacionalmente. Apenas uma pequena parte da uva é adquirida de outros produtores selecionados, de distintas regiões, em função do tipo de solo, clima, variedade de plantio, tecnologia de produção etc, para produção de diferentes tipos de vinho e diferentes misturas.

Na Província de Módena há um predomínio de propriedades rurais na faixa de dois hectares, em terras planas, solo tipo argiloso, pesado, com plantio predominante de fruticultura (uva, pera), havendo ainda cultivo do milho e beterraba com alto nível de mecanização, apesar da pequena área. Além da criação de animais, destacando-se a suinocultura. Destaque para a terceirização, principalmente no preparo dos solos (que exigem tratores grandes em função do tipo de solo), na aplicação de defensivos agrícolas, na colheita da uva e no transporte.

O produtor rural é mais um gerente-proprietário do que um agricultor, em função de suas relações com as empresas prestadoras de serviços agrícolas, bem como com as indústrias processadoras e com o mercado externo. Em grande parte os agricultores residem na zona urbana, onde desenvolvem outras atividades complementares de renda, incluindo seus familiares. Essa sistemática de diversidade de renda, que pode ser chamada de “renda rurbana”, já está consolidada. Aparentemente essa estratégia tem proporcionado um nível de vida da família rural muito significativo, como pode ser observado por ocasião da visita a esses agricultores italianos, quer pela capitalização em benfeitorias de qualidade, veículos, equipamentos domésticos e agrícolas, quer pelo aspecto cultural constatado no estilo de moradias, bem como nos cuidados com os detalhes da vida rural.

Alguns estudiosos italianos dessa questão têm sugerido aperfeiçoamentos em tal modalidade de desenvolvimento rural, tais como: desenvolvimento de estratégia de consórcio de cooperativas de agricultores para o reprocessamento do vinho, através do sistema de agroindústria associativa, para agregar mais renda ao produtor rural, como vem fazendo o CIV; a união das cooperativas *singolare*, formando capitais maiores, para enfrentar o poder das indústrias adquirentes do vinhos *sfuso*; a criação de nichos de mercado; a construção da imagem do produto para o consumidor, além de novas estratégias de comercialização.

## **Rumos de um desenvolvimento rural mais inclusivo**

A agroindústria associativa é uma estratégia de desenvolvimento rural na medida em que provoca mudanças econômicas substanciais, incluindo segmentos populacionais ao processo de desenvolvimento, organizando populações, melhorando a qualidade de vida.

Estruturas organizacionais menores tendem a satisfazer melhor as demandas dos associados, podendo atender, de forma personalizada, estando mais próximo do agricultor, contrastando com as grandes estruturas.

Desenvolver um clima real de co-responsabilidade é fundamental para o êxito dessas experiências. A co-responsabilidade está associada com o desenvolvimento do espírito associativista. Onde essa questão é deficiente, há descontentamentos, desvio na entrega do produto, perda da qualidade da matéria-prima, desânimo. A perda do entusiasmo pelo que se faz interfere diretamente na qualidade do produto, que é uma grande exigência do mercado atual.

A eficácia na continuidade de estruturas menores de processamento está ligada ao desenvolvimento de produtos que atenda nichos de mercado. Nessa questão é importante destacar condições locais de tradição e cultura, vantagens naturais, redes de comercialização alternativa, produtos naturais etc. No caso dos produtos naturais observa-se uma tendência nítida de grande aceitação e perspectiva de mercado externo. Porém com pouca informação disponível ainda: questão da qualidade, organização de mercados, mídia, interação sistema de produção e sistema de

transformação. Aqui entra o papel das universidades e instituições de pesquisa, fornecendo estudos e pesquisas que subsidiem a organização desses empreendimentos.

Programas governamentais de incentivo devem contemplar previamente a educação associativa e a conscientização do trabalho coletivo. São garantias da co-responsabilidade e da continuidade do empreendimento e do retorno do incentivo oficial. Além disso, que os projetos sejam elaborados de forma participativa, com envolvimento dos associados desde a elaboração, na implantação e no desenvolvimento, com prévio conhecimento do mercado regional (no mínimo) e acompanhamento sistemático por parte de técnicos e associados.

As universidades e outras organizações de pesquisa e desenvolvimento têm ainda uma dívida com a populações rurais. A sua produção científico-educativa, talvez por ser fundamentalmente segmentada, na maioria das vezes essa produção não modifica substantivamente a situação como um todo. Pesquisas muito específicas podem perder seu poder transformador, quando não integradas com questões mais abrangentes, dificultando soluções qualitativas de conjunto, como no caso do desenvolvimento rural de inclusão. Resultados existem de forma diluída, não sendo visível mudanças qualitativas de vulto. Entretanto, definição clara de linhas de pesquisa e educação para o desenvolvimento das comunidades, com projetos em parceria, atendendo demandas concretas na área organizativa, tecnológica e gerencial, seriam necessários e de grande utilidade.

Quando se enfatiza a experiência com empreendimentos menores, não significa que se está desconhecendo as vantagens



da economia de escala. O agrupamento em consórcios tem demonstrado sua eficácia na experiência de Módena. O consórcio apresenta as vantagens dos grandes empreendimentos sem perder as vantagens das pequenas indústrias associativas, além de facilitar as questões de *marketing*, novas estratégias de mercado e de tecnologia.

Outra tendência que se observa na Região da Emília-Romagna (Itália), além da estratégia da renda complementar não agrícola, é a terceirização de atividades da produção agropecuária, diminuindo custos e aumentando a qualidade dos serviços, que são prestados por especialistas. Com essa estratégia o agricultor acaba por dispor de mais tempo para se dedicar às atividades não agrícolas, possibilitando às famílias rurais melhor nível de vida, menor instabilidade do orçamento familiar, maior capacidade de investir na agroindústria e até incentivando a expansão de empresas prestadoras de serviços rurais.

No Brasil vários estudos têm sido desenvolvidos acerca do que se denomina de pluriatividade, destacando-se os trabalhos da Universidade de Campinas (GRAZIANO DA SILVA, 1997), nos quais são sugeridas várias políticas de incentivo ao desenvolvimento rural via geração de renda e ocupações não agrícolas, tais como: programas de agroturismo, moradia rural, áreas de preservação ambiental, requalificação profissional, artesanato e outras atividades não agrícolas. Além de mudanças nas normas de Programas Governamentais que facilitem o crédito a todos os pequenos agricultores, bem como mudanças nas legislações, as quais dificultam o desenvolvimento de atividades não agrícolas na zona rural.

A questão da busca da sustentabilidade do desenvolvimento rural também merece reflexão, no sentido do equilíbrio de fatores sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Tanto nas organizações, como na interação entre sistemas de produção e de transformação, como na formulação de programas, tendo em vista um desenvolvimento rural de inclusão social mais democrático e justo.

### Referências bibliográficas

BRUNETTO, O. *Discussão sobre estruturas agroindustriais menores e descentralizadas*. In: Fórum da pequena produção e desenvolvimento agroindustrial, I, 1991, Chapecó (SC), p.35-40.

CALZAVARA, O. *Desenvolvimento da agricultura familiar*. Cadernos de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Número especial sobre pesquisa social na agricultura do Sul do Brasil. Porto Alegre – RS, p.62-73, 1994.

DORETO, M. et al. *Mapeamento da pobreza no Paraná: situação segundo municípios e associações de municípios do Paraná*. Londrina: IAPAR, 2003, 39p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro*. Cópia xerocada. Congresso da Sober, Poços de Caldas – MG, 1997.

JOUBE, P.; MERCOIRET, M.R. *La investigación e desarrollo: una alternativa para poner las investigaciones sobre los sistemas de producción al servicio del desarrollo rural*. In: Revista de Investigación e Desarrollo para América Latina. 1(1): 1-8, Barquisimeto, Venezuela, 1992.

LAUSCHER, R. *O complexo rural e o desenvolvimento agroindustrial*. In: Fórum da pequena produção e desenvolvimento agroindustrial, I, Chapecó – SC, p. 15-20, 1991.

PELIANO, A. M. T. M. (coord). *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: IPEA, 1993 (Doc. de Política, 14)

TROTA, S. *L'industria di trasformazione dei prodotti agricoli in Provincia di Modena*. In: Rapporto sull'agricoltura modenense: un'analisi sul settore agricolo in Provincia di Modena in previsione del Piano Agroalimentare. Assessorato Agricoltura, Provincia di Modena, Italia, Março 1995.

VEIGA, A. *A agricultura e o processo político: o caso brasileiro*. Revista de Economia Rural, Brasília, v.23, n.2, p.189-234, abr./jun. 1985.



# Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Brasil<sup>1</sup>

Luiz Antonio Cabello Norder<sup>2</sup>

## Introdução

As considerações sobre reforma agrária no Brasil quase sempre aparecem associadas a outros temas, sobretudo às conseqüências a ela relacionadas ou atribuídas, como desenvolvimento econômico, nacional ou regional, redução da fome e pobreza, distribuição de renda, justiça, cidadania, etc. Mais recentemente, nos anos de 1990, a implementação de programas de reforma agrária é analisada enquanto elemento de um novo modelo de desenvolvimento econômico (ainda por ser

---

<sup>1</sup> Este texto corresponde ao primeiro capítulo da dissertação de mestrado defendida pelo autor em 1997 no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: norder@uel.br

implementado) capaz de garantir alimentação farta e barata para o conjunto da sociedade. Embora não seja politicamente consensual, o conceito de segurança alimentar no Brasil, em elaboração desde o início da década, reserva um lugar de destaque para o debate em torno da reforma agrária e da agricultura familiar.

No entanto, antes de iniciarmos a exposição sobre a construção histórica deste conceito de segurança alimentar, é válido reafirmar a importância e atualidade da obra de Josué de Castro, sobretudo do livro *A Geografia da Fome*, de 1946. Assim como nos textos recentes sobre segurança alimentar, Josué de Castro traçou estreita correlação entre a incidência da fome e o tipo específico de estrutura fundiária vigente no Brasil desde o período colonial.

Várias pesquisas voltaram ao assunto, retomando a contribuição de Josué de Castro, em uma tentativa de quantificar e apresentar alternativas políticas ao fenômeno da fome e da miséria. Um rápido panorama da extensão da fome, da miséria e da pobreza no Brasil servirá, não apenas como pano de fundo para ressaltar a relevância e atualidade da análise das práticas alimentares entre a população rural, mas principalmente para identificar os problemas metodológicos mais recorrentes nos indicadores nacionais sobre condições de vida e trabalho.

## **O legado de Josué de Castro**

As pesquisas sobre a fome no Brasil não podem deixar de render uma homenagem à contribuição de Josué de Castro. A

publicação de um de seus notáveis trabalhos, *A Geografia da Fome: A Fome no Brasil*, em Julho de 1946, procurava, de forma admirável, romper com um “tabu” que pairava sobre esse importante assunto

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos, desaconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 1946, p.14).

Além da indicação dos condicionantes políticos que historicamente fizeram da fome um assunto sob o qual formularam-se projetos políticos, programas sociais, manifestações públicas e ideologias, não só no Brasil, mas em todos os continentes, Josué de Castro acrescentou um enfoque antropológico dos aspectos culturais relacionados à alimentação:

Recolhemos no Nordeste um número enorme de superstições alimentares, proibições, impossibilidades de tomarem um certo alimento em determinados períodos, tudo sem nenhum fundamento biológico, puras sobrevivências culturais das interdições dos senhores a seus escravos e moradores (p.155).

Decorre dessa análise a insistência na necessidade de alteração desses hábitos e restrições, uma expressão cultural das relações sociais de dominação e exclusão historicamente estabelecidas. Surge como consequência dessa análise o destaque para a relevância de programas de educação alimentar.

Sua análise surpreende pela metodologia, que combina antropologia, educação, política, a ponderação da situação biológica-nutricional e médico-sanitária com suas “causalidades e correlações” econômicas e sociais. O resultado é uma interpretação “do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (p.18) cujo objetivo era “pôr ao alcance da análise sociológica, certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país” (p. 24).

Do ponto de vista teórico, a amplitude do conceito de fome com o qual trabalhou foi decisivo:

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como fenômeno muito mais freqüente e muito mais grave em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (p. 21).

A isso ele denominou “fomes coletivas parciais”. Na interpretação de Josué de Castro,

a fome no Brasil é conseqüência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais... da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (p.294-295).



E para analisar este passado histórico ele resgata, por exemplo, a noção de “aventura mercantil” (cf. Sérgio Buarque de Holanda). A “aventura mercantil” brasileira, segundo Castro, pode ser notada nos diferentes “ciclos sucessivos de economia destrutiva”: pau-brasil, cana-de-açúcar, caça ao índio, mineração, café, borracha.

Na complexa análise das causas da fome, de seus múltiplos fatores, destaca-se a questão agrária como elemento de explicação histórica:

O Brasil como país de tipo semi-colonial, com sua agricultura semi-feudal, à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas de suas populações (p. 298).

Diante desse panorama, ele não hesitou em propor uma “reforma de nossa economia agrária”, nestes termos:

a) combate ao latifundismo...; b) combate à monocultura...; c) aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, agricultura de produtos alimentares principalmente de substâncias perecíveis..., d) intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto para os casos de abastecimento das indústrias, procurando-se sempre localizar estes *belts* produtores de matérias primas em áreas afastadas dos núcleos urbanos a fim de não dificultar o abastecimento das populações da cidade; e) mecanização intensiva de nossa lavoura..., entre outras sugestões, como o apoio ao cooperativismo, a institucionalização de uma política agrícola de créditos, preços mínimos e isenção de impostos para a produção de alimentos básicos (p.304-305).

O desenvolvimento de atividades agrícolas calcadas na produção familiar, como veremos a seguir, é ainda hoje uma alternativa inserida nas propostas visando a superação da incidência da pobreza, da fome, da desnutrição no Brasil. As discussões recentes acerca do estabelecimento de medidas macroeconômicas e de políticas públicas, com o objetivo de garantir a alimentação da população e aumentar sua qualidade de vida – particularmente ao redor do conceito de segurança alimentar – mostra a atual relação entre pobreza e questão agrária, alimentação e agricultura familiar.

O debate sobre a concentração fundiária no Brasil e as discussões acerca da reforma agrária, os programas de apoio diferenciado e prioritário à agricultura familiar podem representar não apenas uma ampliação da disponibilidade de alimentos no mercado, mas, além disso, o estabelecimento de novas relações entre sociedade e meio ambiente, e a conquista da alimentação e melhores condições de vida por significativa parcela da população rural que ainda sofre da fome e continua lutando pelo acesso à terra.

### **Aferições da fome e da pobreza no Brasil (1970-1995)**

A percepção da dramaticidade do problema da fome no Brasil atravessou os últimos cinquenta anos e estimulou diversos pesquisadores e instituições a retomarem as avaliações da situação de carência alimentar no Brasil, visando uma ruptura com o tabu da fome, sobretudo diante das evidências de que, mesmo com o

desencadeamento do processo de urbanização, de modernização agrícola e industrialização, o problema não havia sido solucionado, ou que teria, contrariamente, aumentado ainda mais.

Em algumas dessas análises são enfatizadas as vinculações entre a ocorrência da fome e a estrutura agrária, e de modo mais amplo, com os sucessivos ciclos de desenvolvimento econômico. Foram diversas as contribuições e, resgatar algumas delas, mesmo correndo o risco de não incluímos todas as mais importantes, poderá nos auxiliar no delineamento de uma trajetória histórica sobre o assunto. Os critérios metodológicos para a quantificação da fome e da pobreza no Brasil nem sempre são similares e os números nem sempre coincidem<sup>3</sup>. Mesmo assim, a gravidade do problema permaneceu evidente o bastante para figurar, não apenas como objeto de estudos e pesquisas, mas também de controle político, de formulação de ideologias, mistificações e de mobilização social.

O dimensionamento da fome e da pobreza no Brasil foi o objetivo de diferentes pesquisas realizadas por agências governamentais, universidades ou organizações internacionais. Essas pesquisas ora utilizam dados sobre a distribuição de renda para deduzir qual a parcela da sociedade cujos ingressos monetários não lhe estaria permitindo a satisfação de necessidades básicas; ora associam dados sobre renda a outros indicadores de qualidade de vida; ora carregam tal debate para suas implicações em termos de saúde pública.

---

<sup>3</sup> Uma avaliação das metodologias para o cálculo da pobreza no Brasil pode ser encontrada em Brandão Lopes, 1996.

No início dos anos de 1970, por exemplo, uma das pesquisas realizadas pelo Prof. Nelson Chaves, da Universidade Federal de Pernambuco, indicava que a situação de

emagrecimento, envelhecimento precoce dos adultos e anemia, agravados por diversas formas de parasitismo, com predominância da esquistossomose, são as conseqüências diretas da desnutrição que aumentou no Nordeste, durante os últimos 20 anos... Isso é provocado pela crise da agroindústria canavieira. A instalação de grandes propriedades é responsável pela situação, porque eliminou a agricultura de subsistência e a pequena pecuária.

Cerca de 70% da população nordestina estaria padecendo de desnutrição de primeiro, segundo ou terceiro grau. De forma semelhante aos textos de Josué de Castro, a análise da incidência da fome em Nelson Chaves incorpora a dinâmica das relações sociais no campo, o desenvolvimento ou arrefecimento de determinadas atividades econômicas, os sistemas de posse e uso da terra<sup>4</sup>.

No período militar, a fome tornou-se, ao lado da reforma agrária, mais que um “tabu”, um dos inúmeros temas absolutamente sigilosos e censurados. Uma criteriosa pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1974, consumiu nada menos que vinte milhões de dólares e seus resultados somente puderam chegar ao público onze anos mais tarde<sup>5</sup>. *A divulgação do trabalho era proibida*, relata Maurício Vasconcellos, um dos organizadores do Estudo

---

<sup>4</sup> “Pesquisa analisa a desnutrição no NE”, *O Estado de São Paulo*, 20.07.1971, p. 17.

<sup>5</sup> Ricardo Lessa, “Retrato proibido da fome”, *Revista Isto é*, 02.10.1985, p. 30-34.

Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). O relatório indicava que quase 40% dos entrevistados estavam em uma “situação de penúria alimentar” e que apenas 9% dispunham de uma “boa alimentação”. Foram impressos apenas 250 exemplares com os dados da pesquisa, com uma circulação tão restrita que inclusive o Ministro da Saúde encontrara dificuldades para conhecê-lo.

Mesmo sob censura, a fome continuou despertando interesse e esteve entre os temas de estudos, pesquisas e propostas. Cálculos da Fundação Getúlio Vargas apontavam em 1978 para a necessidade de se buscar alternativas alimentares para a população de baixa renda, e ainda promover um programa de complementação de renda, o que demandaria um volume de recursos da ordem de US\$ 3,3 bilhões – o equivalente a 2,1% do PIB brasileiro de 1977. Tal programa deveria beneficiar trinta milhões de pessoas que estariam vivendo em condições de “pobreza absoluta”, concedendo-lhes uma renda monetária mínima capaz de cobrir suas necessidades alimentares básicas<sup>6</sup>.

Chega a década de 1980, e as notícias sobre a fome, agora sob menor vigilância política, continuaram com o mesmo perfil alarmante: setenta milhões de brasileiros expostos a riscos nutricionais, segundo panorama traçado no VII Congresso Latino-Americano de Nutrição, realizado em 1984.

Segundo o presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN):

---

<sup>6</sup> “Trinta milhões de pobres precisam de Cr\$ 65 bilhões”, *Jornal do Brasil*, 24.09.1978, p. 39.

Para atenuar o quadro, os diversos programas sociais do governo brasileiro, reunindo as ações dos Ministérios da Saúde, da Educação, Trabalho e Previdência, atingem [pretendiam atingir] uma população de 32 milhões de beneficiários

Os programas governamentais então anunciados acenavam para a possibilidade de uma articulação institucional: Programa de Nutrição em Saúde (PNS), Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (Proabo), Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda (Procab), Projeto de Atendimento à Pré-Escola (Proape) e Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC)<sup>7</sup>. Mas, a despeito dessas intenções, a situação não se alterou substancialmente.

Nos anos 1990 a população brasileira volta a ter presidente da República eleito por voto popular e a fome, mantida como “tabu” por tanto tempo, tornou-se um assunto cotidiano e recorrente nos veículos de comunicação de massa, principalmente após a divulgação do *Mapa da Fome*, elaborado em 1993 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA):

Trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente à da Argentina – defrontam-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias [...]. Na área rural, o consumo de alimentos é mais alto do que nas áreas urbanas (7,5% em média), o que se explica pela maior possibilidade de acesso a alimentos que não passam pelo mercado (a ocorrência de desnutrição nas áreas rurais deve-se a maiores dificuldades de acesso a serviços de saúde e saneamento)...

---

<sup>7</sup> “Índice de desnutrição preocupa especialistas”, *O Estado de São Paulo*, 27.11.1984, p. 12.

Apesar dessa ponderação, constatava-se que “50% dos indigentes no Brasil ainda encontra-se na área rural, onde se observam índices alarmantes de fome e desnutrição, e precisam ser atendidos com urgência”. O contingente de famintos, ou “indigentes”, segundo a designação do IPEA, com renda monetária familiar insuficiente para adquirir sequer sua alimentação, foi estimado em 31.679.096 de pessoas, sendo pouco mais de quinze milhões e meio delas vivendo nas cidades, e outros dezesseis milhões no campo (PELIANO, 1993). A questão da distribuição fundiária não aparece como elemento explicativo desses dados estatísticos.

Em março de 1992, o número de brasileiros miseráveis já havia sido estimado pelo IBGE em 64 milhões de pessoas. A pesquisa do IPEA derrubava em 50% a estimativa do total de famintos, mas obteve, assim mesmo, uma enorme repercussão, dado o contexto da Campanha Contra a Fome, dirigida pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que contribuiu de forma decisiva para uma atenuação do “tabu” do qual falava Josué de Castro. Entretanto, a metodologia e os resultados da pesquisa do IPEA não permaneceram isentos de restrições. Em 1995, a pesquisadora Sônia Rocha, também do IPEA, retificava o montante de indigentes: “São 16 milhões... Ao todo, moram no campo 43% dos brasileiros indigentes”. São vários os procedimentos metodológicos que explicam tal divergência, dos quais podemos destacar a forma de avaliação do acesso à habitação e educação, a disponibilidade de merenda escolar, a composição das famílias e as diferenças regionais no custo de vida<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Conforme reportagem de Marcos Sá Corrêa, “São 16 milhões”, *Veja*, 27.09.1995, p. 40.

O registro da extensão da fome e da pobreza no Brasil figura em avaliações de algumas agências internacionais. Uma pesquisa do Banco Mundial estimava que

cerca de 24 milhões de brasileiros, 17,4 por cento da população estavam situados abaixo de nossa linha de pobreza em 1990. Nossa estimativa é inferior à de outras pesquisas feitas no Brasil recentemente... São todas estimativas metodológicas válidas que resultam em linhas de pobreza diferentes e, portanto, em aferições distintas da pobreza. Por mais que se discutam as metodologias empregadas, a escolha entre essas linhas de pobreza continuará sendo, até certo ponto, arbitrária (WORLD BANK, 1994).

Assim como as metodologias para quantificação da pobreza e da fome, existem diversas análises e propostas visando alterar estes diversos panoramas sombrios.

O estudo do Banco Mundial chegou a ressaltar a pertinência da formulação e implementação de políticas públicas especificamente voltadas ao combate da fome e da pobreza:

o nível de pobreza no Brasil está muito acima da norma para um país de renda média. Por outro lado, seria possível erradicar a pobreza do país a um custo inferior a 1% do PIB do país. Não há razão para que um governo, mesmo que esteja em fase de implementação de um programa de austeridade fiscal, não possa melhorar significativamente o bem-estar da população carente e reduzir a pobreza por meio de programas bem elaborados e voltados especificamente para os pobres...

Em números absolutos, “apesar da urbanização, áreas urbanas e rurais contribuem igualmente para a pobreza”: doze milhões de pessoas no campo estariam abaixo da linha da pobreza fixada pelo Banco Mundial: “existe uma forte relação entre a falta de acesso à



terra e pobreza rural”. A análise do Banco Mundial apontou inclusive para a necessidade de modificações no Estatuto da Terra e na Legislação Trabalhista para o meio rural, chegando a especificar algumas brechas jurídicas que estariam fazendo da propriedade da terra no Brasil um paraíso fiscal para os “investidores ricos”. E propunha a “ampliação da capacidade dos pobres de adquirirem terras através da concessão de doações para os mesmos”.

Os dados da FGV, do IPEA e do Banco Mundial estabelecem uma renda *per capita* mínima para que a família seja classificada em uma situação de não-pobreza. Contudo, Leone (1994, p.145) alerta para a necessidade de considerar-se outras variáveis, além do cálculo da renda, pois “um mesmo nível de renda tem significado diferente como expressão de condições de vida se a população vive no campo ou já reside em cidades e entre regiões com distintos graus de desenvolvimento sócio-econômico (p.145). Isso se explica, segundo ela, em função de dois fatores: a) “o grau de mercantilização envolvido no estilo de vida da população”; b) “o acesso às diversas redes de infra-estrutura de serviços públicos tais como energia elétrica, saneamento básico, educação primária, transporte”, o que apresenta uma difusão variada nas diversas regiões do país. Sobre o primeiro aspecto, a autora indica a presença de um segmento de pequenos produtores cuja produção para o autoconsumo alimentar estaria representando parcela significativa de sua renda, mas a aferição monetária dessa atividade traz complicações adicionais às pesquisas estatísticas. No que se refere à infra-estrutura de serviços públicos, a autora pondera que no final dos anos de 1980 “existiam no conjunto do país algo em torno de três milhões de famílias agrícolas de baixa renda com domicílio rural que não tinham sequer água encanada, fossa séptica e acesso à eletricidade” (p.215).

Em outros termos, podemos dizer que há uma menor necessidade de renda monetária por parte das famílias rurais com acesso à terra, quando comparada com a população urbana, resultado de dois fatores sociais: a) a presença de atividades de autoconsumo alimentar de sua produção agropecuária; b) a menor incidência de pagamento de aluguéis para habitação (p. 136). Entretanto, há uma maior precariedade na infra-estrutura de serviços públicos, o que reduz a qualidade de vida no campo e estimula o êxodo rural. Portanto, há a necessidade de elaboração de métodos de pesquisas quantitativas especificamente destinados a captar as particularidades da situação sócio-econômica da população rural<sup>9</sup>.

As considerações sobre a alimentação consumida através de empreendimentos econômicos não-mercantis, ou seja, a produção para o consumo doméstico, apontam para uma correlação entre acesso à terra e ampliação da renda, a despeito dos obstáculos para quantificá-la, reforçando sua importância na melhoria da qualidade de vida no campo. Mesmo assim, essa atividade econômica, essa condição social (o acesso à terra) não é incorporada entre as variáveis das análises estatísticas sobre a pobreza no meio rural brasileiro.

De qualquer forma, a precariedade das condições sócio-econômicas no campo e na cidade é traduzida em um triste cenário epidemiológico. As estatísticas de saúde tornam muito tangíveis os

---

<sup>9</sup> Este problema foi identificado por Brandão Lopes (1996, p. 67), ao avaliar os dados do citado Mapa da Fome produzido pelo IPEA: *A metodologia consiste, em última análise, na comparação de rendas familiares per capita (corrigidas ou não) com linhas de indigência. O grande problema está no cálculo dos valores destas linhas. Os dados existentes para este cálculo são antigos (1976) e somente existem boas informações para utilizá-los [...] para as áreas metropolitanas. Assim, não se tem outra maneira, a não ser estimar linhas para áreas urbanas não metropolitanas e rurais com base nas respectivas linhas das zonas metropolitanas [...] O método de extrapolação pressupõe que o custo de vida rural evoluiu como o metropolitano, quando provavelmente nas zonas rurais ele subiu mais rapidamente.* Ele pondera então que provavelmente o índice de pobreza no meio rural tenha sido subestimado pelo IPEA.

indicadores sobre renda e condições de vida. Monteiro (1995, p.2) fez uma importante aferição sobre o retardo severo no crescimento físico e o estado nutricional dos indivíduos em seus primeiros anos de vida. Com base em dados do IBGE, elaborou a tabela abaixo, comparativa com outros países – considerando que os índices de retardo severo no crescimento de até 2,3% podem ser atribuídos a fatores genéticos, e que, acima disso, a explicação mais plausível é a incidência crônica de desnutrição infantil crônica.

**Tabela 1.** Percentual de Crianças com Retardo Severo de Crescimento em Diferentes Estados Brasileiros e em Países Seleccionados (1980-1989)

Estados do Brasil	%	Países	%
Santa Catarina	4,9	Trinidad-Tobago	5,0
São Paulo	5,6		
Mato Grosso do Sul	6,1	Costa Rica	7,8
Rio Grande do Sul	8,2		
Goiás	9,4		
Rio de Janeiro	9,9	Chile	9,6
Minas Gerais	10,6		
Mato Grosso	11,1	Kwait	11,3
Paraná	11,6		
Amazonas	16,7	Costa do Marfim	17,2
Bahia	22,0	Djibuti	22,2
Ceará	27,6	Congo	27,1
Pernambuco	28,6	Zimbábue	29,0
Pará	29,4	Togo	29,6
Alagoas	36,8	Serra Leoa	34,7
Maranhão	37,4	Zâmbia	39,6
		Haiti	40,6

Fonte: Monteiro, 1995.

Apesar das dificuldades e divergências metodológicas e analíticas, a gravidade da questão alimentar no Brasil das últimas décadas permaneceu evidente o bastante para figurar não apenas como objeto de estudos e pesquisas, mas também de controle político, de formulação de ideologias, mistificações e de mobilizações sociais. Independentemente dos critérios e das conseqüentes divergências numéricas entre essas pesquisas quantitativas, todos esses estudos mostram que a pobreza e a fome são proporcionalmente maiores no campo que nas cidades: “quanto à incidência da indigência (proporção de indigentes com relação à população total da localidade em cada região), observa-se que ela é sempre maior nas áreas rurais” (LEONE, 1994, p.30). A desnutrição crônica apurada por Monteiro (1995) é maior nas áreas rurais de todas as regiões do Brasil: enquanto no meio urbano é de 12,3%, no rural sobe para 22,4%, em média. Mas como mostram os dados acima, a pobreza e a fome na cidade também já são bastante elevadas. Oferecer respostas aos dramáticos indicadores sociais no Brasil exige um esforço de reconstrução do espaço rural brasileiro.

Em vários momentos históricos o Estado ostentou preocupação com a gravidade da situação alimentar no Brasil, acenando particularmente com políticas compensatórias, de alcance questionável, algumas delas já mencionadas acima. Esses programas, no entanto, ficaram expostos a críticas contundentes, seja por seus limites para fazer frente ao que se propõe, seja por suas características políticas e ideológicas :

Na verdade, os programas sociais de alimentação e nutrição no Brasil têm funcionado primordialmente como: a) mecanismo econômico

de garantia de mercado para determinados produtores de alimentos e de subsídio ao grande capital; b) mecanismo político de cooptação dos movimentos sociais, buscando atrair apoio às iniciativas governamentais; c) mecanismo ideológico de mistificação através de ações paternalistas que não tocam nas raízes do problema e terminam legitimando as estruturas sócio-econômicas geradoras da fome (SILVA & GOMES DA SILVA, 1991, p.22).

Em vista dessas críticas ao caráter paliativo, emergencial e assistencialista dos programas de combate localizado da fome e da pobreza, emergiram historicamente inúmeras propostas de transformações “estruturais”, ou seja, aquelas teoricamente capazes de levar a novos padrões de relações sociais de trabalho e novas formas do exercício do poder político. O conceito de segurança alimentar é uma tentativa de atualização da perspectiva para os anos de 1990 – e tem sua relevância acentuada justamente neste contexto de fortalecimento internacional dos postulados neoliberais de organização da economia e da sociedade.

### **Sobre a noção de segurança alimentar**

Os estudos sobre a extensão da fome e das alternativas a ela, como apontamos acima, têm sido constantes desde há várias décadas. As discussões sobre o tema na década de 1990 reafirmaram a vinculação entre a conquista ou adequação da alimentação de uma ampla camada da sociedade e as transformações na estrutura sócio-econômica característica dessas últimas décadas.

Maluf (1995, p.315) ponderava, ao longo da Primeira Conferência Nacional sobre *Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil*, realizada em 1993, que

o problema da segurança alimentar não é só o da fome, mas também o de enfrentar uma situação em que um número majoritário de trabalhadores gasta cerca de 40% de sua renda para comer. Muito embora estes trabalhadores não sejam famintos, são pessoas que para poderem se alimentar comprometem uma parcela substancial de sua renda.

A problemática alimentar não se restringe, portanto, apenas aos “pobres” e “indigentes”, mas também a grande parte dos trabalhadores assalariados rurais e urbanos.

Algumas das recentes conceituações de segurança alimentar elaboradas na primeira metade dos anos de 1990, apontavam para os limites do caráter compensatório e paliativo das políticas de apoio nutricional, cujo objetivo, em geral, era o atendimento imediato, emergencial, sobretudo nos chamados “bolsões de pobreza”. Uma retomada das análises “estruturais”, nas quais ressaltava-se a importância da articulação programática nas políticas públicas e a integração da população vulnerável à fome ao universo da produção, procurava evitar que as políticas unicamente emergenciais de combate à fome viessem a terminar em uma utilização política-ideológica, clientelista e provisória, sem capacidade para criar novas condições sociais de integração social na economia. A segurança alimentar passou então a ser associada a constituição de um novo modelo de desenvolvimento econômico, às “reformas estruturais” e de ampliação da cidadania.

Renato Sérgio Maluf ressalta que nem sempre o conceito de segurança alimentar possui o mesmo significado, e que as

divergências tendem a se acentuar ainda mais quando tratam de escolher os meios para implementar esta política. Segundo ele, houve, até recentemente, a predominância de três concepções básicas relacionadas aos programas alimentares:

- a) uma que se restringe ao combate emergencial à fome, de natureza praticamente assistencial;
- b) outra enfatizando aspectos relacionados à produção e ao abastecimento de alimentos, que toma os níveis de empregos e salários como “fatores externos” à segurança alimentar;
- c) a concepção de profissionais da saúde cuja preocupação recai sobre o estado nutricional dos indivíduos, sobretudo das crianças em idade de crescimento.

A alternativa apresentada nos anos de 1990 é justamente a de incluir a segurança alimentar no cerne das estratégias de desenvolvimento econômico do país, principalmente através da criação de novas relações sociais de produção no campo e na cidade, e da criação de um novo padrão de políticas públicas.

Esta noção foi se difundindo apenas a partir do início da década de 1990. Durante a *Segunda Conferência Nacional de Projetos Estratégicos para o Brasil*, realizada em março de 1995, Ronaldo Coutinho Garcia, do IPEA, apresentou, em uma das doze oficinas temáticas, um texto de cinco páginas intitulado *Questão Agrária e Segurança Alimentar*. A finalidade do evento era elaborar uma análise de alguns dos principais projetos estratégicos de desenvolvimento nacional<sup>10</sup>, identificando os consensos que

---

<sup>10</sup> As referências bibliográficas escolhidas para o debate foram: 1) Hélio Jaguaribe, *Alternativas para o Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1989; 2) *Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento*, Rio de Janeiro: FASE/FORUM, 1992; 3) Antonio Kandir (org.), *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força*

poderiam levar ao estabelecimento de prioridades para a ação governamental. Coutinho Garcia relatou naquela ocasião que nem sempre as propostas de segurança alimentar e reforma agrária são incluídas no bojo das estratégias de desenvolvimento econômico e social do país:

a segurança alimentar, enquanto política abrangente e articuladora de ações diversas, não chega a ser objeto de tratamento mais detalhado de nenhum dos Projetos [escolhidos para análise]. Este é um tema relevante e que ganhou destaque nos últimos dois anos. O fato de a maioria dos projetos ter sido elaborada anteriormente ao surgimento da Ação da Cidadania, da Campanha contra a Fome, do Consea e da realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, talvez explique este quadro.

Segurança alimentar tornou-se, portanto, um dos parâmetros para a avaliação dos projetos estratégicos de desenvolvimento sócio-econômico.

A noção de segurança alimentar no Brasil é um produto dos anos 1990, da reciclagem de um conjunto de reflexões iniciadas na década anterior, sobretudo a partir de 1985, quando o Ministério da Agricultura elaborou uma proposta de *Política Nacional de Segurança Alimentar* e, no ano seguinte, com a realização da *I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição*. Essas iniciativas

---

*Sindical*, São Paulo: Geração Editorial, 1993; 4) Augusto de Franco e Ozeas Duarte, *Brasil, Futuro do Presente*, Rio de Janeiro: FASE/Instituto de Política, 1994; 5) Sérgio Xavier Ferolla, *Bases para um projeto nacional*, Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1994; 6) Cristóvam Buarque, *A revolução das prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994; 7) João Paulo dos Reis Velloso, *Inovação e sociedade: uma estratégia de desenvolvimento com equidade para o Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.



iriam servir como referências para a ampliação do significado político e econômico dos programas de alimentação e nutrição no Brasil.

O Seminário *Fome: O Desafio dos Anos de 1990* foi uma primeira ocasião em que a questão alimentar no Brasil passou a ser incluída entre os critérios de avaliação do desenvolvimento econômico, a partir de uma nova dimensão política. O documento preparado por Galeazzi (1990, 146-164), atendendo à uma solicitação da FAO, também aproximava o fenômeno da fome às suas conseqüências estruturais, mas, além disso, procurava redefinir o ambiente político da questão da segurança alimentar: “ao elevar essa questão ao status da segurança da população e da soberania nacional, torna-se imprescindível que seja tratada a partir de uma atuação do governo como um todo” (p.157).

Outra grande contribuição recente ao tema da segurança alimentar no Brasil veio da proposta formulada por Luiz Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva como parte de um projeto do Partido dos Trabalhadores, o chamado *Governo Paralelo*, por meio do qual seriam apresentadas alternativas e propostas de políticas públicas ao então Presidente da República Fernando Collor de Mello. O documento *Política Nacional de Segurança Alimentar* foi apresentado em outubro de 1991. Um ano depois, o *impeachment* de Collor levou seu vice, Itamar Franco, à Presidência da República. A proposta de segurança alimentar foi então aceita pelo governo federal, inclusive no item referente à formação de um fórum de entidades da sociedade civil para acompanhar sua execução – que resultou no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar).

A perspectiva do texto retomava um fundamento ético-filosófico presentes em documentos da FAO:

A alimentação é um direito elementar de todo ser humano, confundindo-se com o próprio direito à vida. Garantir este direito é uma responsabilidade pública que precisa ser assumida pela coletividade e pelas instituições representativas, em especial pelos governos (SILVA & GOMES DA SILVA, 1991, p.2).

Tal conceito genérico, apresentado como ampliação de direitos humanos, colocava como objetivo da segurança alimentar

uma disponibilidade agregada nacional de alimentos que seja, simultaneamente:

- a) **suficiente** para atender à demanda efetiva e potencial;
- b) **estável**, na medida em que busque neutralizar as inevitáveis flutuações cíclicas;
- c) **autônoma**, ao lograr a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos;
- d) **sustentável**, pois deve garantir o uso a longo prazo dos recursos naturais;
- e) **eqüitativa**, ao possibilitar o acesso universal ao mínimo nutricional, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

A esse conceito de segurança alimentar, o Consea (1995) detalhou e acrescentou outras propostas, apresentando alguns requerimentos básicos para uma Política de Segurança Alimentar:

uma estrutura produtiva democrática e eficiente, construída por uma reforma agrária efetiva, ampla e rápida; uma população que disponha de renda suficiente para adquirir os alimentos em quantidade e qualidade que atendam as suas necessidades nutricionais e para

desfrutar de crescente qualidade de vida; uma política macroeconômica e políticas setoriais fomentadoras do emprego, da produção eficiente de bens de consumo de massa e estimuladores da pequena empresa e das iniciativas produtivas coletivas (cooperativas, empresas associativas e grupos informais) e autônomas; políticas sociais universalizadas com qualidade; uma política de isenção de impostos para alimentos básicos; análises permanentes da qualidade e fiscalização das quantidades dos alimentos em estoques do governo; estimular a diversificação de culturas, respeitadas as particularidades regionais de solo, clima e culturais, priorizando-se a produção de alimentos básicos.

Tanto a proposta do Governo Paralelo quanto a do Consea encaminharam-se para o que Renato Maluf indicava como fundamental: “colocar a segurança alimentar como componente estratégico do padrão de desenvolvimento”. Tratava-se de construir uma abordagem que viesse a contemplar as causas históricas da fome e sua relação com os padrões de desenvolvimento macroeconômico, particularmente na observação dos níveis de emprego e salário vigentes na sociedade como um todo. Outros determinantes macroeconômicos são apontados por Renato Maluf, como os efeitos da estabilidade/instabilidade monetária, o endividamento do setor estatal, a crise fiscal e política do Estado, a falta de transparência nas contas estatais e a capacitação técnica do funcionalismo público.

Em certas passagens podemos perceber que a análise do Consea é complementada pela identificação de problemas e potencialidades da ação econômica local, tomada em sua dinâmica com contexto econômico geral. Estaria fazendo parte desta tentativa de modificação nas relações sócio-econômicas locais iniciativas como

incentivar e apoiar as feiras de produtores, os entrepostos (os pesqueiros, inclusive), para a venda direta ao consumidor, e a articulação entre organizações de produtores e consumidores; respeitadas as particularidades locais, incentivar a produção local e apoiar os programas de autoabastecimento alimentar tais como: hortas comunitárias, escolares e domésticas, pomares, e pequenos criatórios comunitários, inclusive com orientação junto as comunidades de processos simples de indústria caseira com a finalidade de garantir determinadas fontes alimentares no período da entressafra...

entre outras propostas contidas no documento do Consea.

A contribuição do texto formulado por Luís Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva foi de grande repercussão e contribuiu decisivamente para trazer a questão alimentar para o cerne da análise sócio-econômica. A experiência do Consea, mobilizando centenas de movimentos sociais e organizações não-governamentais efetivou a inserção do tema no conjunto da sociedade. Nessas duas propostas, a agricultura familiar, que no Brasil em boa medida estaria carecendo de ser beneficiada por uma reforma agrária, é indicada como pré-condição e prioridade para o desenvolvimento rural e agrícola.

## **O papel da agricultura familiar e da reforma agrária**

As discussões sobre segurança alimentar nos Estados Unidos e na Europa aproximam-se sobretudo de dois temas: liberalização do comércio internacional e reavaliação tecnológica em função do movimento ambientalista. José Eli Veiga (1996, p. 91-92) faz uma síntese das alternativas políticas desses debates. Segundo ele,

os detratores do agroambientalismo insistem que a liberalização do comércio internacional incentivaria o uso intensivo das melhores terras disponíveis com as tecnologias mais avançadas, minimizando os custos econômicos e ambientais. Com isso a biodiversidade seria incrementada e as terras menos aptas deixariam de ser cultivadas.

Propõem “mais livre comércio e mais revolução verde”. Nessa argumentação, a busca por auto-suficiência alimentar nacional e as preocupações ambientais com esta produção ainda mais intensiva, estariam criando obstáculos adicionais para se atingir a segurança alimentar.

Entretanto, a pesquisa agropecuária é crescentemente pressionada para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas voltadas às áreas de menor potencial produtivo, onde se encontram grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e, ao mesmo tempo, desequilíbrios ambientais:

os que querem ver a pesquisa agropecuária orientada para a segurança alimentar sustentável do Sul dizem que o atual desafio é fazer uma ‘Revolução Super ou Duplamente Verde’ (Doubly-Green or Super Green Revolution). Isto é, uma revolução ainda mais produtiva que a anterior e que consiga preservar os recursos naturais e o meio ambiente (VEIGA, 1996, p. 91-92).

José Eli da Veiga acredita que “é muito mais provável que a legitimação de propostas alternativas seja paralela a um oscilante declínio do padrão atual da agricultura moderna” e, por isso, ele fala em “transição agroambiental”, que no futuro poderá ser catalisada com base nas experiências em curso.

Enquanto essa transição, mesmo nos países avançados, não se transforma em uma nova revolução tecnológica, com a reorientação de normas, procedimentos e comportamentos, esses termos do debate “internacional” acerca da segurança alimentar “sustentável” chega muito timidamente no Brasil. As propostas aqui são divididas entre duas formas sociais para a produção agropecuária, traduzidas no plano político, na forma de uma polarização que tem, de um lado, a reivindicação de programas estatais visando o incremento da agricultura nos moldes empresariais e, de outro, o apelo popular pelo fortalecimento da agricultura familiar. Tal disputa irá conferir uma particularidade sociológica para a “transição agroambiental” e para a construção da segurança alimentar no Brasil.

Uma leitura das principais contribuições sobre o tema da segurança alimentar no Brasil dos anos de 1990 evidencia justamente que não existe a formulação de apenas uma inequívoca e consensual concepção sobre o que vem a ser este novo modelo de desenvolvimento gerador da segurança alimentar para o país, ou quais as reformas estruturais necessárias, qual sua natureza social e sua intensidade. Procuraremos agora avaliar a importância e a forma pela qual as propostas de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária têm sido apresentadas entre os componentes da construção do novo modelo de desenvolvimento que poderia gerar a segurança alimentar no Brasil<sup>11</sup>.

A proposta de *Política Nacional de Segurança Alimentar* do Governo Paralelo foi tratada em sua vinculação com os

---

<sup>11</sup> Outras medidas de política econômica, social e administrativa poderiam ser avaliadas em seu impacto na distribuição de renda e de redução dos índices de fome e pobreza. Ver: Maluf, 1994.

programas de incremento às atividades econômicas, ampliando os níveis de emprego, renda e salários, além de uma política agrícola voltada *prioritariamente* para a agricultura familiar. Além disso, contemplava um Plano Nacional de Reforma Agrária para um total de três milhões de famílias em um período de quinze anos, em uma média de duzentas mil famílias assentadas anualmente. A proposta reafirmava ainda a necessidade de formulação de uma política agrícola específica para os assentamentos rurais e acrescentava um auxílio alimentar emergencial para as doze mil famílias que estariam vivendo nos acampamentos naquela época.

O desenvolvimento rural prioritário à agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária contaria com o estímulo à formação de pequenas agroindústrias, proporcionando um pré-processamento mínimo, tendo em vista que os produtores rurais acabam subordinados, mesmo que informalmente, às grandes empresas agro-industriais, através de mecanismos como a assistência técnica, crédito e sistemas de “classificação” dos produtos no momento da comercialização. A criação de agroindústrias cooperativas de pequenos produtores; o monitoramento dos custos de produção e o apoio ao desenvolvimento de tecnologias adaptadas aos sistemas produtivos de pequenos e médios agricultores, entre outras medidas, poderiam reverter a situação desfavorável ao setor agrícola, principalmente ao familiar, diante do setor agro-industrial.

Além da identificação da necessidade de uma revisão da organização do complexo agro-industrial, reafirmava-se a generalização dos programas de preços mínimos e a formação de estoques governamentais para todos os pequenos e médios

agricultores e apenas “facultativa em relação aos demais”. Programava-se também uma revisão nos sistemas de comercialização, visando reacomodar os vários segmentos envolvidos no sistema agro-alimentar, desde a produção de insumos até o comércio varejista.

Nesse documento do Governo Paralelo, a análise das conseqüências sócio-alimentares das diretrizes macroeconômicas procurava fundamentar uma revisão do papel do Estado:

Embora o Estado tenha participado de forma decisiva no enfrentamento da problemática agro-alimentar nos países centrais, as vertentes locais da onda neoliberal conservadora pregam a desestatização e a liberação das atividades econômicas como alternativas capazes de garantir a retomada do desenvolvimento econômico simultaneamente à solução da nossa pobreza crônica.

Maluf analisa a relação entre as forças do mercado e as políticas públicas e a partir daí, reafirma a importância da reforma agrária:

como a igualdade social não é um resultado automático do desenvolvimento econômico, nem das leis de mercado, a segurança alimentar tem de ser colocada como um dos objetivos estratégicos a ser perseguido pelas políticas públicas... Não é possível pensar em produção de alimentos para o consumo de toda a população sem uma reforma agrária efetiva, como fizeram os países mais desenvolvidos.

A reforma agrária chegou a ser colocada como uma das premissas do conceito de segurança alimentar elaborado pelo Consea, que reafirma sua importância para a obtenção de transformações simultaneamente macro-estruturais e locais:



a política de segurança alimentar deve ser precedida de uma reforma agrária que viabilize o assentamento de famílias rurais sem terra, de famílias acampadas, e das que migraram para as cidades. É fundamental a implantação de infra-estrutura completa para os assentamentos. A reforma agrária deverá atender às particularidades regionais, respeitando as identidades culturais das comunidades. Contemplará uma política agrícola voltada para os pequenos produtores, e à geração de empregos rurais.

A reforma agrária e as políticas agrícolas e de abastecimento aparecem, portanto, ao lado dos esforços de modificações nas relações comerciais locais e não apenas em sua dimensão macroeconômica, um ponto de partida para transformações nas relações sociais em cada comunidade, em cada localidade, em cada município ou região. Pode-se notar, ademais, uma aproximação entre esses dois níveis de análise, o estrutural e o local. As transformações estruturais aparecem em sua dinâmica com o restabelecimento de novas práticas econômicas, sociais, culturais e alimentares na vida quotidiana da população.

A perspectiva de se inserir na compreensão do desenvolvimento econômico as particularidades e potencialidades regionais também está presente em Maluf, quando este avalia, por exemplo, a viabilidade do setor agrícola familiar:

No que se refere à agricultura familiar, reafirme-se as sugestões tradicionais da adoção de instrumentos diferenciados de apoio, principalmente em termos de crédito, garantia de preços e estímulo ao associativismo articulado a formas de ampliar o valor agregado e apropriado por esses produtores, como por exemplo a constituição de agroindústrias regionais (p. 46).

No entanto, o documento sobre segurança alimentar produzido em 1993 pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)<sup>12</sup> evidenciou a divergência política e social na redefinição do modelo de desenvolvimento que traria a segurança alimentar ao país. A segurança alimentar é apresentada como

a principal responsabilidade social do Agribusiness... – o maior negócio do país, representando quase 40% de seu PIB, mais de 40% de suas exportações e é, de longe, o setor da economia que mais emprega mão-de-obra (p. 9).

Para alcançá-la seria necessário que a disponibilidade de alimentos fosse, simultaneamente, “suficiente, estável, autônoma, sustentável e eqüitativa”, tal qual já aparecera nos documentos da FAO e do Governo Paralelo.

A segurança alimentar é também compreendida como “um dos pilares para o desenvolvimento do país.” A contribuição da agricultura seria fundamental: “o desafio é duplo: aumentar a produção agropecuária e aproximar os indicadores sócio-econômicos da população rural aos da urbana.” Ao abordar “Situação da Agricultura” não apresenta qualquer distinção entre “agricultura familiar” e “agricultura patronal”, como consta nos demais textos apresentados acima. Prevalece a, socialmente imprecisa, noção de que

---

<sup>12</sup> Para a ABAG, Agribusiness é “a soma total das operações de produção e distribuição de insumos e novas tecnologias agrícolas; a produção propriamente dita; do armazenamento, do transporte, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.” (p. 9)

os agricultores estão convencidos de que o processo acelerado de queda na sua renda não se reverterá enquanto a agricultura não for considerada no contexto maior da economia e, sobretudo, do social (ABAG, 1994, p.51).

A análise da ABAG inclui, todavia, uma distinção entre “agricultura comercial” e “agricultura de baixa renda”, reservando a esta última um prognóstico pouco animador:

a tendência, no Brasil e no Mundo, é de redução do número e ampliação do tamanho das unidades agrícolas. Isso significa que as oportunidades abertas às unidades familiares de baixa renda, para produzirem com eficiência e de maneira lucrativa, são limitadas. O desenvolvimento harmônico do agribusiness, entretanto, pode assegurar a muitas destas famílias a possibilidade de aumento da renda em trabalhos fora da fazenda (p. 66).

Em outros termos, para os designados “agricultores de baixa renda” restaria a “alternativa” da proletarização “harmônica” diante de um possível incremento das atividades econômicas conduzidas pelos grandes agricultores e agro-industriais. A consequência desta prerrogativa é a de que

o investimento na educação é questão chave na agricultura. No mais, o desempenho do setor agropecuário depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em infra-estrutura, das pequenas e médias cidades do interior, de modo a oferecer à população rural os mesmos benefícios de que dispõem os habitantes dos grandes centros urbanos (p. 66).

Entre os sete princípios defendidos pela ABAG para alcançar a segurança alimentar no Brasil “dentro do arcabouço institucional de uma economia de mercado...” está a “Valorização e Expansão da Produção Agropecuária”, o que se traduz na necessidade de reconstituir a renda do “agricultor”; expandir a “classe média rural, fator insubstituível de estabilidade política e social de qualquer país; e melhorar dramaticamente o nível de vida do trabalhador rural”, (p. 157). As políticas de preços mínimos deveriam se limitar aos produtos essenciais à segurança alimentar e não há menção de prioridade a algum tipo de produtor rural. Trata-se, enfim, de uma defesa da implementação de mudanças macroeconômicas visando a promoção de melhores relações de trabalho capitalistas no campo e na cidade, com conseqüências na distribuição interna de alimentos e na inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Apesar da análise desfavorável à agricultura familiar, tida como sinônimo de “agricultura de baixa renda”, a ABAG paradoxalmente acrescenta uma “política fundiária moderna e coerente com a realidade atual do país..”, por meio de três linhas de ação: programas de reforma agrária; crédito fundiário para a ampliação de escala de minifúndios e a adoção de um sistema progressivo de tributação sobre terras ociosas. Mas não posiciona a reforma agrária e a agricultura familiar no centro de sua argumentação e estas recebem um tratamento não mais que periférico na análise.

A diretriz de se buscar a segurança alimentar através de uma modificação no modelo de desenvolvimento foi inserida no texto da ABAG, todavia o perfil deste “novo modelo” não é o mesmo que o exposto pelo Governo Paralelo, pelo Consea e

por Renato Maluf, por exemplo. Isso se revela no papel que se atribui ao setor agrícola familiar, ao Estado e à reforma agrária. Há uma diferença na orientação sócio-política entre a proposta da ABAG, basicamente “empresarial”, e as demais citadas (mais afinadas com as propostas dos movimentos populares).

A questão traz, em seu bojo, uma disputa política entre forças sociais antagônicas que disputam as políticas governamentais diante de um eventual aquecimento do consumo de alimentos por grande parte da população brasileira. Em outros termos, são distintas forças sociais que procuram reorientar o padrão das relações sociais a serem estabelecidas no interior do complexo agro-industrial, a título de se tentar atingir a segurança alimentar no país. “É uma noção ainda em disputa, que pode ser apropriada de diferentes maneiras em diferentes países devido às circunstâncias de cada um. O mesmo se passa no interior do Brasil”, de acordo com Renato Maluf<sup>13</sup>.

Entretanto, esta disputa social e política em torno do modelo de desenvolvimento agropecuário e agro-alimentar perde sua visibilidade com a imposição de restrições prévias, com a identificação de “tendências inexoráveis” da economia, com a criação de classificações sociológicas paternalistas. Segundo Maria Emília Pacheco (1994, p. 212-218),

a caracterização de setores do campo como ‘os pobres do campo’ deslegitima e obscurece os conflitos de interesses e de projetos em disputa. A proposta de reforma agrária como política social

---

<sup>13</sup> Conferência do Rio de Janeiro: *Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil*, Rio de Janeiro, FASE-FUJB, 1995.

compensatória e não inserida na discussão das alternativas de reorganização produtiva é legitimadora do ‘darwinismo social’...

Para a autora, a caracterização da agricultura familiar como setor produtivo de baixa renda, voltado apenas à sua subsistência, ao autoconsumo, sem uma inserção significativa no mercado, acaba por reforçar a concepção de que há uma tendência unívoca de desenvolvimento no campo:

as propostas inscritas nas lutas dos movimentos não podem ser reduzidas ao significado de luta por sobrevivência. Os movimentos estão colocando, mesmo que de forma fragmentada, questões que dizem respeito à revisão das relações Estado e sociedade, outras formas de produzir e outras bases tecnológicas.

No entanto, mesmo na avaliação do Governo Paralelo, há um reconhecimento de que, além de gerar divisas para o país, a produção agro-industrial capitalista responde atualmente pelo fornecimento de uma parcela significativa da cesta alimentar dos consumidores urbanos, a despeito de sua configuração social. As relações sociais internas ao complexo agro-industrial precisariam passar por algumas alterações políticas:

parcela importante e crescente da produção agrícola desenvolve-se sob mecanismos de integração com as agroindústrias propriamente ditas e com a indústria alimentar, as quais possuem um forte poder de determinação das condições em que se dá aquela produção. (p. 13)

Uma crítica ao suporte político e social dos setores ligados aos “agronegócios” pode também ser encontrada nas ponderações de Renato Maluf:

ao contrário do que sugere o discurso convencional dos representantes patronais do sistema agro-alimentar, sua importância econômica e óbvia condição estratégica não justificaria confundir prioridade com a mera reedição de privilégios indiscriminados conferidos no passado, embora demandem políticas adequadas e diferenciadas. Ademais, elas não devem obscurecer, ao contrário, tornam mais importante a necessidade de profundas revisões nas relações sociais de produção em seu interior, desde a posse e uso da terra até as relações de trabalho, passando pelas relações agricultura familiar – agroindústria (p. 23).

A agricultura familiar não pode ser vista apenas sob o enfoque da oferta de alimentos para construção da segurança alimentar, mas como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Não se trata portanto de se criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante das supostas forças de mercado, mas tomar a agricultura familiar e a reforma agrária como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham a aumentar a oferta de alimentos e também a aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural, inicialmente com a conquista da segurança alimentar no campo. Assim, fundamentado no conceito de segurança alimentar, o Estado pode oferecer vantagens adicionais e exclusivas a este segmento de produção agropecuária, com a construção de infra-estrutura social e produtiva, com a formulação de políticas sociais, e com a utilização de sua produção em programas de segurança alimentar para as populações urbanas mais vulneráveis. Um projeto político, de regulação das atividades econômicas de um segmento de produção agropecuária, com significativos efeitos sociais.

## Referências bibliográficas

ABAG, *A segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness*. São Paulo : Associação Brasileira de Agribusiness, 1993.

BRANDÃO LOPES, J., “Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil”, *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 24, São Paulo : Instituto de Estudos Avançados/USP, 1995.

CASTRO, J. de. *A geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro : O Cruzeiro, 1946

Consea/ Ação da Cidadania. *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar: Relatório Final*, Brasília, julho de 1994.

FAO. *Sistemas alimentarios y seguridad alimentária*, FAO : Roma, 1988, 108 p.

GALEAZZI, M. A. “Introdução ao debate”. In: GALEAZZI, M. A. (org.). *Fome: O desafio dos anos 90*, São Paulo : Secretaria Estadual de Abastecimento, 1991.

LEONE, E. T. *Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80*. Campinas, Tese Doutorado : IFCH/Unicamp, 1994.

MALUF, R. S.; MENEZES F.; VALENTE, F. *Contribuição a tema da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro : Ágora/Redecapa/Riad, Outubro/1995

\_\_\_\_\_. *Políticas de segurança alimentar: definições, determinantes e o papel do MAARA*. Rio de Janeiro : mimeo, versão preliminar, janeiro/1994, 56 p.

MONTEIRO, C. A. “Pobreza absoluta, desnutrição e desigualdades regionais no Brasil”. In: BARROS, R. P.; URANI, A. (org.) 1º Relatório sobre desigualdade de renda e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro : IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), 1995.

PACHECO, M. E. B., “O joio e o trigo na defesa da reforma agrária”. In: STÉDILE, J. P. *A Questão agrária hoje*. Porto Alegre : Ed. da Universidade, UFRGS, 1994.



PELIANO, A. M. T. *O Mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília : IPEA, Documento de pesquisa n. 14, março de 1993.

SILVA, L. I. L.; SILVA, J. G. *Política Nacional de Segurança Alimentar*. Brasília : Governo Paralelo, outubro de 1991, 22p.

VEIGA, J. E. *Economia política da emergente transição ambiental: o caso dos EUA*. São Paulo : FEA/USP-PROCAM, vol. I, 1996.

WORLD BANK. *Brazil: a poverty assessment – Resumo executivo*, Report n. 14323BR., 1994.



# **Evolução e Fases do Proálcool: 1975-2000<sup>1</sup>**

Pery Francisco Assis Shikida <sup>2</sup>

## **Introdução**

A cana-de-açúcar foi muito importante para a história econômica brasileira. Essa cultura foi responsável pelo processo de colonização brasileira. A expressão da cana-de-açúcar foi de tal monta que caracterizou, entre 1530 e 1650, o ciclo do açúcar, fase na qual o açúcar foi considerado o produto dominante da economia brasileira (FURTADO, 1974).

---

<sup>1</sup> Uma versão deste trabalho foi apresentada na Kaiserslautern University (Germany), como Discussion Paper (Lehrstuhl Für Volkswirtschaftslehre Insb. Wirtschaftspolitik). O autor agradece aos comentários do Dr. Wolfgang Flieger (Kaiserslautern University). Não obstante, a responsabilidade por seu conteúdo é integralmente do autor.

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Toledo). Rua da Faculdade, 2550 – Jardim La Salle – Toledo – Paraná (Brasil). CEP: 85900-970 – E-mail: pfashiki@unioeste.br

Afora o caráter histórico, cabe ressaltar, segundo Szmrecsányi (1979), que da cana-de-açúcar originam-se não só um dos alimentos básicos para o ser humano – o açúcar – como também uma série de derivados de usos alternativos, como o álcool, o melão, a aguardente, o bagaço da cana, etc. Nesse sentido, a importância econômica da cana-de-açúcar está diretamente ligada aos diversos produtos e subprodutos advindos da industrialização dessa planta e à sua multiplicidade de funções. Por exemplo, o bagaço da cana pode ser utilizado na co-geração de energia elétrica, como componente para a ração animal, como adubo e/ou para a produção de celulose. Não obstante, os principais produtos da cultura da cana-de-açúcar ainda continuam sendo açúcar e álcool.

Atualmente o mercado de açúcar e álcool movimentava cerca de R\$12,7 bilhões por ano – que significa 2,3% do PIB brasileiro – gerando impostos de R\$1,2 bilhão e aproximadamente 602 mil trabalhos diretos. O mercado canavieiro nacional tem aproximadamente 322 unidades produtoras em atividade, sendo 101 destilarias autônomas (produzindo somente álcool) e 221 usinas de cana-de-açúcar (produzindo álcool e açúcar). Além disso, o agribusiness da cana-de-açúcar tem 60.000 fornecedores de cana-de-açúcar, 60 instituições representativas de classe e 4000 firmas fornecedoras de produtos e serviços para esse tipo de mercado. A área colhida da safra 1997/1998 produziu 301 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, gerando 15 milhões de toneladas de açúcar e 15,2 bilhões de litros de álcool (5,5 bilhões litros de álcool anidro e 9,7 bilhões litros de álcool hidratado). O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar e o único a implantar

em larga escala um combustível alternativo à gasolina. Hoje o álcool combustível é reconhecido mundialmente pela sua externalidade positiva e vantagens sociais, e os países do 1º mundo já estão interessados nessa tecnologia brasileira (SHIKIDA, 1998; [www.jornalcana.com.br](http://www.jornalcana.com.br), 1999).

De fato, o desempenho da agroindústria canavieira tem sido afetado pelo comportamento dos mercados de açúcar e álcool. De acordo com RICCI *et al.* (1994), a área colhida com cana-de-açúcar elevou-se principalmente devido ao alto preço internacional do açúcar, durante 1973-1975. Essa área continuou crescendo através da política de diversificação, especialmente com a implementação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975 – haja vista que para sua execução houve forte apoio oficial, como vantagens de financiamento, incentivos fiscais, subsídios e incentivos de preço.

Porém, entre 1986 e 2000, o ímpeto do PROÁLCOOL diminuiu e o preço de açúcar internacional mostrou um cenário mais estável. Com o começo da crise do PROÁLCOOL, caracterizada pelo arrefecimento da intervenção estatal na agroindústria canavieira brasileira (isso, vale dizer, em uma conjuntura neoliberal de Estado, afetada por uma séria crise fiscal e financeira).

No presente momento, o grande problema para o PROÁLCOOL tem sido o baixo preço do petróleo internacional *vis-à-vis* o álcool combustível. Nesse contexto de custo do álcool ainda mais alto que o custo da gasolina, o PROÁLCOOL ainda mostra aspectos vantajosos, como no controle da poluição, geração de empregos, etc.

## Fases do PROÁLCOOL<sup>3</sup>

### *Expansão moderada do PROÁLCOOL (1975 A 1979)*

A criação do PROÁLCOOL se deu no ano de 1975 em meio a uma grave crise do petróleo (esta iniciada em 1973), em um período em que a economia brasileira evoluía, segundo Castro & Souza (1985), em ritmo de “marcha forçada”. Os preços do petróleo no mercado internacional em setembro de 1973 eram equivalentes a US\$2,91 por barril. Com a eclosão da Guerra do *Yom Kippur* nesse mesmo ano, conflito no qual se envolveram diretamente Israel, Egito e Síria, gerou-se nessa região graves perturbações de alcance internacional. Essa crise colaborou de maneira direta para a quadruplicação dos preços do barril do petróleo.

O Brasil, nesse período, dependia em 80% do petróleo oriundo do exterior. Por conseguinte, o ocorrido refletiu consideravelmente na importação do produto, pois correspondeu ao dispêndio de US\$8,6 bilhões para a importação de petróleo referente ao triênio 1974-1975-1976. Para efeito de cotejo, no triênio imediatamente anterior, o dispêndio com a importação de petróleo chegou à quantia de US\$1,4 bilhão. Com o desequilíbrio das contas externas brasileiras, causado, em parte, pela crise do petróleo, as autoridades governamentais e fração do empresariado nacional manifestaram interesse em encontrar fontes alternativas para a substituição de alguns derivados do petróleo. Foram propostos alguns Programas com esse caráter,

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre as três fases do PROÁLCOOL, ver: Shikida (1998) e Shikida & Bacha (1999).

dentre os quais: o PROÓLEO (objetivando substituir o óleo diesel), o PROCARVÃO (objetivando substituir o óleo combustível) e o PROÁLCOOL (objetivando substituir a gasolina), sendo o último o que teve maior apoio e resultados.

Conciliando as argumentações ora enfatizadas, a interpretação deste trabalho é a de que a crise do petróleo e a crise da agroindústria canavieira contribuíram para viabilizar o surgimento do PROÁLCOOL. A crise do petróleo gerou um “gargalo” no processo produtivo, e este propiciou um ambiente favorável ao surgimento de várias opções; nesse caso, foram o uso do álcool, do carvão e do óleo vegetal. Contudo, a crise da agroindústria canavieira acabou favorecendo a “orquestração” de interesses que levou o país a optar pelo PROÁLCOOL.<sup>4</sup> Nessa linha de raciocínio, a crise do petróleo levou ao surgimento de várias inovações, e a “orquestração” de interesses definiu qual proposta foi vitoriosa.

De fato, a alternativa baseada no uso do álcool combustível foi bem formulada politicamente, seja na esfera de interesses privados (de empresários, pessoas e instituições ligadas, direta e indiretamente, à agroindústria canavieira) ou de interesses públicos (à época, através de representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Interior, Minas e

---

<sup>4</sup> A desestabilização do setor açucareiro mundial, apesar da ocorrência de períodos de breve alta de preços, tem duas razões fundamentais. Primeiro, existem persistentes excessos de oferta de açúcar – a Comunidade Econômica Européia (CEE), por exemplo, de antiga importadora passou à condição de grande exportadora de açúcar, graças à política de altos preços do açúcar no mercado interno e ao eficiente mecanismo de gestão de oferta a partir de um sistema de quotas de produção. Segundo, existe uma tendência de retração da demanda do açúcar, sobretudo em vista da concorrência do açúcar com os adoçantes sintéticos e outros similares.

Energia, e Planejamento). Isso não se verificou para qualquer outra opção energética, até porque nas áreas desses programas alternativos não existia uma crise semelhante à crise açucareira, e nem um forte grupo de pressão como o verificado na agroindústria canavieira.

A “orquestração” de interesses para viabilizar o PROÁLCOOL englobou os empresários das usinas e destilarias, o Estado, o setor de máquinas e equipamentos e a indústria automobilística. Para os usineiros tratava-se de diversificar a produção, de “criar” um novo mercado diante das freqüentes crises da economia açucareira. A questão crucial que se colocava para a agroindústria canavieira era o que fazer com um parque produtivo que precisava avançar tecnologicamente e que estava com tendência à sobrecapacidade. Para o Estado, os interesses nesse Programa resumiam-se nos objetivos nele contidos, quais sejam: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; e expansão da produção de bens de capital. Nesse ínterim, esse Programa também era, e ainda é, importante para a continuação das vendas de máquinas e equipamentos para a agroindústria canavieira. Segundo Belik (1992), com o PROÁLCOOL o setor de máquinas e equipamentos (indústria de bens de capital) vislumbraram um quadro de continuidade do crescimento que havia sido iniciado ao final da década de 1960 e que atingiu o seu auge no período do “milagre” econômico do País. Especificamente para a indústria automobilística, a crise do petróleo obstaculizava, de certa forma, a continuidade da política rodoviária peculiar ao desenvolvimento econômico



brasileiro, e o carro movido a álcool despontava como uma alternativa passível de viabilização (BELIK, 1992).

Para a execução do PROÁLCOOL houve um forte apoio oficial, seja sob a forma de financiamentos, incentivos creditícios, incentivos fiscais, subsídios e/ou incentivos de preços (MAGALHÃES *et al.*, 1991). Os instrumentos básicos para implementação do PROÁLCOOL em sua primeira fase consistiam no estabelecimento de preços remuneradores ao álcool, através da paridade com o preço do açúcar; na garantia da compra do produto pela PETROBRÁS; e na criação de linhas de crédito para financiamento das partes agrícola e industrial.

Com o começo do PROÁLCOOL, o produtor da agroindústria canavieira passou a estar sujeito a uma série de arranjos institucionais que ligavam os interesses organizados do setor com as estruturas de decisão do Estado. Esse arranjo institucional, por um lado, proporcionava ao produtor, seja de que região fosse, um certo paradigma subvencionista como modelo de sobrevivência. Quer dizer, com mecanismos de regulação da atividade produtiva – que iam desde o estabelecimento de quotas de produção (significando reserva de mercado), fixação de preços para a cana-de-açúcar, açúcar e álcool (significando uma certa garantia de margens mínimas de lucro), até a concessão de subsídios (significando um estímulo direto à atividade) – o produtor da agroindústria canavieira não precisava, necessariamente, preocupar-se com alternativas tecnológicas que pudessem reduzir custos e proporcionar maior competitividade setorial, posto que sua permanência no setor estaria garantida minimamente pelos expedientes citados. Com tal panorama é

incontroverso que muitos dos produtores da agroindústria canavieira habituaram-se com este modelo de sobrevivência.

Um programa do vulto do PROÁLCOOL, que pretendia inserir com sucesso o álcool na matriz energética brasileira, necessitava de um extraordinário volume de investimentos na agroindústria canavieira, haja vista a infra-estrutura de até então, voltada basicamente para atender as demandas de alguns setores tradicionais, dentre os quais: cosméticos, produtos farmacêuticos, bebidas e química (detergentes, tintas, vernizes, etc). De 1975 a 1980 foram investidos no PROÁLCOOL US\$1,019 bilhão, sendo 75% dessa quantia advindos de recursos públicos e 25% advindos de recursos privados (LOPES, 1996). Para a primeira fase do PROÁLCOOL foi estabelecida a meta de produção de três bilhões de litros de álcool na safra 1979/1980. Essa meta foi cumprida em 113,2%, sendo a produção de álcool dessa fase baseada sobremaneira em destilarias anexas e com expressiva produção de álcool anidro.

Outro ponto importante a respeito do PROÁLCOOL é o seu argumento ambiental. Por exemplo, a cultura canavieira tem um alto grau de capacidade fotossintética e os carros movidos a álcool apresentam baixa emissão de monóxido de carbono, dióxido de carbono e óxido de nitrogênio, isto *vis-à-vis* os carros movidos à gasolina<sup>5</sup>. Ademais, a cana-de-açúcar é uma cultura

---

<sup>5</sup> “Conventional private vehicles emit a number of products that may be considered potential health or environmental problems. [...] These pollutants may lead directly to: nuisance (odour, noise, soiling or decreased visibility); health effects (irritation of respiratory, eye, or other system; acute toxic effects; mutagenic or carcinogenic action; rise in blood pressure and other physiological effects); or environmental damage (materials soiling or corrosion; loss of agricultural productivity, etc.)” ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 1986, p. 9).

renovável, com ciclos de quatro a cinco anos, gerando diversos produtos e sub-produtos. Em termos de geração de emprego, para um trabalho gerado no setor petrolífero, 152 são gerados no *agribusiness* da cana-de-açúcar (CARVALHO, 1996).

O PROÁLCOOL é um nítido exemplo de corporatismo, no qual a agroindústria canavieira, por possuir interesses bem definidos e atuando em concordância junto aos interesses do Estado e de outras instituições privadas, conseguiu solidificar uma prática corporativa para gestão de uma ampla política pública. Política esta que tinha como intento tornar o álcool combustível uma alternativa energética, apesar de bastante custosa (MELO & PELIN, 1984), pois, embora o custo de produção do álcool para as usinas cooperadas à COPERSUCAR tenha reduzido de US\$79/barril, em 1976, para US\$47/barril, em 1992, o álcool não era e ainda não é competitivo frente a gasolina, (LOPES, 1996) Para GOLDIN & REZENDE (1993), embora o PROÁLCOOL estivesse inteiramente a cargo do setor privado – o qual é de capital nacional – seu notável crescimento dependeu de amplas subvenções governamentais.

#### *Expansão acelerada do PROÁLCOOL (1980 A 1985)*

Na segunda fase do PROÁLCOOL, diante de um novo conflito no Oriente Médio – entre Irã e Iraque, que contribuiu para que os preços do petróleo atingissem patamares elevados (mais de US\$30/barril dessa matéria-prima) – e diante de uma majoração das taxas de juros internacionais, acelerou-se a implementação do uso do álcool hidratado como combustível

único e deu-se mais ênfase à implantação de destilarias autônomas. Dessa vez, o Programa objetivou alcançar a produção de 10,7 bilhões de litros em 1985, ou seja, mais do que triplicar a produção em aproximadamente sete anos, além de fortalecer seus propósitos iniciais (economia de divisas, geração de empregos, etc).

Nessa segunda fase do PROÁLCOOL, verificaram-se três movimentos – não estanques – importantes para uma maior alavancagem do PROÁLCOOL. Primeiro, no âmbito da agroindústria canavieira, intensificou-se a produção de álcool hidratado a partir da expansão das destilarias autônomas – estas independentes das usinas existentes e voltadas unicamente para a produção alcooleira. Durante a primeira fase do PROÁLCOOL, a produção de álcool anidro aumentou quase doze vezes, enquanto a produção de álcool hidratado duplicou. Ao revés, durante a segunda fase a produção de álcool anidro não chegou nem a duplicar, enquanto a produção de álcool hidratado aumentou quase treze vezes.

Segundo, no âmbito do Estado, a PETROBRÁS continuou responsável pela comercialização do álcool, dando ao produtor certa garantia de compra do produto, além de dividir com os produtores parte dos custos de estocagem (OLALDE, 1993). Foram tomadas medidas inovadoras de estímulo ao uso do veículo movido exclusivamente a álcool, como: a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da Taxa Rodoviária Única (atual Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) para veículos privados dessa natureza, isenção do IPI para táxis a álcool, e o estabelecimento de um limite do preço ao consumidor de álcool hidratado de 65% em

relação ao preço da gasolina – para compensar a equivalência energética entre o álcool e a gasolina, que mantinha-se em torno de 0,75 litro de gasolina para cada litro de álcool – (OLALDE, 1993). Foi definida, também, a obrigatoriedade de adicionamento de 22% de álcool anidro à gasolina. Do ponto de vista institucional, incluiu-se como agentes financeiros do PROÁLCOOL alguns bancos comerciais privados, bancos de investimento e caixas econômicas, a fim de aumentar o raio de ação dos financiamentos dirigidos ao programa. Ademais, as condições de financiamento dos investimentos patrocinadas pelo Estado continuaram vantajosas.

O terceiro impulso à alavancagem do PROÁLCOOL ocorreu nos âmbitos da indústria de máquinas e equipamentos para a agroindústria canavieira e na indústria automobilística, em que foram estimuladas suas produções diante da possibilidade de expansão de mercados para seus produtos. Especificamente para a indústria automobilística, entre 1975 e 1979, foram intensificadas algumas pesquisas visando a otimizar a utilização do álcool hidratado como combustível único (MOREIRA, 1989). Devido ao considerável esforço tecnológico e de recursos investidos na indústria automobilística para o desenvolvimento do motor a álcool, essa realidade pôde ser implementada já em 1979 (PARRO, 1996). Deveras, em setembro de 1979, o Governo e a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) assinaram um protocolo para o estabelecimento de metas mínimas de produção de veículos movidos a álcool hidratado e de conversão anual de motores para esse tipo de combustível (BELIK, 1992).

Como se vê, nessa segunda fase do PROÁLCOOL a “orquestração” de interesses foi ainda mais intensa do que na primeira fase, haja vista conseguir reunir interesses que foram desde a indústria de bens de capital até o consumidor final, ou seja, o proprietário de automóvel movido a álcool hidratado – passando por setores como a agricultura, a indústria e os serviços (BELIK, 1992). Segundo Ricci *et al.* (1994, p.30), “[...] a consolidação do Programa Nacional do Álcool passou a envolver múltiplos interesses para os quais era fundamental.”

Devido à nova amplitude, um maior volume de recursos deveriam ser investidos na segunda fase do PROÁLCOOL. Com efeito, aproximadamente US\$5,406 bilhões foram investidos no Programa entre 1980 e 1984, dos quais 56% sendo capital público e 44% capital privado (LOPES, 1996). Em relação ao período anterior (1975 a 1980), essa monta expressa um crescimento da ordem 430,5%. Verifica-se a diminuição do percentual de inversões do capital público nesse Programa (de 75% passou para 56%), *pari passu* ao aumento percentual de inversões do capital privado (de 25% passou para 44%).

Macedo (1996) assinala a ocorrência de uma nova fase em termos de desenvolvimento tecnológico na agroindústria canieira, basicamente a partir de 1981-1982 e que se prolongou até 1985, caracterizada pela busca de maior eficiência na conversão da sacarose para o produto final e nas reduções de custo de produção. Com efeito, em 1983 surgiu uma inovação substancial no método de pagamento da cana, deixando de ser por tonelada de cana (aspecto quantitativo) e passando a ser pelo teor de sacarose e pureza do caldo (aspecto qualitativo).

De fato, os ganhos em termos de rendimento agrícola na agroindústria canavieira ultrapassaram a casa das 60 toneladas por hectare a partir de 1982. Entre 1977 e 1985, o rendimento agrícola elevou-se em 19,5%, enquanto o rendimento industrial (MAGALHÃES *et al.*, 1991), em litros por tonelada de cana-de-açúcar, subiu cerca de 23,2%. Isso significou um incremento anual na produtividade da agroindústria canavieira de 2,25% e 2,64%, respectivamente, para os segmentos agrícola e industrial.

A produção de álcool hidratado e anidro foram de, respectivamente, 8,621 milhões e de 3,200 milhões de litros (safra 1985/1986). Além disso, a produção de carros movidos a álcool correspondeu a 96% da produção total em 1985. Esses dados confirmam a expansão acelerada que houve nessa segunda fase do PROÁLCOOL.

Embora nessa fase o PROÁLCOOL tenha argumentos favoráveis como a elevação dos preços do petróleo, sua competitividade tecnológica ainda era limitada, devido fundamentalmente aos custos de produção de álcool. Mesmo assim, não há nenhuma dúvida de que a idéia central da “orquestração” de interesses era fazer do PROÁLCOOL um programa importante para a matriz de energia brasileira.

O aprofundamento do “gargalo”, provocado pela segunda crise do petróleo, propiciou um ambiente favorável para o lançamento de um novo produto (o álcool hidratado), enquanto a “orquestração” de interesses procurou oportunamente corroborar a alternativa álcool combustível, como a opção energética mais adequada para a substituição de derivados do petróleo, sobrepujando programas como o de óleos vegetais, de florestas energéticas, entre outros. Para Melo & Pelin (1984, p.2):

... a ocorrência do segundo ‘choque’ levou as autoridades governamentais, em um ambiente de uma crise externa agravada, a tomarem decisões de fundamental importância sem o maior respaldo econômico, isto é, de maneira precipitada e com a consideração de outros parâmetros que não os econômicos.

### *Desaceleração e crise do PROÁLCOOL (1986 a 1995)*

Entre 1986 e 1995 o PROÁLCOOL apresentou, inicialmente, um panorama de desaceleração e depois de crise. Houve uma substancial redução da participação dos investimentos públicos no programa e desequilíbrio entre a oferta e a demanda de álcool combustível, o que acabou levando à redução do interesse em produzir (na ótica da indústria automobilística) e em comprar um veículo a álcool (na ótica do consumidor).

Entre 1985 e 1990 foram investidos no Programa Nacional do Álcool cerca de US\$0,511 bilhão, dos quais 39% sendo capital público e 61% capital privado (LOPES, 1996). Após ter atingido seu auge em termos de recursos investidos em 1980-1984, esse valor foi o menor já investido em uma fase do PROÁLCOOL, significando respectivamente 50,1% e 9,5% das quantias aplicadas na primeira e segunda fases desse Programa. Outrossim, confirmaram-se as tendências de diminuição percentual de inversões do capital público do Programa – de 75% passou para 56%, atingindo 39% – e de aumento percentual de inversões do capital privado – de 25% passou para 44%, atingindo 61% – entre as primeira, segunda e terceira fases do PROÁLCOOL.

Além da retirada gradual da participação dos investimentos públicos no PROÁLCOOL, antecipando uma tendência de



afastamento do Estado intervencionista na agroindústria canavieira (EID, 1996), a partir da safra 1986-1987 começa a despontar a crise no abastecimento de álcool, uma tônica presente em grande parte da segunda fase do programa. Conforme pode-se constatar através da Tabela 1, o descompasso entre a produção e o consumo de álcool no Brasil não foi um fenômeno fortuito.

**Tabela 1.** Produção e consumo de álcool anidro e hidratado no Brasil – 1985/1986 a 1995 (em milhões de litros).

Safra ou ano	Produção de Anidro	Produção de Hidratado	Produção Total	Consumo Anidro	Consumo Hidratado	Consumo Total
1985/86	3.200,0	8.621,0	11.821,0	2.212,6	6.761,7	8.974,3
1986/87	2.163,1	8.352,9	10.516,0	2.426,1	8.760,3	11.186,3
1987/88	1.983,7	9.470,2	11.453,9	2.012,0	8.983,1	10.995,1
1988/89	1.725,9	9.987,3	11.713,3	1.973,6	10.128,3	12.101,9
1989/90	1.451,7	10.429,2	11.880,9	1.332,5	10.614,8	11.947,3
1990/91	1.288,5	10.494,0	11.782,6	1.872,5	9.899,8	11.772,3
1991/92	1.986,8	10.765,3	12.752,1	1.756,2	10.031,2	11.787,4
1992	1.986,8	10.729,4	12.716,2	1.899,0	9.630,7	11.529,7
1993	2.216,4	9.480,6	11.697,0	2.548,3	9.404,4	11.925,7
1994	2.522,6	8.763,0	11.285,6	2.850,4	9.665,1	12.515,5
1995	2.869,1	9.837,7	12.706,8	3.367,8	9.722,0	13.098,8

Fonte: extraído de Shikida & Bacha (1999)

O desequilíbrio entre a oferta e demanda de álcool combustível levou à necessidade de importação do produto a partir de 1989, inclusive na forma de metanol, para adições à gasolina ou ao próprio álcool hidratado (PARRO, 1996). Entretanto, deve-se destacar que um dos objetivos do PROÁLCOOL é a economia de divisas (via redução da

dependência externa do petróleo), e a importação de álcool contradiz essa proposição na medida em que se reduz a importação do petróleo e cria-se a necessidade de importação do álcool combustível e/ou de similares.

Outro indicador de redução do ímpeto do PROÁLCOOL pode ser constatado através da variação da área colhida com cana-de-açúcar. Nesse sentido, na fase de expansão “moderada”, a taxa geométrica de crescimento da área colhida foi equivalente a 6,6% a.a., ocorrida basicamente em regiões tradicionais. Na fase de expansão “acelerada”, na qual foram usadas inclusive novas plantações de cana-de-açúcar em regiões sem tradição nesse cultivo, verificou-se uma maior taxa geométrica de crescimento da área colhida de cana-de-açúcar, cerca de 8,7% a.a.. Em contraste, observa-se um inexpressivo crescimento, cerca de 0,6% a.a., para a fase de “desaceleração e crise” desse programa.

A crise do PROÁLCOOL (relacionada mormente à instabilidade da produção alcooleira e à queda nas vendas de veículos movidos a álcool) contribuiu para avultar a diferenciação, em termos produtivos, existente na agroindústria canavieira do país, posto que algumas empresas menos preparadas em termos de capacitação tecnológica encerraram suas atividades e/ou foram incorporadas pelas mais dinâmicas do setor.

Analisando a evolução da proporção de venda de veículos a álcool no país durante toda a década de 1980 e 1990, nota-se que, após evoluir de 28,5% para 88,5% nos primeiros quatro anos da década de 1980, a venda de carro a álcool ultrapassou a casa dos 90% durante os quatro anos seguintes. Porém, a diminuição dessa participação no mercado ocorreria na década

seguinte, já a partir do ano de 1990. Dessa forma, enquanto em 1994 o veículo a álcool representou 12,2% do volume total das vendas de carros produzidos internamente, em 1995 a participação desse item chegou a ser de apenas 3,6%. Face a essa reação do mercado, dada pela combinação da diminuição da produção de veículos a álcool e redirecionamento do consumidor para o veículo a gasolina, a crise do PROÁLCOOL ganhou proporções que certamente comprometem todo o arranjo institucional elaborado para o êxito desse programa. Isso, não só no curto prazo, como também no longo prazo.

Todavia, por que razão teria o PROÁLCOOL entrado em uma fase tão crítica, se sua “orquestração” de interesses, outrora bem sucedida, aparentava-se razoavelmente consolidada? Assim como a indagação, esta resposta passa pela relação entre “gargalo” tecnológico e “orquestração” de interesses. Faz-se necessário realçar que o “gargalo”, oriundo da crise do petróleo, que foi vital para a criação e posterior expansão do PROÁLCOOL, desapareceu. Assim sendo, não havia mais a justificativa diante da população brasileira para manter o corporatismo em torno desse Programa. Outrossim, da mesma forma que na primeira e na segunda fase, nas quais o PROÁLCOOL obteve êxito com uma bem “orquestrada” junção de interesses, o seu malogro relativo deveu-se também a uma rápida desagregação desses interesses: seja no âmbito do Estado, agora revestido de uma tendência neoliberal e afetado por uma grave crise fiscal e financeira; seja na deserção da indústria automobilística e/ou na falta de interesse do consumidor pelo carro a álcool, motivados pela diminuição das vantagens outrora concedidas para este tipo

de veículo e diante das incertezas reinantes sobre o futuro do PROÁLCOOL; e, seja na própria agroindústria canavieira, capaz de redirecionar boa parte da produção canavieira para o mercado açucareiro ao menor sinal de elevação dos preços internacionais.

Sobre a “orquestração” de interesses no âmbito do Estado, existem três frentes a serem discutidas: a posição da PETROBRÁS, a extinção de órgãos públicos ligados à agroindústria canavieira e a alteração do próprio perfil do Estado. Uma das estratégias que o Estado tem feito para manter o PROÁLCOOL é obrigar a PETROBRÁS a comprar o álcool combustível a um preço maior do que é estabelecido para venda às distribuidoras e postos de serviços. A diferença, que inclui o prejuízo dessa operação e os custos de transporte, fica a cargo dessa empresa estatal por determinação superior do seu acionista majoritário, ou seja, o Estado. O Estado é que cobre esta diferença de custo através da Conta-Álcool – dada pela equação do preço de venda do álcool (anidro + hidratado) ao consumidor menos o custo final do álcool combustível (BELIK, 1992). Além do subsídio dado ao usineiro e da gravidade da Conta-Álcool, que representam perda de receita dessa estatal e dívida para o Estado, existe uma outra razão que motiva os interesses da PETROBRÁS contra o PROÁLCOOL; trata-se do aumento da produção nacional de petróleo e a conseqüente diminuição da dependência externa desse produto.

Quanto aos outros órgãos públicos ligados à agroindústria canavieira, sabe-se que a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1990, que também implicou na extinção automática de outro importante órgão, voltado para a pesquisa

agronômica na lavoura canavieira – o PLANALSUCAR – pode o PROÁLCOOL perder duas instituições que poderiam, quiçá, contribuir para criar condições de um desenvolvimento mais equilibrado do setor.

A tônica de reestruturação do Estado está intimamente ligada à análise do seu perfil, não só diante da agroindústria canavieira como de toda a economia. Portanto, o que se tem observado no Brasil a partir dos anos de 1990 é um Estado revestido de interesse neoliberal, mas também afetado por uma séria crise fiscal que, segundo Goldin & Rezende (1993), tem forçado a contenção do crescimento do PROÁLCOOL.

#### *Crise e rearranjo do PROÁLCOOL (1996 a 2000)*

A fase de crise e rearranjo do PROÁLCOOL, verificada em 1996-2000 (não sendo esta uma data limite), comprova claramente que o álcool combustível ainda não tem uma posição definida na matriz energética brasileira. Alguns pontos mostram este panorama: apenas 0,6% de carros são atualmente projetados para usar álcool combustível, considerando que em 1985 a porcentagem de carros movido a álcool alcançou 96%. A produção de álcool tem crescido, porém, a taxas menores que nas duas fases iniciais do programa. Atualmente a agroindústria canavieira proporciona uma produção de álcool maior que sua demanda, significando que agora há um excesso de oferta.

Os pontos contra o PROÁLCOOL estão aumentando, ao contrário dos favoráveis (veja Tabela 2). Porém, neste momento é necessário discutir a qualidade de cada argumento, seja este favorável ou não.

**Tabela 2.** Evolução e fases do PROÁLCOOL.

Fase	Pontos favoráveis	Pontos desfavoráveis	Alguns Indicadores	Critério de decisão
Primeira Fase Expansão Moderada (1975-1979)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "orquestração de interesses"</li> <li>• primeira crise do petróleo</li> <li>• baixa oferta de petróleo</li> <li>• instabilidade no mercado internacional de açúcar</li> <li>• condições agrícolas</li> <li>• capacidade instalada da agroindústria canavieira (para álcool anidro)</li> <li>• argumento ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• alto custo do álcool</li> <li>• crise econômica do País</li> <li>• outras alternativas energéticas (carvão, óleo vegetal)</li> <li>• baixo progresso tecnológico na produção de álcool</li> </ul>	<p>1979</p> <p>% da produção de carros a álcool = 0,3%;</p> <p>Produção de Álcool (10<sup>6</sup> litros)= 3.448</p>	Paradigma subvencionista
Segunda Fase Expansão Acelerada (1980-1985)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forte "orquestração de interesses"</li> <li>• segunda crise do petróleo</li> <li>• baixa oferta de petróleo</li> <li>• instabilidade no mercado internacional de açúcar</li> <li>• condições agrícolas</li> <li>• capacidade instalada da agroindústria canavieira (para álcool anidro e hidratado)</li> <li>• argumento ambiental</li> <li>• primeiros ganhos tecnológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• alto custo do álcool</li> <li>• crise econômica do país</li> </ul>	<p>1985</p> <p>% da produção de carros a álcool = 96%;</p> <p>Produção de álcool (10<sup>6</sup> litros)= 11.821</p>	Paradigma subvencionista
Terceira Fase Desaceleração e Crise (1986-1995)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• condições agrícolas</li> <li>• argumento ambiental</li> <li>• mais ganhos tecnológicos</li> <li>• geração de empregos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "desagregação de interesses"</li> <li>• alto custo do álcool</li> <li>• crise econômica do País</li> <li>• redução da intervenção</li> <li>• quadro mais estável dos preços internacionais de açúcar</li> <li>• a oferta brasileira de petróleo está aumentando</li> <li>• desequilíbrio entre oferta e demanda do álcool combustível</li> </ul>	<p>1979</p> <p>% da produção de carros movidos a álcool = 3%;</p> <p>Produção de Álcool (10<sup>6</sup> litros)= 12.707</p>	Paradigma tecnológico
Quarta Fase Crise e Rearranjo (1996-2000)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• condições agrícolas</li> <li>• capacidade instalada da agroindústria canavieira (p/álcool anidro e hidratado)</li> <li>• argumento ambiental</li> <li>• mais ganhos tecnológicos</li> <li>• geração de empregos</li> <li>• possível nova "orquestração de interesses"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• alto custo do álcool</li> <li>• crise econômica do País</li> <li>• redução da intervenção</li> <li>• quadro mais estável dos preços internacionais de açúcar</li> <li>• a oferta brasileira de petróleo está aumentando</li> <li>• outras alternativas energéticas (gás boliviano)</li> </ul>	<p>1979</p> <p>% da produção de carros movidos a álcool = 0,6%;</p> <p>Produção de Álcool (10<sup>6</sup> litros)= 15.162</p>	Paradigma tecnológico + argumento ambiental

Fonte: dados da pesquisa

Analisando-se, por exemplo, o setor de energia, pode-se verificar que o investimento para a geração de empregos no PROÁLCOOL apresenta um impacto favorável (e/ou baixo custo) para um país com as características do Brasil, onde o desemprego e o êxodo rural são problemas sérios. Vale lembrar que o país oferece boas condições para a agroindústria canavieira

crescer, como clima favorável, terra e mão-de-obra relativamente disponível, além da cana-de-açúcar ser um produto de tradição secular no Brasil.

Entretanto, o consumo de óleo e o uso de carros a gasolina são subsidiados, porque os custos econômicos para sociedade no consumo destes produtos excedem o preço pago efetivamente. Se as externalidades negativas (danos não monetários causados pelo uso de carros sem a compensação adequada) pudessem ser medidas, haveria possibilidades maiores para escolher um veículo ajustado às condições do ambiente.

O argumento ambiental, cada vez mais forte no contexto nacional ou internacional, é um ponto favorável à expansão de programas de combustível renováveis. Atualmente, o álcool permite uma redução de 10% de emissões de CO<sub>2</sub> no Brasil (ROVERE, 1996). Com a redução da queima de cana no campo e o controle mais efetivo da poluição, causada pelo despejo de vinhoto em áreas impróprias (que pode danificar os rios subterrâneos e leitos fluviais), o argumento ambiental vem ganhando mais força.

Embora tenha oscilado recentemente, o grande problema do PROÁLCOOL tem sido o baixo preço do petróleo internacional (o preço da gasolina importada – mercado *spot* – está ao redor de US\$0,15/litro). Os custos de um barril de álcool equivalente (em energia equivalente) para produtores brasileiros são de US\$50 (US\$0,32/litro) (SILVA *et al.*, 1999). Contudo, quando se fala em custo de produção de álcool é necessário salientar que trata-se de uma média desse custo, haja vista que o Brasil apresenta uma diferença considerável entre suas unidades produtivas.

Simultâneo com esse problema de competitividade do álcool tem-se a intensificação da produção nacional de petróleo, mormente após as duas crises do petróleo, com aumento da produção brasileira de 165 mil barris/dia na segunda metade dos anos de 1970 para mais de 600 mil barris/dia no início dos anos de 1990. (OLALDE, 1993) Recentemente, a descoberta de novas fontes de gás na Bolívia e a operacionalização do gasoduto entre essa região e São Paulo levantam novas questões sobre o futuro do PROÁLCOOL. (SILVA *et al.*, 1999)

Essas dificuldades de competitividade econômica do álcool obrigaram algumas usinas e destilarias, consideradas dinâmicas, a adotar o paradigma tecnológico como modelo de sobrevivência na agroindústria canavieira. Nesse contexto, continuou o processo de saída do mercado das firmas tecnologicamente despreparadas, que, ou encerraram suas operações, ou foram incorporadas pelas firmas mais dinâmicas. Igualmente, durante as três fases do PROÁLCOOL os custos de produção do álcool caíram 45%, com potencial de redução adicional de custos de aproximadamente 22%. (BORGES, 1996) Outros ganhos tecnológicos foram obtidos, como: carros movidos a álcool com injeção eletrônica; na área industrial, os ganhos tecnológicos têm sido obtidos no âmbito da extração do caldo, fermentação, destilação e geração de energia. Agora, para o Programa torna-se premente atentar-se à questão dos custos, ao desenvolvimento de novas tecnologias e melhor proveito dos subprodutos – por exemplo: o bagaço (usado como fertilizante, produção de celulose, combustível para geração de energia e alimento animal) e vinhoto (usado como fertilizante).



Embora os ganhos tecnológicos tenham sido expressivos, a credibilidade do PROÁLCOOL continua baixa. Obviamente os consumidores, os agentes mais importantes nesse Programa, perderam a confiança no álcool combustível devido ao desequilíbrio entre produção e consumo de álcool nacional (principalmente durante a recuperação do mercado do açúcar externo). Ademais, os benefícios outrora concedidos aos proprietários de carros movidos a álcool estão diminuindo.

Indubitavelmente, a crise do PROÁLCOOL está ligada à crise fiscal e financeira do governo brasileiro. Os recursos públicos para os serviços básicos como saúde e educação estão escassos. Logo, investimentos no PROÁLCOOL, nesse panorama, tornam-se difíceis. Isso, vale dizer, em uma conjuntura neoliberal de Estado. Não obstante, uma nova “orquestração” de interesses está surgindo. A agroindústria da cana-de-açúcar está organizando e propondo os seguintes fatores: união da classe produtiva (instituições novas estão aparecendo); adição do álcool no diesel; renovação de incentivos para a demanda de carros movidos a álcool, baseado fortemente no argumento ambiental (criação de “imposto” verde); renegociação das dívidas; direcionar impostos da gasolina para a indústria alcooleira; aumentar os ganhos tecnológicos; e melhorar a opinião pública sobre o PROÁLCOOL. Com argumentos como a questão ambiental e a defesa do trabalho, alguns parlamentares estão tentando fazer um novo *lobby* para o PROÁLCOOL (SILVA *et al.*, 1999). O Estado, com nítido caráter neoliberal, e a indústria automobilística aguardam a evolução dos pontos favoráveis e contrários ao Programa. Como perspectiva tem-se que a intervenção direta na

agroindústria canavieira, verificada no princípio de PROÁLCOOL, não é mais possível na atual conjuntura. Entretanto, a regulação do setor poder ser uma das saídas para o PROÁLCOOL.

### **Considerações finais**

Este trabalho empreendeu uma análise da evolução do PROÁLCOOL de 1975 a 2000, com atenção especial para o momento atual de sua redefinição.

Como corolário, o “gargalo” no processo produtivo originado da crise do petróleo proporcionou um ambiente favorável às fontes de energia alternativas. A crise da agroindústria canavieira acabou favorecendo a “orquestração” de interesses que levou o país a optar pelo PROÁLCOOL. Com o começo desse programa (rotulada aqui de expansão moderada), os produtores estavam sujeitos a uma série de arranjos institucionais governamentais que garantiam um paradigma subvencionista como modelo de sobrevivência a esses produtores. Nesse contexto, pouca importância era dada à questão do progresso tecnológico nesse setor.

O aprofundamento do “gargalo”, provocado pela segunda crise do petróleo, propiciou um ambiente favorável para o lançamento de um novo produto (o álcool hidratado), enquanto a “orquestração” de interesses procurou oportunamente corroborar a alternativa álcool combustível como a opção energética mais adequada para a substituição de derivados do

petróleo, sobrepujando programas como o de óleos vegetais e de florestas energéticas. A “orquestração” de interesses foi mais intensa *vis-à-vis* a primeira fase, na qual sobressaíram as contribuições do Estado no sentido de reafirmar o padrão de busca das empresas da agroindústria canavieira, direcionando-o para a produção de álcool hidratado, e estimulando também o consumo do carro movido exclusivamente a álcool. Um novo ímpeto foi dado ao PROÁLCOOL (fase de expansão acelerada), impulsionado por um elenco de políticas de crédito, subsídio e preços (que tinham por trás vastos recursos financeiros, na maioria públicos).

Entre 1986 a 1995 o PROÁLCOOL apresentou, inicialmente, um panorama de desaceleração e depois de crise. Houve uma substancial redução da participação dos investimentos públicos no programa e desequilíbrio entre a oferta e a demanda de álcool combustível, o que acabou levando à redução do interesse em produzir (na ótica da indústria automobilística) e a comprar um veículo a álcool (na ótica do consumidor). O “gargalo”, oriundo da crise do petróleo, e que foi vital para a criação e posterior expansão do PROÁLCOOL, desapareceu. Assim sendo, desapareceu a justificativa diante da população brasileira para manter o corporatismo em torno desse programa. Da mesma forma que na primeira e segunda fase – em que o PROÁLCOOL obteve êxito com uma bem “orquestrada” junção de interesses – o seu malogro relativo deveu-se também a uma rápida desagregação desses interesses. A crise do PROÁLCOOL contribuiu para avultar a diferenciação em termos produtivos existentes na agroindústria canavieira do

país, posto que algumas empresas menos preparadas em termos de capacitação tecnológica encerraram suas atividades e/ou foram incorporadas pelas mais dinâmicas do setor.

A fase de crise e rearranjo (1996-2000) está apresentando sinais de reestruturação do PROÁLCOOL. No panorama atual da agroindústria canavieira, importa estar atento à apuração dos custos, ao desenvolvimento de novas tecnologias e aproveitamento de subprodutos, pois, quem está fazendo isto está sobrevivendo. Nesse sentido, os produtores, inseridos em um primeiro momento em um paradigma subvencionista, passaram a adotar o paradigma tecnológico como forma de definir o que é relevante para uma situação mais concorrencial. Igualmente, outras formas de “orquestração” de interesses estão aparecendo (como, por exemplo, a proposta criar um “imposto verde”, com forte apelo ambiental).

## Referências bibliográficas

ABREU, P. L. A visão do setor petróleo. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 23-27.

BELIK, W. *Agroindústria processadora e política econômica*. Campinas, 1992. 219p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

BORGES, J. M. Custos, preços e competitividade do álcool combustível. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 65-76.

- CARVALHO, L. C. C. de A visão do setor sucroalcooleiro. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 28-48.
- CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 217p.
- EID, F. Progresso técnico na agroindústria sucroalcooleira. *Informações Econômicas*, v.26, n.5, p. 29-36, maio 1996.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12.ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1974. 248p.
- GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p.
- LOPES, L. A. Vinte anos de Proálcool: avaliações e perspectivas. *Economia & Empresa*, v.3, n.2, p. 49-57, abr./jun. 1996.
- MACEDO, I. de C. A tecnologia para o setor sucroalcooleiro: situação atual e perspectivas. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 57-64.
- MAGALHÃES, J. P. de A.; KUPERMAN, N.; MACHADO, R. C. *Proálcool: uma avaliação global*. Rio de Janeiro: Astel, 1991. 197p.
- MELO, F. H. de; PELIN, E. R. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1984. 146p.
- MOREIRA, E. F. P. *Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canieira em São Paulo: 1975 a 1987*. Campinas, 1989. 119p. Dissertação (M. S.) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- OLALDE, A. R. *Desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria brasileira: a indústria sucro-alcooleira*. Campinas: SCTDE/FECAMP/ UNICAMP-IE, 1993. 76p. (Relatório Final – Contrato)
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *Environmental effects of automotive transport*. OECD: Paris, 1986. 172p.

OECD; INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA) *Fuel efficiency of passenger cars*. OECD/IEA: Paris, 1984. 202p.

PARRO, J. E. A visão do setor automobilístico. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 19-22.

RICCI, R. (coord.). *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília: IPEA, 1994. 176p. (Estudos de Política Agrícola, n.15).

ROVERE, E. la Debate. In: FERNANDES, E. S. L.; COELHO, S. T. orgs. *Perspectivas do álcool combustível no Brasil*. São Paulo: USP – Instituto de Eletrotécnica e Energia, 1996. p. 131-134.

SHIKIDA, P. F. A. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1998. 149p.

SHIKIDA, P. F. A. & BACHA, C. J. C. Evolução da agroindústria canavieira brasileira de 1975 a 1995. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p.63-83, jan./mar. 1999.

SILVA, J. G. da (coord.) *Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo*. Campinas: mimeo., 1999. 40p.

SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979. 540p.

# Sócio-Ambientalismo e Novos Atores na Agricultura<sup>1</sup>

Alfio Brandenburg<sup>2</sup>

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a questão ambiental e a agricultura brasileira, analisando os atores sociais emergentes que promovem uma agricultura baseada na gestão de recursos produtivos que dispensa o uso de agrotóxico, ou que transitam nessa direção. Embora a análise relacione indicadores técnicos do sistema de produção, tem por objetivo abordar a dimensão social e política da agricultura ecológica. Decorre daí que a noção de meio ambiente considera os âmbitos

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, UFRGS, 30 a 3/9/1999, Porto Alegre.

<sup>2</sup> Professor do Dept. de Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. E-mail: alfio@onda.com.br

da relação com a natureza e da construção de relações sociais na sociedade. Os dados empíricos sobre as práticas produtivas foram obtidos no âmbito do Estado do Paraná<sup>3</sup>.

## O Sócio-ambientalismo

A crise ambiental provocada pela intervenção das atividades humanas na natureza tem sido interpretada como uma crise de sobrevivência planetária à medida que os recursos naturais esgotam-se, os ecossistemas desestruturam-se, o clima altera-se, a poluição intensifica-se e os meios básicos de sobrevivência são contaminados por resíduos químicos. É uma crise ecológica, relacionada com a base físico-biológica de sobrevivência e, ao mesmo tempo, uma crise social relacionada com a deterioração qualidade de vida, com a restrição ao acesso aos recursos naturais e com a exclusão social. Há um desequilíbrio de dupla dimensão: um de ordem natural, outro de ordem social, cuja origem se encontra na mesma raiz.

Entre os problemas de ordem social, há aqueles que afetam mais diretamente alguns grupos sociais, como a qualidade de vida e a exclusão social. Uma outra questão, no entanto, afeta a todos. O desenvolvimento da indústria movido pelo progresso tecnológico, não apenas transforma a natureza, mas altera as relações de trabalho assim como impõe novas exigências para os indivíduos, de modo geral. Essas exigências são traduzidas pela

---

<sup>3</sup> Mapeamento dos produtores orgânicos, Bolsista de Iniciação Científica (CNPq), Nicolás Floriani.



necessidade de uma maior qualificação, visando uma maior produtividade, rentabilidade e eficiência. A racionalidade que se faz instrumento no sentido de buscar maior competitividade no mercado, ultrapassa os limites dos sistema de troca de mercadorias invadindo a esfera do mundo da vida privada colonizando-a para assegurar o consumo bens materiais ou simbólicos. Assim, todas as atividades humanas passam a ser dominadas pela racionalidade econômico-instrumental (HABERMAS,1988). A expansão unilateral dessa racionalidade, objetiva os indivíduos, isto é, transforma-os em objetos de produção e de consumo de mercadorias; no limite, unidimensionaliza-os.

A unidimensionalização do homem moderno, levado ao extremo, implica na perda de sua identidade, uma vez que reduz a cultura à massificação do consumo e conduz a patologias ou a desequilíbrios que modernamente se manifestam pela síndrome do *stress* social, da depressão, do desânimo, da perda de sentido. Dessa forma evidencia-se um desequilíbrio do homem que é atingido em sua natureza multidimensional como demonstra Morin (1993).

Mas, além da racionalidade há a esfera da subjetividade norteadada pela individualidade, pela capacidade dos atores de se identificarem culturalmente e de se fazerem autores nos processos sociais. Ungido pela modernidade, o homem está sujeito a desvanecer-se no mundo da racionalidade e não podendo prescindir de sua subjetividade atinge seu limite e se desequilibra.

A expansão da racionalidade instrumental, como diz Habermas, não distingue classes ou grupos sociais, atinge a todos indistintamente. Mesmo os grupos que desenvolvem atividades

próximas aos processos naturais, como a agricultura, é atingido pela modernidade racionalizante, desde os sistemas de produção geridos por meios naturais até os sistemas mais próximos dos processos industriais. O indicador mais evidente dessa situação é o tempo que cada vez mais distancia-se do ritmo dos processos naturais. Assim, o agricultor que desenvolve sua prática mediante instrumentos alternativos aos convencionais precisa trabalhar mais, seja pela prática que requer mais trabalho ou pela necessidade de desenvolver outra atividade para completar sua renda (BRANDENBURG, 1999). É assim que o agricultor além da necessidade de racionalizar os processos produtivos, através da inovação tecnológica, está sujeito também ao *stress* social. Dessa forma a modernização da agricultura, tanto pode levar a expropriação e a exclusão social que resulta no rompimento de suas raízes culturais, como a perda de identidade e a massificação cultural promovida pela urbanização de um estilo de vida.

Mas, se por um lado, assiste-se o avanço do império da racionalidade econômico-instrumental sobre a sociedade, por outro, é a própria sociedade, por meio de múltiplos setores, que reage no sentido de preservar interesses, que não se restringem aos âmbitos regulamentados do mercado e do poder. São interesses diversos relacionados com a identidade, com as aspirações sociais e políticas, com a subjetividade individual e com os interesses relacionados com o mundo da vida, enfim. É nesse sentido que surgem os movimentos ecológicos, que recentemente provocaram a ação de organizações multisetoriais visando uma ecologização da sociedade (VIOLA,1992). Na agricultura, esse movimento inicia-se com a agricultura

alternativa, passa pela agricultura sustentável e firma-se recentemente com a proposta de uma agricultura ecológica.

A ecologização da sociedade não se restringe ao desenvolvimento de uma tecnologia que preserve os recursos naturais, mas está relacionada e construção de uma sociedade orientada por uma razão ecossocial (GORSZ,1991). Isto é, uma sociedade de sujeitos, construtores de uma ordem social capaz de permitir a expressão da natureza multidimensional de seus atores.

Na perspectiva do socio-ambientalismo, a modernidade passa então a ser resignificada reflexivamente (GIDDENS,1997) ou redefinida socialmente (WANDERLEY,1998). Isso significa dizer que na agricultura, ao mesmo tempo em que o potencial dos recursos naturais são restaurados e redistribuídos, os agentes produtores reapropriam-se de suas condições de vida visando à construção do patrimônio social e cultural de sua comunidade.

## **Agricultura e meio-ambiente**

A preocupação com o meio ambiente é uma questão global, que tem suas raízes no modelo de desenvolvimento implantado a partir dos países industriais do hemisfério norte. No entanto, no caso do Brasil, como de outros países considerados subdesenvolvidos ou de terceiro mundo, o desequilíbrio ambiental não é apenas resultante da aceleração de um estilo de desenvolvimento hoje globalizado. Antes disso, há um modelo de colonização que, desde a ocupação do solo brasileiro, é tão ou mais devassador, sob o ponto de vista da relação com a natureza.

O objetivo de Portugal de extrair riquezas resulta na erosão de um potencial produtivo que irá se refletir até os dias atuais nas condições de produção da agricultura. Nesse sentido o subdesenvolvimento não é apenas resultado de uma relação de dependência relacionado com o processo de acumulação de capital em escala mundial. Como diz Leff

o subdesenvolvimento é o efeito da perda líquida do potencial produtivo de uma nação, através de um processo de exploração que rompe os mecanismos de recuperação das forças produtivas de uma formação social e de regeneração de seus recursos (1986, p. 44).

No caso brasileiro, a erosão do potencial produtivo da agricultura remonta ao período colonial, na época do descobrimento. Não se implantaram as técnicas agrícolas já existentes na Europa, mas técnicas de um sistema exploratório, que talvez sequer possa ser definido agricultura (HOLANDA, 1978).

O hábito de exploração dos recursos naturais e não de cultivo, se estende até este século. Na realidade, a abundância de terras, geralmente disponíveis para uma elite de grandes proprietários rurais, vai propiciar uma prática perversa de desmatamento indiscriminado, de uma agricultura sazonal caracterizada pela monocultura e por ciclos econômicos. Ainda neste século, fazendeiros e coronéis desmatavam e plantavam até exaurir o solo, sem repor sua fertilidade (STEIN,1990).

A prática de uma agricultura extrativa não seria restrita apenas aos fazendeiros e grandes proprietários de terras. Também os colonos, no Sul do país, irão abusar da abundância dos recursos

naturais. Dessa forma, pode-se afirmar que a recuperação em escala mais intensiva dos potenciais produtivos constitui uma prática que se inicia apenas com política da modernização, desencadeada pela chamada “Revolução Verde”. Contudo, a introdução de novas e modernas práticas agrícolas, ignora as particularidades do clima, da estrutura do solo, da diversidade biológica dos cultivares adaptados às várias situações. A política de modernização menospreza a sabedoria dos nativos e caboclos no trato da natureza, como também o conhecimento de uma agricultura de gestão de recursos naturais, relacionados com a primeira revolução agrícola, introduzido por muitos imigrantes europeus.

A modernização, representada pelos interesses do capital industrial simplesmente irá transferir técnicas e um conhecimento gestado na matriz da indústria dos países cêntricos da economia. Nesse sentido, as novas práticas agrícolas tiveram como base empírica de experimentação sistemas produtivos estranhos aos nossos ecossistemas agrícolas. Em conseqüência, máquinas inadequadas às condições físicas de solo irão provocar processos erosivos, variedades de plantas rústicas serão extintas pela introdução de sementes padrões, como o milho híbrido. Essa mudança da base técnica, se por um lado eleva a produção e a produtividade de alguns produtos, por outro simplifica os ecossistemas agrícolas, gerando conseqüências de ordem físico-biológica e de ordem social, à medida que compromete a sobrevivência de grupos de famílias rurais.

O desmatamento indiscriminado, a implementação de sistemas de produção baseado na monocultura e de práticas

agrícolas representadas por agroquímicos, continuam gerando desequilíbrios ambientais. Entre esses, um dos mais alarmantes refere-se aos processos erosivos do solo. Segundo estudiosos, o Brasil perde anualmente em torno de um milhão de toneladas de terras férteis. É em regiões onde se desenvolve uma agricultura de práticas modernas industriais intensiva que a pressão sobre os recursos naturais aumenta. Segundo Almeida (1990),

em alguns Estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, grande parte da área cultivada já perdeu de 10 a 20 centímetros de solo, o que representa uma redução de, aproximadamente, 30% do potencial de produção. Para recompor essa área erodida, seriam necessários, em condições naturais, mais de 1600 anos.

Além disso, há que se considerar a contaminação da água e os efeitos dos agrotóxicos sobre saúde humana, a erosão de genética de espécies adaptadas. Dessa forma, constata-se o custo do empobrecimento de um potencial outrora exuberante e aparentemente inesgotável sob o ponto de vista de seus exploradores.

A questão ambiental, no caso da agricultura brasileira, apresenta-se de forma diferente dos países desenvolvidos. Primeiro, não se pode dizer que a agricultura brasileira tenha experimentado as técnicas da primeira revolução agrícola dos séculos XVIII e XIX, como na Europa. No seu lugar foram introduzidos sistemas predatórios sob o ponto de vista de sua relação com os recursos naturais. Segundo, no Brasil, dada a extensão das áreas agricultáveis disponíveis, ainda se pratica uma lavoura extrativa. Terceiro, ao lado de uma agricultura moderna

e produtiva há uma outra agricultura que é praticada em áreas não apropriadas para agricultura ou degradadas pelos sistemas produtivos que, via de regra, é desenvolvido por agricultores pobres e marginalizados pela política agrícola.

Diríamos, a partir desta breve reflexão, que dois tipos de questões ambientais, relacionadas com a pressão das atividades antrópicas sobre os recursos naturais, podem ser identificadas: 1) a perda do potencial produtivo resultante de práticas extrativas; 2) o desequilíbrio gerado pelas práticas agroquímicas e mecânicas não apropriadas aos ecossistemas agrícolas.

Contudo, as conseqüências ambientais vivenciadas pela modernização, como se sabe, não são inerentes à tecnologia em si, mas à lógica de um sistema ao qual essas técnicas estão subordinadas. O desequilíbrio e a perda do potencial produtivo constitui apenas um lado da questão ambiental. Há um outro lado do problema relacionado diretamente com a dimensão social. A modernização da agricultura, pelo fato de ter provocado a expropriação de uma massa de pequenos agricultores rurais, levou a uma concentração ainda maior da estrutura fundiária. Além da expansão de sistemas produtivos simplificados, próprios das grandes propriedades agrícolas de monocultura, a modernização acentuou a diferenciação social, o desenraizamento de agricultores de inúmeras comunidades rurais. Os agricultores não apenas perderam sua base material de subsistência, mas também perderam sua identidade e foram levados a procurar meios para reconstruir novas relações sociais e de trabalho em uma sociedade refratária à oferta de empregos e de novas oportunidades.

A transformação que ocorre no campo não se limita à mudança de atividades e aos processos migratórios. Há uma

mudança no mundo da vida rural com conseqüências para toda a sociedade. A desintegração de vida em comunidade, a perda de identidade, via de regra leva a perda de sentido e em última instância a desintegração social em uma sociedade sem alternativas (HABERMAS,1988). É desse modo que se criam as condições para manifestações de “irracionalidades” como a violência e a marginalidade urbana.

Nesse contexto de crise socioambiental é que emergem os movimentos sociais no campo e as críticas aos paradigmas homogeneizadores da produção. Essa contestação ao modelo vigente de desenvolvimento terá dois momentos distintos, nos movimentos sociais. O primeiro, é marcado pelo discurso crítico às políticas públicas governamentais, o segundo, por propostas que serão traduzidas em projetos alternativos de desenvolvimento nas organizações oriundas de movimentos populares. Destaca-se, no primeiro momento, movimentos pela preservação ou conquista da terra, por melhores condições de produção e comercialização (FERREIRA,1987), movimentos ecológicos em torno da agricultura alternativa. (WEID,1988) No segundo momento, as associações de agricultores, cooperativas dos *Sem Terra* e as *Organizações Não Governamentais* que emergem dos movimentos sociais e vão requalificar os movimentos sociais no campo.

## **Os atores sócio-ambientais**

No cenário da produção agrícola crescem as propostas por uma agricultura, dita sustentável, promovida principalmente



por organizações de agricultores e órgãos governamentais. Nesse contexto, situa-se o movimento que se diferencia da agricultura convencional: a agroecologia, com propostas de uma agricultura orgânica, biodinâmica ou biológica<sup>4</sup>. Duas perspectivas podem ser distintas no movimento ecológico conforme já indicadas por Canuto (1998); uma empresarial orientada pela lógica do capital com ênfase para a produção de itens para o mercado externo, e uma familiar que produz basicamente alimentos para o mercado interno, orientado por uma lógica familiar de organização da produção. Articulados com essas diferentes perspectivas identificam-se os seguinte atores no movimento da agricultura ecológica: empresários rurais, associações de agricultores ecológicos, as organizações mistas de agricultores e entidades de assessoria que prestam serviços de orientação técnica e, ao mesmo tempo, animam os agricultores para a prática da agroecologia. Nesse universo, dois tipos de atores serão objeto de nossa análise seguinte: os empresários agrícolas e as organizações de agricultores familiares.

### *Os empresários agrícolas*

São atores de atuação recente no mercado e numericamente pouco expressivos. No estado do Paraná identificamos três. Surgiram nessa década (1992 e 1993), dedicando-se à produção de grãos, café, açúcar mascavo, frutas e hortaliças. Cultivam esses

---

<sup>4</sup> Estas diversas modalidades de agricultura estão definidas em EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996

produtos com base em um sistema técnico oriundo da agricultura biodinâmica ou orgânica. Na realidade, os sistemas produtivos são desenvolvidos mediante técnicas de ambas as correntes não havendo, portanto, um sistema puro<sup>5</sup>. No entanto, segue-se o princípio de não utilização de agroquímicos. A garantia de uma produção isenta de agrotóxico é assegurada pela fiscalização periódica (uma visita/ano) exercida pelo Instituto Biodinâmico, cujo selo de qualidade certifica o produto para comercialização. Embora o mercado já seja provedor de insumos agrícolas orgânicos, muitas das técnicas empregadas são produzidas nas propriedades, como biofertilizantes, macerados, preparados e compostos biodinâmicos. Segundo os informantes, em grande parte a qualidade da agricultura orgânica depende dos recursos humanos. Há um componente ético nessa atividade que não se resume a um desempenho de atividades aferidas quantitativamente.

Entre os empresários, constata-se uma estratégia de organização da produção via contratos com agricultores familiares<sup>6</sup>. Nesse caso, a relação contratual é acompanhada da prestação de serviços de assistência técnica, nos moldes da agricultura contratualizada já conhecida no sistema convencional

---

<sup>5</sup> Técnicas agrícolas orgânicas empregadas: compostos, estrume curtido, gessagem, cinzas, fostato natural, adubo verde, rotação de cultura, consorciação, alelopatia, biofertilizante, caldas (bordaleza e sulfocálcica), masserados, chorumes, hormônios vegetais, inseticidas naturais, manejo integrado de pragas, plantio direto. Técnicas agrícolas biodinâmicas: preparados biodinâmicos à base de plantas, estratos vegetais, ativadores de nutrientes, preparados de esterco, observação do calendário lunar.

<sup>6</sup> A Empresa Terra Preservada atua no Sudoeste do Paraná contratualizando a produção de 500 agricultores, sendo 90% familiares. A produção contratualizada ocupa uma área aproximada de 4000 ha.

(FERREIRA,1995). São produções voltadas principalmente para o mercado externo como grãos, café, além de outros como açúcar mascavo e frutas, esses também orientados para o mercado interno. Os agricultores familiares interessssados são identificados e, em seguida, orientados tecnicamente para a produção e certificação do produto para o mercado. Como, via de regra, esses produtores são praticantes da agricultura convencional, visando a converção de seus sistemas para agricultura ecológica, devem observar um período de carência de uso do solo sem agrotóxico por dois anos. Esta orientação, porém, não constitui apenas uma regra da empresa contratualizada, mas segue a “Instrução Normativa” nº 7 de 17 de maio de 1999, que trata das “normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais”, publicada pelo Ministério da Agricultura.

Há indícios de uma demanda crescente de produtos agroecológicos, nesse caso da agricultura empresarial, principalmente para o mercado internacional. Embora não se tenha dados gerais mais precisos, o volume exportado pela Empresa Terra Preservada em 1994, foi de 200 toneladas, enquanto que em 1999, passou para 5 mil toneladas. Mas, se por um lado se observa a tendência de expansão de mercado, por outro, há fatores que atuam restritivamente no sentido de torná-la mais competitiva. As dificuldades encontradas em torno de variedades mais resistentes, de tecnologias apropriadas às diversas regiões, são algumas delas. Deve-se observar que, em grande parte, as técnicas ecológicas não são propriamente as que merecem mais atenção dos Institutos de Pesquisa vinculados ao Estado. Elas são propagadas pela iniciativa privada ou lideranças no setor e do movimento ecológico.

*As associações de agricultores*

São entidades formadas por agricultores familiares, sendo tradicionalmente conhecidas por Organizações Não-Governamentais, por estarem vinculadas a um movimento ecológico de cunho popular. No interior desse movimento podem ser indentificadas duas perspectivas distintas: a primeira de uma ecologização da agricultura isenta de agrotóxico, outra que combina agricultura convencional com práticas ecológicas seja por razões relacionadas a um processo gradual de conversão da agricultura ou simplesmente por uma opção de desenvolver uma agricultura sustentável, mediante à potencialização de uso de recursos internos à unidade produtiva e à utilização de insumos reduzidos (BRANDENBURG, 1999). Embora ambas as perspectivas sejam objeto de nosso trabalho, centraremos nossas análises naquelas estruturas que privilegiam a agricultura ecológica, baseada na gestão de meios e recursos naturais de produção.

As entidades são dirigidas por agricultores e assessoradas por técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários e educadores. Congregam um número de agricultores, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 1.** Tempo de atuação e evolução do quadro de associados

ENTIDADE	atuação (anos)	1994	1995	1996	1997	1998
AOPA	04	60	*	*	*	212
ASSESSOAR	34	330	342	347	360	370
CRAPA	05	67	67	67	67	67
CURUPIRA	17	25	33	45	80	120
RURECO	*	*	*	939	939	939

Fonte: mapeamento da produção orgânica: 1999

\* Dados não fornecidos

As organizações Assessorar e Rureco, embora tenham em seus quadros de associados agricultores orgânicos, são consideradas organizações mistas.

Todas as organizações mantiveram mais ou menos constante o número de agricultores associados. Nesse sentido, percebe-se uma fraca expansão das organizações no que se refere ao atendimento a agricultores. A expansão do movimento ocorreu mediante o crescimento do número de entidade, todavia não internamente a elas. Essa situação ocorre, não porque as associações estabelecem limites na expansão de seu quadro de associados, mas, porque há alguns fatores que atuam restritivamente. Dessa forma, embora as entidades estejam organizadas para prestar serviços de assistência técnica e assessoria aos agricultores, há falta de técnicos tanto para orientar

seus associados como para realizar pesquisas no âmbito dos sistemas de produção. Essa última atividade, quando existe, é realizada mediante convênio com instituições públicas. A ausência de uma política de pesquisa em agroecologia, claramente definida pelas instituições de pesquisa, gera um vácuo nessa área de conhecimento, e as necessidades são apenas atendidas segundo os interesses individuais dos pesquisadores. O aperfeiçoamento técnico permanece, assim, restrito às inovações experimentadas por alguns agricultores e desenvolvidas pela iniciativa privada.

Outra dificuldade enfrentada pelas organizações refere-se as condições de infraestrutura relacionada com armazenagem, transporte, classificação, beneficiamento e comercialização da produção. Embora as entidades sejam dotadas de alguma infraestrutura, há deficiências para atender um mercado cada vez mais exigente em embalagem e apresentação dos produtos. Um trabalho artesanal nos galpões das associações deve dar conta da tarefa de seleção classificação e acondicionamento de produtos.

Alguns critérios adotados pelas organizações, embora não sendo restritivas, podem ser considerados como atenuantes à expansão aleatória do movimento. O critério de participação em grupos associativos, de espírito de solidariedade social nos núcleos comunitários, de participação nos movimentos sociais, caso explícito da ASSESSOAR, ou mesmo de haver uma propensão para seguir o ideário da agricultura orgânica, sem dúvida estabelece uma certa seletividade. Uma seletividade que segundo as assessorias ou as direções, assegura qualidade nos resultados de atuação das entidades. Dessa forma, essas entidades transformam-se, não somente em organizações de vanguarda na agricultura orgânica, mas também em núcleos

potencializadores de movimentos sociais que se posicionam criticamente em relação ao modelo uniformizador de desenvolvimento social e econômico. Assim, a inserção em movimentos socioambientalistas dos militantes da agricultura alternativa faz desses movimentos, sujeitos construtores, não apenas de novas relações com a natureza mas ainda de novas relações sociais.

### *Os sistemas técnicos*

Os agricultores associados às entidades estudadas operam, em sua maior parte, exclusivamente com mão de obra-familiar, embora em algumas situações contratem mão de obra temporária. Cultivam produtos variados conforme indicação do Quadro 2.

**Quadro 2.** Atividades agropecuárias desenvolvidas organicamente

ENTIDADES	PRODUTOS CULTIVADOS
AOPA	hortaliças e outros produtos regionais
ASSESSOAR	cana de açúcar, hortaliças, frutas, feijão, queijo e frango diferenciado
CRAPA	cana de açúcar, hortaliças, frutas, feijão e queijo.
CURUPIRA	cana de açúcar, feijão, milho, soja, café e mandioca
RURECO	feijão, milho, arroz, mel, leite e derivados

Fonte: pesquisa de campo 1999

Conforme a vocação agrícola de cada região, os agricultores da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná-AOPA, estão agrupados em núcleo municipais (Colombo, Lapa, Tijucas do Sul, Jabotí, Iratí, São João do Triunfo). No caso da região tradicionalmente conhecida como cinturão verde na região metropolitana de Curitiba, os agricultores cultivam principalmente produtos hortícolas. Aqui, também, pequenas fábricas artesanais produzem defumados, queijo, molhos de tomate, compotas e outros produtos destinados à feira de produtos orgânicos organizados semanalmente, no Passeio Público e no Terminal de Ônibus de Campina do Siqueira em Curitiba. Nas áreas de ação da ASSESSOAR e da CRAPA, (Sudoeste do Paraná) a produção abrange cana-de-açúcar, frutas (maracujá, pêssigo, abacaxi e uva) feijão, queijo e frango diferenciado. Os agricultores de CURUPIRA produzem cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, café e mandioca além de produtos diferenciados<sup>7</sup> como derivados do leite e frangos.

As associações estimulam a produção de insumos na propriedade, prática já habitual de todos os agricultores. Fornecem produtos como: biofertilizantes, supermagro, caldas sulfocálcica e bordaleza, sementes de adubo verde e hortaliças, fosfato de rocha, sal mineral.

Os sistemas produtivos são geridos mediante à produção de compostos orgânicos em suas propriedades, incorporação de adubos verdes (plantas capazes de incorporar ao solo nutrientes essenciais às plantas, como as leguminosas). Além disso, produz-

---

<sup>7</sup> O termo produtos diferenciados designa uma produção em fase de conversão, pois falta da ração orgânica impede que a cadeia produtiva totalmente orgânica se complete.



se caldas (mistura de componentes minerais como cobre, enxofre e calcário com poder fungicida) e biofertilizantes (mistura de minerais e princípios ativos extraídos das plantas submetidas à fermentação). Ocorre também a produção de sementes, que são obtidas em plantações selecionadas em safras anteriores e plantas de cultivo não convencional, como feijão olho-de-cabra e milho crioulo.

A despeito da produção de insumos e técnicas produtivas constituírem práticas sociais desenvolvidas nas propriedades agrícolas, os sistemas de produção não são orgânicos em sua totalidade. Segundo informações obtidas junto aos dirigentes das Associações, com exceção dos agricultores CURUPIRA, todos os demais desenvolvem, paralelamente ao cultivo de produtos orgânicos, uma agricultura convencional. Esse indicativo atesta que os agricultores orgânicos ou encontram-se em fase de conversão ou situam-se em uma fase experimental de seus processos produtivos, à medida que foram praticantes de uma agricultura convencional antes de optar pela agricultura orgânica.

#### *A relação com o mercado*

Em função da demanda de um mercado exigente em diversidade e qualidade da produção, os agricultores são orientados para escalonar o cultivo de produtos. Tal prática, implementada por todas as entidades que se dedicam à agricultura orgânica, constitui um desafio para as assessorias, uma vez que tradicionalmente os agricultores não estão habituados a ela.

Outra exigência que se coloca para as associações é a certificação dos produtos. Diante de um mercado formado por

consumidores cada vez mais céticos em relação à garantia de qualidade dos produtos orgânicos, as associações estão se mobilizando no sentido de assegurar confiabilidade mediante a rotulagem do produto acompanhado pelo selo orgânico. Assim, da mesma forma que nas empresas o Instituto Biodinâmico – IBD, certifica esses produtos fiscalizando periodicamente os agricultores no âmbito das unidades de produção. Há, contudo, um movimento no interior da rede, para que a fiscalização não seja realizada de fora para dentro das entidades, mas que esta atividade seja desempenhada pelas associações ou por uma das entidades, transformando a certificação de produtos em uma ação educativa e de autofiscalização. Entre as unidades entrevistadas, a ASSESSOAR já desenvolve esta prática no âmbito de sua região .

A produção obtida, em grande parte é orientada para feiras municipais, supermercados e para a Federação Paranaense de Agricultores Orgânicos-FEPAR. Em volume menor a produção é ainda repassada para representantes como o Sítio Boa Terra – SP, lojas de produtos naturais e empresas distribuidoras. Embora nem todas as organizações disponham de dados relativos ao volume comercializado, a demanda dos produtos orgânicos, segundo informações obtidas, cresceu nos últimos cinco anos.

## **Os novos atores na agricultura**

Empiricamente identificam-se atores que promovem uma agricultura ecológica representando os setores do Estado, da

Sociedade Civil e do Mercado. Nosso olhar, ao identificar os diferentes atores, esteve voltado para constatar quem promovia uma agricultura com base em um outro paradigma que não o convencional e principalmente para verificar em que medida estes atores, ao se organizarem no sentido de reconstruir novas relações com a natureza, constroem novas relações na e com a sociedade.

Nesse sentido, a produção relacionada com as empresas agrícolas e com agricultores familiares organizados em associações, tem como base uma agricultura ecológica mesmo que praticada de forma parcial. Significa que esses atores adotam práticas de gestão de recursos naturais, sem o uso intensivo de agrotóxico. As técnicas produtivas estabelecem uma relação com a base natural de produção que preserva suas características físico-biológicas, produzindo alimentos e produtos agrícolas de qualidade diferenciada dos produtos convencionais. Sob o ponto de vista da sustentabilidade dos recursos naturais as categorias analisadas contribuem com a restauração de um potencial produtivo empobrecido por práticas coloniais extrativistas, preservam meios naturais de subsistência, garantindo às novas gerações acesso a recursos com capacidade produtiva. Ao mesmo tempo contribuem com a preservação da saúde e qualidade de vida do cidadão consumidor de produtos agrícolas.

Ambas as categorias de atores desenvolvem uma agricultura orientada por uma lógica de mercado. Aliás é justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos. Certamente um mercado seletivo, mas constituído por um número crescente de consumidor ciente do

sentido dos produtos ecológicos e preocupados com sua saúde<sup>8</sup>. A confiabilidade do consumidor é construída com a certificação dos produtos mediante os selos de qualidade ou através da relação direta com o consumidor – através das feiras orgânicas, no caso das entidades de agricultores familiares. Nesse caso, os atores constroem uma relação com o consumidor em que os interesses mercadológicos são permeados por manifestações de apreço, de solidariedade no “clima da feira verde”, isto é, nas relações diretas produtor-consumidor e na troca de opiniões que pode inclusive apontar para a construção de novas alianças<sup>9</sup>.

O movimento ambientalista é animado por atores diversos que entre si se identificam e se diferenciam nos seus interesses. Esses atores identificam-se à medida que deles emana uma nova prática de relação com natureza, relacionado com o que se denomina sustentabilidade dos recursos naturais, baseada na recuperação e gestão do potencial produtivo, na perspectiva de uma nova ética e até de um espaço de contemplação estética. Diferenciam-se, à medida que as associações, que representam a ação coletiva de agricultores familiares, mediante formas autogestionárias de seus processos produtivos e comerciais e, ao mesmo tempo, constroem um projeto baseado na “reapropriação de suas condições de vida e de seus processos produtivos.” (LEFF, 1998)

As organizações, formadas por agricultores familiares representam um instrumento de integração na sociedade de

---

<sup>8</sup> Pesquisa realizada junto ao consumidor de produtos orgânicos em Curitiba – O Perfil do Consumidor Orgânico – revela que 95 % adquirem produtos orgânicos em função de sua saúde.

<sup>9</sup> Exemplo típico foi a criação de uma Associação de Consumidores Orgânicos em Curitiba.

mercado e ao mesmo tempo um espaço de realização de interesses sociais e políticos relacionados com construção de seus projetos de vida (BRANDENBURG,1999). Sua ação se contrapõe e diferencia do modelo hegemônico de desenvolvimento, não porque se situa em um processo de transformação do sistema, dentro de um esquema de lutas operárias, mas porque desenvolve uma participação política dentro de novas alianças, provocando efeitos simbólicos e ações fundamentadas em uma nova racionalidade produtiva. Uma racionalidade que conduz ao rompimento com a ideologia produtivista e aproxima-se da racionalidade ecossocial, conforme definida por Gorz (1991). Nessa perspectiva, identifica-se no núcleo dos movimentos dos agricultores, novos personagens ou sujeitos sociais que lutam por um projeto de vida cuja realização não está fundamentado na expansão ilimitada da acumulação de capital, mas na realização de uma subjetividade, que pode ser definida pelo resgate uma condição de vida camponesa. Essa posição não constitui a expressão de um desejo idílico de volta ao passado, mas uma forma de recuperar sua identidade, diante da sociedade massificada. Constitui, não um movimento de retorno mas de reconstrução de uma modernidade redefinida (GIDDENS,1997), ou um movimento capaz de religar as dimensões que modernidade tradicional pensou ser possível excluir (TOURAINÉ,1992).

Os movimentos sociais, promovidos por esses atores, certamente não reproduzem as formas tradicionais de luta dos movimentos operários – considerados sujeitos únicos da transformação da sociedade – mas indicam uma nova linguagem,

um novo caminho para uma transformação. Esta tem como alvo, uma ordem social fundamentada na democracia de interesses diversos e de uma racionalidade que circunscrita os âmbitos do sistema econômico que certamente terá de considerar os interesses sociais.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. J. C. P. *O Desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA. Campinas, v.20,n.1,2,3, p. 13-23, abril/dez.1990.

BRANDENBURG, A. *Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: Editora UFPR, 1999

CANUTO, J. C. *Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental*. Raízes. Campina Grande: n.16, ano XVII, p.13-24,1998.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996

FERREIRA, A. D. D. *Agriculteurs et industries agro-alimentaires: stratégies, adaptations et conflits*. Paris:1995 Tese de Doutorado, Université de la Sorbonne Nouvelle, IHEAL, Paris

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais rurais no Paraná*. In: BONIM, Anamaria Aimoré et al. Curitiba: Scientia et Labor e Editora da UFPR, 1987.

GORZ, A. *Capitalisme socialisme ecologie*. Paris: Galilée, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus, 1988. Tomo II.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

LEFF, E. *Los nuevos actores del ambientalismo en el médio rural mexicano*. Ambiente e Sociedade. Campinas: ano I – n.2, p 61-75, 1988.

MORIN, E.; KERN, A. B. *Terre-Patrie*. Paris:Seuil, 1993.

STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOURAINÉ, A. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1994.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (coord). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In. FERREIRA, Angela D. e BRANDENBURG, ALFIO. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

WEID, J. M. von der. *Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. Proposta: experiência em educação popular*. Rio de Janeiro: n.27, p. 9, novembro, 1985.





## **Dinâmica Regional e Desenvolvimento Rural Sustentável**

Oswaldo Calzavara<sup>1</sup>

Maria de Fátima Guimarães<sup>1</sup>

Ricardo Ralisch<sup>1</sup>

### **Uma história de agricultura intensiva e degradação do solo**

Este estudo desenvolveu-se em nível de campo, a partir da bacia do ribeirão Bandeirantes de Norte, compreendendo parte dos municípios de Rolândia, Jaguapitã, Guaraci, Santa Fé, Astorga, Arapongas, Pitangueiras, Sabáudia e Iguaçu, na região norte do estado do Paraná. Sua localização geográfica, a história da colonização, os tipos do solo, relevo e clima, bem como as conseqüências da mecanização intensiva da agricultura, comuns em toda a região, fazem da área de estudo uma unidade representativa do panorama regional do norte do Paraná.

---

<sup>1</sup> Professores do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (PR) – UEL.

As transformações no espaço agrário dessa região ocorreram de forma rápida e intensa, gerando não só um aumento da produtividade, mas também a degradação social e ambiental. No entanto, atualmente pode-se constatar indícios de uma nova realidade, menos degradante, dos recursos naturais e mais sustentável do ponto de vista econômico, possibilitando à região a oportunidade de construir um projeto de desenvolvimento mais duradouro, a partir de sua história de pioneirismo, do seu potencial econômico e social, organizando suas forças propulsoras, aproveitando as oportunidades abertas pela globalização.

Verificando a história da região, observa-se que o processo de ocupação do solo ocorreu de forma predatória, avançando sertão adentro com a implantação de cafezais pelo sistema “plântio em quadra”, ignorando as condições de relevo, levando, conseqüentemente, à perda da fertilidade natural dos solos, em um processo preliminar de degradação ambiental, principalmente na região de solo proveniente do arenito. Problemas de ordem econômica, técnica e política, conduziram à decadência da cafeicultura regional e ao desencadeamento de um processo intenso de desmonte da estrutura de produção cafeeira, com sua substituição por lavouras anuais, via políticas públicas de incentivo à mecanização intensiva e ao uso de insumos industriais, com objetivo de maximização da produtividade.

Um novo quadro dos sistemas agrários de produção redeseñava-se, fruto do dinamismo histórico da região; da pressão do mercado internacional; de políticas governamentais de incentivo e das condições físicas de solo, clima e relevo, com uma nova paisagem surgindo na região. Do predomínio da

propriedade rural familiar, com cultura principal do café e plantio intercalar de cereais para consumo, passou-se principalmente para grandes lavouras mecanizadas de soja e trigo, nos solos provenientes do basalto e de pastagens cultivadas para criação empresarial de bovinos, nos solos provenientes do arenito.

Os impactos sócio ambiental e econômico do processo de modernização da agricultura no norte do Paraná foram um dos mais intensos do Brasil (VEIGA, 1985). A mecanização inadequada, com insuficiente tecnologia de conservação de solo, basicamente centrada na construção de curva nível, tipo “murundum”, não só provocava prejuízos no curto prazo, em função da perda de sementes e fertilizantes. Provocava também a destruição da camada mais fértil do solo pela erosão – em função do arrombamento desses cordões pela força das águas – o que obrigava a repetição das operações das máquinas, em um processo contínuo de degradação, perda de produtividade e aumento de custos de produção. Tais fatores acarretam também reflexos negativos no orçamento das prefeituras municipais por causa da constante necessidade de refazer as estradas rurais danificadas. Já na região do arenito, em função do tipo de solo, os cafezais foram substituídos por pastagem com capim “colonião”, que não proporciona uma cobertura suficiente do solo, facilitando o processo erosivo. Além disso, com as aguadas localizadas nas partes mais baixas dos lotes, trilhas de solo descoberto eram formadas pelo gado na busca dessa água, formando sulcos, que muitas vezes se transformavam em voçorocas. A esse quadro, associa-se o manejo devastador das estradas rurais por grande parte das prefeituras da época,

canalizando as águas das chuvas por entre as divisas das propriedades rurais, “morro abaixo” até os ribeirões, formando voçorocas de até oito metros de profundidade, poluindo e assoreando mananciais (CALZAVARA *et al.*, 2003).

O governo do estado do Paraná reagiu, desenvolvendo trabalhos, através de seus órgãos de pesquisa e assistência técnica, culminando com o Programa Paraná Rural, reconhecido pela FAO como um dos mais eficazes esforços direcionados à sustentabilidade da agricultura em zonas tropicais, destacado ainda em evento promovido pela Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, como modelo de estratégia para a conservação dos recursos naturais (MUZILLI, 2002).

A Universidade Estadual de Londrina, em conjunto com pesquisadores franceses do *Institut National de Recherche Agronomique* e do *Centre National d'Etudes Agronomiques des Régions Chaudes* iniciou trabalhos na linha de manejo sustentável do solo, a partir de 1996. Nesse contexto, Bousquet & Holveck (1999) desenvolveram um trabalho sobre “interações homem-solo” na bacia do ribeirão Bandeirantes do Norte, norte do Paraná, estudando o comportamento de agricultores, considerando as relações entre solo e sistema de cultivo, a partir das sub-regiões de Rolândia e Jaguapitã. Constataram um processo acelerado de degradação ambiental e desagregação social, em função do tipo de agricultura que é desenvolvido. Analisando o impacto em diferentes tipos de solo, ocasionado por diferentes sistemas de cultivo, identificaram riscos de erosão e compactação, e concluíram que, se forem mantidas as atuais relações homem-solo, a viabilidade da atividade rural permanecerá em risco, com

maior intensidade na região do arenito. Demonstraram ainda a necessidade de que sejam desenvolvidos estudos buscando novas formas alternativas de agricultura e gestão dos solos, compatíveis com sua capacidade de uso, e que sejam viáveis economicamente e duráveis ecologicamente.

Ainda a partir desse mesmo programa de cooperação, estudo posterior, desenvolvido por Palmans & Van Houdt (1998), demonstrou que a compreensão, por parte dos agricultores, de que a degradação ambiental é conseqüência da relação entre sistema de cultivo e tipo de solo, não os tem motivado para as mudanças conservacionistas necessárias. Isso porque são as variáveis econômicas que determinam a decisão e os procedimentos de plantio e há também uma necessidade de se ampliar o estudo para a compreensão da questão, agregando outras variáveis de natureza distinta.

Ainda nesta mesma região, no município de Rolândia, Micos (1999) estudou as causas da adoção ou não adoção da tecnologia conservacionista do plantio direto nos sistemas de soja e trigo, constatou-se que, no curto prazo, a queda da rentabilidade econômica acaba por dificultar sua adoção, principalmente em função dos custos de implantação da nova tecnologia.

Refletindo sobre essa questão em nível regional, fundamentando-se na teoria de sistemas e no conceito de sustentabilidade na agricultura, Calzavara *et al.* (2003) observaram que a ação antrópica sobre os recursos naturais acontece em um contexto de interdependência de variáveis de naturezas distintas; a compreensão de tal mecanismo facilita a compatibilização entre a sustentabilidade agroecológica e a sustentabilidade econômica,

em função da característica de totalidade do sistema. Uma intervenção em qualquer variável desse sistema em alterações no conjunto.

Constatou ainda que alguns agricultores, bem como algumas organizações, desenvolveram soluções criativas, mais abrangentes, de ordem agroecológica-econômica-cultural, em um contexto de características próprias loco-regionais e de tendências internacionais, que chamou de indícios de sustentabilidade.

Este trabalho parte do pressuposto de que a potencialização desses indícios de sustentabilidade, fundamentada no conhecimento da dinâmica própria da região e na organização de suas forças propulsoras, pode ser um caminho para a construção de um desenvolvimento rural regional sustentável.

### **Tendências da dinâmica regional**

A análise da dinâmica regional procura o entendimento dos problemas regionais, visando a busca de alternativas para o pleno desenvolvimento de determinado espaço geográfico, por meio do uso eficiente dos recursos, valorizando a identidade da região e considerando sua inserção no contexto externo.

Pretende-se aqui observar a dinâmica da região norte do Paraná, a partir de conceitos e teorias que foram se constituindo em diferentes enfoques no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Ora ressaltando determinada característica, ora agregando novos aspectos e constituindo-se em escolas de pensamento, porém tendo sempre uma idéia central ligada às

transformações provocadas pelo homem em um determinado espaço geográfico.

O conceito de região foi evoluindo (GOMES, 1995), desde o “determinismo geográfico” (observar, descrever a vegetação, a hidrografia, o relevo, o clima etc.), passando pelo “possibilismo”, enquanto reação ao determinismo que subjugou o homem à natureza, pelo conceito de região polarizada e os pólos de atração (regiões homogêneas do IBGE); pelo “enfoque marxista” destacando a região enquanto resposta local aos processos capitalistas; ou como identidade cultural e como meio de interação social, pela “visão humanista” da região enquanto espaço vivido. Finalmente, identifica-se também um outro enfoque rumo à geografia pós-moderna, trabalhando com a heterogeneização, a superficialização, a fragmentação na homogeneidade, em que talvez seja até impossível a tarefa da descrição regional holística e abrangente (LENCIONI, 2002).

Segundo Bezzi (2002), em conferência proferida na Universidade Estadual de Londrina, para o enfoque tradicional ou clássico, o determinismo geográfico é um dos grandes paradigmas, no qual o ambiente tem maior domínio sobre o desenvolvimento, levando ao surgimento das regiões naturais. A reação a esta visão vem com a escola francesa, em que o homem é visto como agente transformador da natureza. O possibilismo geográfico continua enfocando a relação homem-natureza, porém enaltecendo o papel humano, o qual tem possibilidade de modificar o meio físico, falando em condições de vida, em costumes. Exemplo claro dessa visão pode ser constatado no norte do Paraná, ao se analisar as relações homem-solo, alterando,

tanto o fator físico quanto o fator humano com a entrada da mecanização agrícola, substituindo os cafezais pelo plantio de soja e trigo.

Esta evolução conceitual conduziu ao enfoque das organizações espaciais, em que a região é estudada como resultante de interrelações de fenômenos naturais e sociais, como um sistema aberto, com destaque para os estudos de áreas, setores, zonas, segundo duas classificações: região homogênea e região funcional. Na primeira classificação, a região é estudada segundo algumas características, tais como: economia, agricultura, número de habitantes etc., trabalhando-se com a uniformidade de fenômenos sobre uma determinada área, como por exemplo as Microrregiões Homogêneas (MRH) do IBGE, em que a região é compreendida por vários municípios, um ao lado do outro, caracterizados por alguns aspectos comuns. Na segunda classificação, a região é compreendida em função do planejamento dos diversos fluxos que percorrem o espaço, como por exemplo, os fluxos de pessoas, de mercadorias, comunicações etc., como consequência da relação do capital com o espaço. Aqui, o espaço não é visto dentro de uma uniformidade, como na primeira classificação, mas de múltiplas relações que circulam e dão forma. Permeia ainda a idéia de pólo, de campo magnético, com certos centros desempenhando função de atração às populações e atividades, enquanto atua como centro de decisão em relação à região polarizada.

Observa-se que essa teoria fundamenta, no caso do Estado do Paraná, a organização dos municípios através das associações, como a Associação dos Municípios do Médio Paranapanema,



por exemplo, a AMEPAR, tendo Londrina como pólo e sede da associação. Essa organização pode ser feita em uma visão holística, este “todo” está constituído por partes distintas, as sub-regiões, como por exemplo as sub-regiões de Jaguapitã e de Rolândia, objetos deste estudo, com suas características comuns, e com suas especificidades.

A evolução do conceito de região, ainda segundo Bezzi (2002), conduziu para uma visão dialética do espaço, na qual o homem é quem transforma totalmente uma paisagem, gerando constantemente novas formas e novas funções. O espaço não é neutro, mas é onde ocorrem os embates que geram conflitos, desorganização, reorganização, construindo o novo, de tal forma que o modo de produção é que define a região. A região é compreendida como resposta local aos processos capitalistas, mudando conforme a determinação do capital.

De fato, a história do norte-paranaense é um exemplo dessa resposta local, demonstrando como o capital se reproduz de acordo com as especificidades regionais, desde a formação da região até a atualidade, com a soja atendendo às necessidades do desenvolvimento do capitalismo internacional (SHIKI, 1983).

Para Santos (1982), a região é vista como um produto de articulações engendradas constantemente no espaço, com fatores hegemônicos, em que o Estado manifesta-se com mais força em uma determinada porção da superfície terrestre. Tal força é resultante da presença da técnica, da informática, das comunicações, transportes, entre outros fatores, que se articulam e se organizam/desorganizam em espaços distintos. Assim, a região é resultante dos processos modernos de produção que

ocorrem em nível global, bem como do rebatimento, em determinado território de um país, do funcionamento da economia global, com a intermediação do Estado e do conjunto de agentes econômicos.

Um exemplo a ser citado é o caso do norte-paranaense. Isso porque, em meados do século passado – para atender as necessidades da indústria têxtil inglesa – houve um desbravamento de tal região. No entanto, a “marca da região” deve-se à fase pujante da cafeicultura, em que Londrina fica conhecida como a capital mundial do café e o produto torna-se destaque na pauta de exportações do Brasil, na década de 1960. Mais recentemente, a soja torna-se outro produto de exportação a dominar a paisagem regional.

No entanto, o “rebatimento da economia internacional”, em uma região é diferente da questão da globalização, que ultrapassa a questão da integração comercial e financeira em nível global, mas identifica-se também pelo avanço do neoliberalismo, pelos impactos ambientais, pela comunicação global e pela forte presença dos Estados Unidos no cenário mundial (SANTOS, 2000). Ainda na visão do autor

os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro. Esse é o debate central e único, que nos permite ter a esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de outras formas de ação.

Nesse contexto de globalização, para Acocella (2000) trata-se de um equívoco pensar-se em desenvolvimento regional através de políticas públicas de incentivo financeiro-fiscal, sendo mais eficaz ocorrer através da potencialização do ambiente econômico-social e da disponibilidade de serviços públicos eficientes.

Araújo (2002), em conferência proferida na Universidade Estadual de Maringá, analisou as relações entre globalização e regionalização, destacando que uma das principais conseqüências da globalização é a homogeneização. Porém, segundo a autora, se por um lado as regiões, e inclusive as empresas, são pressionadas a submeterem-se a essa tendência, por outro, a importância do local cresce também. Os atributos locais (redescoberta dos locais) são importantes nas análises, assim como o interesse do conglomerado. Hoje, conforme a conferencista, os processos globais estão encaixados parcialmente nas regiões, permitindo o desabrochar da capacidade de atores locais para sensibilizarem-se e estruturarem-se com base em suas potencialidades, sua matriz cultural e sua criatividade no desenvolvimento de potencialidades específicas, que podem ser exploradas na região. Nesse sentido se destaca o papel do Estado, que pode agir tanto intermediando no comportamento de forças do capital internacional sobre um determinado território nacional, quanto potencializando processos emergenciais específicos de uma região, via políticas públicas.

O papel do Estado também foi enfatizado na reflexão de Bezzi (2002), elaborada na conferência proferida na Universidade Estadual de Londrina, com base no estudo desenvolvidos por Becker, intitulado *“El uso político del territorio. Consideraciones a partir*

*de una visión del tercer mundo*”: a região depende em grande parte do Estado. Quanto maior for o vínculo Estado-região, maior será o aporte de recursos para a ela, ficando as outras em segundo plano.

Em uma reação ao enfoque materialista, segundo a autora, desenvolveu-se a visão humanística, na qual a região é concebida como espaço vivido, com conceitos alicerçados na paisagem e gênero de vida, resgatando tanto tradições típicas da escola francesa, como o sentimento de pertencimento. Procura analisar de que modo os fatores culturais interferem na organização e elaboração de espaços geográficos. A região, em suma, é uma construção mental que, a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos criando um código próprio que norteia as decisões e os comportamentos.

Destacou ainda a obra de Ricq, intitulada *“La région, espace institutionnel et espace d’identité”*, que permite entendimento melhor da questão regional, segundo o pensamento da escola francesa: é necessário observar e analisar todo um sistema de relações espaciais e sociais que mantém as coletividades humanas em um determinado território; e que, para entender culturalmente uma região é preciso considerar sua identidade, sua personalidade, bem como sua organização, sua funcionalidade. Sendo isso possível mesmo em um contexto globalizado. Como por exemplo, a valorização da vida rural no norte do Paraná através do turismo organizado, a valorização de pequenas localidades, a terra roxa, o café em algumas sub-regiões, a cultura alemã em Rolândia, o parque moveleiro de Arapongas, podem ser algumas formas de expressão da identidade regional face a globalização.

Analisando a questão regional, Silva (1994) destacou que hoje não é possível trabalhar uma região isoladamente, e que o estudo de caso tem que ser colocado em uma abrangência, em um contexto maior, no qual o local é visto como um mundo em si mesmo, dentro de um sistema mundo. Segundo o autor, em estudos regionais, diversos aspectos devem ser considerados, uma vez que o espaço geográfico é necessariamente integrador. É uma estrutura integrada de elementos que se relacionam entre si, e se expressam de uma forma sistêmica. É aí que os agentes desenvolvem processos. A partir dessa visão, o espaço geográfico passa a ser ator, não mais visto de forma passiva, como um receptáculo. Essa é uma visão dinâmica de transformação do espaço a partir de suas forças propulsoras.

Dessa forma, destaca-se a idéia de capital social: regiões com maior capacidade de organização social tendem a apresentar melhores índices de qualidade de vida, uma vez que o espaço não é somente o lugar aonde se realizam as relações do homem com a natureza, mas também dos homens entre si, em uma diversidade muito grande. O lugar é visto enquanto elemento crucial nos processos integradores, onde ocorre a participação social dos atores na busca de alternativas comuns para mudanças. No contexto dessa reflexão, surge também a idéia de regionalismo, enquanto força propulsora para o desenvolvimento.

Castro (2002), analisando a questão do regionalismo, em conferência proferida na Universidade Estadual de Maringá, destacou que a região, hoje, apresenta uma complexidade muito grande de aspectos que devem ser considerados em qualquer estudo: aspecto cultural/histórico, geográfico/físico, econômico/

relações de trabalho, comunidade cívica, capacidade mobilizadora e de solidariedade local, que podem conduzir à idéia de regionalismo. A autora demonstrou a importância desse tema exemplificando com o estudo sobre a Itália, com base regional, desenvolvido por Robert Putnam, destacando a força da identidade regional através do estudo do processo histórico das regiões, e relacionando ainda com o conceito de capital social e sua importância para o desenvolvimento regional italiano. Segundo a professora, a força do regionalismo é muito intensa na Europa, como políticas de base regional, e até com o resgate de línguas próprias e das origens étnicas. No entanto, no Brasil, não há regionalismo etno-cultural e sim discursos regionalistas, na maioria das vezes deslocados da realidade, apenas com objetivo de atender interesses das elites. O regionalismo pode conferir existência forte para uma determinada região, enquanto mobilização política de base, frente a um poder superior, podendo se transformar em importante fator de desenvolvimento regional.

Historicamente, o regionalismo foi uma força propulsora de desenvolvimento para o norte-paranaense, com resultados concretos. Nos tempos atuais, ou se constitui em uma força domada, ou se desgastou, em função do esgarçamento da possível tênue identidade regional e da carência ou enfraquecimento de lideranças regionais no contexto estadual.

Em geral, o que se observa nessa região é que as associações regionais de municípios não estão organizadas como força aglutinadora de causas regionais, muito menos como organização identificadora e impulsionadora de processos emergenciais de desenvolvimento sustentável. Acabam prevalecendo relações

pulverizadas entre uma determinada autoridade estadual e um determinado prefeito, em um contexto político-eleitoral de interesses, sem uma visão estratégica de desenvolvimento regional sustentável.

As perspectivas atuais que se apresentam para o Paraná ainda não sinalizam mudanças nesse quadro. Assim sendo, parece ser mais exequível e operacional pensar-se principalmente em sub-regiões: partir de uma determinada cidade-pólo; procurar identificar e compreender o funcionamento de forças propulsoras do desenvolvimento rural sustentável da sub-região por ela polarizada; verificar as convergências com possíveis estratégias de governo, facilitando o aporte de recursos, e articular com as lideranças políticas do momento, considerando as relações locais, sub-regionais, regionais, estaduais e nacionais.

O nível de desenvolvimento de uma determinada sub-região pode ser compreendido como as conseqüências da ação antrópica sobre um conjunto de variáveis específicas, a partir de um determinado espaço, enquanto lugar onde se realizam relações. Assim, para impulsionar um processo de desenvolvimento sustentável há necessidade de se conhecer e identificar o comportamento do conjunto de variáveis regionais, suas interdependências e decorrências, a partir do conhecimento da história regional.

### **Processos emergenciais de sustentabilidade rural**

O que se pretende fundamentalmente não é uma discussão acerca de referenciais metodológicos de planejamento estratégico

regional. Mas sim, contribuir para um maior conhecimento da região, a partir da problemática constatada pelos estudos desenvolvidos anteriormente. Estudos referentes à degradação ambiental e ao comportamento do agricultor, bem como subsidiar os atores sociais na implementação organizada de mudanças, no sentido do desenvolvimento rural sustentável, a partir do conhecimento de processos emergenciais de sustentabilidade regional.

Nesse caso, parte-se do pressuposto que o estudo de uma realidade de campo é condição prévia para definição de estratégias e para uma possível implementação de mudanças, a partir do conhecimento da dinâmica agrária, e fundamentando-se na abordagem sistêmica e no conceito de sustentabilidade.

Araújo (2002), estudando o desenvolvimento regional brasileiro, destacou a questão da heterogeneidade territorial, sugerindo que a questão regional não fosse tratada de forma genérica, através de estímulos não direcionados, desrespeitando suas especificidades.

Em geral, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional não contemplam a heterogeneidade, levando muitas vezes à superposição de esforços, não atendendo algumas prioridades específicas de sub-regiões, podendo haver, conseqüentemente, um menor aproveitamento dos recursos, como por exemplo o Projeto Paraná 12 Meses, cujo objetivo é o combate à pobreza rural. Estudando a ação deste projeto na região de São Jerônimo da Serra, Marques *et al.* (2000) encontraram resultados positivos, mas verificaram também que os recursos aplicados poderiam ter sido ainda mais produtivos



se, na concepção e elaboração do projeto fosse considerada a questão da heterogeneidade. No caso específico dessa região, a comunidade apresenta um índice de 29% de chefes de famílias analfabetos, situação específica no de estado do Paraná; grande parte dos agricultores não têm a posse da terra, dificultando a obtenção de crédito rural; a comunidade rural apresentou grande dependência de um agente externo para sua mobilização. Além disso, a questão agrícola-ambiental-turística é típica, com a região apresentando paisagens naturais de rara beleza, os solos são pobres e o relevo acidentado e os sistemas de produção rural podem ser melhor equilibrados técnica e economicamente. Diante disso, questiona-se como não se levar em consideração também os aspectos específicos tão importantes em um projeto de desenvolvimento rural, que se apresenta com o objetivo de combate à pobreza? Essas são características próprias que necessitam ser contempladas através de espaços de adaptabilidade que devem estar previstos no projeto padronizado para regiões. Caso essa questão básica seja relevada, a sub-região (ou o local) não pode sequer se comportar como canal de garantia de maior eficiência de ações governamentais. A eficácia de projetos de desenvolvimento regional está relacionada com a questão da heterogeneidade e com a participação da sociedade organizada, que assim se torna co-responsável pelos êxitos ou fracassos.

Sob a ótica dos interesses dos atores sociais, o planejamento estratégico regional pode ser um fator potencializador da dinâmica regional, enquanto organizador das forças propulsoras da região, através de uma metodologia participativa, considerando as potencialidades e entraves no interior de cada sub-região

distinta, definindo prioridades, formas de atuação, identificando fonte de recursos, designando responsabilidades a agentes, tornando-se, assim, um processo educativo, de articulação do pensamento estratégico da região, uma base para a elaboração de planos. Além de se constituir em importante instrumento político para negociações.

Para a identificação de processos emergenciais de desenvolvimento sustentável, bem como de seus fatores dificultadores – a partir da realidade de campo da bacia do ribeirão Bandeirantes do Norte, considerando as sub-regiões de Jaguapitã e Rolândia – organizou-se um roteiro para entrevista informal e direta, com lideranças representativas de diferentes segmentos sociais, como: área técnica de campo, área empresarial, líderes comunitários, políticos com mandato. Com isso, pretendeu-se conhecer especificidades, sob a ótica da comunidade, bem como conhecer e analisar a visão estratégica de lideranças entrevistadas, observando a dinâmica da região.

Nas entrevistas informais, procurou-se criar previamente um clima favorável, que contribuísse para a maior qualidade da informação, assumindo-se o compromisso de retornar os resultados para o conhecimento da região.

A entrevista informal era iniciada com a apresentação da síntese das pesquisas desenvolvidas na região, citadas anteriormente, destacando a problemática central constatada e a sugestões dos pesquisadores para estudos complementares mais abrangentes, para um conhecimento mais aprofundado da realidade. Além de proporcionar um maior conhecimento pela apresentação de resultados de pesquisas, objetivou-se também

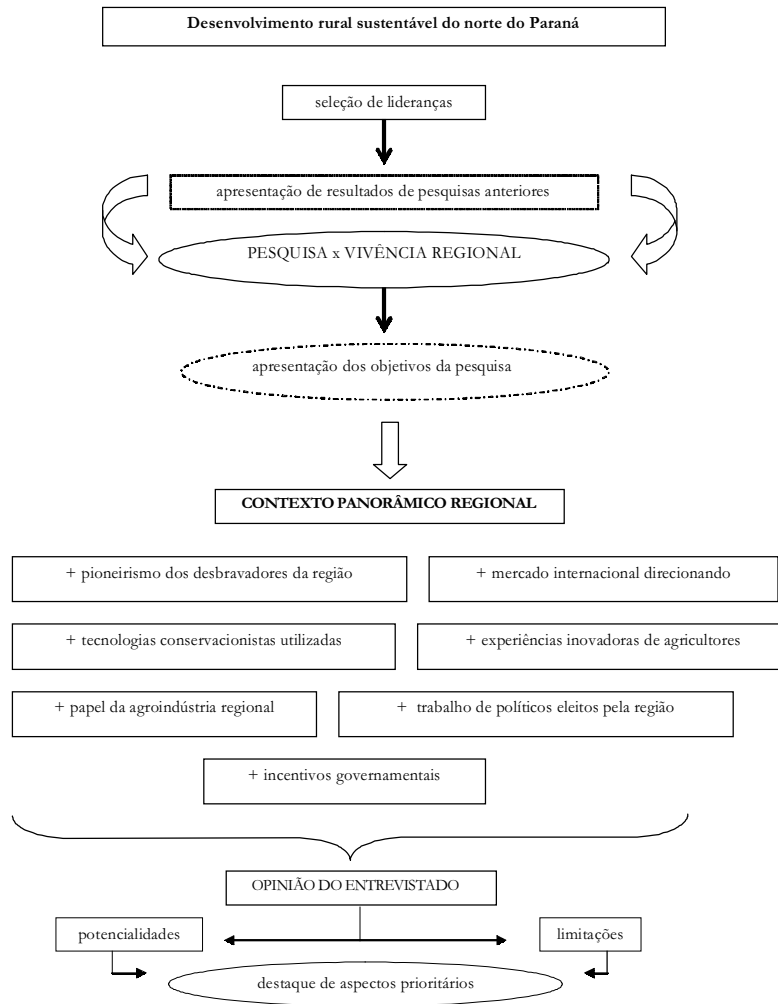
verificar o impacto desses resultados entre as lideranças entrevistadas, ocorrendo nessa ocasião um aporte substancial de informações qualitativas.

Na seqüência, destacava-se a importância da informação a ser fornecida pelos entrevistados, acerca da identificação de processos emergenciais de sustentabilidade (potencialidades de desenvolvimento rural sustentável), em nível da região, bem como dos fatores dificultadores desses processos. Por potencialidades entende-se como sendo as condições favoráveis, de estímulo, que o entrevistado percebe em função de sua vivência. Os fatores dificultadores são as limitações, aspectos que restringem as condições favoráveis percebidas pelos entrevistados.

Antes dos entrevistados manifestarem suas opiniões, por escrito, foi-lhes apresentado uma exposição panorâmica histórica da dinâmica regional, como pode ser verificado através da Figura 1.

As opiniões das lideranças entrevistadas nas sub-regiões Jaguapitã e Rolândia, classificadas em fatores potencializadores e fatores dificultadores, estão apresentadas nos quadros 1 e 2. Os itens destacados com letras maiúsculas são os mais importantes, na opinião dessas lideranças, quer explicitamente citados por escrito, quer verbalizados depois das entrevistas, em apreciações gerais sobre a temática. Os demais itens não seguem uma ordem de prioridade. Na elaboração dos quadros procurou-se utilizar as mesmas expressões utilizadas pelos entrevistados.

## Brasil Rural Contemporâneo



**Figura 1.** Identificação de potencialidades regionais

**Quadro 1.** Desenvolvimento rural sustentável: Sub-região de Jaguapitã fatores potencializadores e fatores dificultadores – ano 2002.

- 
1. CLIMA FAVORÁVEL A DIVERSAS CULTURAS
  2. TERRAS FÉRTEIS – SOLO APTO A DIVERSAS CULTURAS
  3. CRIAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS
  4. Tecnologias e assistência técnica disponíveis
  5. Facilidade de acesso à região
  6. Economia local diversificada
  7. Mão de obra barata e disponível
  8. Pessoas incentivadas e comprometidas
  9. Turismo rural
- 
1. APOIO RESTRITO DO GOVERNO AO SETOR RURAL
  2. FALTA DE UNIÃO E DE MOBILIZAÇÃO DOS AGRICULTORES
  3. Cultura das pessoas que possuem as terras
  4. Falta de união entre os políticos da região
  5. Ações individualistas e irresponsáveis, sem preocupação com o coletivo e o meio ambiente
  6. Concentração da terra
  7. Subsídio dos países desenvolvidos e barreiras tarifárias
  8. Juros altos e financiamentos insuficientes
  9. Lei de Responsabilidade Fiscal dificulta prefeituras atuarem no setor rural
-

**Quadro 2.** Desenvolvimento rural sustentável: Sub-região de Rolândia fatores potencializadores e fatores dificultadores – ano 2002.

- 
1. CLIMA, SOLO, TOPOGRAFIA FAVORÁVEIS
  2. GRUPO DE AGRICULTORES EMPREENDEDORES
  3. PARQUE AGROINDUSTRIAL REGIONAL DIVERSIFICADO
  4. COOPERATIVA COROL NA MUDANÇA DO PERFIL AGRÍCOLA
  5. Diversificação agrícola/integração lavoura e pecuária
  6. Produção de soja e milho para exportação
  7. Proximidade de universidades e institutos de pesquisa agrícola regional
  8. Disponibilidade de tecnologia para a realidade regional
  9. Proximidade de grandes centros consumidores
  10. Emergência de uma nova geração de agricultores
  11. Dinamismo regional e ligações internacionais
  12. Turismo gastronômico (cultura alemã, indústria caseira de alimentos)
- 
1. ATIVIDADE RURAL NÃO ATRAI FILHOS DE AGRICULTORES
  2. ENVELHECIMENTO DA GERAÇÃO ATUAL E DESPREPARO DA NOVA
  3. CAPACIDADE CULTURAL E ADMINISTRATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES
  4. Desunião da comunidade e falta de maior integração entre agricultores
  5. Falta de liderança e de visão empreendedora dos políticos da região
  6. Falta de crédito adequado
  7. Tamanho pequeno da maioria das propriedades rurais
- 

Apesar de esclarecimentos prévios aos entrevistados, explicando o conjunto de aspectos considerados na idéia de desenvolvimento sustentável, bem como o que se poderia considerar como processo emergencial de sustentabilidade, raramente se obteve, de forma clara, identificações nesse sentido. Em geral, prevaleceram idéias restritas à agropecuária, partindo das condições naturais e associando progresso tecnológico e melhoria de renda do agricultor, em um pensamento de curto

prazo, sem importância para questões estratégicas e ambientais, principalmente na sub-região Jaguapitã.

Em uma avaliação geral, percebem-se diferenças claras no pensamento de lideranças das duas sub-regiões. Enquanto que na sub-região Rolândia prevaleceu a ênfase em aspectos potencializadores, demonstrando dinamismo e empreendedorismo, na sub-região Jaguapitã houve um certo destaque para a questão da desmobilização dos agricultores e de pouco interesse do governo em relação à agricultura.

Segundo o pensamento das lideranças entrevistadas, para o desenvolvimento rural sustentável da região de estudo, há que se destacar a importância da diversificação econômica, destacando dois principais aspectos: os recursos naturais favoráveis e a agroindústria regional.

O capital social da região, relacionado ao uso sustentável dos recursos naturais, tanto no que se refere à geração de tecnologia quanto na formação profissional e no treinamento de agricultores, é qualificado. Nesse sentido, destaca-se o trabalho desenvolvido na região, tanto pela cooperativa regional como pela assistência técnica pública, mas ainda com grandes desafios a superar, tais como: a motivação da nova geração de agricultores em emergência, o desenvolvimento de uma consciência conservacionista dos recursos naturais, a motivação dos pequenos agricultores.

Tendo passado pela “geração da cafeicultura”, e posteriormente pela “geração da soja mecanizada”, está emergindo agora uma terceira geração de agricultores, a “geração da agricultura diversificada e da agroindustrialização”, em um

contexto globalizado da economia. São filhos de agricultores, urbanizados, com formação escolar, aparentemente sem muito interesse pelas coisas rurais, mas que estão sendo chamados a dar continuidade aos negócios da família. Certamente, essa nova geração estabelece um quadro de novos desafios para a assistência técnica e para os formadores de profissionais, que necessitam desenvolver um referencial muito mais abrangente do que apenas o tecnológico.

Pode-se constatar uma tênue emergência de uma consciência ambientalista. Apesar da região ser o berço do sistema de plantio direto, essa tecnologia ainda não é majoritariamente adotada em sua versão integral, predominando suas variantes. Além disso, ao ser utilizada na recuperação de pastagens degradadas do arenito, já apresenta indícios preocupantes quanto à sustentabilidade desses solos, e mesmo quanto à sustentabilidade econômica do sistema. Essa questão poderá ser agravada quando a referida pastagem for arrendada para agricultores de outras regiões, os quais, em geral, estão mais interessados na produção de soja no curto prazo que em recuperar pastagens degradadas pela integração com a agricultura, no médio prazo. O quadro pode ser mais problemático ainda quando o agricultor proprietário não reside no imóvel arrendado, e muitas vezes nem na sede do município, dificultando o acompanhamento das atividades do arrendatário.

Ainda com relação ao capital social, um segmento majoritário de pequenos agricultores apresenta muitas dificuldades, podendo até comprometer a dinâmica do desenvolvimento agroindustrial da região. Como exemplos pode-



se citar os casos da falência da fecculária de mandioca e, mais recentemente, as dificuldades encontradas na expansão da cultura da laranja nas pequenas propriedades, principalmente no arenito. Nesse caso, mesmo com plano de financiamento, assistência técnica e garantia de comercialização pelo processamento, assegurados pela cooperativa regional, há dificuldades de motivação e mobilização desses agricultores, que preferem aguardar resultados de campo, primeiro, para posteriormente decidir pelo investimento ou não, retardando o processo. O sistema de citricultura, em implantação na região, é um exemplo claro de potencial para o desenvolvimento rural sustentável, desde a tecnologia de implantação dos pomares, o gerenciamento, o processamento pelo cooperativismo agroindustrial, até o mercado a que se destina o produto, em função da sua diferenciação ecológica, atendendo às exigências do mercado europeu.

Apesar dos desafios expostos, a região vem construindo seu desenvolvimento a partir de experiências esparsas, contando mais com as próprias forças e alguns incentivos públicos, porém sem um plano estruturado para o desenvolvimento sustentável e uma política pública de desenvolvimento regional. Tem destaque o trabalho desenvolvido com grupos de agricultores, tanto pela cooperativa regional, como pela assistência técnica pública, como por exemplo a difusão da tecnologia do plantio direto entre os agricultores de outras localidades, alterando o perfil agrícola e até cultural; o treinamento de agricultores para a produção de uva industrial; para a produção organizada de leite; para o desenvolvimento da indústria caseira de alimentos e do turismo gastronômico etc., constituindo-se em importantes fontes de

estímulos ao empreendedorismo. Destacam-se ainda as experiências inovadoras de agricultores da região, tais como: a produção de soja em sistema de plantio direto integral, o início da produção de soja orgânica, a produção de café especial para exportação e com obtenção de prêmio de qualidade, o processamento artesanal do leite com produtos vendidos em vários estados do país e o turismo com a implantação de balneário na propriedade rural. O aprendizado, a partir dessas experiências esparsas, se constitui em subsídio importante em um processo planejado de desenvolvimento sustentável para a região.

A emergência da produção e do processamento de produtos rurais diferenciados (com “características de sustentabilidade”, ou “semi-ecológico”) na região é fator importante a ser considerado, principalmente em função de uma tendência favorável do mercado internacional e no contexto histórico do dinamismo regional. Não apenas em relação à soja, ao milho e ao suco de laranja com tecnologia conservacionista, ou aos outros tipos de sucos já em projeto pela cooperativa regional, como também em relação a produtos potenciais, por exemplo o café orgânico, e porque não, o açúcar, a fécula de mandioca e até a produção de madeira ecológica aproveitando a capacidade industrial moveleira instalada na região de Arapongas. Sem deixar de considerar também um possível mercado regional promissor para tais “produtos ecológicos”.

Evidentemente que o papel dos governos no estímulo ao desenvolvimento rural sustentável de uma região é importante, todavia, este é mais prescindível quanto maior for o nível de organização e conscientização da população dessa região. Nesse

aspecto, o vínculo Estado-região tem sido fraco, e fraco tem sido o aporte de recursos públicos. A pulverização eleitoral tem deixado suas conseqüências previsíveis em termos de representação política, com predominância de ações esporádicas de deputados ou do nível de prestígio do prefeito. A esse quadro agrega-se a fragilidade da associação de municípios da região. No entanto, pode-se vislumbrar alguns aspectos favoráveis no panorama político regional, bem como em nível estadual e nacional, a partir da atual conjuntura pós-eleitoral.

No contexto desta análise há que se destacar ainda a importância de um planejamento estratégico para a região (ou sub-região). Um planejamento que ultrapasse o seu conteúdo clássico relacionado a potencialidades e limitações, mas que considere a importância dos processos emergenciais de sustentabilidade aqui analisados. A elaboração de um planejamento com tais características pode se tornar ainda um fator organizador das forças propulsoras loco-regionais, em um processo educativo de articulação do pensamento estratégico, recuperando a “energia construtiva” dos pioneiros desbravadores da região na construção de um novo projeto.

## **Referências bibliográficas**

ACOCELLA, N. *Opportunità e vincoli della globalizzazione per una politica de sviluppo locale*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA, Porto Alegre, 2000.

ARAÚJO, T. B. de. *O desenvolvimento regional brasileiro*. Projeto do Seminário Integrado Interinstitucional dos Programas de Pós Graduação em Geografia, Nível de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina. Estudo dirigido. Maringá, 2002, 42p.

BEZZI, M. L. *A evolução do conceito de região*. Relatório do Seminário Integrado Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá. UEL, Departamento de Geografia, 2002.

BOUSQUET, E.; HOLVECK, S. *Interações homem-solo sobre a microbacia do Ribeirão Bandeirantes do Norte (Paraná-Brasil)*, Londrina: Editora UEL, 1999.

CALZAVARA, O.; GUIMARÃES, M. de F.; RALISCH, R. Degradação ambiental e indícios de sustentabilidade – Um estudo da dinâmica agrária do Norte do Paraná. In: FERREIRA, Yoshiya Nakagawara (org). *Formação territorial do Paraná: raízes rurais e urbanas*. Londrina: Humanidades, 2003.

CALZAVARA, O. *Processos emergenciais de sustentabilidade na dinâmica agrária do Norte do Paraná*. Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Tese de Doutorado. Londrina, 2003, 125p.

CASTRO, I. E. de. *A questão regional em fins do século XX – Teórica, conceitual, metodológica e empírica*. Relatório do Seminário Integrado Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Geografia das Universidades de Londrina e Maringá. Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1995. p.49-78.

LENCIONI, S. *O processo de formação e ascensão da geografia regional e a afirmação da região como seu objeto de estudo*. Relatório do Seminário Integrado Interinstitucional dos Programas de Pós-Graduação em Geografia das Universidades Estaduais de Londrina e de Maringá. Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2002.

MARQUES, P. M; CALZAVARA, O.; GUIMARÃES, M. de F. O projeto “Paraná 12 meses” em um contexto de desenvolvimento rural sustentável. *Acta Scientiarum-Human and Social Sciences*. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, vol.23, n.1, 2001. p.257-261.

MICOS, O. *Caracteristiques agraires du Paraná et conditions d'adoption des systemes de culture en semis direct et couverture vegetable*. CNEARC, Ecole National Supérieure Agronomique/Université d'Etat de Londrina. Montpellier, France, 1999.

MUZILLI, O. Sustentabilidade e produtividade competitiva nos solos do Paraná. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por calzavar@uel.br em ago/2002.

PALMANS, B.; VAN HOUDT, E. *Effet des systemes de culture sur la degradation physique du sol et sur son evolution pedologique (Parana-Brésil)*. CNEARC, Groupe NAJAC. Montpellier, France, 1998.

SHIKI, S. *Le soja dans l'implantation du capitalisme dans une région du Brésil: le cas du Paraná*. Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier. Montpellier, 1983.

SILVA, S. B. de M. Controvérsias em torno da reestruturação do espaço brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL LUGAR, FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, MUNDO. ANPEGE e Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

SANTOS, M. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. 219 p.

SANTOS, M. *Por uma globalização, do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEIGA, A. A agricultura e o processo político: o caso brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: SOBER, v.23,n.2, 1985. p.189-234.

<i>Título</i>	<i>Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão</i>
<i>Organizadores</i>	Oswaldo Calzavara, Rodne de Oliveira Lima
<i>Capa</i>	Carlos Augusto Pereira, Caroline Oesterle, Claudia Cirineo Ferreira Monteiro
<i>Projeto Gráfico</i>	Carlos Augusto Pereira, Caroline Oesterle, Claudia Cirineo Ferreira Monteiro
<i>Produção gráfica</i>	Maria de Lourdes Monteiro
<i>Preparação de originais</i>	Camila Moreno Bianco, Lélia Machado Rocha Pereira, Jessica Marchetti Gon
<i>Revisão Final</i>	Paula Gerez Robles Campos Vaz
<i>Formato</i>	15 x 22 cm
<i>Tipologia</i>	Garamond
<i>Papel</i>	Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa) Off-set 75 g/m <sup>2</sup> (miolo)
<i>Número de páginas</i>	318

A Eduel é afiliada à